

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS E EMPRESARIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA APLICADA

DEMOGRAFIA E ESTRUTURAS AGRARIAS.
ANALISE DA DINAMICA DEMOGRAFICA E DAS
MUDANÇAS NAS ESTRUTURAS FUNDIARIAS DA
AGRICULTURA GALEGA 1950-1993

TOMO IV. Anexos

TESE DE DOUTORAMENTO apresentada por:

EDELMIRO LOPEZ IGLESIAS

SANTIAGO DE COMPOSTELA, Junho 1994

ANEXOS METODOLOGICOS

ANEXO METODOLOGICO AO CAPITULO I: A evoluçom da populaçom activa por sectores no período 1900-1991; precisons sobre os dados estatísticos que oferecem ao respeito os sucessivos Censos de populaçom.

Este Anexo está referido aos dados estatísticos que utilizamos para analisar a evoluçom da populaçom activa em Galiza ao longo do período 1900-1991; dados estes que procedem dos sucessivos "Censos de población". Duas som as finalidades essenciais destas notas metodológicas: explicar a forma na que obtivemos as cifras da populaçom activa por sectores a partir dos sucessivos Censos; e sinalar os principais problemas de comparabilidade ou homogeneidade que apresentam as cifras dos diferentes anos.

1. O volume da populaçom activa por sectores; método que seguimos para elaborar a série estatística 1900-1991.

a. A heterogeneidade da classificaçom da populaçom por ocupaçoms que oferecem os sucessivos "Censos de población".

Ao longo do século actual fórom elaborados em Espanha 10 "Censos de población", com umha periodicidade decenal. Em todos eles aparece a distribuçom da populaçom segundo a sua actividade económica ou profissom.

A classificaçom adoptada, sem embargo, varia notavelmente nos sucessivos Censos; o que fai que existam grandes dificuldades para elaborar umha série estatística homogénea sobre a evoluçom da populaçom activa por sectores.

Neste aspeito hai que distinguir dous períodos: de 1900 a 1940; e de 1950 em adiante.

No Censo de 1950 e posteriores, os problemas som relativamente pequenos. Nos quadros de resultados diferencia-se de entrada a populaçom economicamente inactiva da populaçom activa; e estabelece-se umha classificaçom desta última por ramas de actividade mui similar nos diferentes Censos, e que nom pom maiores dificuldades para a sua agrupaçom nos grandes sectores (agricultura e pesca, indústria, construçom e serviços).

Os problemas som muito maiores nos Censos anteriores a 1950. Neles nom é estabelecida aquela distinçom inicial entre populaçom activa e inactiva, polo que é preciso discernir que rúbricas profissionais correspondem a umha e outra; lavor esta nom sempre fácil. Ademais, o número e a denominaçom das rúbricas profissionais variam muito nos sucessivos Censos, e o título destas rúbricas nom sempre indica com claridade o tipo de actividade, o sector económico ao que corresponde¹. Todo isto fai difícil a obtençom de umha série estatística homogénea, que reflexe a evoluçom da populaçom activa por sectores ao longo destas décadas (1900-1940).

b. Os sectores económicos diferenciados.

A elaboraçom da série estatística para o conjunto do período 1900-1991, requeriu em primeiro lugar definir os sectores económicos nos que íbamos agrupar a populaçom activa. Nós adoptamos umha distribuçom em 4 sectores:

- Agricultura e pesca.
- Indústria.
- Construçom.
- Serviços.

Trata-se da tradicional divisom em 3 sectores, pero com umha modificaçom: o considerar a "Construçom" como um sector específico, separado do sector industrial. Aínda que nom é o nosso objectivo analisar em si mesma a evoluçom do emprego nom agrário, pareceu-nos oportuna esta distinçom; dado o forte peso que a construçom adquire em Galiza nas últimas décadas, e as diferéncias que apresenta a evoluçom do emprego neste sector, em comparaçom com as indústrias manufactureiras.

Desde o nosso ponto de vista, teria sido interessante poder separar a agricultura da pesca, e obter os dados referidos especificamente à populaçom activa do sector agrário. Sem embargo, o nível de desagregaçom sectorial que aparece nos quadros de resultados censais fai que essa separaçom só seja

¹ Em relaçom com este problema consultar:

-IBAÑEZ, Santos G., "Un intento de homogeneización de las clasificaciones profesionales en España (1860-1930).", Revista Internacional de Sociología, 2a. época, no. 25, janeiro-março 1978, pp. 7-40.

Neste trabalho fai-se um recorrido pola evoluçom das classificaçoms profissionais estabelecidas nos sucessivos "Censos de población", desde o primeiro em que se efectua essa classificaçom (o de 1860) até o de 1930.

possível para algumas datas. Este é o motivo pelo que na série que elaboramos figuram agrupados num mesmo sector a agricultura e a pesca; o qual, por outro lado, é o habitual nas estatísticas internacionais.

De todos modos, no **quadro A.1.7.** do Anexo estatístico reproduzimos as cifras separadas de agricultura e pesca para aqueles anos em que essa distinção é possível. Podemos comprovar aí as diferenças na evolução de uma e outra rama; pero também que, apesar de todo, a inclusão ou não da pesca não faz mudar de forma significativa as conclusões sobre a evolução da população activa agrícola.

Por último, é necessária uma clarificação conceptual. Na distribuição da população activa por sectores, as pessoas não são classificadas em função das características da sua actividade individual, senão que o critério é a actividade do estabelecimento no que trabalham. O primeiro dos critérios é a base de uma classificação diferente, também habitual nas estatísticas actuais, pero que não vamos examinar aqui: a classificação por profissões².

Pois bem, convém apontar que se essa distinção (entre os dois critérios mencionados) é estabelecida claramente nos Censos de 1950 em diante, não ocorre o mesmo nos anteriores a essa data: a classificação ocupacional elaborada nestes Censos combina nalguns casos rubricas correspondentes a ambos critérios ou perspectivas (umas rubricas baseadas na profissão individual, e outras na actividade do estabelecimento).

c. O procedimento seguido para obter as cifras de população activa por sectores nos diferentes anos censais.

Como dissemos, as dificuldades dão-se fundamentalmente nos Censos elaborados até 1940 (inclusive). Partindo das rubricas que se diferenciam em cada um deles, é preciso resolver dois tipos de questões:

1. Em primeiro lugar, determinar as rubricas que devem incluir-se em cada um dos 4 sectores nos que classificamos a população activa.
2. Em segundo lugar, há que resolver o problema que planteiam algumas rubricas em particular, nas quais se englobam activos de diferentes sectores, ou mesmo pessoas activas e inactivas.

² Sobre essa distinção consultar por exemplo:

-BLOCH, Gilbert / PRADERIE, Michel, La population active dans les pays développés., Ed. Cujas, Paris, 1966, pp. 125-140.

Um exemplo do primeiro é a rúbrica "Industrias varias o sin especificar", que aparece na classificação de 1920, e com denominações similares nos outros Censos. Ou também a categoria que aparece no Censo de 1910: "Jornaleros, braceros, peones, destajistas".

Exemplos do segundo: a rúbrica "Profesión desconocida (no consta) o sin especificar", que com esta ou parecidas denominações figura em todos estes Censos; ou a primeira categoria estabelecida na classificação do Censo de 1900, "Agricultura, ganadería, silvicultura, caza y pesca. Propiedad territorial y urbana".

Em todos estes casos foi preciso aplicar algum procedimento para distribuir as cifras correspondentes entre população inactiva e activa, e dentro desta entre os diferentes sectores.

Para resolver essas questões, seguimos basicamente os mesmos critérios e procedimentos de cálculo utilizados por X.M. Beiras, no que constitui o primeiro estudo sobre a evolução registada pola população activa em Galiza durante o século XX³. Remitimo-nos, pois, à exposição detalhada realizada por este autor sobre os critérios e metodologia dos cálculos, aforrando-nos aqui a sua repetição.

Unicamente som necessárias duas aclarações:

- a. Nós efectuamos os cálculos a nível provincial, e não directamente para o conjunto de Galiza como fai Beiras; com o fim de obter uma primeira aproximação às divergências espaciais existentes dentro da economia

³ BEIRAS, José Manuel, Estructura y problemas de la población gallega., Serv. de Estudios del Bco. del Noroeste, A Corunha, 1970, Anexo V.

Beiras, à sua vez, toma como referência o procedimento aplicado num estudo sobre a evolução da população activa por sectores no conjunto de Espanha, realizado polo Instituto de Cultura Hispánica:

-INSTITUTO DE CULTURA HISPANICA, Estudios Hispánicos de Desarrollo Económico. Monografía no. 1: La población activa española de 1900 a 1956., Instituto de Cultura Hispánica, Madrid, 1957.

Em datas mais recentes, Santos G. Ibañez tem feito outra proposta de homogeneização das classificações profissionais dos Censos. Pero esta não se adapta aos nossos propósitos, já que a homogeneização fai-se num total de 17 epígrafes, e ademais está mui condicionada polo feito de incluir-se também os Censos realizados na segunda metade do século passado. Ver:

-IBÁÑEZ, Santos G., "Un intento de homogeneización...", op. cit.

galega, no que respeita à dinâmica da população activa por sectores. Precisamente, o desejo de dispor de cifras por províncias foi o motivo principal pelo que realizamos de novo todos os cálculos, em vez de tomar as cifras já obtidas por este autor.

As diferenças que existem entre as suas cifras e as que nós oferecemos para o conjunto de Galiza, explicam-se por isso mesmo (o diferente nível de agregação ao que foram realizados os cálculos).

- b. Por outra banda, nós diferenciamos como um sector específico a "Construção", que Beiras engloba no sector secundário. Em consequência, devemos especificar as rubricas que para cada Censo incluímos neste sector "Construção".

No Censo de 1900, os quadros de resultados por províncias não permitem diferenciar a construção das indústrias manufactureiras, pelo que para este ano não efectuamos esta distinção.

Para os restantes Censos estes são os epígrafes profissionais que incluímos no sector da construção:

- 1910: rubrica no. 17, "Industrias de la edificación".
- 1920: rubrica no. 18, "Industria de la construcción".
- 1930: rubrica no. XIV, "Construcción y edificación".
- 1940: igual que em 1930.

Nos Censos de 1950 em diante a classificação da população activa por ramos de actividade é bastante similar, e não plantea maiores problemas a sua redução aos 4 sectores que diferenciamos.

A única dificuldade vem dada pela rubrica residual "Actividades mal especificadas", que aparece nestes últimos Censos⁴. Uma primeira opção teria sido distribuir em cada ano a cifra correspondente a esta rubrica entre os diferentes sectores; sem embargo, dado que não contávamos com critérios de certa solidez para efectuar esse repartido, e que uma rubrica similar existe também em todas as estatísticas de emprego realizadas na actualidade, decidimos não fazer essa distribuição, incluindo sem embargo essa cifra no total de população activa em cada ano⁵.

⁴ A esta rubrica une-se nos censos de 1981 e 1991 outra, que tampouco aparece distribuída por sectores, ainda que neste caso isto não se deve às deficiências da informação. Referimo-nos à rubrica "Activos no clasificables", na que figuram os parados que buscam o primeiro emprego.

⁵ Esta é também a solução adoptada nas comparações internacionais de estatísticas. Ver por exemplo:
-FOURASTIE, Jean, Migrations professionnelles... op. cit.

No que se refire ás ramas nas que é clasificada a poboación activa, tam só existe unha variación de certa relevancia que afecta à comparabilidade das cifras destes últimos Censos: os "servicios sanitarios" figuran nos Censos de 1950 e 1960 englobados con "Electricidad, agua, gas" numha única rama, que incluímos no sector industrial; nos de 1970, 1981 e 1991, em cámbio, os "servicios sanitarios" já aparecen em rúbricas correspondentes ao sector serviços. Isto afecta à comparación das cifras de indústria e serviços entre esses Censos; pero a magnitude do sesgo é bastante pequena⁶.

2. As mudanzas operadas nas definicións censais.

Ao analizar a evolución da poboación activa por sectores hai que ter presente o que acabamos de ver: as dificultades para homogeneizar as clasificacións por ocupaçons, sobretudo nos Censos anteriores a 1950. As deficiencias do material empírico de base fan que nas cifras que obtemos exista unha certa marge de erro.

Pero ademais diso, existen outros problemas para a comparación dos dados dos sucesivos Censos, que afectan neste caso aos realizados de 1950 em adiante; problemas estes que se derivan das variacións nas definicións censais. Douos som aquí os aspectos esenciais a ter em conta: o ámbito populacional ao que correspondem as cifras de poboación activa; e o concepto concreto ao que se refiren as cifras, a definición concreta de "poboación activa" nos diferentes Censos.

a. O ámbito populacional ao que se refiren as cifras.

Em primeiro lugar, o ámbito populacional ao que se refiren as cifras de poboación activa nom é o mesmo em todos os Censos. Aquí é preciso diferenciar dous conceptos:

-Poboación de dereito: inclue a todas as persoas que teñem fixada a súa residencia no municipio ou provincia da que se trate; tanto aquelas que no momento de realizar-se o Censo estaban presentes (residentes presentes), como as que estaban ausentes (residentes ausentes).

⁶ Assi podemos apontar que na rama "Electricidad, agua, gas y servicios sanitarios" o Censo de 1950 regista para o conxunto de Galiza uns 2500 activos, face 109000 no total do sector industrial, e 164000 nos servicios.

-População de feito: inclue aos residentes presentes e aos transeuntes (é dizer, persoas que estavam presentes no município no momento de realização do Censo, aínda que nom tenham nele a sua residência).

Para os Censos de 1900 a 1950 (inclusivamente), as cifras de população activa refírem-se à população de feito. Com umha salvedade: em 1900 e 1910 a suma da população que figura nas diferentes rúbricas ocupacionais é em Galiza ligeiramente superior à população de feito⁷; isto deve-se a que figuram duplicados os habitantes que declarárom mais de umha profissom.

No Censo de 1960 aquelas cifras refírem-se à "população residente habitual", um conceito mais restringido que a população de feito, aínda que a diferença na prática nom é importante⁸.

Mais importante é a modificação (de sentido contrário) que se produze nos Censos de 1970 e 1981. Nestes dous censos, todos os quadros de resultados relativos à actividade económica da população, e portanto as cifras de activos por sectores, refírem-se à população de direito; a qual em Galiza é tradicionalmente mui superior à população de feito, devido ao elevado número de persoas emigradas que continuam sendo censadas como "residentes ausentes" no seu lugar de origem⁹.

Por último, no Censo de 1991 as cifras de activos e ocupados por sectores refírem-se também à população de direito. Pero hai que indicar o volume desta população está neste último Censo mui próximo à população de feito; polo que o tomar um ou outro âmbito populacional nom tem efeitos práticos significativos¹⁰.

⁷ Concretamente, em 1900 a suma da população activa e inactiva é de 1990679 persoas, e a população de feito 1980515; em 1910 as cifras som respectivamente 2070050 e 2063589.

⁸ Essa "população residente habitual" inclue, segundo a sua definição, às persoas que pernoctam a maior parte do ano no município. No conjunto de Galiza o seu número em 1960 é de 2574880; e a população de feito 2602962.

⁹ Em 1970 as cifras eram respectivamente de 2676403 persoas (pop. de direito) e 2583674 (pop. de feito). E no censo de 1981 estas cifras eram: 2811942 e 2753836, respectivamente. Umha diferença, como vemos, superior às 80.000 persoas na primeira data, e próxima às 60.000 na segunda.

¹⁰ Concretamente, dacordo com o Censo de população de 1991, a população de direito é em Galiza de 2731669 habitantes, e a de feito 2720445; isto é, umha diferença de tam só umhas 11000 persoas.

Essas mudanças no que respeita ao âmbito populacional ao que correspondem os dados de activos por sectores, devem ter, obviamente, umha repercusom sobre as cifras. De tal modo, que cabe pensar que os censos de 1970 e 1981 tendem a sobreestimar, em relação aos anteriores, o volume de activos nos diversos sectores.

Por outra parte, hai que destacar que as cifras de população activa oferecidas polos sucessivos censos também se vem afectadas polo grau de precisom ou rigor que estes tenhem no registo da população total de Galiza. Neste sentido, temos umha experiência recente que pom num primeiro plano esse problema: a publicação dos resultados do Censo de 1991, que fam aparecer umha importante caída da população galega nos últimos 10 anos, puxo de manifesto a notável sobrevaloración das cifras de população no Censo anterior, o de 1981¹¹.

b. As modificacións na definición da população activa; o concepto concreto ao que se refiren as cifras que ofrecemos na nosa serie estatística.

A partir do Censo de 1950 é introduzida a clasificación da população em activa e inactiva. A definición concreta de "população activa" varia, sem embargo, de um Censo a outro; e isto afecta também à comparabilidade das cifras.

Para comezar, temos que fazer aqui umha advertência importante: os dados que ofrecemos na nosa serie estatística, e que analisamos no texto do capítulo, nom correspondem em todos os anos ao mesmo concepto. Em concreto, as cifras até 1970 (inclusive) refiren-se à população activa nos diversos sectores; pero as de 1981 e 1991 refiren-se à população ocupada. Isto fai que, na prática, ainda que no texto falemos de população activa, e em concreto de população activa agrária, quiçás seria mais adequado considerar a totalidade da serie 1900-1991 como referida à evolución da população ocupada (posto que em todo o período que vai até 1970 o desemprego nom alcança volumes significativos)¹².

¹¹ Feito este reconhecido polos próprios responsáveis ou técnicos dos serviços estatísticos. Consultar ao respeito:

-INSTITUTO GALEGO DE ESTADÍSTICA, Censos de Poboación e Vivendas 1991. Resultados provisionais (mostra-avance). Galicia., Xunta de Galicia. Consellería de Economía e Facenda, Santiago, 1992, pag. 13.

¹² Assi, o Censo de 1970 registou em Galiza tam só 19094 persoas desempregadas, o que supom menos do 2% da população activa.

No que respeita à definição concreta de "população activa" adoptada nos censos realizados a partir de 1950, as principais modificações que se produziram (centrando-nos na população ocupada) foram as seguintes:

1. Os **varons cumprindo o serviço militar** som classificados nos Censos de 1950, 1960 e 1970 segundo a sua situação antes da incorporação a filas, e portanto se desempenhavam alguma actividade económica estão incluídos na população activa. Nos dois últimos Censos (os de 1981 e 1991), em câmbio, estas pessoas classificam-se na categoria "población contada aparte", que não está incluída na população activa¹³.
2. **Límites de idade.** Nos Censos de 1950, 1960 e 1970 não se estabelece nenhuma idade mínima para que uma pessoa possa ser incluída na população ocupada (únicamente para os desempregados se fixa uma idade mínima de 14 anos). Nos dois últimos Censos, em câmbio, também só som susceptíveis de ser incluídas na população activa as pessoas de 16 e mais anos.
3. O último aspecto no que existem variações é o **período de referência e o tempo mínimo de trabalho** para que uma pessoa seja considerada como ocupada. Nos Censos de 1950 e 1960 o período de referência eram os 6 meses anteriores à realização do Censo, e exigia-se que como mínimo, nesse período, se trabalhasse 1/6 da jornada normal. Em 1970 o período de referência é a semana anterior à realização do Censo, elevando-se a dedicação mínima exigida a 1/3 da jornada normal.

Em todos esses casos, as condições estabelecidas eram praticamente idênticas tanto para os trabalhadores remunerados como para os trabalhadores familiares não remunerados (ajudas familiares). No Censo de 1981 não há mudanças no que se refere a estes últimos (exige-se uma dedicação

¹³ Consultar ao respeito:

-INE, Proyecto para la realización de los Censos de 1970., INE, Madrid, 1970, pag. 24.

-INE, Proyecto del Censo de Población 1981., INE, Madrid, 1982, pp. 28-29.

-INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA, Censo de Poboación e Vivendas 1991. Resultados Provisionais... op. cit., "Notas metodológicas", pp. 28-31.

Todas as observações que fazemos a continuação estão baseadas nas precisões metodológicas e conceptuais que aparecem nestas obras, e também nas introduções dos fascículos de resultados dos diferentes Censos. Aferramo-nos, pois, uma proliferação de notas ao pé de página.

mínima de 1/3 do tempo de trabalho normal na semana anterior, ao igual que sucedia em 1970); pero si para os trabalhadores remunerados, para os que nom se exige nengumha dedicaçom mínima.

Finalmente, no último Censo (realizado em 1991) modificam-se de novo os requisitos ou condiçoms fixadas: aqui som consideradas como ocupadas (tanto no caso dos trabalhadores por conta própria, como no de aqueles por conta alheia), aquelas persoas que durante a semana anterior à data de referência do Censo trabalhárom ao menos 1 hora.

Em conjunto, as precisoms que acabamos de fazer constituem umha chamada à prudência na interpretaçom das cifras, para o que devemos ser cautos e nom atribuir-lhes aos dados umha exactitude que nom tenhem. As grandes tendências que se desprendem destas cifras, sobre a evoluçom da populaçom activa por sectores, cremos, sem embargo, que mantemhem toda a sua validez.

ANEXO METODOLOGICO AO CAPITULO II: Explicação da correcção que realizamos nas cifras de população por zonas de hábitat correspondentes a 1970 e 1981.

Tal como exponhemos no texto, as cifras de população rural que oferecem os 4 Censos de população realizados no período 1950-1981, nom som estritamente comparáveis. Por esta razom, e com o fim de obter dados que foram homogéneos, tivemos que efectuar umha correcção, em concreto nas cifras correspondentes a 1970 e 1981. Imos explicar brevemente o problema plantejado, e o procedimento que utilizamos para corregir as cifras originais.

1. O âmbito populacional ao que se refirem as cifras de população rural nos 4 Censos aqui considerados.

As dificuldades tenhem a sua origem em que os dados oferecidos por esses Censos nom se refirem em todos eles ao mesmo âmbito populacional. O problema, sem embargo, é diferente para as cifras globais de população por zonas de hábitat, e para as cifras por sexos e idades.

Polo que respeita às **cifras globais** , os dados do Censo de 1950 refirem-se à população de feito; em 1960 esses dados refirem-se à população residente habitual, que em Galiza é praticamente idéntica à "de feito"¹⁴. No Censo de 1970 som oferecidas tanto as cifras correspondentes à população de feito como as referidas à população de direito. Por último, no Censo de 1981, e no que respeita às cifras de população por zonas de hábitat, unicamente som oferecidas as referidas à população de direito, mui superior neste ano à de feito.

O problema nas cifras globais planteja-se, pois, unicamente para 1981. Para esta data é necessário efectuar umha correcção, a fim de obter dados referidos, ao igual que os dos Censos anteriores, à população de feito.

No caso das **cifras de população por sexos e idades** , ademais dos dados de 1981 é preciso corregir também os correspondentes a 1970. Porque no Censo de 1970, se bem as cifras globais som oferecidas para a população de feito e para a de direito, nom ocorre o mesmo nas classificações

¹⁴ Concretamente, a população de feito de Galiza era em 1960 de 2.602.962 pessoas; e a residente habitual era de 2.596.803, é dizer, umha diferença de umhas 6.000 pessoas.

por sexos e idades; aqui os únicos dados publicados som, ao igual que em 1981, os referidos à população de direito.

A continuação expõem o procedimento utilizado para corrigir umas e outras cifras.

2. O procedimento utilizado para corrigir os dados censais.

Começamos pela **correção efectuada nas cifras globais por zonas de hábitat correspondentes a 1981**. A questão a resolver era aqui como distribuir a diferença entre população de direito e população de feito em cada província (diferença esta que conhecemos), entre a zona rural e a zona urbana. A solução adoptada foi mui simple: atribuímos a totalidade dessa diferença à zona rural, e, portanto, deduzimos da população de direito rural o excesso da população de direito sobre a de feito existente no total provincial.

A razão de proceder assi é que essa diferença, entre população de direito e população de feito, deve-se fundamentalmente aos emigrantes que continuam sendo censados no seu lugar de origem como "residentes ausentes"; e, ao ser a zona rural a origem da emigração, cabe aguardar que seja nela onde se concentra essa diferença.

Esta hipótese, plausível a priori, é avalada ademais polos dados do Censo de 1970. Neste Censo, no que se oferecem as cifras de habitantes por zonas de hábitat tanto para a população de direito como para a de feito, podemos comprovar que é na zona rural onde se concentra em exclusiva a diferença entre ambas¹⁵.

Passemos agora ao **ajuste realizado nas cifras por sexos e idades de 1970 e 1981**. Aqui limitamo-nos a corrigir os dados correspondentes à população rural; para a zona urbana, ao ser a população de direito mui similar à de feito, mantivemos as cifras oferecidas polos Censos.

A correção das cifras rurais foi efectuada tomando, para a população de cada sexo, a distribuição nos três grandes grupos de idade. O procedimento foi o seguinte:

¹⁵ Dacordo com os seus dados, no conjunto de Galiza a população de direito superava em 1970 à de feito em 92.661 pessoas; pois bem, na zona rural essa diferença era de 100.581 pessoas. É dizer, que no conjunto da zona urbana e intermédia a população de feito era mesmo ligeiramente superior á de direito.

- i. Para 1970, e no que respeita à população total, disponhamos em primeiro lugar das cifras por sexos e idades referidas à população de direito, cifras que nos oferece o Censo. E contávamos também com umha estimação das cifras por sexos e idades referidas à população de feito¹⁶.

A partir desses dados, obtivemos a distribuição entre os três grandes grupos de idade da diferença entre população de direito e população de feito. Aplicando essa distribuição percentual à diferença entre população de direito e população de feito na zona rural, calculamos o valor dessa diferença em cada um dos grupos de idade. Finalmente restamos as cifras assi obtidas da população de direito rural em cada grupo de idades. Todos os cálculos foram efectuados por províncias, e em cada província por sexos.

A hipótese implícita nesses cálculos é a de que os residentes ausentes na zona rural tenham a mesma distribuição por idades que os residentes ausentes no conjunto da população provincial.

- ii. Para 1981 carecíamos de cifras por sexos e idades referidas à população de feito. Por este motivo, o que fixemos foi supor que a diferença entre população de direito e população de feito na zona rural, tinha umha distribuição por idades, em termos percentuais, igual que em 1970. A partir daí efectuamos todos os cálculos seguindo o procedimento utilizado para 1970.

¹⁶ Estas cifras som oferecidas na publicação do "Instituto Nacional de Estadística": -INE, Panorámica demográfica. Anexos. Volumen I., INE, Madrid, 1977

ANEXO METODOLOGICO AO CAPITULO IV: As fontes estatísticas sobre a mão de obra agrícola que existem em Galiza para o período de 1950 em diante; metodologia e definições utilizadas.

Nas últimas décadas contamos em Galiza com um total de 5 fontes estatísticas, que nos oferecem dados sobre o volume da mão de obra agrícola e a sua evolução. A uma dessas fontes, os "Censos de población", já nos referimos anteriormente, no Anexo metodológico ao capítulo I. Aqui imos aclarar as principais características metodológicas e os problemas mais importantes que plantejam as 4 estatísticas restantes: os estudos do Banco de Bilbao, "Renta Nacional de España y su distribución provincial"; a "Encuesta de Población Activa"; os Censos agrícolas; e a estatística de trabalhadores afiliados ao "Regimen Especial Agrario" da Segurança Social.

1. Os dados sobre população activa e número de empregos no sector agrícola, oferecidos polos estudos do Bco. de Bilbao: "Renta Nacional de España y su distribución provincial".

Ao contrário do que sucede para as restantes fontes estatísticas consideradas, as cifras oferecidas por estes estudos nom procedem de uma recolhida directa de informação, senom que se trata de estimações realizadas polo Serviço de Estudos do Banco de Bilbao a partir de dados estatísticos de procedência diversa. Este é o primeiro aspecto que devemos ter presente ao examinar estas cifras.

Se, apesar disso, nos pareceu interessante tomar esta fonte em consideração, foi devido à grande difusão que tem alcançado o seu uso nos estudos referidos à economia galega. A escassez em Espanha de dados estatísticos regionalizados sobre produção e emprego; e, no que respeita em concreto a isto último, a ausência doutras cifras que as decenais dos "Censos de población", até que em 1972 começam a publicar-se os resultados da EPA a nível provincial; todo isso fixo que as estimações realizadas polo Banco de Bilbao foram amplamente utilizadas nas análises a nível provincial e regional, e concretamente nas análises referidas a Galiza.

Imos tratar de aclarar os principais aspectos da metodologia e das definições utilizadas nesta fonte, no que respeita às cifras de população activa e emprego.

Os Estudos do Banco de Bilbao começam a publicar-se no ano 1955, e aparecem a partir daí com umha periodicidade em geral bianual, continuando assi até a actualidade. Dentro desse amplo período de existência, e referindo-nos sempre ás suas estimaçõs sobre a populaçom activa e o emprego, podemos distinguir claramente **duas etapas**:

- A primeira chega até o Estudo de 1971; e vem marcada: pola pouca claridade nos conceitos estatísticos utilizados, e pola irregularidade que se observa nas séries temporais.
- A segunda inicia-se com o Estudo de 1973. A claridade e o rigor som nesta etapa muito maiores, tanto nos conceitos utilizados como no que respeita às estatísticas que servem de base às estimaçõs.

De feito, o reconhecimento das deficiências que apresentavam as cifras na primeira etapa, levou à elaboraçom da "Serie Homogénea 1955-75", na que se reconstruem as séries temporais para esses 20 anos¹⁷. Os dados que nós empregamos som: os desta "Serie Homogénea" até 1975; e para os anos posteriores os dos Estudos bianuais correspondentes. A estes dados refirem-se as observaçõs que venhem a continuaçom.

a. Definiçõs utilizadas.

As cifras sobre mao de obra oferecidas por esta fonte correspondem a dous tipos de conceitos: a populaçom activa e populaçom ocupada, por um lado; e o número de empregos, polo outro. No que respeita à mao de obra do sector agrário, temos duas séries: a primeira referida à populaçom activa no sector agricultura e pesca; e a segunda ao número de empregos na agricultura (sem pesca).

Nas sucessivas ediçõs destes Estudos nom é muito o que se aclara sobre a definiçom de cada um desses conceitos. As referências pontuais a esses conceitos que podemos encontrar nas explicaçõs metodológicas, limitam-se a reproduzir a sua definiçom genérica:

¹⁷ BANCO DE BILBAO. SERVICIO DE ESTUDIOS, Renta Nacional de España y su distribución provincial. Serie Homogénea 1955-75., Bilbao, 1978.

- "Población activa. Comprende el número de personas que trabajan o que, con aptitud suficiente, buscaban empleo en el último trimestre del año."¹⁸

- "Empleos. Suma de los puestos de trabajo ocupados en el año."¹⁹

Em relação com isso, podemos salientar unicamente que o primeiro conceito (população activa) corresponde a umha classificação dos indivíduos segundo a sua actividade. Enquanto que para os empregos a perspectiva é a das unidades de produção, o registo dos postos de trabalho; podendo umha mesma pessoa ocupar mais de um posto.

O feito de que nom se ofereça umha definição mais detalhada e precisa dos conceitos, nom tem sem embargo neste caso muita relevância. Dado que se trata de estimações efectuadas a partir de outras fontes estatísticas, o realmente importante é conhecer quais som estas fontes.

b. Fontes empregadas para realizar as estimações.

A questom da procedência das cifras está relativamente clara para os últimos anos (de 1973 em adiante); pero nom ocorre o mesmo para as datas anteriores.

No período de 1973 em adiante, as estimações estão baseadas em dous tipos de fontes²⁰:

- Para as cifras de população activa a base essencial, e nos anos mais recentes a base praticamente exclusiva, som os resultados da "Encuesta de población activa".

- Para o número de empregos, citam-se como principal base das estimações os registos de trabalhadores da Segurança Social; complementados para alguns

¹⁸ BANCO DE BILBAO. SERVICIO DE ESTUDIOS, Renta Nacional de España y su distribución provincial 1973., Bilbao, 1975, pag. 11.

Nas sucessivas edições do Estudo, até a de 1981, que é a última que tomamos aqui em conta, nom se oferecem novas definições, e dá-se a entender umha continuidade com a metodologia iniciada nesse Estudo de 1973.

¹⁹ Ibidem., pag. 11

²⁰ Ver ao respeito as aclarações sobre a metodologia e fontes que aparecem na publicação da "Serie Homogénea 1955-75", e no Estudo de 1981.

sectores, entre os que nom está o agrário, com outras fontes. Na prática, o exame dos resultados das estimaçõs fai pensar que todas estas fontes (Seg. Social e outras) se utilizam aqui de forma complementária com os dados da EPA, que som, também neste caso, a base de partida.

Todo isso refire-se às cifras de 1973 em adiante. Para os anos anteriores o tema nom está, em cámbio, tam claro. Nas notas metodológicas que acompanham à "Serie Homogénea 1955-75", dá-se a entender que as estimaçõs de populaçom activa e emprego por sectores, se baseam para todos esses anos nos resultados da EPA e nos registos da Segurança Social, respectivamente. Agora bem, o primeiro é impossível, já que a EPA nom começa a realizar-se até o ano 1964, e nom publica resultados a nível provincial até 1972. Portanto para os anos anteriores a 1972 tivérom que utilizar-se outras fontes como base das estimaçõs por províncias.

De feito, se em vez da "Serie Homogénea" seguimos os Estudos bianuais, podemos ver que: nos Estudos anteriores ao de 1973, e polo que se refire em concreto à maõ de obra no sector agrário, hai muitas oscilaçõs nos conceitos e classificaçõs empregadas; e as estatísticas que se citam como base para as estimaçõs som diversas em cada Estudo e variam de um para outro²¹.

É no Estudo de 1973, que significativamente coincide com o início da publicaçom dos resultados provinciais da EPA, quando se introduze o quadro de conceitos que se vai manter daí em adiante e que aparece na "Serie Homogénea 1955-75". E também é a partir dessa data, quando começa a citar-se a EPA como principal base das estimaçõs.

Em definitiva, a nossa opiniom ou diagnóstico, no que respeita a esta fonte, é o seguinte:

- As estimaçõs sobre a populaçom activa e o emprego agrários que se nos oferecem de 1973 em adiante, estám baseadas principal e quase exclusivamente nas cifras da EPA.
- Para o período anterior, em cámbio, apesar do que se afirma nas explicaçõs à "Serie Homogénea", isso nom é assi. Neste caso nom pode conhecer-se com certeza os dados utilizados como base para a estimaçom; polo que a

²¹ Assi, no Estudo de 1955, por exemplo, citam-se como fontes utilizadas para estimar a maõ de obra no sector agrário as seguintes: o "Censo de poblaci3n" de 1950; a "Encuesta agropecuaria de 1953", que fora elaborada pola "Junta Nacional de Hermandades"; e um Censo confeccionado pola "Comisi3n para la aplicaci3n de los Seguros Sociales a la Agricultura".

No de 1969 som sinaladas as seguintes: o Censo agrario de 1962, a EPA, e o "Censo de la Hermandad Sindical de Labradores y Ganaderos".

confiança que merecem as cifras é muito menor, e estas devem tomar-se com sumas reservas.

2. A "Encuesta de población activa" (EPA).

A EPA é umha estatística dirigida especificamente a conhecer a situação da população em relação à actividade económica. Isto, unido ao rigor das definições e do método de obtenção das cifras, faz dela a fonte estatística mais fiável e precisa da que se dispõe em Espanha sobre a actividade e ocupação dos seus habitantes²². Ainda assim, não está, sem embargo, exenta de problemas e deficiências.

A EPA constitui um inquérito por sondagem que o INE vem realizando desde 1964, com uma periodicidade em geral trimestral, excepto para alguns anos nos que se fixo com carácter semestral.

Até o segundo semestre de 1972, sem embargo, unicamente foram publicados resultados para o conjunto do Estado. Só a partir desta data, coincidindo com a primeira reforma da sua metodologia, começa a publicação de resultados a nível provincial. Disto deriva-se uma primeira, e fundamental, limitação desta fonte estatística do ponto de vista da nossa análise: as suas cifras só cubrem para Galiza uma pequena parte do período ao que nos referimos neste capítulo.

Com o fim de suprir no possível essa carência, e poder completar a série temporal até princípios dos anos 60, a única opção é recorrer a algum tipo de estimação, a partir dos resultados oferecidos por esta fonte para o total de Espanha. Isto foi o que fixamos, tomando em concreto as cifras estimadas num estudo publicado pelo "Ministerio de Trabajo"²³. Trata-se de uma estimação das cifras anuais de população activa por sectores a nível provincial para o

²² Esta opinião é compartilhada de forma geral pelos especialistas. Ver por exemplo: -GARCIA DE BLAS, Antonio, "Estadísticas de población activa, empleo y paro.", em: INE, Jornadas de Estadística Española., INE, Madrid, 1982, Tomo II, pp. 53-62

²³ Ver: MINISTERIO DE TRABAJO. DIRECCION GENERAL DE EMPLEO Y PROMOCION SOCIAL, Perspectivas del nivel de empleo de la agricultura española ante el desarrollo., Servicio de Publicaciones. Ministerio de Trabajo, Madrid, 1976.

período 1960-1973, que se basea: i) nas cifras anuais para o conxunto de España ofrecidas pola EPA; ii) e nos datos por provincias dos "Censos de población" de 1960 e 1970²⁴.

Assi, na análise que efectuamos no texto do capítulo, e polo que respeita a esta fonte, utilizamos dúas series de cifras:

- A serie de poboación activa agraria estimada na citada obra, para o período 1960-1973.
- E a serie para o período 1972-1982, que procede já das cifras a nivel provincial publicadas pola EPA.

Nom é necesario advertir que a primeira serie deve tomar-se como unha mera aproximación. Aquí imos referir-nos ás principais características, e ás deficiencias, das cifras publicadas pola EPA a partir de 1972.

a. Metodología e definicións.

1. Ambito populacional e método de obtención das cifras.

O ámbito populacional da EPA inclúe a poboación residente en vivendas familiares. Fica excluída a que reside en fogares colectivos (hoteles, cárceres, conventos...), cousa esta que nom tem muita relevancia práctica, já que esta poboación supom menos do 3% do total.

A información é obtida mediante um inquérito trimestral realizado sobre unha amostra de uns 60.000 fogares. Sem entrar nos detalles do desenho da amostra, o método empregado para a súa selección, etc, limitaremo-nos a salientar dous aspectos:

- A selección das unidades primarias da amostra (as seccións), é efectuada em base às cifras do Censo de poboación ou Padrom municipal de habitantes mais recente.
- Para elevar os resultados obtidos na amostra, e estimar assi os resultados referidos ao conxunto da poboación, utilizam-se cifras de poboación que procedem também do último Censo ou Padrom, e de proxeccións demográficas para os anos intermédios.

²⁴ A explicación detallada do método empregado para os cálculos pode encontrar-se no citado estudo:

-MINISTERIO DE TRABAJO. DIRECCION GENERAL DE EMPLEO Y PROMOCION SOCIAL, Perspectivas del nivel de empleo de la agricultura española op. cit., pp. 15-44

Disso desprende-se um feito que nos interessa resaltar: as estimações da EPA estão bastante vinculadas aos dados de população que oferecem os sucessivos Censos e Padrões; e vem-se, em consequência, afectadas pelas deficiências que estes dados podem apresentar.

2. Definições utilizadas.

Desde que se iniciou a sua elaboração (em 1964) até a actualidade, a EPA sofreu três reformas da sua metodologia e definições: em 1972, em 1976, e a última em 1987. É necessário, portanto, diferenciar 4 etapas da EPA: a que podemos denominar EPA-64 (do 2o. trimestre de 1964 ao 2o. semestre de 1971); a EPA-72 (2o. semestre de 1972- 2o. trimestre de 1976); a EPA-76 (3o. trimestre de 1976- 1o. trimestre de 1987); e a EPA-87 (do 2o. trimestre de 1987 em diante).

A ruptura metodológica em cada uma dessas datas inclui diferentes aspectos (desenho da amostra, questionário,...); pero sobretudo afecta às definições das variáveis ou conceitos utilizados²⁵. Antes de expor as definições devemos aclarar, pois, a qual das etapas nos referimos.

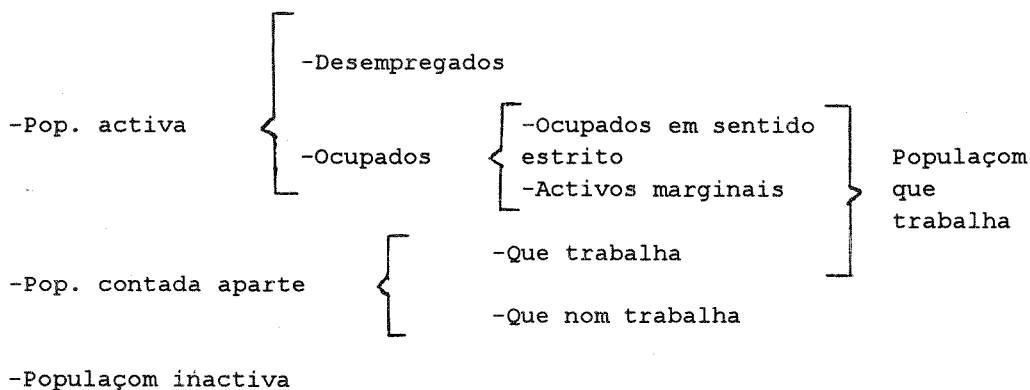
Aqui deixamos de lado a primeira etapa, já que nela não se publicam cifras por províncias; e também a última, a EPA-87, à que aludiremos no capítulo VI, ao analisar as cifras para os anos mais recentes. As etapas que nos interessam neste capítulo são as duas centrais. Concretamente imos ver primeiro as definições vigentes na EPA-76, sinalando depois as principais diferenças em relação as definições da EPA-72.

i. As definições empregadas na EPA-76.

No esquema seguinte figuram os conceitos ou grupos, nos que é classificada na EPA-76 a população de 14 e mais anos²⁶:

²⁵ Sobre isto, e para as duas primeiras rupturas (as de 1972 e 1976) consultar: -GRUPO DE TRABAJO SOBRE PROBLEMAS DEL EMPLEO, Población, actividad y ocupación en España (reconstrucción de las series históricas 1960-1978)., Ministerio de Economía, Madrid, 1979, pp. 29 e ss.

²⁶ A de 16 e mais anos a partir do 2o. trimestre de 1980, já que nesta data é elevada de 14 a 16 anos a idade mínima para que uma pessoa possa figurar na população activa.



Em concreto, para Galiza e para o sector agrário, dispomos nesta etapa de duas séries, referidas aos conceitos: "população activa" e "população que trabalha", no sector. Nos dous casos, a delimitação sectorial inclui num único sector à agricultura e a pesca.

Imos aclarar a definição adoptada para cada um dos conceitos, centrando-nos naqueles aspectos que mais podem afectar às cifras de mão de obra obtidas para o sector agrário galego.

-População ocupada.

Os critérios estabelecidos som aqui diferentes segundo se trate de: trabalhadores remunerados, é dizer aqueles que recebem alguma remuneração polo seu trabalho (assalariados, empresários e trabalhadores independentes); ou de trabalhadores familiares nom remunerados.

Os **trabalhadores remunerados** som incluídos na população ocupada sempre que na semana anterior à entrevista realizaram algum trabalho (remunerado), ainda que este fora ocasional e qualquer que fora o tempo trabalhado ("aunque sólo fuese una hora", di-se textualmente). Ademais, som classificados também como ocupados os que, tendo um emprego continuado, estavam temporalmente ausentes dele na semana de referência. Com maior detalhe:

*Aqueles trabalhadores remunerados que tenhem emprego continuado, e os que o tenhem ocasional pero trabalhárom ao menos 1/3 da jornada normal nos últimos 3 meses, som classificados como ocupados em sentido estrito.

*Os que nom tenhem emprego continuado e trabalhárom menos de 1/3 da jornada normal nos últimos 3 meses classificam-se como activos marginais, rúbrica incluída também na população ocupada.

No caso dos **trabalhadores familiares nom remunerados** (os "ajudas familiares"), o critério é algo mais restritivo, ainda que continua sendo também amplo: "só" se incluem na população ocupada aqueles que trabalháram ao menos 1/3 da jornada normal nos últimos 3 meses. Se cumprem esta condição som classificados como ocupados em sentido estrito; e se o tempo trabalhado é inferior a isso, classificam-se como economicamente inactivos.

-População desempregada.

Figuram aqui aquelas pessoas disponíveis para o emprego e que estão buscando trabalho remunerado na semana anterior à entrevista.

A população activa é a suma desses dous conceitos: população ocupada e população desempregada.

-População contada aparte.

Os varons que estão cumprindo o serviço militar som classificados como "população contada aparte", e nom figuram nem como activos nem como inactivos.

Sem embargo, aqueles que trabalháram na semana anterior à entrevista incluem-se na "população que trabalha". Esta última categoria é a suma da população ocupada e da população contada aparte que trabalha. A efeitos práticos, e dada a reduzida cifra da última rúbrica, a "população que trabalha" pode ser assimilada à população ocupada.

ii. As diferenças entre as definições da EPA-72 e as da EPA-76.

O primeiro aspecto a sinalar é que os resultados por províncias e sectores que publica a EPA-72, som os referidos à população ocupada e à população que trabalha. Nom aparece, em câmbio, distribuída por sectores a população activa de cada província. Deriva-se de aqui que, se queremos ter umha série desde 1972 até 1982 referida ao mesmo conceito (ao menos nominalmente), hai que tomar tanto no período 1972-1976 como de 1976 em adelante: a "população que trabalha" no sector agricultura e pesca.

Em conseqüência, a questom a aclarar neste ponto é: qué diferenças hai entre as duas etapas, no que respeita em concreto à definição da população que

trabalha ?. Para fazer mais clara a exposiçom imo-nos referir aos colectivos cujo tratamento, desde esse ponto de vista²⁷, é distinto na EPA-72 que na EPA-76²⁸.

-Varons que cumprem o serviço militar.

Já vimos que na EPA-76 estes som classificados como "populaçom contada aparte", e só se incluem na populaçom que trabalha os que trabalhárom na semana de referéncia. Na EPA-72, em cámbio, estas persoas, no caso de trabalhar na semana de referéncia, eram considerados como ocupados; e em caso contrário classificavam-se segundo a sua situaçom antes da incorporaçom a filas (podendo ser: ocupados, parados ou inactivos).

Neste caso, portanto, a modificaçom introduzida na reforma de 1976 tende a fazer diminuir as cifras de "populaçom que trabalha".

-Trabalhadores espanhóis no estrangeiro.

A questom refire-se só a aqueles trabalhadores no estrangeiro que tenhem vivenda aberta em Espanha (no nosso caso, numha das províncias galegas), e nela residem membros da sua família; os que nom cumprem essa condiçom nom som registados pola EPA em nengumha das etapas.

Os que están na citada situaçom eram classificados na EPA-72 dentro da populaçom activa, numha rúbrica independente: "Activos en el extranjero". Estes "Activos en el extranjero" incluíam-se na cifra global de populaçom que trabalha, pero nom apareciam distribuídos por sectores; em conseqüéncia, nom figuravam nas cifras correspondentes ao sector agricultura e pesca.

Na EPA-76 estas persoas som classificadas na populaçom ocupada, e portanto na populaçom que trabalha, "*si cumplen la condición de ir a trabajar en labores de temporada o campaña cuya duración sea inferior a 3 meses*", afirma-se textualmente. Os que figurem nesta situaçom som distribuídos por sectores segundo a sua ocupaçom no estrangeiro.

Vemos, pois, que a modificaçom realizada em 1976, de ter algum efeito sobre as cifras correspondentes ao sector agrário, é no sentido de elevar o volume da mao de obra contabilizada no sector.

²⁷ É dizer, no que respeita à sua inclusom ou nom na populaçom que trabalha.

²⁸ Sobre isto consultar:

-GRUPO DE TRABAJO SOBRE PROBLEMAS DEL EMPLEO, Población, actividad y ocupación en España... op. cit., pp. 29 e ss.

-Trabalhadores familiares nom remunerados ("ajudas familiares").

Tanto na EPA-72 como na EPA-76, aquelas destas persoas que trabalhárom ao menos 1/3 da jornada normal durante o período de referéncia, classificam-se como ocupados; e incluem-se, portanto, dentro da população que trabalha.

A diferéncia está no tratamento dado aos que, trabalhando na semana de referéncia, tenhem umha dedicação inferior a 1/3 da jornada normal. A EPA-72 classifica a estas persoas entre os "activos marginais", categoria que está incluída na população que trabalha, e aparece distribuída por sectores. Na EPA-76, em cámbio, e como já vimos, os que están nesta situação som considerados inactivos, e están excluídos da população que trabalha.

A modificación introduzida em 1976 tende, como se ve, a fazer reducir as cifras de população que trabalha. Para umha agricultura, como a galega, com forte predomínio da maõ de obra familiar, esta é, das três, a modificación que maiores efectos pode ter sobre as cifras.

Considerando em conjunto as três mudançãs citadas, parece claro que a reforma de 1976, de afectar às cifras de população que trabalha na agricultura, tivo que ser em sentido descendente.

b. As deficiéncias e problemas que apresentam os dados da EPA.

Entre as críticas que se tenhem feito aos dados da EPA, están em primeiro lugar aquelas que se refirem aos próprios critérios ou definiçõs utilizadas. Polo que respeita em concreto ao sector agrário, essas críticas centram-se sobretudo na categoria dos trabalhadores familiares nom remunerados (os ajudas familiares).

Para a maior parte dos autores, os critérios fixados para a classificaçom destas persoas dentro da população ocupada som demasiado amplos, o que leva a umha sobreestimaçom do número de ocupados no sector agrário²⁹. Isto

²⁹ Este é, por exemplo, o ponto de vista de Mario Gaviria, que referindo-se à EPA afirma:

"...el concepto de ayuda familiar en la agricultura (...) encubre situaciones de paro, que no son calificadas estadísticamente así, sino como población activa ocupada (aunque sea unos días al

coincide com umha crítica de carácter mais geral que freqüentemente se fai à EPA, no sentido de que os critérios adoptados som mui permisivos para a classificação do entrevistado na população ocupada, e mui restritivos, em câmbio, para a sua classificação como desempregado³⁰.

Outros estudiosos, sem embargo, expressam umha opiniom em sentido contrário, ao menos no que se refere a determinados colectivos dos que figuram entre os ajudas familiares na agricultura. Aponta-se assi que a EPA tende a subestimar a actividade dos jovens como ajudas familiares na agricultura, sobreestimando a inactividade³¹.

Estas críticas ou pontos de vista devem ser tidas em conta ao examinar as cifras, e valorar o seu significado. Lembram-nos, essas críticas, que os dados estatísticos se referem sempre a determinados conceitos, que nom som outra cousa que umha convençom. E, portanto, ao analisar esses dados hai que ter presente o conceito ao que correspondem, sempre discutível.

Aqui, sem embargo, queremos referir-nos a outra classe de problemas: as deficiências das cifras da EPA, no que respeita à homogeneidade das suas séries, e à qualidade das suas estimaçons. Estes problemas tenhem umha doble origem:

i. As sucessivas modificaçons na metodologia e definiçons utilizadas.

Esta questom já foi apontada antes: desde o seu início, a EPA experimentou sucessivas reformas metodológicas. Isto dá lugar á existéncia de rupturas nas séries temporais, que compre ter em conta ao analisar as cifras.

año) ." (GAVIRIA, Mario, "La población activa agraria real en España.", Agricultura y Sociedad, no. 1, 1976, pag. 137)

³⁰ Ver por exemplo:

-DE MIGUEL CASTAÑO, Carmen, "Reformas necesarias en la Encuesta de población activa.", em: INE, Jornadas de Estadística Española., INE, Madrid, 1982, Tomo III, pp. 73-85; em especial, pp. 76-80

³¹ Isto é o que sinalam Luis J. Garrido e Juan Jesús González; ainda que para eles a origem daquela subestimaçom da actividade nom está unicamente nas definiçons, senom também nalguns sesgos que se introduzem no processamento das respostas. Ver:

-GARRIDO, Luis J. / GONZALEZ, Juan Jesús, "La estimación de la ocupación y el paro agrarios.", Agricultura y Sociedad, no. 54, janeiro-março 1990; em especial, pp. 72-83

Em concreto, para o período 1972-1982, ao que correspondem os dados utilizados neste capítulo da nossa investigação, hai que ter presente:

- A ruptura metodológica que se produziu no 3o. trimestre de 1976.
- A elevação da idade mínima para que umha pessoa poda ser classificada como economicamente activa, que foi efectuada no 2o. trimestre de 1980: de 14 anos a 16 anos.

ii. "Envelhecimento" da amostra e inadequada actualização dos factores de elevação.

Estas outras deficiências tenhem a sua origem: nos dados globais de população que servem de base para a selecção da amostra; e nos dados que, posteriormente, som utilizados para elevar os resultados do inquérito e estimar as cifras para o conjunto da população. Neste sentido, compre destacar dous feitos:

- A selecção das unidades primárias da amostra basea-se nas cifras de população do último Censo ou Padrom, e nom se renova nos períodos intermédios (entre o Censo e o Padrom).
- Ademais, os factores de elevação utilizados para estimar os resultados em cada trimestre, procedem nesses períodos intermédios de projecções demográficas pouco fiáveis, que nom recolhem adequadamente as variações que se produzem na realidade.

A resultante desses dous factores é o "envelhecimento" da amostra, que afecta tanto às cifras globais de activos e ocupados obtidas, como à sua estrutura por idades³².

Isso tem, ademais, outro efeito: a irregularidade nas séries temporais. É fácil comprovar os saltos bruscos que se produzem nessas séries coincidindo com a introdução das cifras de um novo Censo ou Padrom.

Devemos acrescentar ainda um terceiro problema que tem que ver com o mesmo tema. Referimo-nos às deficiências que nalguns casos apresentam as cifras de população dos Censos, e sobretudo dos Padrons. Ao servir estas cifras de base às estimações da EPA, tais deficiências transmitem-se aos resultados

³² Esta deficiencia é apontada por numerosos especialistas, que aportam ademais cifras que ilustram os efeitos desse "envelhecimento". Consultar por exemplo:
-DE MIGUEL CASTAÑO, Carmen, "Reformas necesarias en la Encuesta de población activa.", op. cit., pp. 74-76

desta fonte³³. Assim, ao menos para Galiza, o inflamento das cifras de habitantes no Padrom de 1975 deformou as séries da EPA na segunda metade da década dos 70³⁴. E o mesmo pode afirmar-se para as estimações da EPA correspondentes a toda a década dos 80, que está influenciada pelo inflamento que em Galiza apresentam tanto o Censo de população de 1981 como, ainda em maior medida, o Padrom de 1986.

A efeitos práticos, estes problemas têm uma incidência sobre as cifras da EPA muito maior que as modificações dos conceitos. Sirva como exemplo o que sucede para Galiza no 3o. trimestre de 1976: apesar da ruptura metodológica nesta data, as taxas de actividade e a distribuição relativa por sectores da população activa não variam de forma significativa. Em câmbio, produz-se um salto brusco das cifras absolutas de activos, devido, sem dúvida, a que, coincidindo com a reforma metodológica, são introduzidas as cifras do Padrom de 1975.

3. Censos agrários.

Até o momento foram realizados em Espanha 4 censos agrários, nos anos: 1962, 1972, 1982 e 1989. A eles podemos acrescentar a "Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas" levada a cabo em 1987; que corresponde ao mesmo tipo geral de estatística, ainda que baseada neste caso num inquérito por sondagem, e não numa recolha exaustiva de informação. Aqui, sem embargo, imo-nos referir só aos censos de 1962, 1972 e 1982. Deixamos o exame da metodologia do último censo (o de 1989) para o capítulo VI, onde analisamos a evolução da mão de obra agrária na etapa mais recente.

Os censos agrários constituem uma fonte estatística sobre a mão de obra na agricultura, que difere muito das que vimos anteriormente: da EPA, dos Estudos do Banco de Bilbao, e também dos censos de população.

A primeira diferença refere-se à unidade de análise, ou **unidade estatística**: esta não é, como nas fontes anteriores, a família, senão a exploração agrária, a unidade de produção. Aparte das outras implicações, isto

³³ Sobre isto consultar por exemplo:

-GRUPO DE TRABAJO SOBRE PROBLEMAS DEL EMPLEO, Población, actividad y ocupación en España... op. cit., pp. 13 e ss.

³⁴ Ao respeito ver a análise para o período de crise que efectuamos no capítulo VI.

tem umha conseqüência imediata: "...utilizando a la explotación como unidad de enumeración, es extremadamente difícil evitar la duplicación al enumerar las personas económicamente activas en la agricultura, ya que un número importante de ellas puede trabajar en más de una explotación."³⁵ Ao examinar as cifras de trabalhadores oferecidas polos censos agrários, e compara-las com as doutras fontes, devemos ter presente pois que essas cifras podem estar "infladas", devido à doble contabilizaçom daquelas persoas que trabalham em mais de umha exploraçom.

Esse nom é, sem embargo, ao menos no caso concreto da agricultura galega, o aspecto mais importante a considerar nesta fonte. Os pontos fundamentais nos que devemos fixar-nos, para aclarar o significado das suas cifras de mao de obra agrária, e a relaçom que estas apresentam com as suministradas polas outras fontes, som dous: o âmbito ou campo de referéncia dos censos agrários; e a sua definiçom de trabalhador agrário. Examinando as características dos três censos nesses dous aspectos, aclararemos também em que medida os seus dados som comparáveis.

a. Campo de referéncia dos censos agrários.

O campo de referéncia dos censos agrários comprende todas as exploraçoms existentes nessa data, que entrem dentro da definiçom de "exploraçom agrária" estabelecida. A definiçom genérica de "exploraçom agrária" é nos três censos (os de 1962, 1972 e 1982) praticamente idéntica: "...unidad tecnico-económica de la que se obtienen producciones agrícolas, forestales, ganaderas o mixtas bajo la dirección de un empresario."³⁶

O mais relevante, porém, nom é a definiçom genérica, senom a dimensom mínima exigida a essas unidades para ser incluídas no universo de estudo dos censos. No primeiro censo agrário nom se estabeleceu nengum límite mínimo;

³⁵ FAO, El acopio de estadísticas sobre población y empleo agrícolas., FAO, Roma, 1979, pag. 1.

³⁶ INE, Primer Censo Agrario de España 1962. Resúmenes nacionales., INE, Madrid, 1966, "Notas metodológicas", pag. XV.

Esta mesma definiçom mantem-se quase sem variaçom nos dous censos seguintes.

nos realizados em 1972 e 1982, em câmbio, ficárom excluídas aquelas unidades com umha superfície total inferior a 0,1 hes³⁷.

Hai que destacar, pois, dous feitos:

- i. O primeiro é a grande amplitude do conceito de exploraçom agrária utilizado nos censos agrários espanholes.
- ii. O segundo é que, dentro desse risco geral, a delimitaçom concreta varia entre o censo de 1962 e os dous seguintes; polo que os seus dados nom som estritamente comparáveis. Para subsanar este problema o que fixemos foi corrigir as cifras de trabalhadores do censo de 1962, excluindo aos que estavam em exploraçoms menores de 0,1 hes. Assi, a série que oferecemos é, neste aspeito, homogénea.

b. A definiçom de "trabalhador agrário".

Este é o outro elemento do que depende o volume de mao de obra agrária contabilizado nesta fonte: os critérios fixados para decidir que pessoas se incluem entre os trabalhadores agrários.

Nisto hai grandes diferéncias entre os três censos; até tal ponto que, se nos fiamos das definiçoms censais, as suas cifras nom seriam de nengum modo comparáveis. Porém, o exame dessas cifras fai pensar que as modificaçoms das definiçoms nom se plasmárom na recolhida prática da informaçom; de tal modo que, ainda que com reservas, os dados oferecem um grau aceptável de comparabilidade.

Para fazer mais clara a exposiçom destes problemas, imo-nos referir primeiro aos trabalhadores nom assalariados e depois aos assalariados.

-Trabalhadores nom assalariados.

No censo agrário de 1962 fórom registados na mao de obra nom assalariada, em concreto baixo a rúbrica de "trabajadores no remunerados", todas as pessoas que durante a semana anterior trabalharam na exploraçom sem

³⁷ Esses límites refirem-se às "exploraçoms com terras". Os censos agrários registam ademais aquelas "exploraçoms sem terras" que superam certos mínimos de cabeças de gado segundo as espécies; e estes límites variam entre os três censos. Sem embargo, dada a reduzida cifra de "exploraçoms sem terras" censada em todos os casos, podemos fazer abstracçom delas.

perceber salário, qualquer que fora o tempo trabalhado. Estes trabalhadores eram classificados depois em fixos e eventuais, distinguindo dentro do primeiro grupo os de "jornada completa" e os de "jornada incompleta"³⁸.

A definição é quase idêntica no censo de 1982; unicamente varia o período de referência, que não é a semana anterior (como em 1962), senão a campanha agrícola anterior à entrevista. Assim, nas definições sinala-se que na mão de obra não assalariada figuram: "*...las personas que durante la campaña han prestado trabajo no asalariado en la explotación, bien de forma continuada o eventual.*"³⁹

Em câmbio, no censo agrícola de 1972, de acordo com as definições e o texto do questionário, só deviam ser registadas os trabalhadores fixos e de jornada completa⁴⁰.

Vemos, pois, que, fiando-nos das definições, as cifras de 1972 não são comparáveis com as dos outros dois censos. O exame dos resultados, sem embargo, sugere que também no censo de 1972 foram registadas na mão de obra todas as pessoas que participavam no trabalho das explorações; apesar de que no questionário se diga outra coisa. Pelo menos, podemos assegurar que as cifras nesse ano não correspondem ao número de trabalhadores "fixos e de jornada completa"⁴¹.

³⁸ Ver: INE, Primer Censo Agrario de España 1962. El factor humano en las explotaciones agrarias., Madrid, 1965.

Neste primeiro Censo, os dados de emprego não figuram nos fascículos onde se publicam os outros resultados, senão nessa publicação específica.

³⁹ INE, Censo Agrario de España 1982. Tomo II. Resultados por comunidades autónomas pluriprovinciales. Galicia., INE, Madrid, 1985, "Notas metodológicas", pag. XXIV.

⁴⁰ Ver: INE, Censo Agrario de España 1972. Serie D. Metodología y Procedimientos., INE, Madrid, 1976, pag. 38

Concretamente, a pergunta do questionário que serve para recolher esta informação é: "Cuantas personas no asalariadas, permanentes y de jornada completa tiene la explotación?".

⁴¹ Assim, examinando a série temporal que compõem as cifras dos três censos, não se observa, como caberia aguardar de aplicar-se as definições, um brusco baixo da mão de obra em 1972 seguida de uma recuperação em 1982 (ver as cifras no quadro A.4.5 do Anexo estatístico).

Ademais, fixemos a comparação das cifras de 1972 com as referidas aos "trabalhadores

-Trabalhadores assalariados.

Os critérios utilizados no censo de 1962 para a mão de obra assalariada, foram os mesmos que os vistos antes para a mão assalariada: registam-se todas as pessoas que trabalharam como assalariados na exploração durante a semana anterior, diferenciando depois entre fixos e eventuais.

No censo de 1972, também se procedeu igual que o que vimos para os mão assalariados: unicamente deviam registar-se os trabalhadores assalariados fixos e de jornada completa. As cifras parecem indicar, sem embargo, que para esta mão de obra a definição mais restritiva si se plasmou na recolhida prática da informação.

Por último, no censo agrário de 1982 regista-se: por um lado, o número de assalariados fixos; e, pelo outro, o número de jornadas trabalhadas por assalariados eventuais (ao longo da campanha agrícola).

Deste modo, operando com dados referidos ao número de pessoas, temos: para 1962 cifras correspondentes ao total de assalariados (fixos e eventuais); para 1982 cifras referidas unicamente a assalariados fixos; e, por último, as de 1972 na prática correspondem seguramente a um híbrido.

As cifras neste aspeto não são, pois, homogêneas. Porém isto não afecta muito aos dados globais de mão de obra, dado o reduzido peso relativo que na agricultura galega têm os trabalhadores assalariados.

Como **conclusões** no que respeita a esta fonte, podemos apontar que:

- i. As cifras globais de mão de obra (assalariada e não assalariada) dos três censos agrários, não são estritamente comparáveis.
- ii. Salvando esses problemas de precisão, estas cifras correspondem a um âmbito muito amplo (todas as explorações com uma superfície maior ou igual a 0,1 ha.); e, para esse âmbito, incluem a todos os membros da família do titular que trabalharam na exploração (además de uma parte variável dos assalariados).

fixos e de jornada completa" que podem obter-se em 1962; e resulta para aquela data uma cifra superior a 200.000 trabalhadores à de 1962.

4. A estatística de trabalhadores afiliados ao "Régimen Especial Agrario" da Segurança Social.

Esta é outra fonte que oferece informação sobre o número de trabalhadores no sector agrário. Pero convém deixar claro desde o princípio que o seu objectivo, ao contrário das fontes anteriores, nom é estatístico.

Os dados nom procedem aqui de umha recolhida de informação dirigida a conhecer o volume de maõ de obra na agricultura, senom que tenhem a sua origem num registo administrativo: o listado de trabalhadores afiliados ao "Régimen Especial Agrario" da Segurança Social. Por esta razom, tal como sinala Antonio García de Blas referindo-se a este tipo de estatísticas, "*...en ningún caso esta información puede sustituir a las fuentes principales (Censos o Encuesta), sino servir como complemento de las mismas.*"⁴²

Dada a procedência da informação, as cifras dependem aqui de dous tipos de factores:

- a. O âmbito de applicaçom ou cobertura do R.E. Agrário da Seg. Social; os trabalhadores que tenhem a possibilidade ou obriga de afiliar-se.
- b. O grau real de afiliaçom entre essas persoas; e, em sentido contrário, a importância da afiliaçom a esse régime por parte de persoas que nom cumplem os requisitos estabelecidos.

Isto último, à sua vez, está condicionado fundamentalmente pola relação entre: o custo que implica a afiliaçom (em forma de quotizaçoms), e as contraprestaçoms que obtenhem os assegurados.

Aclarar esses aspeitos com precisom exigiria um estudo detalhado da legislaçom, cousa que está fora das possibilidades desta investigaçom. Limitaremo-nos a sinalar os aspeitos essenciais.

As cifras que nós recolhemos correspondem em concreto ao número de trabalhadores afiliados em alta ao R.E. Agrário da Seg. Social; e a série temporal vai desde 1969 (ano no que estas cifras começom a ser publicadas por províncias nas "Memorias Estadísticas" do antigo "Instituto Nacional de Previsión), até 1982. Em todo este período está vigente já o actual "Régimen Especial Agrario", o que em princípio lhe dá certa homogeneidade à série.

Para aclarar o significado das cifras vejamos os dous aspeitos antes citados.

⁴² GARCIA DE BLAS, Antonio, "Estadísticas de población activa, empleo y paro.", *op. cit.*, pag. 55

a. Ambito de cobertura do R.E. Agrário da Seg. Social.

Num plano geral, figuram neste âmbito de cobertura: "...*todos los trabajadores españoles (...) que, dentro del territorio nacional, realicen labores agrarias en forma habitual y como medio fundamental de vida.*"⁴³ Ao comparar as cifras com as outras fontes hai que ter em conta, pois, que nelas só están os activos agrários a título principal.

De forma mais precisa, esse âmbito compreende dous grupos: os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores por conta alheia. Para cada um deles som estabelecidas umha série de requisitos específicos, ademais daquele genérico, que devem ser cumpridos para poder afiliar-se.

b. A realidade da afiliaçom.

Dacordo com as disposiçõs legais, "*La condición de trabajador agrario determina la inscripción obligatoria en un censo (que tiene dos secciones, una para cada tipo de trabajadores), surtiendo la inscripción los efectos propios de la afiliación.*"⁴⁴

Portanto, de cumprir-se o previsto na legislaçom, as cifras que comentamos deveriam incluir a todos os trabalhadores que tenhem a dedicaçom principal no sector agrário, e só a eles. A realidade, sem embargo, está mui longe disso.

Mario Gaviria, referindo-se a estas cifras, destaca que: "...*no son población activa agraria todos los que están en las listas ya que estas incluyen, por su (refire-se ao R.E. Agrário) función refugio, una serie de personas que no tendrían otra forma de estar asistidos o de tener una jubilación.*"⁴⁵.

⁴³ PEREZ DE LOS COBOS ORIHUEL, Francisco, "Recopilación bibliográfica sobre Seguridad Social Agraria.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 136, julho-setembro 1986, pag. 340

⁴⁴ PEREZ DE LOS COBOS ORIHUEL, Francisco, op. cit., pag. 342

⁴⁵ GAVIRIA, Mario, "La población activa agraria real en España.", op. cit., pag. 155

Isso parece ser certo. Pero, na nossa opiniom, tem muita maior relevância quantitativa ainda o sesgo em sentido contrário: nom todos os activos agrários a título principal, nem muito menos, estám afiliados. Existem razons para pensar que a maior parte dos jovens ajudas familiares e das mulheres de agricultores, nom figuram afiliados. E alguns dados avalam algo que se desprende do conhecimento directo do agro, ao menos no caso de Galiza: muitos dos activos agrários, sobretudo no caso das mulheres, só se dam de alta a umha idade elevada, com o fim de poder acceder depois à pensom de jubilaçom⁴⁶.

Todo isto fai que a cifra de trabalhadores afiliados ao R.E. Agrario da Seg. Social seja mui inferior ao número de activos agrários existentes na realidade.

Ademais, as suas séries temporais apresentam também deficiências, como indicador da evoluçom do emprego no sector. Porque o grau real de afiliaçom pode variar ao longo do tempo, em funçom de que como evolucionem a carga económica que supom a quotizaçom e as contraprestaçoms às que dá direito.

Assi, por exemplo, a ralentizaçom no descenso do número de trabalhadores por conta própria afiliados ao R.E. Agrário, que se produziu em Galiza na segunda metade dos 70, pode dever-se em parte aos efeitos da crise sobre a evoluçom do emprego agrário; pero essa ralentizaçom seguramente nom é alheia à melhora das prestaçoms operada a meiadoms do ano 1975, que deveu estimular a afiliaçom de novos trabalhadores⁴⁷.

⁴⁶ Assi, na "Memoria Estadística" do "Instituto Nacional de Previsión" de 1968 oferecem-se dados sobre a distribuçom por sexos e idades das altas no "censo" de trabalhadores do R.E. Agrário. Pois bem, observa-se que, enquanto que no caso dos varons a maior cifra de altas corresponde a persoas de 16 a 25 anos, no caso das mulheres esse máximo regista-se nos 50-55 anos.

⁴⁷ Esta mesma opiniom é expressada para o conjunto de Espanha e para os mesmos anos no trabalho:

-GARCIA DE BLAS, Antonio / POVEDA DIAZ, Adolfo, "La Seguridad Social Agraria y el empleo comunitario.", Papeles de Economía Española, no. 16, 1983, em especial, pp. 95-97

ANEXO METODOLOGICO AO CAPITULO V: Explicação dos cálculos realizados para estimar a distribuição por situações profissionais da população activa agrária em 1950.

Por umha parte, o Censo de população de 1950 oferece a distribuição por sectores da população activa, figurando entre os sectores diferenciados o de "Agricultura, silvicultura, caza y pesca".

E por outro lado disponhemos também, nos quadros de resultados a nível provincial deste Censo, da classificação da população activa por situações profissionais; ou, na terminologia empregada polo Censo, a classificação dos activos "por la forma de su trabajo". Concretamente, distinguem-se aqui 5 rúbricas: "Patronos o empresarios", "Asalariados", "Trabajo familiar sin retribución directa", "Obreros independientes", e "Asalariados en paro forzoso en la fecha censal".

O problema, aos nossos efeitos, deriva-se de que esta distribuição por situações profissionais unicamente é oferecida para a população activa total, e nom para os activos de cada sector. Portanto, nom podemos conhecer directamente a composição neste aspecto da população activa do sector agrário.

Esta carência pudemo-la subsanar graças a que nos quadros de resultados deste Censo (noutros quadros diferentes dos anteriores), figura a cifra de empresários ou titulares de exploração na agricultura. Em concreto, no quadro IX dos resultados por províncias aparece o número de: "Empresarios agrícolas, clasificados según la condición jurídica de las fincas que tienen en explotación".

Utilizando estes dados e umha série de hipóteses simples e mui plausíveis, foi possível estimar, de forma bastante aproximada, a distribuição dos activos agrários censados em 1950 entre as categorias: titulares de exploração, ajudas familiares e assalariados. Os **passos que seguimos nos cálculos** foram os seguintes:

1. Partimos das cifras referidas ao total de activos no sector agricultura e pesca. E o primeiro passo consistiu em deduzir a parte correspondente à pesca.

Para isto calculamos a proporção que representam os activos desta rama dentro de conjunto agricultura e pesca nos Censos de população de 1940 e 1981. E estimamos o valor dessa proporção em 1950 supondo que evolucionou de forma linhal durante o período 1940-1981. Estimado esse valor para 1950, obtivemos de forma imediata a cifra de activos no sector agrário em sentido estrito (excluída a pesca).

Os citados cálculos, ao igual que todos os que descrevemos a continuação, efectuamo-los por províncias e, para cada província, separando aos activos de cada sexo.

2. Como antes sinalamos, o próprio Censo suministra directamente a cifra de "empresarios agrícolas". Portanto, conhecemos já o número total de activos no sector agrário, e o número de empresários ou titulares. O resíduo que fica corresponde à suma das outras duas categorias: ajudas familiares e assalariados.
3. O problema que faltava por resolver era o de separar as cifras correspondentes a estas duas categorias. Para isto abondava com estimar umha delas, quedando a outra como resíduo.

O procedimento utilizado neste último passo foi o seguinte: tomamos como estimação do número de ajudas familiares no sector agrário, o total de ajudas familiares (de todos os sectores) registados polo Censo de população na zona rural. O resíduo que fica na população activa agrária depois disso é a nossa estimação da cifra de assalariados na agricultura.

Como se deduz de dessas explicações, os dados obtidos constituem umha aproximação bastante fiável e precisa. O único sesgo ao que podem dar lugar os cálculos é: umha ligeira sobreestimação do número de ajudas familiares no sector (em relação aos registados efectivamente polo Censo); e portanto, de forma paralela, umha pequena subestimação do número de assalariados. Pero este sesgo nom é, em nengum caso, de grande magnitude⁴⁸.

⁴⁸ Para emitir este juízo baseamo-nos no feito de que a cifra de empresários de todos os sectores na zona rural registados polo Censo é de 377.315; e o número de "empresarios agrícolas" é de 351.424. Suponhendo, cousa que parece plausível, que a cifra de ajudas familiares num sector é aproximadamente proporcional à de empresários, devemos concluir que o número de ajudas familiares na zona rural é superior em algo mais do 5% ao desses ajudas no sector agrário.

ANEXOS METODOLOGICOS AO CAPITULO VII.

Anexo nº 1: Aclarações sobre a "Estadística de propietarios de fincas rústicas de España" de 1947-1951.

Esta estatística foi elaborada a finais da década dos 40 polo "Instituto Nacional de Estadística"; e os seus resultados están publicados em 4 volumes ou "cuadernos", que virom a luz entre 1948 e 1951⁴⁹. A informação recolhida e publicada (para cada província) refire-se aos seguintes aspectos:

- a. Distribuição da superfície total por aproveitamentos, distinguindo 4 rúbricas: "Superficie cultivada en regadío", "Superficie cultivada en secano", "Montes y pastos", "Otras superficies" (ou terreo improdutivo).
- b. Número total e extensión média das parcelas de cada um dos tipos de superficies anteriores.
- c. Número total de propietarios de terras, distinguindo os que residem no mesmo município onde están as terras, daqueles outros nom residentes no município ("Propietarios forasteros").
- d. Número de propiedades para cada um dos tipos de superficies, classificadas por tamanhos; e distribuição dessa superfície por classes de tamanho.

⁴⁹ Ver: PRESIDENCIA DEL GOBIERNO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA, Estadística de propietarios de fincas rústicas de España. (4 cuadernos), INE, Madrid, 1948-1951.

Dos quatro "cuadernos", publicados separadamente, nós podemos consultar três:
 -O número 1, no que figuram, aparte de umha introdução geral, os resultados (desagregados por municípios e partidos judiciais) para a província de Santa Cruz de Tenerife.

-O número 2, que recolhe os resultados de Alava, Guipuzcoa, Vizcaya e Navarra.

-O número 4, onde aparecen os "Resúmenes globales y generales rectificadas de las 50 provincias".

Do primeiro existe exemplar na biblioteca do "Ministerio de Trabajo" em Madrid; e dos outros dous na biblioteca do INE, também em Madrid. Nom podemos localizar, em câmbio, o "cuaderno 3", no que devem estar publicados os resultados detalhados (por municípios e partidos judiciais) para as restantes províncias do Estado, entre elas as 4 galegas.

-Procedência e forma de obtençom dos dados.

Segundo as explicaçons oferecidas⁵⁰, os dados foram recolhidos em cada província pola respectiva Delegaçom Provincial do INE, que recorriu à sua vez às autoridades municipais para obter a informaçom correspondente a cada concelho. Fica por aclarar aqui a origem desta informaçom, a fonte primária da que procedem os dados em cada município. Ainda que isto nom é precisado com claridade no texto que acompanha aos quadros de resultados, as indicaçons indirectas que podemos encontrar aí apontam a que essa fonte de informaçom primária foi: a) o Catastro de rústica (nas áreas em que este estava elaborado); b) ou bem os "amillaramientos", no caso dos municípios que estavam ainda sem catastrar nessa data (finais dos 40).

Assi, por exemplo, no "cuaderno primero", que recolhe os resultados para a província de Santa Cruz de Tenerife, afirma-se textualmente:

*"En cuanto a la verdad y contenido de las cifras logradas, el señor Delegado provincial de Estadística afirma que los datos estampados en los cuestionarios corresponden a la realidad misma del fenómeno, por cuanto según declaración de las autoridades municipales son los que aparecen en los respectivos Registros del Amillaramiento."*⁵¹

No caso concreto de Galiza, a elaboraçom do Catastro nom se iniciara ainda a finais da década dos 40; polo que devemos supor que a informaçom publicada pola "Estadística de propietarios de fincas rústicas" procede dos "amillaramientos".

-O grau de fiabilidade das cifras.

Dacordo com o que acabamos de apontar, a veracidade ou fiabilidade das cifras desta estatística, dependerá de dous aspetos: a veracidade da informaçom

⁵⁰ Ver: PRESIDENCIA DEL GOBIERNO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA, Estadística de propietarios de fincas rústicas de España. Cuaderno primero., INE, Madrid, 1948, pp. 5-9.

⁵¹ PRESIDENCIA DEL GOBIERNO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA, Estadística de propietarios de fincas rústicas de España. Cuaderno primero. op. cit., pag. 8.

de base (os "amillaramientos" no caso galego); e a qualidade do labor de recopilação e elaboração destes dados, efectuado polo INE.

Centrando-nos no primeiro ponto, as referências com as que contamos sobre os "amillaramientos" destacam as grandes deficiências que esta fonte apresenta em Galiza, e concretamente as enormes deficiências que apresentava na segunda metade do século XIX⁵². Sem embargo, cremos que a qualidade desta informação tinha melhorado notavelmente a finais da década de 1940. A razão é que, com vistas à realização do Catastro de rústica, e como passo prévio a esta realização, os "amillaramientos" fórom renovados ou elaborados de novo.

A afirmação anterior aparece avalada se examinamos os resultados publicados pola "Estadística de propietarios de fincas rústicas"; já que estas cifras som bastante coerentes com as que se obtêm para 1959 da documentação do Catastro de rústica.

Em definitiva, se os dados dessa estatística nom podem tomar-se como totalmente precisos, semelha, nom obstante, que a sua fiabilidade em termos gerais é mais que aceptável.

⁵² Consultar ao respeito:

-VILLARES, Ramón, La propiedad de la tierra en Galicia
op. cit., pp. 180-182.

Anexo nº 2: A estrutura da propriedade da terra em Galiza a 31-12-1959, segundo o Catastro de rústica. Explicação dos cálculos e ajustes efectuados nas cifras.

Como sinalamos no texto do capítulo VII, as cifras publicadas por Gabriel García-Badell sobre a distribuição da propriedade da terra a 31-12-1959⁵³ som, no referido a Galiza, incompletas. O motivo disto é que essas cifras procedem da recopilação dos dados do Catastro de rústica, e nessa data o Catastro estava sem completar no território galego, sendo numerosos os municípios que seguiam ainda em réjime de "amillaramiento".

Por outro lado, nos quadros de resultados aí oferecidos figura: o número de proprietários classificados em diferentes intervalos segundo a superfície possuída; e também o total de superfície imponible, polo que podemos conhecer directamente a extensom média por proprietário. Sem embargo, nom aparece nesses quadros a superfície ocupada polas propriedades de cada tamanho.

Para subsanar esses problemas efectuamos, a partir das cifras publicadas, dous tipos de cálculos:

- a. Em primeiro lugar, estimamos o número de proprietários nas diversas categorias dimensionais para a totalidade do território galego (incluindo os municípios que estavam sem catastrar).
- b. E, num segundo passo, calculamos a distribuição aproximada da superfície total entre as propriedades das diferentes classes de tamanho.

Nos quadros A.7.2 e A.7.3 do Anexo estatístico oferecemos as cifras completas obtidas desse modo para cada umha das 4 províncias e para o conjunto de Galiza. A continuación imos aclarar o procedimento que seguimos para os citados cálculos.

⁵³ Ver: GARCIA-BADELL Y ABADIA, Gabriel, "La distribución de la propiedad agrícola de España en las diferentes categorías de fincas.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no 30, janeiro-março 1960, pp. 7-32 + quadros e gráficos.

Essas cifras aparecem também recolhidas numha recopilação dos trabalhos do autor publicada em 1969:

-GARCIA-BADELL Y ABADIA, Gabriel, El problema de la modificación de las estructuras de las explotaciones agrícolas españolas., Instituto de Estudios Fiscales, Madrid, 1969, pp. 37-49.

a. A estimaco do número total de propriedades por intervalos de tamanho.

Os dados proporcionados por Gabriel García-Badell refirem-se, como j indicamos,  superfície catastrada a 31-12-1959. No quadro que reproduzimos a continuao pode ver-se qual era o grau de cobertura destas cifras nas 4 províncias galegas. Por um lado, figura aí o número total de concelhos nos que estava dividida cada província em 1960, e o número de concelhos com o Catastro realizado nesta data; e por outra parte, aparece a comparao entre a superfície geográfica e a superfície catastrada imponible.

Grau de cobertura das cifras sobre a propriedade da terra publicadas por García-Badell, e referidas  superfície catastrada a 31-12-1959.

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra	Galiza
A. Número total de concelhos em 1960.....	94	67	93	61	315
B. Número de concelhos incluídos nas cifras publicadas por G.Badell	94	67	74	35	270
B/A (%).....	100,0%	100,0%	79,6%	57,4%	85,7%
C. Superfície geográfica..	787600	980295	727830	446456	2942181
D. Superfície imponible nas cifras publicadas por García-Badell.....	746190	945067	564432	233980	2489669
D/C (%).....	94,7%	96,4%	77,5%	52,4%	84,6%

Fonte: -GARCIA-BADELL Y ABADIA, Gabriel, "La distribución ...", op. cit
 -OERGA, Síntesis estadística de Galicia, INE, Madrid, 1976
 Elaborao própria.

Observamos neste quadro, que para as províncias de A Corunha e Lugo o Catastro estava finalizado nesta data em todos os municípios. A superfície imponible, pola sua banda, suponhia em ambos casos em torno ao 95% da superfície geográfica; pero este feito nom significa que faltaram terras por catastrar, senom que se explica porque umha parte do território catastrado (o que se denominam "Descuentos") nom figura na superfície imponible⁵⁴.

⁵⁴ De feito, se examinamos os dados para o conjunto do Estado vemos que a superfície imponible representa também aqui ao redor do 95% da catastrada. Concretamente, esta última era a 31-12-1959 de 44.901.922 hes; e a superfície imponible ascendia a 42.763.962 hes, cifra que supom o 95,2% da anterior. (ver:

Portanto, nestas duas províncias os dados publicados no citado trabalho eram exaustivos, incluíam todo o território provincial.

Nom sucedia o mesmo para as outras duas províncias, Ourense e Pontevedra. Em Ourense as cifras correspondem só a 74 dos 93 municípios existentes em 1960; e em Pontevedra só estão contabilizados 35 dos 61 concelhos, é dizer pouco mais da metade.

Para o conjunto de Galiza, faltavam por catastrar nesta data, e nom se incluem portanto nos dados, 45 dos 315 concelhos (o 14,3%). Visto em termos de superfície, a superfície imponible que figura nas cifras (2.489.669 hes) representava o 84,6% da geográfica. Tendo em conta o que antes dixemos, sobre a relação entre a superfície imponible e a catastrada, podemos estimar que faltava por catastrar o 10%, aproximadamente, do território galego.

Os cálculos que efectuamos estiverom dirigidos aqui a estimar o número total de propriedades por classes de tamanho nas duas últimas províncias, e a partir daí os totais para Galiza. O procedimento utilizado foi o seguinte:

- i. Partimos de calcular a relação "Superf. catastrada imponible a 31-12-1959 / Superf. geográfica" nestas duas províncias; os valores obtidos som: 77,5% em Ourense, e 52,4% em Pontevedra. Aqui tivemos em conta que a superfície imponible vem supondo o 95% da catastrada, e em concreto que esta % no conjunto do Estado era do 95,2%⁵⁵.

Em conseqüência, estimamos a relação entre a superfície imponible total (a que corresponderia à totalidade do território provincial) e a registada nas cifras de 1959, com as fórmulas seguintes:

$$\text{-Ourense: } 95,2 / 77,5 = 1,2284$$

$$\text{-Pontevedra: } 95,2 / 52,4 = 1,8168$$

- ii. Esses dous índices aplicamo-los depois sobre as cifras publicadas por García-Badell, a modo de "coeficientes de elevação" destes dados. É dizer, que para a província de Ourense multiplicamos o número de proprietários registados em cada classe de tamanho a 31-12-1959 por 1,2284. E na de Pontevedra operamos igual, multiplicando neste caso as cifras por 1,8168.

Como se deduz facilmente, esses cálculos baseam-se numha hipótese mui simples: que a estrutura da propriedade da terra nos concelhos que faltavam por catastrar em cada província, era idéntica à obtida para o território já catastrado. Isto seguramente nom se cumpria de forma precisa; pero como aproximação cremos que é válido.

GARCIA-BADELL Y ABADIA, Gabriel, "La distribución...", op. cit., "Estado no. 1" do Anexo estatístico)

⁵⁵ Ver a nota anterior.

De feito, contamos com uns dados que nos permiten contrastar a validez dessa estimación, em concreto para a provincia de Pontevedra, que era aquela onde as cifras de 1959 eram mais incompletas. Trata-se dos dados sobre o número de propietarios de terras por tamanhos nesta provincia, que fórom publicados em 1964⁵⁶, quando já os labores de elaboración do Catastro estaban mais avanzados, se bem ainda nom se completaram em todos os municipios. Pois bem, o exame destas cifras avala em termos gerais a validez da nossa estimación. Assi, nelas som registados na provincia de Pontevedra um total de 285.392 propietarios de fincas rústicas, cifra esta mui superior aos 170.732 propietarios que correspondiam à superficie catastrada a 31-12-1959, e relativamente próxima aos 310.224 que nós estimamos para todo o territorio provincial⁵⁷. Ademais, a distribución das propiedades por tamanhos é também mui similar à obtida nos nossos cálculos.

b. O procedemento seguido para estimar a superficie ocupada polas propiedades de cada intervalo de tamaño.

Para estimar a distribución da superficie total imponible entre as propiedades dos diferentes grupos, efectuamos os cálculos em dous pasos:

- i. Em primeiro lugar fixemos umha estimación inicial, utilizando os dados sobre a superficie média das propiedades de cada intervalo que emprega Malefakis, na estimación análoga que realiza para o conxunto do Estado⁵⁸. Aquí introducimos unicamente umha modificación a respeito das cifras de Malefakis, concretamente no intervalo de 10-50 hes: este autor supom para as propiedades deste intervalo umha dimensom média de 21 hes, mentres que nós reducimos esta cifra a 18 hes, o que nos parece mais aproximado para realidade galega.

⁵⁶ Ver: MINISTERIO DE AGRICULTURA. DIRECCION GENERAL DE AGRICULTURA, Mapas provinciales de suelos. Pontevedra., Madrid, 1964, Apéndice 4.

⁵⁷ Ver o quadro A.7.2 do Anexo estatístico.

⁵⁸ Ver: MALEFAKIS, Edward, Reforma agraria y revolución campesina en la España del siglo XX., 4a. edición revisada, Ed. Ariel, Barcelona, 1980, Apéndices II e III.

O tamaño médio para as propiedades de cada intervalo que emprega no seu cálculo pode ver-se em concreto no "Cuadro E" do Anexo III (página 481).

- ii. Aplicando esses tamanhos médios ao número de propriedades dos diferentes intervalos, resultava nas 4 províncias galegas umha superfície total notavelmente inferior à superfície imponible⁵⁹. Plantejou-se, pois, a necessidade de repartir entre os diversos grupos de propriedades essa diferença.

Comparando as cifras estimadas inicialmente com as oferecidas pola "Estadística de propietarios de fincas rústicas" de 1947-51, e também com os dados dos Censos agrários, sobre a superfície ocupada polas explorações dos grupos por encima de 100 hes, aparecia claramente que aquela diferença devia atribuir-se na sua totalidade a umha subestimação da superfície cuberta polas propriedades de maior dimensom, em concreto as superiores a 1000 hes. Assi, o segundo passo do nosso cálculo consistiu em asignar a estas propriedades a superfície que quedava como residuo na estimación inicial. Deste modo obtivemos os dados que figuram no quadro A.7.3 do Anexo estatístico.

Nom é necessário sinalar que estes dados devem tomar-se como umha aproximação, e nom como cifras totalmente precisas. Pero, dentro deste carácter aproximado, cremos que a marge de erro dessa estimación é bastante reduzida, e muito menor que a das estimaçons similares (para Galiza) efectuadas com anterioridade⁶⁰.

⁵⁹ Concretamente, para o conjunto de Galiza a cifra obtida era de um total de 2.450.000 hes, inferior numhas 350.000 hes à superfície imponible (que é de 2.809.000 hes).

⁶⁰ Referimo-nos em concreto às estimaçons que se obtenhem para Galiza nos cálculos a nível regional realizados por dous autores: García de Oteyza, e o próprio Malefakis (que, ademais da estimación para o conjunto do Estado, efectua também um cálculo mais simplificado para as diferentes regions). Ver:
 -GARCIA DE OTEYZA, Luis, Estudio sobre el tamaño de la propiedad y de la explotación en la Cuenca del Duero., S.N.C.P.O.R., Madrid, 1963, "Anejo no. 4".
 -MALEFAKIS, Edward, Reforma agraria... op. cit., Anexos II e III; em especial, pp. 473 e 482.

ANEXOS METODOLOGICOS AO CAPITULO XI.

**ANEXO nº 1: Ficha referida às características das explora-
ções da amostra em 1978.**

1. IDENTIFICACION DA EXPLOTACION.

No. da explotación.....
 Concello.....
 Parróquia.....
 Lugar.....

2. CARACTERISTICAS DO TITULAR EN 1978.

a. Sexo. (varón=1 ; muller=0).....
 b. Idade.....
 c. Estado civil. (solt.=0 ; casado=1 ; viuvo=2 ; separado=3).....

3. No. DE FILLOS, RESIDENCIA DOS MESMOS .PERSPECTIVAS DE SUCESION.

a. No. de fillos vivos.....
 b. No. de fillos que residen na explotación.....
 c. Perspectivas de que algún o suceda na explotación.....

4. CARREIRA PROFESIONAL E OUTRAS ACTIVIDADES DO TITULAR.

a. O titular traballou :
 1. Sempre dentro do municipio
 2. Fora do municipio pero dentro da provincia
 3. Fora da provincia pero dentro de España.
 4. Fora de España.

b. O titular traballou sempre na agricultura ?

Si.....1
 Non.....2

c. Ten outra ocupación na actualidade ?

Si.....2
 Non.....1

5. SUPERFICIE DA EXPLOTACION EN 1978.

	Total	Aparceria	Arrendadas
a. Labradío.....
b. Pradeira sementada.....
c. Prados e pastizais.....
d. Monte baixo.....
e. Monte arborado.....
A. SUP. TOTAL.....
B. S.A.U.
C. MONTE.....

**ANEXO nº 2: Questionário utilizado no inquérito realizado
às explorações em 1989.**

Explotación no.
Concello.
Parróquia.
Lugar.

PRINCIPALES DATOS DO TITULAR DA EXPLOTACION EN 1978.

(Estos datos son para uso do entrevistador e a sua finalidade é permitir identificar a explotación e os posibles cambios de titular. E importante que o entrevistado sepa que a información que facilite non vai ser utilizada de forma nominal.)

Nome e apelidos.

Sexo

Idade en 1978

Estado civil en 1978.

.DESAPARICION OU SUPERVIVENCIA DA EXPLOTACION.

1. A explotación desapareceu? (O titular da mesma en 1978 non está presente e ningunha outra persoa da mesma casa traballa a explotación.)

Si

Non

Se a explotación sigue existindo aínda que o titular non sexa o mesmo que en 1978 facer-lle as preguntas do cuestionario normal (modelo 1).

Se a explotación desapareceu coller un cuestionario para explotacións desaparecidas (modelo 2) e tratar de responder ás preguntas que nel se formulan. Para iso utilizar como informante algún familiar ou veciño do antigo titular. Se é necesario, combinar a información de diferentes persoas.

(Naquelas preguntas nas que se dan as posibles respostas, marcar a que corresponda)

A. CARACTERISTICAS DO ACTUAL TITULAR DA EXPLOTACION; E CAMBIOS OCURRIDOS DESPOIS DE 1978 NA DIRECCION DA EXPLOTACION.

2. Datos xerais do titular actual da explotación:

- 2.1. Sexo..... home / muller
- 2.2. Ano de nacemento....
- 2.3. Estado civil..... solteiro / casado / viuvo
/divorciado.

3. Que foi da persoa que era titular da explotación en 1978 ?

- a) Continua sendo o titular desta explotación
(mesmo se xa cobra a pensión)
- b) Xubilou-se e non é xa o titular da explotación.
- c) Morreu.
- d) Abandonou a explotación para traballar noutra
actividade.
- e) Outras respostas.

4. Se o titular da explotación en 1978 continua sendo-o na actualidade pasar á pregunta número 5. En caso contrario, é dicir, se houbo cambio na dirección da explotación, contestar ás tres cuestións seguintes:

- 4.1. Cual é o parentesco do actual titular co anterior titular da explotación ?
 - a) Conxugue.
 - b) Fillo ou filla.
 - c) Xenro ou nora.
 - d) Outro familiar.
 - e) Non ten lazos familiares co anterior titular.

- 4.2. Residencia en 1978. Onde residía en 1978 o actual titular ?
 - a) Nesta explotación.
 - b) Noutra explotación agraria.
 - c) Non vivía no campo pero si en Galiza.
 - d) Residía fora de Galiza.



4.3. Cual era a actividade económica en 1978 do actual titular explotación :

- a) Traballaba exclusivamente na agricultura.
- b) Combinaba o traballo na agricultura co traballo noutras actividades.
- c) Traballaba exclusivamente fora da agricultura.
- d) Era inactivo economicamente (estudante, ama de casa.....)

5.1. Nalgún momento da súa vida traballou vostede :

- a) Noutro municipio da zona rural.
- b) Nalgunha cidade ou vila de Galiza.
- c) Noutras partes de España (fora de Galiza)
- d) Fora de España.
- e) Traballou sempre neste municipio.

5.2. Nalgún momento da súa vida traballou noutras actividades diferentes da agricultura ?

6. Na actualidade realiza vostede outra actividade ademais do traballo na explotación ?

7. Cantos fillos vivos ten ?

8. Número de fillos que residen na explotación.

9. Pensa vostede que algún membro da súa familia da xeración que segue á súa o sucederá na dirección da explotación?

- a) Si con seguridade.
- b) Probablemente si.
- c) Probablemente non.
- d) E seguro que non.
- e) Non sabe aínda .

B. SUPERFICIE ACTUAL DA EXPLOTACION E VARIACIONES PRODUCIDAS DESPOIS DE 1978.

Instrucción para o encuestador: sempre que se pidan datos de superficie ESPECIFICAR A UNIDADE A QUE SE REFIREN AS CIFRAS (hectáreas ou ferrados da zona)

10. Que superficie aproximada calcula que ten a sua explotación de cada un destes tipos de terras :

	Superficie total	Terras en aparceria	Terras arrendadas ou baixo outra forma de cesión
1. Labradío	_____	_____	_____
2. Pradeira semantada	_____	_____	_____
3. Pradba e pastizais	_____	_____	_____
4. Terras a ermo ou non produtivas	_____	_____	_____
5. Monte baixo (non arbolado) ..	_____	_____	_____
6. Carballeiras e soutos	_____	_____	_____
7. Piñeirais e eucaliptais ..	_____	_____	_____
Superficie total da explotación.....	_____	_____	_____



11. Unha parte das terras que vostede traballa na actualidade proceden de compras feitas despois de 1978 ?
 En caso afirmativo indique-nos por favor as seguintes características de cada un dos lotes comprados.

- (1) Compra de partes da herencia a coherdeiros (do titular ou o seu conxugue).
 (2) Compras a outros membros da familia.
 (3) Compras a persoas exteriores à familia.

Lote	Tipo de compra	Ano en que a fixo	Superficie e aproveitamento das terras no momento da compra			Número de fincas	Esas terras eran xa traballadas por vostede ou o seu predecesor na explotación ?	Profesión do antigo propietario (utilizar o código do fondo da páxina)*	Residencia do antigo propietario (utilizar o código do fondo da páxina)+
			Superf. total	Labradío e prados	Monte				
1	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	
2	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	
3	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	
4	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	
5	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	

(Se hai mais de 5 lotes de terra comprados coller unha folla suplementaria)

* Ver a lista de profesións nesta páxina , e poñer no cuadro o número correspondente à profesión do antigo propietario.

+ Ver a lista de posibles situacións nesta páxina , e poñer o número que corresponda .

12. Algunhas das terras que forman parte da explotación na actualidade proceden de herencias ou donacións recibidas por vostede ou o seu conxugue despois de 1978 ?

En caso afirmativo, especifique por favor:

Lote	Superf. total	Número de parcelas	Que lle era a vostede a persoa da que recibiu a herencia. (pai, tío,...)	Esas terras eran xa traballadas por vostede ou o seu predecesor na explotación ?
1	_____	_____	_____	_____
2	_____	_____	_____	_____
3	_____	_____	_____	_____
4	_____	_____	_____	_____
5	_____	_____	_____	_____

Código de profesións

Código de residencia

Profesión	Código	Residencia	Código
Agricultor.....	1	Neste municipio.....	1
Obreiro non agrario.....	2	Noutro municipio pero dentro da zona rural.....	2
Pequeno comerciante, traballador autónomo da industria ou servizos.....	3	Nunha vila ou cidade de Galiza.....	3
Empresario non agrario con asalariados.....	4	Fora de Galiza pero dentro do Estado Español..	4
Funcionario ou empregado.....	5	Noutro pais de Europa.....	5
Profesión liberal (médico, avogado.....)	6	En América.....	6
Agricultor xubilado.....	7		
Retirado doutra profesión.....	8		
Outros inactivos (estudante, ama de casa.....)	9		

13. Algunhas das terras que traballa na actualidade, tomounas arrendadas ou cedidas (incluídas as cesións gratuitas de familiares) despois de 1979

Especifique por favor:

- (1) Cesión gratuita (sen contraprestación) por un membro da familia que é o propietario das terras.
 (2) Cesión por un membro da familia a cambio dunha contrapartida (en forma de renda anual ou outra forma)
 (3) Cesión ou arrendamento por un propietario que non é membro da familia.

Lote	Tipo de cesión	Ano	Superficie		Profesión do propietario das terras (código pax.)	Residencia do propietario. (código pax.)	Forma do contrato ou acordo de cesión. (Escritura pública, contrato privado, acordo verbal,...)	Duración do arrendamento ou cesión	Renda ou contrapartida pagada pola utilización desas terras		
			Superf. total	Labradio e prados Monte					Renda en diñeiro	Outras contrapartidas (Especificar)	Nada (cesión gratuita)
1											
2											
3											
4											
5											

(Se hai mais de 5 lotes, coller unha folla suplementaria)

14. Algunhas das terras que traballa na actualidade foron recuperadas despois de 1978 de un agricultor ao que llas tiña cedidas vostede ou o seu predecesor na explotación ?

En caso afirmativo indicar a superficie aproximada de:

Labradio e prados _____

Monte _____

Superficie total _____

15. Nos últimos 10 anos vendeu vostede algunhas das terras que eran propiedade sua ou do seu conxugue ?

En caso afirmativo, especifique por favor:

Lote	Ano da venda	Superficie		Número de parcelas	Estas terras eran traballadas por vostede?	Parentesco do comprador co titular	Profesión do comprador (código pax.)	Residencia do comprador (código pax.)	Que superficie aproximada ten a explotación do comprador (se é agricultor)	Uso ao que destinou, ou pensa destinar, o comprador as terras que lle comprou (Marcar cunha cruz o que corresponda)			
		Supert. total	Labradio e prados Monte							Cultivo directo polo comprador	Cede-las a outro agricultor	Solar	Plantar pifeiros ou eucaliptos
1													
2													
3													
4													
5													

(Se hai mais de 5 lotes ,coller unha folla suplementaría)

16. Das terras que traballaba e eran da sua propiedade ou do seu conxugue, cedeu algunha en arrendamento ou baixo outra forma de cesión nos últimos 10 anos ?

En caso afirmativo especifique por favor:

Lote	Ano da cesión.	Superficie		Número de parcelas	Parentesco do arrendatário co titular	Forma do contrato ou acordo de cesión. (Escritura pública, contrato privado, acordo verbal,...)	Duración do arrendamento ou cesión	Carácter da renda ou contrapartida pagada pola utilización desas terras			Que superficie aproximada calcula que ten a explotación do arrendatário?
		Supert. total	Labradio e prados Monte					Renda en diheiro	Outras contrapartidas (Especificar)	Nada (cesión gratuita)	
1											
2											
3											
4											
5											

(Se hai mais de 5 lotes ,coller unha folla suplementaría)

Se en 1973 traballaba n'elas que non eran de súa propiedade, devolveu parte delas ao seu propietario nos últimos 10 anos?

En caso afirmativo especifique por favor:

Superficie	Superficie		Número de parcelas	Motivo da devolución		Profesión do propietario das terras (código pax.)	Residencia do propietario das terras (código pax.)	Usó ao que destinou, ou pensa destinar, o propietario esas terras (Marcar cunha cruz o que corresponda)				
				Voluntaria	Obrigou-no o propietario			Traballa-las el ou algun familiar	Vende-las ou cede-las a un agricultor	Vende-las como solar	Plantar piñeiros ou eucaliptos	Outros (especificar)
Superf. total	Labradio e prados	Monte										
1	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
2	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
3	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
4	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
5	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____

(Se hai mais de 5 lotes ,coller unha folla suplementaria)

A súa explotación viu reducida a súa superficie nos últimos 10 anos por outros motivos ? (Por exemplo: por expropiación forzosa, por donación ou cesión en herencia a un fillo, etc.)

En caso afirmativo, especificar o motivo e a superficie afectada.

Motivo:

Superficie total afectada..... _____
 Labradio e prados..... _____
 Monte..... _____

19. Nos últimos 10 anos levou a cabo a roturación de superficies que estaban a monte ?

Superficie roturada..... _____

20. Despois de 1978 foi realizada a repoboación forestal dalgunhas das terras que hoxe ten a explotación ?

En caso afirmativo, especifique por favor para cada unha das parcelas onde se fixo estes datos:

Parcela	Ano en que se fixo a repoboación	Superficie repoboada	Aproveitamento anterior desas terras (labradio, prado, terras a ermo, monte baixo)	Especie plantada (piñeiro, eucalipto,..)
1	_____	_____	_____	_____
2	_____	_____	_____	_____
3	_____	_____	_____	_____
4	_____	_____	_____	_____
5	_____	_____	_____	_____

(Se hai mais de 5 parcelas, coller unha follas suplementaria)

21. Durante os últimos 10 anos deixou vostede de traballar ,aínda que siguen formando parte da explotación, algunhas das terras cultivadas ou prados que tiña en 1978 ?

En caso afirmativo especifique por favor a superficie aproximada desas parcelas según o aproveitamento anterior.

Aproveitamento anterior	Superficie que deixou de traballar
1.Cultivos	_____
2.Pradeira sementada.....	_____
3.Prados	_____
Total de superficie abandonada (1+2+3)	_____

22. (Pregunta a facer unicamente a aqueles titulares con 55 ou mais anos ;se o titular é mais novo pasar á seguinte cuestión)

No caso de que nengun familiar apareza disposto a sucede-lo na explotación, que pensa facer coas terras da súa propiedade a medida que se vaia facendo mais vello ?

(Marcar con unha cruz a resposta ou respostas para cada tipo de terra. Pode haber mais de unha resposta.)

	Terras cultivadas	Prados	Monte baixo	Monte arbolado
a. Venda-las	_____	_____	_____	_____
b. Arrenda-las para obter algún diñeiro	_____	_____	_____	_____
c. Ir cedendo aquelas que xa non poda seguir traballando a algún veciño ou familiar	_____	_____	_____	_____
d. Abandonar as que non poda traballar pero sen desprenderme delas.	_____	_____	_____	_____
e. Plantar piñeiros ou eucaliptos.	_____	_____	_____	_____

C. HISTORIA DA EXPLOTACION.

23.1. Nalgun momento da súa vida os seus pais foron agricultores ?
a.Si
b.Non

23.2. e os seus sogros ?
a.Si
b.Non
c.Non cabe a pregunta porque está solteiro

24. En que ano accedeu vostede á dirección desta explotación ? _____

25. Cal era aproximadamente a superficie da explotación nesa data ? _____

26. Desea superficie que proporción correspondía aproximadamente a:

- a.Terras que antes dese data eran explotadas polos seus pais _____
- b.Terras que eran explotadas polos seus sogros _____
- c.Terras que eran explotadas por outro membro da familia _____
- d. Terras que eran explotadas por persoas exteriores á familia _____
- e.Terras que non eran explotadas por ninguen _____

27. Cuantos irmaos e irmás eran na súa familia (aparte de vostede) ? _____

28. Cuantos deses irmaos e irmás quedaron ou van seguramente quedar no campo ? No.de irmaos

Nesta explotación..... _____

Noutra explotación.... _____

29. Vive aínda o seu pai ?

e a súa nai ?

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA - SERVICIOS INFORMATICOS



30. Que extensión aproximada de terras poseían ,ou poseen (se viven e aínda non partiron a herencia), os seus pais ?

31. Fixorse xa a partición da herencia dos seus pais entre os fillos ou herdeiros ?

NO CASO DE QUE XA SE PARTIRA A HERENCIA dos pais do titular ,FACER-LLE AS PREGUNTAS SEGUINTEs ,32 a 37. SE A PARTICION AINDA NON SE FIXO PASAR DIRECTAMENTE A PREGUNTA 38.

32. Na partición da herencia houbo mellora para algun dos irmaos a hora de repartir as terras e a casa ?

Si
Non

En caso afirmativo :

33. Que proporción da explotación herdou o irmao mellorado ? (por exemplo: toda a explotación, os 2/3, etc.)

34. Recibiron algunha compensación os demais herdeiros ?

- a. Outras propiedades ou diñeiro que tiñan os pais.
- b. Os pais deran-lles axuda para establecer-se fora da agricultura (por exemplo: para comprar un piso, ou pagaran-lles os estudos, etc.)
- c. O mellorado comprometeu-se a compensa-los en diñeiro.
- d. Nengunha compensación.
- e. Outros supostos:

35. Das terras que poseían os seus pais que superficie aproximada herdou vostede (o titular) ?

36. Das terras herdadas por outros coherdeiros sinala por favor que superficie aproximada :

- a. Foi comprada posteriormente por vostede a esses coherdeiros
- b. Sigue sendo propiedade daqueles coherdeiros pero é traballada por vostede

}	de forma gratuita.,
}	a cambio de algunha renda.....
- c. Sigue sendo propiedade dos coherdeiros e está explotada por eles ou por outra persoa, ou ben esas superficies están abandonadas.....

37. No caso de ter comprado aos coherdeiros polo menos unha porción das súas partes de herencia, como foi o pago ?

- a. Con diñeiro.
- c. Con outras compensacións.

As dúas preguntas seguintes (38 e 39) só deben facer-se no caso de que aínda non se partira a herencia dos pais do titular.

NO CASO DE QUE AINDA NON SE PARTIRA A HERENCIA :

38. Das terras que eran ou son propiedade dos seus pais, que proporción aproximada explota vostede ?
(Por exemplo: todas , a metade , os 2/3 ,etc.)

39. Paga algún tipo de renda ou contrapartida aos seus pais ou irmáns pola utilización desas terras ?

En caso afirmativo especificar o mellor posible a contrapartida.

D. PROCEDENCIA DAS TERRAS QUE INTEGRAN A EXPLOTACION NA ACTUALIDADE.

Detalle por favor das terras que forman hoxe a súa explotación a superficie que corresponde a cada unha das rubricas que se diferencian a continuación.

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA - SERVIZOS INFORMÁTICOS

Superficie

- 40. Terras propiedade do titular ou do seu conxuge ou de ambos (bens da comunidade matrimonial) :
 - a. Herencias e donacións (incluídas partes de indivisos) recibidas polo titular
 - b. Herencias e donacións (incluídas partes de indivisos) recibidas polo conxuge do titular
 - c. Compras a membros da familia do titular.
 - partes da herencia a coherdeiros.
 - compras a outros membros da familia do titular.....
 - d. Compras a membros da familia do conxuge.
 - partes da herencia a coherdeiros.
 - compras a outros membros da familia do conxuge.....
 - e. Compras a persoas exteriores á familia
 - terras xa traballadas por vostedes antes de compra-las
 - outras compras

- 41. Terras propiedade de membros da familia do titular explotadas gratuitamente :
 - pais, avós (abuelos).....
 - irmaos, irmás
 - outros familiares
 - indiviso (exceptuada a parte do mesmo que corresponde ao titular)



- 44. Terras propiedade de membros da familia do conxuge explotadas gratuitamente :
 - pais, avós (abuelos).....
 - irmaos, irmás
 - outros familiares
 - indiviso (exceptuada a parte do mesmo que corresponde ao conxuge)

45. Terras propiedade de membros da familia do titular e cedidas a cambio de algunha renda:

-pais, avós (abuelos)..... _____
 -irmáos, irmás _____
 -outros familiares _____
 -indiviso _____

46. Terras propiedade de membros da familia do conxuge e cedidas a cambio de algunha renda :


-pais, avós (abuelos)..... _____
 -irmáos, irmás _____
 -outros familiares _____
 -indiviso _____

48. Terras propiedade de persoas exteriores á familia que eran explotadas xa polos pais ou sogros do titular:

-con contrato escrito _____
 -acordo verbal co propietario _____

49. Terras propiedade de persoas exteriores á familia e que non eran explotadas polos pais ou sogros do titular (é dicir, que foron incorporadas á explotación polo titular) :

-con contrato escrito _____
 -acordo verbal co propietario _____

 SUPERFICIE TOTAL DA EXPLOTACION _____

CUESTIONARIO A CUBRIR PARA AS EXPLOTACIONES DESAPARECIDAS
(MODELO 2)

IDENTIFICACION

Explotación no.....
Concello
Parróquia
Lugar

Relación do informador ou informadores co antigo titular :

I. Que foi da persoa que era titular da explotación en 1978 ?

- a. Morreu.
- b. Xubilou-se.
- c. Abandonou a explotación para traballar noutra actividade dentro de Galiza.
- d. Emigrou fora de Galiza.
- e. Sigue traballando na agricultura pero noutra explotación.
- f. Outros supostos.

II. Ano no que se produciu a desaparición da explotación.

III. Vive aínda o conxuge do antigo titular ?

IV. Número de fillos e fillas vivos co antigo titular.

Especificar, se e posible, a profesion e residencia actual do antigo titular, do seu conxuge (se non morreron), e de cada un dos fillos.

	Profesión (utilizar o código que está no fondo desta páxina)	Residencia (utilizar o código que está no fondo desta páxina)
Titular	_____	_____
Conxuge	_____	_____
Fillo/a 1	_____	_____
Fillo/a 2	_____	_____
Fillo/a 3	_____	_____
Fillo/a 4	_____	_____
Fillo/a 5	_____	_____

I. Se non vive nengun fillo nen o conxuge do antigo titular, especificar se é posible a profesion e residencia dos familiares que heredaron ou heredarán as terras que aquel tiña.

Parentesco co titular	Profesión (utilizar o código que está no fondo desta páxina)	Residencia (utilizar o código que está no fondo desta páxina)
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

II. A casa na que vivía o titular era da súa propiedade ?

En caso afirmativo, foi vendida por el ou os seus herdeiros a outra persoa ?

Especificar a situación actual desa casa (marcar a resposta correcta) :

- a. Algún fillo do antigo titular vive de forma habitual nesa casa, aínda que non traballa as terras.
- b. Algún fillo do antigo titular ven os fins de semana ou nas vacacións á que era a casa familiar.
- c. A casa está habitada de forma permanente por outras persoas (outros familiares do antigo titular ou persoas que non son da familia).
- d. A casa está habitada os fins de semana ou nas vacacións por outras persoas.
- e. A casa está abandonada.

Qual era aproximadamente a superficie da explotación que traballaba este titular ?

Total	Desa superficie que extensión correspondía a terras arrendadas, ou en aparcería ?
Labradio e prados.....	_____
Monte.....	_____
Superficie total.....	_____

Qual é a situación actual das terras que formaban a explotación ?

- a. Foron absorbidas en bloques por outra explotación e están traballadas todas por outro agricultor.
- b. Están divididas entre varias explotacións.
- c. Están abandonadas.

XII. Situación actual das terras que o titular traballaba en propiedade.

XII.1. Das TERRAS DE LABRADIO E PRADOS QUE O TITULAR TRABALLABA EN PROPIEDAD especificar a superficie aproximada que está en cada unha destas situacións :

- a. Foron vendidas (polo titular ou os seus herdeiros) a outro agricultor.
- b. Foron vendidas a unha persoa que non é agricultor.
- c. Son traballadas por algún fillo do titular, que quedou na agricultura noutra explotación.
- d. Foron cedidas a outro familiar do antigo titular.
- e. Foron cedidas a outro agricultor. (exterior á familia)
- f. Foron repoboadas con piñeiros ou eucaliptos.
- g. Están abandonadas

Se non é posible coñecer a superficie que está en cada unha desas situacións, tratar de saber a proporción, tamén aproximada, que corresponde a cada unha delas. Así, por exemplo: unha terceira parte foi vendida a un agricultor e o resto repoboadas con piñeiros. (Neste caso poñeríase 1/3 na resposta a , e 2/3 na resposta f .)

XII.2. Das TERRAS DE MONTE BAIXO QUE O TITULAR TIÑA EN PROPIEDAD
na explotación, especificar a superficie aproximada que
está en cada unha destas situacións :

- a. Foron vendidas (polo titular ou
os seus herdeiros) a outro agricultor.
- b. Foron vendidas a unha persoa
que non é agricultor.
- c. Son traballadas por algún fillo
do titular, que quedou na agricultura
noutra explotación.
- d. Foron cedidas a outro familiar
do antigo titular.
- e. Foron cedidas a outro agricultor.
(exterior á familia)
- f. Foron repoboadas con piñeiros
ou eucaliptos.
- g. Están abandonadas

(Facer igual que na pregunta anterior.)

XIII. Se titular de que falamos traballaba algunhas TERRAS ARRENDADAS ou cedidas por outra persoa, especificar :

XIII.1. Profesión e residencia do propietario ou propietarios desas terras:

Proprietarios	Profesión (utilizar o código da páxina)	Residencia (utilizar o código da páxina)
1	_____	_____
2	_____	_____
3	_____	_____
4	_____	_____

XIII.2. Ao deixar de traballar esas terras o antigo titular, que fixeron ese propietario ou propietarios coas terras ?

Especificar a superficie aproximada que está en cada unha destas situacións :

	Labradío e prados	Terras que estaban a monte.
a. Traballa-nas eles directamente	_____	_____
b. Foron vendidas a un agricultor.	_____	_____
c. Foron vendidas a unha persoa que non é agricultor	_____	_____
d. Cederon as terras a outro agricultor.	_____	_____
e. Plantaron piñeiros ou eucaliptos.	_____	_____
f. Están abandonadas.	_____	_____

OBSERVACIONES

Opinión do entrevistador sobre a calidade da información obtida sobre todo a que se refire á situación actual das terras que formaban a explotación).

Otras observacións ou precisións sobre esa explotación desaparecida (propor toda a información que considere de interés)

ANEXO METODOLOGICO AO CAPITULO XII: As fontes disponíveis em Galiza para o estudo das compra-vendas de terras rústicas. A fonte que utilizamos na nossa investigação (referida à comarca de Arçua); o contido e a forma de obtenção dos dados.

1. As fontes disponíveis em Espanha para o estudo das transacções no mercado de terras rústicas; umha panorâmica inicial.

Deixamos de lado nestas notas o que se refere aos preços da terra, posto que deste tema já nos ocupamos no apartado 2 do presente capítulo. O que nos interessa aqui som as fontes que podem ser utilizadas para analisar o volume e as restantes características das transacções no mercado de terras (tamanho e composição dos lotes, profissão e residência dos vendedores e compradores, etc.).

O primeiro que devemos destacar neste aspecto é que, ao contrário do que sucede noutros países europeus⁶¹, em Espanha nom contamos com nengumha estatística sobre as compra-vendas de terras rústicas, que nos permita conhecer a nível agregado (por províncias, Comunidades Autónomas, ...) o volume anual que estas alcançam, assi como as suas principais características. Os únicos dados que podemos citar som os que publicam as Memórias anuais do "Servicio de Valoraciones Agrarias" do Catastro de Rústica, referidos ao número de expedientes de valoração comprovados por este Serviço, e à quantia das superfícies implicadas. Pero estas cifras som totalmente inservíveis para os nossos fins, ao menos no caso de Galiza, devido a dous motivos:

- Nelas figuram conjuntamente as compra-vendas e os outros tipos de operações que implicam umha variação na propriedade das terras (sucessões, doações), sem que seja possível separar umhas de outras.
- Ademais, o grau de cobertura destes dados, polo menos no caso galego, é mui baixo; de tal modo que tam só figuram aqui umha percentagem mui reduzida das transacções realmente efectuadas⁶².

⁶¹ Por exemplo em França, onde se dispom de um registo estatístico bastante satisfatório sobre as transacções no mercado de terras, graças à obriga que existe de notificar estas operações às SAFER.

⁶² Consultar por exemplo a Memória correspondente ao ano 1979, e as observações que nela fam os próprios responsáveis do "Servicio de Valoraciones Agrarias" sobre as

Dada essa carência de estatísticas publicadas, para conhecer o volume e as características das compra-vendas de terras nom queda mais remédio que recurrir a umha recolhida e elaboraçom directa da informaçom, limitada necessariamente a áreas geográficas e a períodos relativamente reduzidos.

A primeira possibilidade consiste aqui em obter a informaçom a partir de inquéritos sobre o terreo, que permitam detectar as transaçons realizadas numha zona e afondar depois nas características de cada operaçom. De feito, nos últimos anos fórom realizadas já em Espanha algumas investigaçons seguindo este método⁶³.

A outra grande possibilidade que existe, e a que nos interessa mais directamente, é a de utilizar como fonte primária para a obtençom dos dados determinados registos ou documentaçons de carácter administrativo, que tenham a sua origem: no registo jurídico da propriedade da terra e das suas modificaçons; ou bem, e sobretudo, nos trámites que deve seguir um contrato de compra-venda de terras a fim de cumprir com as correspondentes obrigas de carácter fiscal. Este é o tipo de fontes nas que estám baseados a maioria dos estudos sobre o mercado de terras efectuados em Espanha durante as últimas décadas (estudos que som bastante escassos polo momento, e fórom realizados todos eles a partir de princípios dos anos 80). E também foi esta a metodologia geral que elegimos para levar a cabo a nossa investigaçom. Centramo-nos, pois,

cifras publicadas:

-MINISTERIO DE HACIENDA. DIRECCION GENERAL DE INSPECCION TRIBUTARIA. SUBDIRECCION GENERAL DE CATASTROS Y CENSOS INMOBILIARIOS, Memoria de actuaciones durante 1979 del Servicio de la Contribución Territorial Rústica y Pecuaria y de la Sección de Fotografía Aérea y Planimetría., apartado referido à "Sección de Valoraciones Agrarias", pp. 76-112.

⁶³ Em concreto, que nós tenhamos conhecimento, existem duas investigaçons baseadas neste tipo de inquéritos sobre o terreo, ambas referidas a distintos municípios do País Valenciano. Ver:

-ARNALTE ALEGRE, Eladio/ AVELLA REUS, Lorenzo, "Modelos locales del mercado de la tierra en el País Valenciano.", Agricultura y Sociedad, no. 41, outubro-dezembro 1986, pp. 139-183.

-ROMERO, J., La agricultura valenciana en el proceso de industrialización y urbanización. Cambios estructurales recientes en el espacio rural valenciano (1959-1986)., Generalitat Valenciana. Conselleria d'Agricultura i Pesca, Valencia, 1988.

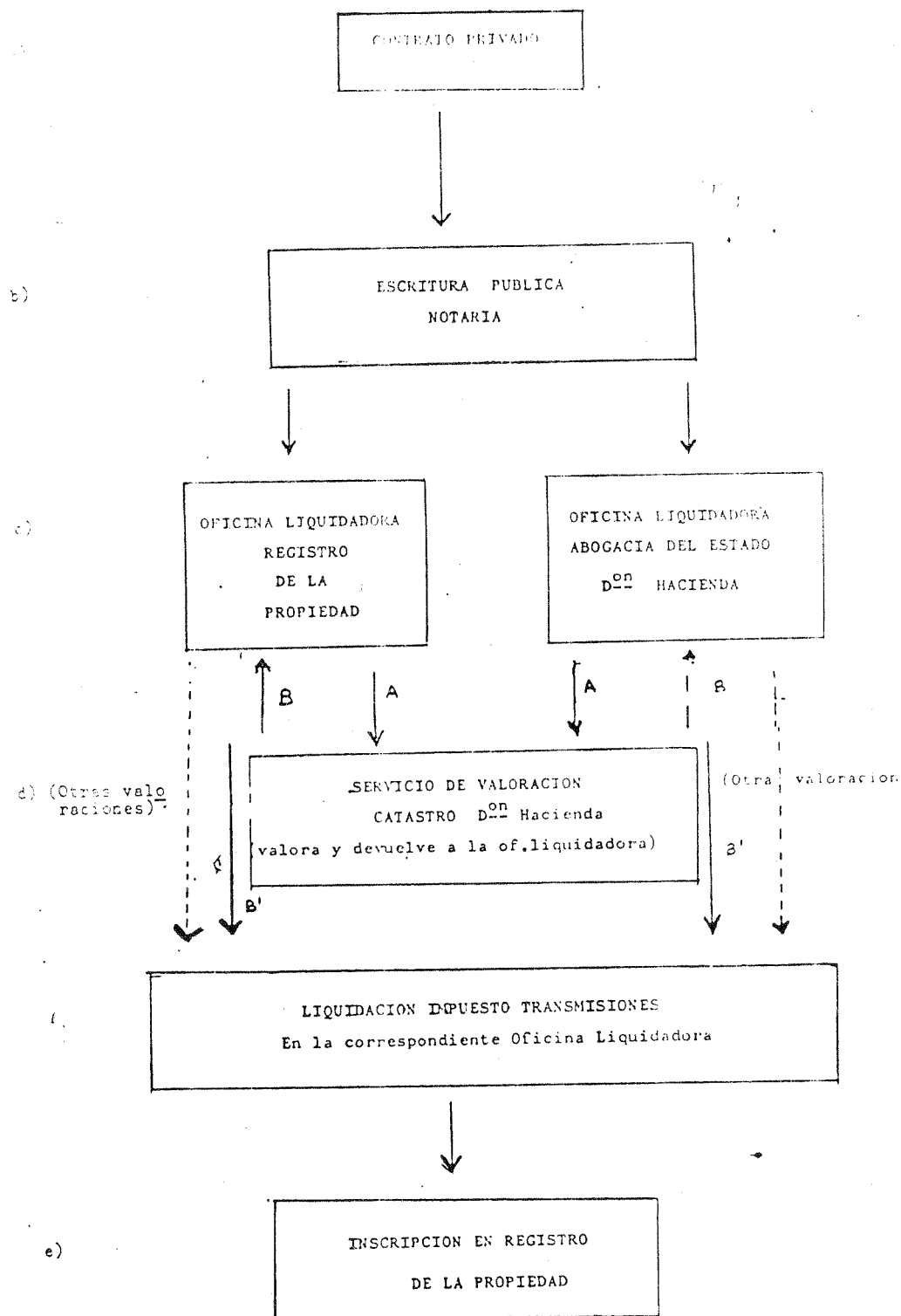
neste tipo de fontes, examinando quais som as que em princípio estám disponíveis, e as potencialidades e limitaçoens que apresenta cada umha delas.

Neste aspeito foi-nos de grande utilidade a análise que sobre este tema realizou, a começos dos anos 80, o "Departamento de Economía y Política Agraria" da ETSIA de Madrid⁶⁴, cujos resultados som resumidos também por C.Varela⁶⁵. O diagrama que reproduzimos na página adjunta está tomado precisamente deste estudo. Nele estám representados os sucessivos passos ou trámites que deve seguir em Espanha um contrato de compra-venda de terras, com o fim de cumprir com as obrigaçoes de carácter fiscal estabelecidas, e lograr finalmente que a nova situaçom das fincas seja inscrita no Registo da Propriedade. Como pode ver-se, os passos existentes nesta tramitaçom, dacordo com a análise desses autores, som 5:

1. A redaçom do contrato em escritura pública perante notário. Isto pode ir precedido da realizaçom de um contrato privado entre as partes; pero, com um maior ou menor desfase, o normal, afirmam, é que este seja elevado posteriormente a escritura pública.
2. O segundo passo é a apresentaçom do contrato para a liquidaçom do Imposto sobre Transmissoens, ao que está sometida a operaçom de compra-venda. Esta apresentaçom produz-se na correspondente Oficina liquidadora; funçom esta que, seguindo sempre o citado estudo, era cumprida a princípios dos anos 80 por dous tipos de organismos: as oficinas comarcais do Registo da Propriedade, e a "Abogacía del Estado" da respectiva "Delegación Provincial de Hacienda".
3. Cumplido o trámite anterior, o passo seguinte consiste na valoraçom dos bens objecto da transaçom, com o fim de determinar, aplicando a esse valor as tablas do imposto, a quantia do tributo que deve pagar-se. Ainda que na legislaçom estám previstos diferentes procedimentos de valoraçom, o mais freqüente, dacordo com estes autores, é que esta seja realizada polo Serviço de Valoraçom do Catastro, ubicado nas "Delegaciones Provinciales de Hacienda".

⁶⁴ Ver: DIAZ BERENGUER, E./ SUMPSI, J.Ma/ URBIOLA, J./ VARELA, C., Estudio del mercado y de los precios de la tierra en España., Departamento de Economía y Política Agraria. Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos, Madrid, 1982.

⁶⁵ Ver: VARELA ORTEGA, Consuelo, Análisis del mercado de la tierra de secano y regadío en una comarca agraria homogénea., Tesis Doctoral, ETSIA de Madrid, setembro 1984, pp. 90-103.



Fonte: VARELA ORTEGA, Consuelo, Análisis del mercado de la tierra de secano y regadío en una comarca agraria homogénea., Tesis Doctoral, ETSIA, Madrid, 1984, pag. 91.

[Tomado do trabalho: DIAZ BERENGUER, E./ SUMPSI VIÑAS, J.M./ URBIOLA GOMEZ, ... e VARELA ORTEGA, C., El mercado y los precios de la tierra., Cátedra de Economía y Política Agraria, ETSIA, Madrid, 1982]

4. Umha vez efectuada a valoraçom, o citado Serviço remite de novo o expediente à oficina liquidadora, procedendo esta ao cobro do Imposto de Transmissons resultante.
5. Finalmente, cumprido o pago do imposto, realiza-se a inscripçom da nova situaçom das fincas (do seu novo proprietário) no Registo da Propriedade da zona na que estám localizados os bens.

Dessa seqüência ou esquema desprende-se que **som 4 as fontes que, em princípio, podemos utilizar para o estudo das compra-vendas de terras rústicas: as Notarias, as oficinas liquidadoras do Imposto sobre Transmissons, o Serviço de Valoraçom do Catastro, e o Registo da Propriedade.**

Destas 4 fontes possíveis, os autores que estamos seguindo descartam em primeiro lugar as Notarias, devido a dous motivos: as dificuldades para acceder à documentação, posto que as escrituras nom som de consulta pública até transcorridos 25 anos desde o seu outorgamento; e o feito de que as notarias nom temem umha base ou âmbito territorial delimitado (numha notaria podem realizar-se escrituras referidas a bens localizados em áreas geográficas diversas; e à inversa: as compra-vendas de terras de umha determinada zona podem ser escrituradas em notarias situadas noutra comarca ou província)⁶⁶.

Assimesmo, estes autores afirmam que devem descartar-se, como fonte de informaçom sobre as compra-vendas de terras, as oficinas liquidadoras; aduzindo neste caso os seguintes motivos: "*...por falta de operatividad y porque esta función liquidadora adscrita a los registradores de la propiedad no tiene el carácter territorial administrativo del Registro o tampoco mantiene la posibilidad de consulta pública legalmente establecida por el Registro de la Propiedad para su función básica.*"⁶⁷

No que respeita ao Registo da Propriedade, a terceira das fontes antes citadas, este si pode servir em princípio de base para o estudo das compra-vendas de terras realizadas numha zona determinada. Abonam a sua validez inicial três elementos: o seu âmbito territorial delimitado; a possibilidade de consulta pública da informaçom; e o feito de que, dacordo com os autores, o

⁶⁶ Consultar:

-VARELA ORTEGA, Consuelo, Análisis del mercado de la tierra... op. cit., pp. 92-93.

⁶⁷ VARELA ORTEGA, Consuelo, op. cit., pag. 93.

trámite da inscripçom no Registo é cumprimentado para a grande maioria das transacçõs ocorridas realmente, polo que o grau de cobertura destes dados é mui alto. Nom obstante, existe um problema que limita muito a utilidade desta fonte: a forma na que estám ordenadas as anotaçõs nos livros do Registo fai que seja enormemente dificultoso, e custoso em tempo e esforço, o localizar e recopilar todas as transacçõs efectuadas num período determinado. Em conseqüência, para o tipo de estudos como o que nos pretendemos realizar (a análise das compra-vendas registadas numha zona ao longo de um certo período de tempo), esta fonte é mui pouco operativa⁶⁸.

Deste modo, os autores que estamos comentando chegam finalmente à conclusom de que a fonte mais adeqüada que existe em Espanha para o estudo do volume de transacçõs no mercado de terras, é o Serviço de Valoraçom do Catastro de Rústica; mais exactamente, os expedientes individuais de valoraçom que som conservados, ordenados cronologicamente, nos arquivos deste organismo (que está ubicado nas "Delegaciones de Hacienda", situadas nas capitais de província). Estes expedientes permitem conhecer para cada operaçom de compra-venda: o volume da superfície objecto da transacçom, a localizaçom destas terras, e a sua distribuçom por aproveitamentos. Possibilitando assi umha análise sobre: o número de compra-vendas realizadas numha zona determinada ao longo de um período dado, o volume global de superfície movida, e também a distribuçom destas transacçõs por estratos de tamanho e por tipos de superfícies. Isso, unido à possibilidade que existe de acceder à documentaçom, fai que esta seja considerada a melhor fonte disponível em Espanha para o estudo das compra-vendas no mercado de terras⁶⁹.

Umha vez estabelecida essa conclusom, falta ainda por aclarar qual é o nível de qualidade que apresenta esta fonte. Neste sentido, som dous os aspeitos a considerar: o grau de cobertura destes dados, isto é, que proporçom das compra-vendas efectuadas realmente, som apresentadas para a liquidaçom do Imposto sobre Transmissons e valoradas polo Serviço de Valoraçom do Catastro; a outra questom a ter em conta é o desfase que pode existir entre esses dous momentos (o da realizaçom da operaçom, e aquele no que se produz a valoraçom).

Começando por esta segunda questom, o estudo metodológico que vimos comentando indica que, ainda que este desfase existe, a sua amplitude é em

⁶⁸ Ver: VARELA ORTEGA, Consuelo, op. cit., pp. 93-94.

⁶⁹ Ver: Ibidem, pp. 94-96 e 97-103.

geral pequena (o mais freqüente é que esta nom supere 1 ano); polo que este problema nom afecta de modo significativo à validez dos dados⁷⁰.

No que respeita ao grau de cobertura da fonte, os autores, baseando-se na evidência empírica que manejam, afirmam que este é bastante elevado. Imo-nos deter brevemente neste tema. Seguindo o esquema que reproduzimos anteriormente, deduz-se que este grau de cobertura dependerá de qual seja a proporçom das compra-vendas realizadas que siguem posteriormente os três passos ou trâmites seguintes: a elevaçom do contrato a escritura pública; a apresentaçom desta escritura na correspondente oficina liquidadora do Imposto sobre Transmissons; e, por último, a remissom deste expediente ao Serviço de Valoraçom do Catastro, para que seja este organismo o que efectue a valoraçom dos bens. Pois bem, a análise realizada por estes autores conduze-os a estas conclusons⁷¹:

- i. O trâmite de elevar o contrato a escritura pública é efectuado na imensa maioria das compra-vendas de terras, eles estimam que em mais do 95% delas.
- ii. A apresentaçom desta escritura para a liquidaçom do Imposto sobre Transmissons constitue um trâmite obrigatório legalmente, polo que assumem que isto se cumpre no 100%, ou praticamente no 100%, dos casos.
- iii. Finalmente, estimam que das compra-vendas apresentadas para a liquidaçom do imposto, as que som remitidas ao Serviço de Valoraçom do Catastro supõem entre o 60% e o 90%.

Destes dados desprende-se, em definitiva, que o grau de cobertura da fonte elegida oscila entre o 57% e o 90%; esta é a percentagem das transaçons realizadas para as que se dispom de informaçom no arquivo do Serviço de Valoraçom do Catastro.

Queda finalmente um problema desta fonte que si tem importância, pero que é resolúvel: este deriva-se de que nas valoraçons efectuadas por este organismo nom só figuram as referidas a compra-vendas de terras, senom também as que correspondem a sucessons, doaçons e actos jurídicos documentados. Isto fai que nom podam tomar-se os dados agregados ou recapitulativos sobre as valoraçons efectuadas, que elabora o mencionado organismo, posto que neles están incluídas todas essas operaçons. Para obter cifras referidas estritamente às compra-vendas é necessário examinar os expedientes individuais, separando este tipo de operaçons do resto.

⁷⁰ Ver: Ibidem, pag. 95.

⁷¹ Ver: Ibidem, pp. 92-95.

Em resumo: a análise que sobre este tema realizou o "Departamento de Economía y Política Agraria" da ETSIA de Madrid, chega à conclusão de que a melhor fonte que existe em Espanha para o estudo das transações no mercado de terras são os expedientes de valoração de fincas do Serviço de Valoração do Catastro; e esta análise estabelece também que a bondade destes dados, em especial no que se refere ao seu grau de cobertura, é bastante satisfatória. De feito, esta foi a fonte que utilizaram estes autores, nas suas investigações sobre o mercado de terras em diversas comarcas de Valladolid e das províncias andaluzas de Sevilla, Almería e Córdoba⁷². E, com posterioridade, esta mesma fonte foi empregada também noutra investigação, realizada neste caso por E. Arnalte e L. Avellá, na que se tratou de conhecer o grau de mobilidade no mercado de terras que se regista nas distintas comarcas do País Valenciano⁷³.

Essas três investigações que acabamos de citar constituem praticamente as únicas que foram efectuadas durante as últimas décadas sobre o mercado de terras em Espanha⁷⁴; e todas elas tomaram como base, tal como indicamos, os expedientes do Serviço de Valoração do Catastro.

⁷² Concretamente, foram duas as investigações empíricas realizadas pelos membros desse Departamento: a primeira, de carácter colectivo, efectuou-se em distintas comarcas de Valladolid, Sevilla e Almería; a outra levou-na a cabo Consuelo Varela nas províncias de Sevilla e Córdoba, como parte da sua Tese de Doutoramento. Os resultados destas duas investigações aparecem resumidos nos trabalhos:

-DÍAZ BERENGUER, E./ SUMPSI, J. Ma/ URBIOLA, J./ VARELA, C., "El mercado y los precios de la tierra.", Papeles de Economía Española, no. 16, 1983, pp. 169-182.

-VARELA ORTEGA, Consuelo, "Estudio econométrico sobre el mercado de la tierra en las provincias de Sevilla y Córdoba.", Agricultura y Sociedad, no. 41, outubro-dezembro 1986, pp. 73-137.

⁷³ Ver: ARNALTE, E./ AVELLA, L., El mercado de la tierra en el País Valenciano., Texto mecanografiado inédito, Ministerio de Agricultura, 1986 (os resultados desta investigação, e as características gerais da metodologia empregada, aparecem citados no livro: AVELLA I REUS, Llorenç, Medidas de intervención en el mercado de la tierra., Generalitat Valenciana. Conselleria d'Agricultura i Pesca, Valencia, 1993, pp. 136-138)

⁷⁴ A elas devemos acrescentar também só os dois estudos levados a cabo em diversos municípios do P. Valenciano, sobre a base de inquéritos directos sobre o terreo. Ver: -ARNALTE ALEGRE, Eladio/ AVELLA REUS, Lorenzo, "Modelos locales del mercado de la tierra en el País Valenciano.", op. cit.

2. A situação concreta que nos encontramos em Galiza; selecção da fonte mais adequada que existe aqui para o estudo das compra-vendas de terras rústicas.

A hora de abordar o estudo sobre o mercado de terras em Galiza, partimos inicialmente da análise das fontes que acabamos de resumir, e das conclusões às que chegam esses autores. Assim, a nossa ideia inicial era a de realizar uma investigação referida a uma ou várias comarcas galegas, tomando como base os expedientes conservados no Serviço de Valoração do Catastro de Rústica.

Sem embargo, ao examinar a realidade aqui existente, no que respeita às fontes para o estudo do mercado de terras, pudemos comprovar que esta difere substancialmente da que nos descrevem os autores citados; observando-se, em concreto, que a fonte por eles proposta (o Serviço de Valoração do Catastro) apresenta em Galiza uma escassa utilidade. Em consequência, tivemos que recorrer a outra via diferente para a obtenção dos dados.

Imos começar explicando as razões que fazem que o Serviço de Valoração do Catastro não constitua em Galiza uma fonte adequada para o estudo das transacções no mercado de terras. Para referir-nos depois a aquela que, de acordo com as nossas indagações, oferece aqui umas maiores possibilidades e um maior nível de qualidade: as oficinas liquidadoras do Imposto sobre Transmissões. É esta que foi finalmente a que utilizamos na nossa investigação.

2.1. O reduzido grau de cobertura que apresentam em Galiza os dados do Serviço de Valorações; a pouca validade desta fonte para o estudo das compra-vendas de terras no nosso âmbito.

Para aclarar o tema, situemo-nos no momento em que os contratos de compra-venda de terras são apresentados na correspondente oficina liquidadora, para liquidar o Imposto sobre Transmissões ao que estão sujeitos. Como vimos anteriormente, o seguinte trâmite é o da valoração dos bens, com o fim de determinar assim a quantia do imposto que deve pagar-se.

No que respeita a este ponto, a análise que estivemos comentando indicava que o procedimento seguido na maior parte dos casos (entre o 60% e o 90%), é

-ROMERO, J., La agricultura valenciana en el proceso de industrialización y urbanización... op. cit.

o da valoraçom polos técnicos especializados do Serviço de Valoraçom do Catastro. Os expedientes som enviados desde as oficinas liquidadoras a este organismo (ubicado na "Delegación de Hacienda" da capital de província), que depois de valorar os bens procede de novo a remitir o expediente a essa oficina. A afirmaçom de que este é o processo seguido de forma absolutamente maioritária, constitue umhas das bases fundamentais para poder chegar à conclusom de que o Serviço de Valoraçom é a melhor fonte disponível, e que o seu grau de cobertura é bastante satisfatório.

Pois bem, as indagaçom que levamos a cabo puxérom de manifesto que, se isso pode ser certo noutras zonas de Espanha, nom se cumple, em câmbio, de nengum modo no caso de Galiza. A percentagem dos expedientes referidos a compra-vendas de fincas rústicas, que som enviados polos oficinas liquidadoras ao Serviço de Valoraçom, é aqui mui reduzida. Esta percentagem foi sempre baixa ao longo das últimas décadas, e isto continua sendo assi na actualidade. Em conseqüência, esse organismo nom constitue no âmbito galego umha fonte adequada para o estudo das transaçom no mercado de terras; posto que os expedientes que podemos encontrar aí, suponhem unicamente umha pequena proporçom dos apresentados para a liquidaçom do Imposto sobre Transmissons (e umha proporçom inferior ainda do número de transaçom efectuadas realmente).

Para precisar melhor a situaçom, imos ver qual é exactamente a realidade que nos encontramos neste aspeito em Galiza no período recente. Com o fim de facilitar a comprensom deste tema, elaboramos o diagrama reproduzido na página adjunta, no que estám representados os diversos organismos ou instituçom que, na realidade actual de Galiza, se encargam da liquidaçom do Imposto sobre Transmissons e da valoraçom conseguinte dos bens⁷⁵.

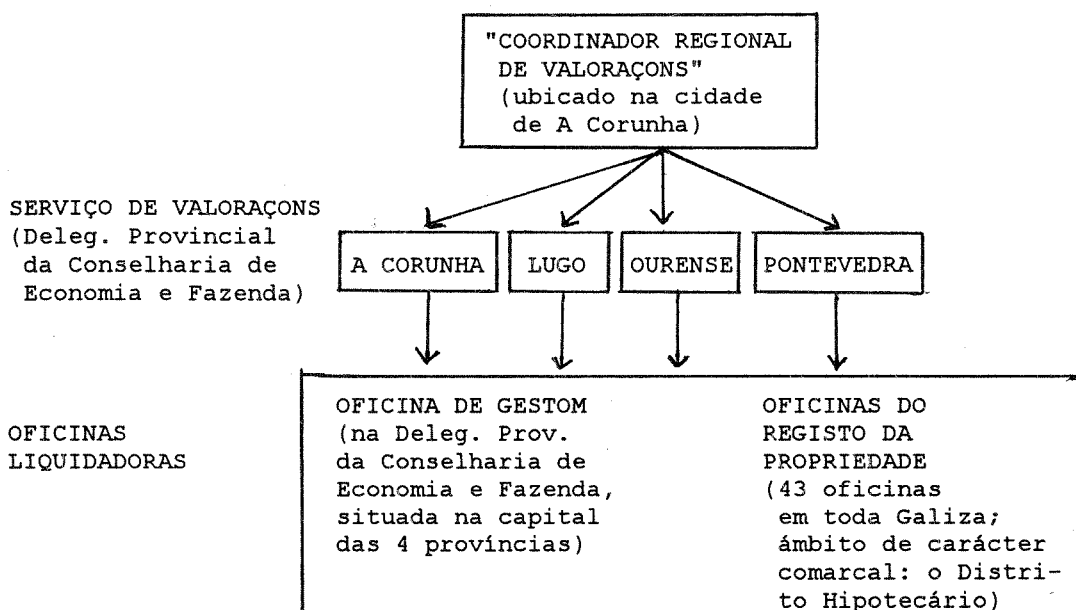
Na base do organigrama aparecem as oficinas liquidadoras deste imposto (em realidade, oficinas liquidadoras dos Impostos sobre Sucessom, Transmissons Patrimoniais e Actos Jurídicos Documentados); funçom esta que é cumprida actualmente por dous tipos de instituçom:

- A "Oficina de Gestom" das Delegaçom Provinciais da Conselharia de Economia da Junta de Galiza (organismo este que veu substituir neste lavor à "Abogacía del Estado" das "Delegaciones Provinciales de Hacienda", como conseqüência da cesom daqueles tributos à Comunidade Autónoma). Estas "Oficinas de Gestom" estám ubicadas nas capitais das 4 províncias galegas, e funcionam como oficinas liquidadoras dos citados impostos para os municípios que estám em torno às capitais de província.

⁷⁵ A elaboraçom deste organigrama, assi como as observaçom ou detalhes que apontamos na exposiçom, está baseada na informaçom que obtivemos de diversos responsáveis e funcionários dos organismos implicados.

-As oficinas do Registo da Propriedade. Estas operam como oficinas liquidadoras para o resto do território, tendo um âmbito de actuação comarcal (que se corresponde, concretamente, com os Distritos Hipotecários). Em total, existem em Galiza algo mais de 40 oficinas do Registo da Propriedade, ubicadas em cidades ou vilas cabeceira de comarca.

ORGANISMOS QUE ESTAM IMPLICADOS ACTUALMENTE EM GALIZA NA LIQUIDAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÕES QUE GRAVA AS COMPRA-VENDAS DE FINCAS RUSTICAS.



Num segundo "escalom" do organigrama encontramos o "Serviço de Valorações" ubicado nas 4 Delegações Provinciais da Conselharia de Economia. Este órgão veu substituir ao "Serviço" análogo que existia anteriormente nas "Delegaciones Provinciales de Hacienda", como consequência da cesom dos tributos à Comunidade Autónoma. E a função que desempenha é a de supervisionar a valoração dos bens, com vistas à liquidação dos Impostos de Sucessões, Transmissões Patrimoniais e Actos Jurídicos Documentados.

Por último, o organigrama completa-se com o "Coordinador Regional de Valorações", que está ubicado na cidade de A Corunha, concretamente nas dependências da correspondente Delegação da Conselharia de Economia. Este tem como missão coordenar a actuação do "Serviço de Valorações" nas 4 províncias, homogeneizando os critérios aplicados por estes.

Tendo esse organigrama de fondo, estamos já em condições de aclarar com precisom a questom que nos interessa neste ponto da nossa análise: que

proporçom das compra-vendas de terras rústicas que som apresentadas nas oficinas liquidadoras, é enviada ao Serviço de Valoraçom para que este estime ou comprove o valor dos bens; e, portanto, que proporçom dessas compra-vendas figura nos expedientes de valoraçom que se conservam nos arquivos deste Serviço.

A informaçom que recolhemos, ao través de entrevistas com pessoas responsáveis dos organismos implicados⁷⁶, conduze-nos a este diagnóstico:

a. No caso dos contratos que som apresentados na "Oficina de Gestom" das Delegaçom Provinciais da Conselharia de Economia, a valoraçom dos bens realiza-a sempre o Serviço de Valoraçom correspondente, que está ubicado, como antes indicamos, nas mesmas dependências da Delegaçom Prov. da Conselharia de Economia. Sem embargo, hai que recalcar que isto unicamente se cumpre para este tipo concreto de oficinas liquidadoras, e, portanto, para as compra-vendas de terras liquidadas na capital da província.

b. Para as transaçom que som liquidadas nas oficinas do Registo da Propriedade (que constituem a imensa maioria das efectuadas no território galego), a situaçom é mui diferente. Neste caso, a valoraçom (ou a comprovaçom do valor) dos bens realiza-se normalmente na própria oficina liquidadora (as oficinas comarcais do Registo da Propriedade), seguindo para isto uns "módulos objectivos" estabelecidos polo "Coordinador Regional de Valoraçom"⁷⁷.

Tam só som enviados ao respectivo Serviço de Valoraçom provincial dous tipos de expedientes referidos a compra-vendas de fincas rústicas:

⁷⁶ Em especial, fórom-nos de grande utilidade as sucessivas entrevistas que mantivemos com D.José Manuel Calderón, que ocupava na altura (o ano 1989) o posto de "Coordinador Regional de Valoraçom", e com D.Alfredo Vázquez-Monxardín e D.Ricardo Arias, responsáveis do Serviço de Valoraçom nas províncias de Ourense e A Corunha, respectivamente. Agradecemos a estas pessoas, e outras das que recabamos informaçom sobre aspectos concretos, a colaboraçom prestada.

⁷⁷ O procedimento aplicado aqui vem determinado polo "Sistema Normalizado de Valoraçom Imobiliárias", que funciona em Galiza desde 1986. Neste sistema fixam-se uns módulos objectivos, que consistem numha táboa de valores mui detalhada, por municípios, parróquias, e dentro de cada parróquia por tipos de superfícies rústicas (tendo em conta como critérios: o seu aproveitamento, e também a comunicaçom ou accesos das fincas). Os valores estabelecidos nesta táboa som os que as oficinas do Registo da Propriedade devem aplicar para a valoraçom dos bens.

Esse sistema completa-se com o labor de inspecçom que, de forma periódica, realizam os responsáveis do Serviço de Valoraçom, sobre o cumprimento desses critérios de valoraçom por parte das oficinas liquidadoras.

- Aqueles nos que os bens requirem umha "valoraçom singular", por tratar-se de superfícies que, ainda que classificadas como de natureza rústica, tenhem um carácter poderíamos dizer "semi-urbano"; isto é, que polas características das terras pode presumir-se que se trata de futuros solares⁷⁸.
- Os outros expedientes que devem enviar-se para a sua valoraçom polo citado Serviço som aqueles nos que o valor dos bens vendidos supera umha determinada quantidade (no momento de realizar a nossa investigaçom, no ano 1989, esta cifra estava fixada em 5 milhons de pesetas)⁷⁹.

Do que acabamos de exponher deduz-se que o arquivo do Serviço de Valoraçoms só constitue umha fonte válida para o estudo das compra-vendas de terras rústicas, no caso dos municípios mais próximos à capital da província, para os quais funciona como oficina liquidadora a "Oficina de Gestom" da Deleg. Prov. da Conselharia de Economia. E portanto, esta fonte só poderia utilizar-se para este tipo de áreas geográficas, onde o mercado de terras apresenta necessariamente umha notável especificidade, (dada a sua proximidade a um núcleo urbano importante). Para o resto dos municípios de Galiza (a imensa maioria do território), o número de expedientes que som valorados por este Serviço é sumamente pequeno, supom umha percentagem mui reduzida das transaçoms apresentadas nas oficinas liquidadoras; e ademais, esses expedientes correspondem-se com tipos de operaçoms mui específicos, nada representativos do total. Portanto, para a imensa maioria da geografia galega esta fonte tem umha escassa utilidade, e nom pode ser empregada, de nengum modo, como base para umha investigaçom sobre o mercado de terras.

Em resumo, pois, a nossa análise levou-nos à conclusom de que, ao contrário do que parece suceder noutras zonas da geografia espanhola, o Serviço de Valoraçoms nom constitue em Galiza umha fonte adeqüada para o estudo das transaçoms no mercado de terras. Por outra

⁷⁸ A determinaçom desse "carácter singular", e da necessidade conseguinte de umha valoraçom polos técnicos especializados do Serviço de Valoraçoms, nom é algo que faga de forma discrecional cada oficina do Registo, senom que isso efectua-se em base a critérios ou directrizes que fixa este Serviço. Em concreto, no "Sistema Normalizado de Valoraçoms Imobiliárias" ao que antes aludimos, ademais de estabelecer os módulos a aplicar para os diversos tipos de terras, delimitam-se certas classes ou tipos de superfícies que deverám ser objecto de umha "valoraçom singular".

⁷⁹ O envio destes expedientes à comprovaçom de valor polo Serviço de Valoraçoms constitue umha obriga legal, dacordo com o estabelecido no Art. 78 do "Reglamento del Impuesto sobre Transmisiones Patrimoniales y Actos Jurídicos Documentados" (Real Decreto 3494/1981, de 29 de diciembre).

parte, das restantes possibilidades existentes em princípio, descartamos também as Notarias e o Registo da Propriedade, polos motivos que indicam os autores que vimos anteriormente, que fam totalmente inviável a utilização destas fontes para um estudo como o que nós pretendíamos realizar.

Em conseqüência, chegamos finalmente à conclusom de que, **no caso galego, a única fonte que pode servir para umha investigação sobre o mercado de terras som as oficinas liquidadoras do Imposto sobre Transmissons.** De feito, foi esta a que nós utilizamos; sendo o nosso, que tenhamos conhecimento, o primeiro estudo que se realiza em Espanha tomando como base empírica este tipo de dados.

A continuaçom imos tratar de precisar as possibilidades que existem de empregar esta fonte, assi como a qualidade da informaçom que esta oferece; centrando-nos sobretudo num aspeito: o grau de cobertura que apresentam estes dados na realidade de Galiza.

2.2. A fonte que utilizamos na nossa investigação: os expedientes conservados nas oficinas liquidadoras do Imposto sobre Transmissons. O grau de cobertura que apresentam estes dados em Galiza.

a. Algumas questons iniciais.

Como se lembrará, o estudo realizado polo "Departamento de Economía y Política Agraria" da ETSIA de Madrid afirmava que as oficinas liquidadoras deviam descartar-se, como fonte para a análise das compra-vendas de terras, aduzindo para isto duas razons fundamentais⁸⁰:

- i. A nom existéncia da possibilidade de consulta pública da documentaçom conservada nestas instituçons; e, portanto, os obstáculos para acceder a esta informaçom.
- ii. O feito de que estas oficinas nom temem um ámbito territorial administrativo. É dizer, que as compra-vendas realizadas numha determinada zona (referidas a terras ubicadas numha área geográfica dada), nom temem que liquidar-se necessariamente na oficina liquidadora

⁸⁰ Ver: VARELA ORTEGA, Consuelo, Análisis del mercado de la tierra... op. cit., pag. 93.

correspondente a essa comarca; de tal modo que os expedientes podem estar dispersos por distintas oficinas.

Temos que começar, pois, referindo-nos a esses dous problemas, e aclarando em que medida estes, dacordo com a informação que recolhemos, afectam à validez e às possibilidades de utilização destes dados.

No que respeita à primeira questom, é certo que os expedientes conservados nos arquivos das oficinas liquidadoras nom estão sujeitos legalmente à possibilidade de consulta pública; e, portanto, os investigadores nom temem assegurado o acceso a esta documentação (como si sucede, em câmbio, para os livros do Registo da Propriedade que estão nestas mesmas oficinas). Sem embargo, isso nom significa que o acceso aos expedientes seja impossível, nem, portanto, que esta fonte deva descartar-se totalmente. O que ocorre realmente é que a consulta da documentação depende de umha autorização expressa da pessoa responsável da oficina (o Registador, no caso das "oficinas liquidadoras de Partido", ubicadas nas oficinas do Registo da Propriedade; e o Delegado Provincial da Conselharia de Economia e Fazenda, para as "Oficinas de Gestom" que operam como oficina liquidadora nas capitais de província). Existindo esta autorização, a utilização dos dados si é possível.

Sobre o que sucede neste aspeito na prática, o único que podemos sinalar a partir da nossa experiência é que a actitude desses responsáveis varia muito de umhas a outras oficinas. Pero, em conjunto, a impressom que extraemos das nossas indagações prévias aponta a que essa autorização pode lograr-se na maior parte dos casos (sempre baixo certos compromisos no que respeita ao uso posterior da informação).

O outro problema apontado referia-se ao âmbito territorial das oficinas liquidadoras: se este tem ou nom um carácter administrativo. Isto é, se as compra-vendas de terras localizadas numha determinada zona devem liquidar necessariamente o Imposto sobre Transmissons na oficina correspondente a esse lugar, ou bem isto pode efectuar-se noutras distintas; e, no suposto de que ocorra isto último, a relevância prática que tem este fenómeno.

A respeito desta questom, podemos afirmar que esse âmbito territorial de carácter administrativo si existe, ainda que com algumas matizações ou salvedades. Pero, dacordo com as nossas indagações e os indícios de que dispomos, estas salvedades nom alcançam na prática umha relevância tal que invalide esta fonte. Trataremos de explicar isto brevemente.

Como já sabemos, a liquidação do Imposto sobre Transmissons Patrimoniais está encomendada em Espanha a dous tipos de organismos ou instituições: a "Abogacía del Estado" das "Delegaciones Provinciales de Hacienda" (actualmente, no caso de Galiza, a "Oficina de Gestom" das Delegações Provinciais da Conselharia de Economia); e as oficinas do Registo

da Propriedade, que, nesta função de oficinas liquidadoras, têm como âmbito territorial os municípios que integram o correspondente Distrito Hipotecário⁸¹. Pois bem, a legislação estabelece, como norma geral, que no caso das compra-vendas de bens imóveis, a apresentação do contrato para proceder à liquidação do imposto deve realizar-se na oficina correspondente ao lugar onde estão ubicados os bens⁸²; fixando também estas disposições legais que, no suposto de que os documentos sejam apresentados noutra oficina liquidadora diferente, o expediente deverá ser remitido por esta a aquela que é competente⁸³. Unicamente existem duas excepções a essa norma geral; e, portanto, dois supostos que podem dar lugar a uma "fuga" ou dispersão dos expedientes entre distintas oficinas liquidadoras:

- A primeira excepção consiste na possibilidade, que é reconhecida, de efectuar a liquidação na "Delegación de Hacienda" da província na que estão as terras (na situação actual de Galiza, a Del.Prov. da Conselheira de Economia). Pero esta opção tam só existe no caso de que o contrato fora outorgado na capital da província⁸⁴.
- A outra excepção deriva-se da faculdade que tem o comprador (que é a pessoa obrigada a liquidar o Imposto sobre Transmissões), de apresentar os documentos na oficina liquidadora que corresponde ao lugar do seu domicílio fiscal⁸⁵.

Estas são, de acordo com a legislação, as duas únicas causas que podem dar lugar a que as compra-vendas sejam liquidadas noutra oficina, distinta à do Distrito Hipotecário no que estão situadas as terras. A importância que podem ter na prática essas duas "vias de fuga" dos expedientes, é difícil estabelecer-la a priori, e seguramente diferirá muito de umas zonas a outras, dependendo do tipo de vendedores e compradores de terras que predominem (em concreto, da sua residência). O único que podemos sinalar aqui é o que apontam as indagações que nós realizamos para o caso concreto de Galiza. Neste aspecto, as pessoas às que consultamos (tanto funcionários das Delegações Provinciais da Conselheira de Economia, como pessoal de algumas oficinas do Registo da

⁸¹ Ver: Art. 76 do "Reglamento del Impuesto sobre Transmisiones Patrimoniales y Actos Jurídicos Documentados" (R.D. 3494/1981 de 29 de diciembre).

⁸² Ver: Art. 69 ponto B do "Reglamento del Impuesto sobre Transmisiones Patrimoniales y Actos Jurídicos Documentados".

⁸³ Ver: Art. 89 do texto legal citado na nota anterior.

⁸⁴ Ver: Art. 69 ponto B do mencionado texto legal.

⁸⁵ Ver: Art. 69 ponto B do citado texto legal.

Propriedade), coincidem em opinar que essas "fugas" nom temem na prática umha grande relevância. Sendo avalada esta opiniom polos indícios que obtivemos ao realizar a nossa investigação empírica para umha comarca concreta⁸⁶.

Em definitiva, portanto, vemos que nengumha das duas objeçõs apontadas ao princípio suponhem, ao menos polo que nós constatamos em Galiza, problemas insalváveis, ou que afectem de forma decisiva à validez dos dados⁸⁷. Portanto, podemos concluir que as oficinas liquidadoras constituem em Galiza umha fonte adequada, a mais adequada⁸⁸ que existe aqui, para o estudo das compra-vendas de terras rústicas.

b. O grau de cobertura que apresentam em Galiza os dados desta fonte.

Umha vez estabelecida essa conclusom (que as oficinas liquidadoras som a melhor fonte para o estudo das compra-vendas de terras em Galiza), queda-nos por aclarar umha questom esencial: qual é o grau de cobertura que apresentam estes dados no âmbito galego. Dito noutras palavras: do total de transaçõs realizadas aqui no mercado de terras, que percentagem som objecto da liquidaçom do correspondente Imposto sobre Transmissons, e figuram portanto nos expedientes conservados nas oficinas liquidadoras ?.

⁸⁶ Nesta investigação, realizada na oficina do Registo da Propriedade de Arçua tomando as compra-vendas liquidadas nos anos 1987 e 1988, nom encontramos praticamente nengum expediente que correspondera a terras ubicadas fora deste Distrito Hipotecário. Em cámbio, si apareciam expedientes, referidos a terras localizadas nesta comarca, que foram apresentados noutra oficina liquidadora, e que esta remitiu (cumplindo assi com o estabelecido na legislaçom).

⁸⁷ O que indicamos nos párrafos precedentes é válido sobretudo para o período posterior a abril de 1982, data na que entrou em vigor a nova regulaçom do Imposto sobre Transmissons. As catas que realizamos na oficina de Arçua para os expedientes referidos a anos anteriores, sugirem que as deficiências no que respeita ao lugar de liquidaçom do Imposto eram muito maiores (aparecem com relativa frequência expedientes relativos a terras situadas noutros municípios, distintos dos que integram o Distrito Hipotecário). Pero o que a nós nos interessa é o período recente (posto que os dados que recolhemos correspondem a 1987 e 1988).

⁸⁸ E também a única minimamente aceptável.

O diagnóstico que sobre esta questão oferecia o estudo do "Departamento de Economía y Política Agraria" da ETSIA de Madrid era altamente satisfatório, posto que dele desprendia-se que esse grau de cobertura está muito próximo ao 100%. Este diagnóstico baseava-se em duas afirmações que faziam estes autores: a formalização do contrato de compra-venda em escritura pública perante notário é realizada em mais do 95% dos casos; e, dado que isto constitui um trâmite obrigatório do ponto de vista legal, pode assumir-se que a prática totalidade dessas escrituras públicas são apresentadas para a liquidação do Imposto sobre Transmissões. Assim, esta liquidação produz-se, de acordo com isso, para mais do 95% das compra-vendas de terras efectuadas na realidade⁸⁹.

Em que medida essas afirmações são certas no caso concreto de Galiza? Em que medida se verifica aqui o que nos indicam esses autores (referindo-se em geral à situação em Espanha)?

As indagações que fixamos e a evidência empírica que pudemos obter puxaram de manifesto, de entrada, que a situação em Galiza é muito mais complexa, e não se ajusta a essa sequência linear: contrato privado ----> escritura pública ----> apresentação na oficina liquidadora. Concretamente, neste aspecto são dois os feitos a destacar:

i. O primeiro é que, no nosso âmbito, uma proporção importante das compra-vendas de terras têm lugar mediante contratos privados entre as partes, sem que cheguem a formalizar-se nunca numa escritura pública perante notário.

Isto é especialmente frequente nas zonas rurais caracterizadas por um reduzido dinamismo agrário e um escasso desenvolvimento das actividades industriais e terciárias. Enquanto que naquelas comarcas com uma agricultura mais dinâmica, e/ou nas quais as terras têm um maior valor extra-agrário, uma elevada proporção das transacções são realizadas em escritura pública, tendendo ademais a aumentar a sua percentagem com o passo do tempo. Porém, em conjunto, ainda que não estamos em condições de oferecer uma cifra concreta, podemos afirmar que a maior parte das compra-vendas de terras rústicas efectuadas em Galiza continuam plasmando-se na actualidade tão só num contrato privado.

ii. O outro feito a salientar, e a outra matização a aquela sequência linear, refere-se à liquidação ou não do Imposto sobre Transmissões. Isto, em princípio, está estreitamente vinculado com a forma do contrato. Assim, no caso dos contratos formalizados em escritura pública, o pagamento do imposto é cumprido a imensa maioria das vezes (existindo ademais mecanismos que permitem

⁸⁹ Ver: VARELA ORTEGA, Consuelo, op. cit., pp. 92-93.

detectar os possíveis incumprimentos desta obriga legal⁹⁰). Nom sucede o mesmo, em câmbio, quando a formalizaçom do contrato se limita a um documento privado entre as partes; sendo freqüente neste caso que o contrato nom seja apresentado para a liquidaçom do Imposto sobre Transmissons, de tal modo que umha boa parte destas transaçõs quedam à margem dos circuitos oficiais de carácter fiscal⁹¹.

Hai que precisar, nom obstante, que o anterior nom significa, nem muito menos, que todos os contratos redactados em documento privado quedem sem liquidar o correspondente imposto. De feito, nas consultas que efectuamos para os expedientes conservados nalgumhas oficinas liquidadoras de Galiza, pudemos constatar que entre as compra-vendas de terras rústicas liquidadas som maioria normalmente as que estám formalizadas num contrato privado.

Neste sentido, da nossa análise desprende-se que a ausência de umha formalizaçom das compra-vendas em escritura pública, nom responde necessariamente a umha vontade de manter as transaçõs dentro de um âmbito privado, nem de eludir o pago do Imposto de Transmissons. Na forte extensom que essa prática apresenta em Galiza influem também outros factores: o desejo de nom pagar uns honorários das Notarias que muitas pessoas consideram excessivos; a existência nas áreas rurais de indivíduos com certos conhecimentos sobre o tema, que temem a confiança de comprador e vendedor, e que actuam na prática como umha espécie de "notários", intervindo na redaçom dos documentos privados de compra-venda que se realizam na sua zona; etc. Todo isto fai que com muita freqüência, apesar de nom elevar-se o contrato a escritura pública, si se efectua a liquidaçom do Imposto sobre Transmissons.

Tendo em conta as consideraçõs anteriores, que podemos dizer, em definitiva, sobre o grau de cobertura que apresentam em Galiza os dados das oficinas liquidadoras ?. Do total de compra-vendas de terras rústicas realizadas aqui, que percentagem pode estimar-se que cumprem com o pago do correspondente Imposto sobre Transmissons ?.

Da informaçom que recolhemos entre as pessoas conhecedoras do tema (concretamente, funcionários do Serviço de Valoraçõs e pessoal de algumhas oficinas liquidadoras), desprendem-se duas conclusõs gerais:

⁹⁰ Em concreto, a inspecçom das notarias por parte dos organismos responsáveis da gestom do Imposto sobre Transmissons (processo que em Galiza é efectuado polas Delegaçõs Provinciais da Conselharia de Economia, e cujo funcionamento prático nos confirmárom os funcionários destas Delegaçõs).

⁹¹ E também dos de carácter registal, posto que a nova situaçom da propriedade das terras nom é inscrita no Registo da Propriedade.

- i. A situação que se regista neste aspecto em Galiza, considerada globalmente, difere bastante do que nos indicavam os autores antes mencionados para o conjunto de Espanha: a proporção das compra-vendas de terras para as que é liquidado o imposto, está no nosso âmbito claramente por baixo do 95% que sinalavam estes autores.
- ii. Nom obstante, esta percentagem varia muito de umas zonas a outras da geografia galega. Estando o seu nível mui correlacionado com: o grau de dinamismo da agricultura nas distintas comarcas (e, portanto, com o valor agrário que têm as terras); e também com a importância dos usos nom agrários do solo (e as diferenças conseguintes no valor extra-agrário das terras).

Concretamente, para as duas províncias nas que centramos as nossas indagações (as de A Corunha e Ourense), os técnicos especializados oferecem as seguintes estimações, sobre a percentagem das compra-vendas de terras rústicas que som apresentadas nas oficinas liquidadoras nos anos recentes (segunda metade dos 80): na de A Corunha esta cifra situa-se ao redor do 80%, mentres que em Ourense nom supera o 50%. Estes som dados globais para cada província. Dentro delas, sem embargo, a situação difere notavelmente de umas a outras comarcas, dacordo com os factores que antes indicamos (o maior ou menor dinamismo agrário, e a importância dos usos nom agrários do solo). Assi, nas zonas próximas aos núcleos urbanos e naquelas com umha agricultura mais dinâmica, os nossos informadores consideram que a liquidação do Imposto sobre Transmissões tem lugar para a prática totalidade das transações, polo que o grau de cobertura da fonte seleccionada está próximo ao 100%. Neste grupo som citadas por exemplo, dentro da província de A Corunha, as comarcas que correspondem às oficinas liquidadoras (oficinas do Registo da Propriedade) de Negreira, Ordes e Arçua. No extremo contrário, fórom-nos mencionadas algumas zonas da província de Ourense (como a que corresponde à oficina do Registo da Propriedade de Bande, no sudoeste desta província), onde a percentagem das compra-vendas de terras rústicas apresentadas à liquidação do imposto nom supera o 25%.

Sobre esta questom podemos concluir, portanto, que: o grau de cobertura que apresentam estes dados em Galiza nom é totalmente satisfatório; pero a situação neste aspecto, e em conseqüência a validez da fonte, difere muito de umas comarcas a outras.

No que respeita em concreto à nossa investigação, podemos antecipar já que esta foi realizada numha das comarcas (a que depende da oficina liquidadora de Arçua), para a que os expertos consideram que o grau de cobertura da fonte é mui elevado, próximo ao 100%. Polo que a exaustividade da informação é aqui bastante satisfatória.

Um último problema a considerar, em relação com os dados desta fonte, é o do possível desfase existente entre a realização das compra-vendas e o momento no que o contrato é apresentado para a liquidação do imposto. Neste aspecto contamos unicamente com a informação que recolhemos na oficina de Arçua⁹², pelo que não estamos em condições de estabelecer indicações de carácter mais geral. Limitando-nos pois ao observado nesta comarca, podemos afirmar que esse desfase é em geral pouco importante, ainda que a situação concreta difere segundo se trate de contratos formalizados em escritura pública ou bem em documentos privados:

- No primeiro suposto, o desfase é quase sempre muito pequeno, não superando praticamente nunca os 6 meses, e sendo o mais frequente que a apresentação na oficina liquidadora tenha lugar dentro dos 2 meses seguintes ao outorgamento da escritura pública.
- Para as compra-vendas realizadas mediante um contrato privado o panorama que constatamos é muito mais variado, podendo oscilar o citado desfase entre só uns dias e vários anos. Não obstante, o habitual é que este não supere 1 ano (desde a assinatura do contrato até que este se apresenta para a liquidação do imposto).

3. O conteúdo concreto da investigação que realizamos; o processo seguido para a recolha e elaboração dos dados.

3.1. O âmbito geográfico e cronológico da nossa investigação.

A investigação que levamos a cabo refere-se não só às compra-vendas de terras registadas numa comarca, o Distrito Hipotecário de Arçua, durante um período de dois anos, 1987 e 1988. Esta limitação do campo de análise foi algo que nos veio imposto, devido à grande laboriosidade que apresenta o processo de recolha e elaboração da informação a partir da fonte seleccionada. Assim, apesar do seu reduzido âmbito (tanto espacial como cronológico), o estudo que realizamos implicou o exame de mais de 2.000 expedientes, correspondentes a outras tantas transacções de fincas rústicas; em cada um dos quais houve que analisar e tomar nota de numerosos dados, sobre as diversas características da

⁹² Fundamentalmente para as transacções liquidadas nos anos 1987 e 1988, que foram as analisadas exhaustivamente na nossa investigação; ainda que também efectuamos algumas calas nos expedientes referidos a datas anteriores (de meados da década dos 60 em diante).

operação. Em consequência, dada a laboriosidade do método utilizado, não nos foi possível, no contexto deste trabalho, estender a investigação a um período mais amplo e/ou a mais comarcas de Galiza.

Devemos aclarar, isso si, quais fórom as razões para elegir em concreto a comarca mencionada, e os anos antes citados.

No que respeita à selecção da zona objecto de estudo, esta baseou-se em dous tipos de critérios. Por um lado, tivemos em conta as indicações que nos ofereceram os técnicos especializados, sobre o nível de qualidade que apresenta a fonte de informação utilizada nas diversas áreas de Galiza, tratando de escolher uma comarca na que o grau de cobertura dos dados fora elevado. Ao lado disso, buscamos também que a comarca elegida fora representativa de um conjunto geográfico mais amplo do interior rural de Galiza; descartando neste sentido aquelas áreas com um maior nível de urbanização.

Em base a esses dous critérios, optamos finalmente por tomar para a nossa investigação os 9 municípios que integram o Distrito Hipotecário dependente da oficina do Registo de Arçua. Esta comarca, ubicada no quadrante sudoriental da província de A Coruña, caracteriza-se por ser uma zona essencialmente rural, que regista uns níveis de urbanização e industrialização baixos, e que só conta com dous núcleos de certa entidade: as vilas de Melide e Arçua. E, por outra parte, trata-se de uma zona que durante as últimas décadas experimentou um grau de dinamismo agrário relativamente importante, ainda que com diferenças notáveis entre os 9 municípios que a integram. Todo isso fai que podamos considerar em boa medida a esta comarca como representativa de uma ampla área rural da metade septentrional de Galiza, excepto num aspecto que pode ter uma importante incidência sobre o mercado de terras, e no que o Distrito de Arçua apresenta uma notável especificidade: trata-se do peso significativo que tiveram aqui tradicionalmente, e continuam tendo na actualidade, os regimes de tenência indirectos; ou, o que vem ser o mesmo, a importante presença que tenhem nesta comarca os proprietários de terras "absentistas tradicionais".

Polo que se refere à razão de tomar os dados para os anos 1987 e 1988, a explicação é muito mais singela: estes eram os anos mais recentes para os que disponhíamos de informação no momento de efectuar a recolha dos dados (lavor este que realizamos nos meses de abril a junho de 1989).

3.2. Algumas aclaraciones sobre o processo de toma de dados.

Dacordo com o que acabamos de exponher, a informação utilizada neste estudo procede do arquivo da oficina do Registo da Propriedade de Arçua, onde

se conservam os expedientes das compra-vendas de terras liquidadas nesta oficina (que se correspondem de forma bastante aproximada com as realizadas nos 9 municípios deste Distrito Hipotecário).

a. A documentação que encontramos no arquivo da oficina do Registo da Propriedade de Arçua.

No arquivo desta oficina estão conservados os expedientes de liquidação do Imposto sobre Transmissões Patrimoniais e Actos Jurídicos Documentados (ou dos tributos equivalentes que existiam com anterioridade), para todo o período posterior a 1960. A qualidade da documentação difere muito, sem embargo, entre a etapa posterior a abril de 1982 (que é a data na que entrou em vigor o novo "Reglamento" do imposto), e a que precede a esta data.

-Para os anos anteriores a 1982, o contido e a ordenação dos expedientes apresentam numerosas deficiências, que limitam a utilidade desta fonte como base para umha investigação sobre o mercado de terras na zona:

- i. Em primeiro lugar, aparecem bastantes expedientes referidos a compra-vendas de terras situadas fora dos limites deste Distrito Hipotecário. O que induze a pensar que durante este período é possível que fora frequente também o fenómeno inverso: que transacções de terras localizadas nesta comarca foram liquidadas noutras oficinas. Resultando, em definitiva, que o âmbito territorial administrativo da oficina liquidadora apresentava numerosas excepções ou "fugas".
- ii. No que respeita ao contido dos expedientes, para as compra-vendas formalizadas em escritura pública tam só se conserva a folha de liquidação do imposto, sem que figure umha cópia do contrato (como sucede, em câmbio, quando a transacção está realizada num documento privado). Isto limita muito, nesses casos, a informação disponível sobre a operação.
- iii. Por último, constatam-se também certas deficiências na ordenação dos expedientes, ao nom aparecer sempre os de cada ano juntos e ordenados de forma correlativa.

-Os problemas mencionados desaparecem totalmente para as compra-vendas de terras liquidadas com posterioridade a abril de 1982, e, portanto, estes estão ausentes nos anos concretos considerados na nossa investigação:

- i. A correspondência entre o Distrito Hipotecário e a área de actuação efectiva da oficina liquidadora é agora, salvo mui raras excepções, perfecta.
- ii. Os expedientes incluem sempre, ademais da folha de liquidação (ou de auto-liquidação) do imposto, umha cópia do contrato; o que permite

disponher de umha informação detalhada sobre as características de cada transacção.

- iii. E a ordenação cronológica desses expedientes (segundo a data da liquidação do imposto) é satisfatória. Hai que advertir, isso si, que esse é o único critério de ordenação dos documentos, nom aparecendo estes classificados por municípios, senom de forma conjunta os de todo o Distrito Hipotecário.

Por outra parte, dacordo com as pessoas consultadas, estes dados apresentam na comarca um grau de cobertura mui alto, próximo ao 100% das compra-vendas realmente efectuadas. Polo que podemos afirmar, em definitiva, que a qualidade global da informação que utilizamos é aqui elevada.

b. A necessidade de separar as compra-vendas de terras rústicas, de outros tipos de operações que figuram nestes expedientes.

Um problema que si plantea a utilização desta fonte é o que se deriva de que aqui aparecem agrupados todos os expedientes referidos à liquidação do Imposto sobre Transmissões Patrimoniais e Actos Jurídicos Documentados; de tal modo que, ao lado das compra-vendas de fincas rústicas, encontramos também outras operações que estão sometidas ao citado imposto. Em consequência, ao efectuar a recolhida da informação, tivemos que ir separando as transacções que aqui nos interessam dos restantes tipos de operações que figuram nessa documentação.

Esta separação nom implicou, em geral, dificuldades importantes de carácter conceptual, ainda que si contribuiu a fazer mais laboriosa a toma de dados. Pero hai duas questões concretas relacionadas com este ponto, que si requirem algumha aclaração:

- i. A primeira refire-se à distinção entre as compra-vendas de terras rústicas e aquelas relativas a fincas de natureza urbana. O critério geral que aplicamos aqui foi o de guiar-nos pola classificação que figura na própria folha de liquidação do imposto, sobre o carácter rústico ou urbano dos bens objecto da transacção. Isto levou-nos a incluir nos nossos dados algumas compra-vendas de terras classificadas como rústicas; apesar de que a dimensão da finca ou fincas vendidas, as características do comprador e outros elementos, induzem a pensar que se trata de operações cuja finalidade é destinar as superfícies (num prazo mais ou menos curto) a usos urbanos. O motivo de proceder assi (e nom eliminar estas transacções das nossas cifras), explicamo-lo no texto: do ponto de vista da investigação, interessa-nos conhecer a importância que podem ter as

compras de superfícies rústicas movidas pola esperanza de umha dedicaco futura das fincas a usos nom agrários.

ii. A outra questom a mencionar relaciona-se com a existncia de um número relativamente importante de expedientes, referidos a dous tipos de operao cuja inclusom ou nom dentro das compra-vendas de terras planteja sérias dvidas. Trata-se de: as cesons ou vendas de direitos herditrios (relativas a um patrimnio familiar que incluye, entre os activos que o formam, fincas de natureza rústica); e as permutas de fincas.

No primeiro caso estamos sem dvida, na nossa opiniom, perante umha venda de terras; ainda que esta nom se refire a fincas concretas, senom aos direitos ( participacão) que tinha o vendedor num patrimnio indiviso. Pero, com esta matizaco, o certo  que as cesons ou vendas de direitos herditrios implicam umha modificaco na propriedade dos bens (no nosso caso, na propriedade das terras).

Polo que respeita às permutas de fincas, estas podem ser assimiladas (do ponto de vista dos seus efeitos sobre a propriedade das terras) a duas operao de compra-venda cruzadas. E, de feito, esta  a forma na que as permutas aparecem consideradas nos expedientes de liquidacão do Imposto sobre Transmissons.

Em conseqncia, parece que o correcto seria incluir esses dous tipos de operao dentro das compra-vendas de terras. Na nossa investigaco, sem embargo, excluímos ambas dos dados, devido a motivos distintos:

- Para as cesons ou vendas de direitos herditrios o problema consiste em que, ao nom referir-se estas a fincas concretas senom  participacão num patrimnio indiviso, nom contamos com a descrio das terras que som objecto da transaco; fazendo isto impossível a sua contabilizaco nos nossos dados.
- No que respeita às permutas de fincas, a razom para excluí-las foi a sua notável especificidade, em tanto que compra-vendas de terras rústicas. Tendo em conta esta especificidade, consideramos mais adequdo analisalas de forma separada, num estudo diferente ao que aqui levamos a cabo⁹³.

⁹³ Nesse estudo poderiam considerar-se também as operao de concentrao parcelria realizadas com interveno pública, posto que o efeito das permutas  similar ao destas operao: modificar a composio (pero nom a quantidade global) das terras que pertencem a cada proprietário.

3.3. O contido da informação que recolhemos para cada operação de compra-venda de terras.

Umha vez precisado o âmbito (geográfico e temporal) da nossa investigação, e o tipo concreto de transacções que tivemos em conta, falta-nos por aclarar o contido dos dados que recolhemos para cada transacção, os aspectos sobre os que obtivemos informação.

Os expedientes que se conservam no arquivo da oficina do Registo da Propriedade de Arçua constam sempre (para as compra-vendas liquidadas depois de abril de 1982) de dous documentos: a folha de liquidação do Imposto de Transmissões; e umha cópia do contrato (já esteja este formalizado em escritura pública, ou bem num documento privado). Estes dous documentos, e em especial o texto do contrato, permitem dispor normalmente de umha informação bastante detalhada e precisa sobre os aspectos ou características mais relevantes da transacção⁹⁴: volume da superfície vendida, classificada por tipos de aproveitamento; tamanho, uso, localização e lindes de cada umha das fincas incluídas na operação; residência e profissão do/os comprador/es e vendedor/es; etc⁹⁵.

Partindo desses expedientes, o que fixemos foi cubrir para cada operação de compra-venda de terras rústicas umha ficha, na que anotamos os aspectos que nos interessavam para o nosso estudo. Em concreto, os dados dos que tomamos nota foram os seguintes:

- a. O município e a paróquia na que estão ubicadas as terras objecto da compra-venda.

⁹⁴ Com a única excepção do preço pago pelas terras. Este dado figura nos expedientes (posto que no contrato fai-se constar sempre o preço, e na folha de liquidação do imposto aparece a valoração dos bens realizada bem seja pela própria oficina liquidadora, ou pelo Serviço de Valorações); pero a informação recolhida aqui é em geral pouco fiável, nem reflecte o valor de mercado das terras, nem o preço pago realmente. Em todo caso, já indicamos ao começo deste Anexo metodológico que entre os aspectos que pretendemos analisar aqui nem figuram os preços da terra.

⁹⁵ É esta outra vantagem importante que apresentam as oficinas liquidadoras, como fonte de informação, frente à alternativa de utilizar o Serviço de Valorações: a quantidade muito maior de informação da que se dispõem para cada operação de compra-venda. Em especial, parece-nos de grande relevância o feito de poder obter aqui dados sobre a profissão e a residência dos compradores e vendedores; posto que isto permite aproximar-nos às consequências que têm as compra-vendas de terras sobre o tamanho das explorações, e os seus efeitos conseguintes no que respeita à modificação das estruturas agrárias.

- b. A data (mes e ano) na que se realizou o contrato, e aquela na que tivo lugar a liquidaçom do Imposto sobre Transmissons.
- c. O tipo ou forma do contrato: escritura pública perante notário, ou documento privado.
- d. O volume da superfície incluída na operaçom, distribuída por classes de aproveitamento (lavradio, prados,...).
- e. O número de fincas que integram essa superfície, repartidas também por grupos de aproveitamento.
- f. A profissom e residência do/os vendedor/es e comprador/es das terras.
- g. A identidade da pessoa que vinha trabalhando essas superfícies (no caso de que estas estiveram trabalhadas por alguém); centrando-nos aqui sobretudo em detectar um tipo de situaçom: aquela na que as terras som adquiridas polo agricultor que as vinha trabalhando já com anterioridade (em arrendamento ou baixo outra fórmula de cesom).
- h. O "tipo de compra-venda". Este dado vem complementar ao anterior, diferenciando aqui três grupos de transaçoms: compras realizadas a co-herdeiros de terras procedentes da herdança (património) familiar; outros tipos de compra-vendas entre pessoas unidas por laços familiares; transaçoms entre pessoas que nom temhem vínculos familiares.
- i. Por último, pero neste caso só para as compra-vendas liquidadas no ano 1988, tratamos de detectar (e anotar) aquelas transaçoms nas que as motivaçoms do comprador estão ligadas provavelmente à sua intençom ou esperança de um passo futuro das terras a usos urbanos. Para isto baseamos nos indícios indirectos que se derivam do texto do contrato; principalmente: o tamanho, localizaçom e lindes das fincas (proximidade a algum núcleo de populaçom, linde com algumha estrada ou outras vias de comunicaçom), e as características do comprador (residência e profissom).

Dos 9 tipos de dados que acabamos de mencionar, o segundo e o terceiro (os que se refirem, respectivamente, ao desfase existente entre a realizaçom do contrato e a liquidaçom do imposto, e à forma do contrato) temhem para nós umha finalidade ou interesse puramente metodológico: o de contribuir a precisar a qualidade da fonte de informaçom que utilizamos, assi como conhecer melhor a forma que adoptam em Galiza os contratos de compra-venda de terras rústicas. Por este motivo, os resultados obtidos nestes dous aspeitos nom som objecto de análise no texto do capítulo, senom que nos servimos deles já neste anexo metodológico, para elaborar algumhas das notas expostas anteriormente.

Centrando-nos, pois, nos restantes dados aí citados, que som os que constituem propriamente o contido do nosso estudo, a sua obtençom nom plantejou em geral problemas importantes, e estes nom requirem tampouco maiores explicaçoms. Tam só hai 3 aspeitos sobre os que si som necessárias

algumhas aclarações adicionais; bem seja porque se trata de dados que não figuram explicitamente no texto dos contratos, e houve que deduzi-los a partir de indícios indirectos, ou bem porque neles realizamos uma codificação da informação que precisa certas explicações. Estes 3 aspectos são: a distribuição por aproveitamentos das terras vendidas; a profissão do/os vendedor/es e comprador/es; a informação referida à pessoa que vinha trabalhando as superfícies.

-A distribuição da superfície por aproveitamentos.

Neste aspecto partimos inicialmente de classificar as terras em 4 categorias: lavradio, prados e pastizais, monte baixo, e monte arvorado. Em geral, a descrição oferecida nos contratos permitiu-nos conhecer o tipo de aproveitamento de cada uma das fincas vendidas, ainda que tivemos que resolver aqui alguns problemas menores.

Sem embargo, para as terras a monte encontramos com uma dificuldade insalvável: os termos que se empregam nos contratos para designar o uso destas superfícies, e as especificações que se oferecem, são impossíveis na maior parte dos casos discernir com segurança se se trata de fincas de monte baixo ou de monte arvorado. Por este motivo, à hora de efectuar o tratamento estatístico da informação e elaborar os quadros de resultados, optamos por eliminar a distinção entre esses dois tipos de superfícies, e agrupar numa mesma rubrica todas as terras de monte.

-A profissão do/os vendedor/es e comprador/es das terras.

Para recolher a informação relativa a este aspecto, classificamos as profissões que são indicadas nos contratos em 13 rubricas ou categorias, as 8 primeiras referidas às pessoas físicas, e as 5 restantes às pessoas jurídicas. Estas 13 categorias são as seguintes⁹⁶:

⁹⁶ As categorias profissionais que estabelecemos para as pessoas físicas estão inspiradas em boa medida na classificação utilizada por D.Barthelemy e J.P.Boinon, num estudo similar ao nosso. No que respeita às pessoas jurídicas, a classificação elaboramos-la a posteriori, a medida que fomos recolhendo a informação, em base ao tipo de pessoas jurídicas que encontramos como compradoras ou vendedoras de terras.

O estudo que antes mencionamos é:

1. **Agricultores em activo.** Esta primeira rúbrica nom apresenta nengum problema no que respeita ao seu contido: nela incluímos aquelas pessoas para as que se sinala como profissom a de "agricultor", "cultivador" ou outras denominaçõs similares.
2. **Agricultores jubilados.** Tampouco aqui existe, do ponto de vista conceptual, nengumha possível ambigüedade no significado ou contido da rúbrica. Na prática, classificamos nesta categoria as pessoas para as que se indica explicitamente (no texto do contrato) que se trata de agricultores jubilados; e também aquelas para as que se sinala como profissom a de agricultores, e que superavam no momento de realizar a transacçom os 65 anos de idade⁹⁷.
3. **Obreiros e empregados de sectores nom agrários.** Nesta rúbrica figuram, de um modo geral, os assalariados de nível médio e baixo na indústria, a construcçom e os serviços. Assi, incluímos aqui: os obreiros da indústria e da construcçom; os empregados do comércio, camareiros e outras profissomns similares; e aquelas pessoas para as que se fai constar como profissom a denominaçom genérica de "empregado".
4. **Comerciantes, pequenos industriais, e trabalhadores autónomos da indústria e os serviços.** Este constitue um conjunto bastante heterogéneo, no que incluímos desde os proprietários de comércios ou pequenas indústrias que contam com algum assalariado, até os taxistas, fontaneiros e outros trabalhadores autónomos nom agrários; passando polas pessoas que regentam um bar ou um pequeno comércio atendido exclusivamente polo empresário e a sua família. Inicialmente estabelecemos aqui duas rúbricas separadas: a primeira referida aos trabalhadores autónomos e empresários nom agrários sem assalariados; e a segunda aos empresários nom agrários com assalariados. Pero no processo de recolhida da informaçom encontramos com que os vendedores e compradores de terras pertencentes a esta segunda categoria som, nesta comarca, mui escassos; e ademais quase todos eles se correspondem com pessoas que temem um reduzido número de assalariados (por exemplo: donos de um aserradeiro, de um talher com alguns obreiros, ...). Por outro lado, em bastantes contratos indica-se como profissom a de "industrial" ou "comerciante", sem que seja possível discernir se se trata de um empresário

-BARTHELEMY, Denis/ BOINON, Jean-Pierre, Le développement de la propriété paysanne dans le Chatillonnais de 1930 a 1972., INRA-ENSSAA, Dijon, abril de 1973; em especial, pp. 8-11.

⁹⁷ Este dado, a idade do comprador e vendedor, figura especificado na prática totalidade dos contratos.

com ou sem assalariados. Todas estas razons fórom as que nos levárom a agrupar finalmente as duas rúbricas iniciais numha única categoria.

5. **Funcionários.** Aqui figuram, em primeiro lugar, as pessoas para as que se sinala como profissom a de "funcionário", sem especificar mais. E, assimesso, classificamos também neste grupo todos aqueles indivíduos que som empregados públicos (professores, trabalhadores da sanidade pública, ...).
6. **Profissionais liberais.** Inluímos os médicos, advogados, farmacêuticos, engenheiros, etc.
7. **Jubilados de actividades nom agrárias.** As pessoas que no contrato constam como retirados de outras profissoms (distintas da agricultura).
8. **Nom agricultores (sem especificar profissom).** Nesta rúbrica classificamos aquelas pessoas para as que o texto do contrato nom permite conhecer a sua profissom concreta, pero a informação oferecida sugire, com toda seguridade, que nom se trata de um agricultor (nem de um activo agrário, nem de um agricultor jubilado)⁹⁸.
9. **Sociedades e cooperativas agrárias.** Figuram aqui as sociedades e cooperativas (qualquer que seja a sua forma jurídica concreta) que temem como finalidade a produçom de bens agrícolas e/ou gadeiros.
10. **Sociedades e cooperativas agro-industriais.** Inlue aquelas sociedades e cooperativas cuja actividade principal é a transformaçom de produtos agrícolas, gadeiros ou florestais (ainda que podam ter também certa participaçom directa na produçom das correspondentes matérias primas).
11. **Outras sociedades e cooperativas.** As nom classificadas nos dous grupos anteriores; isto é, as sociedades e cooperativas cuja actividade nom está relacionada com a produçom nem a transformaçom de produtos agrários e florestais.
12. **Entidades ou organismos públicos.** No nosso caso, o que figura baixo este rótulo genérico som em concreto certos concelhos, que encontramos como vendedores de terras nalguns contratos realizados nesta comarca.
13. **Instituições eclesiásticas.** A Igreja Católica e as ordes religiosas.

Essas som as 13 rúbricas ou categorias profissionais que diferenciamos. O principal problema com o que tivemos que enfrentar-nos, ao recolher os dados

⁹⁸ Ver a aclaraçom que fazemos mais adiante, ao finalizar o listado das rúbricas.

sobre este aspecto, foi que nalguns contratos nom aparece nengumha referência à profissom do vendedor e/ou do comprador, ou bem fai-se constar como profissom a de "proprietário" ou outras similares, cujo significado é totalmente ambíguo. Nestes casos a soluçom que adoptamos foi a seguinte:

-Se essa pessoa residia num núcleo urbano classificamo-la dentro da rúbrica "Nom agricultores (sem especificar profissom)".

-Nos casos em que essas pessoas tinham a sua residência na zona rural, incluimo-las inicialmente numha rúbrica que denominamos "Probavelmente agricultores". Sem embargo, dado que o seu número era mui reduzido⁹⁹, optamos finalmente por agregar este conjunto dentro da categoria "Agricultores em activo"; sendo esta a forma na que aparecem nos quadros de resultados finais.

Outra dificuldade com a que nos encontramos deriva-se de que em bastantes transaçoms aparecem vários vendedores, por tratar-se de terras que pertenciam em pro-indiviso a diversas pessoas; e, ainda que isto é muito menos freqüente, também existem alguns contratos nos que as superfícies som adquiridas conjuntamente por várias pessoas. Este tipo de situaçoms supõem um problema para a tabulaçom dos dados, quando, como sucede a maior parte das vezes, essas pessoas nom temem todas idéntica profissom (e o mesmo problema plantea-se também para os dados referidos à residência). Pois bem, o procedimento que seguimos nestes casos foi este: de entrada, anotamos na ficha correspondente a profissom e a residência de todas essas pessoas (os diversos vendedores ou compradores); e depois, à hora de tabular os dados para o seu tratamento estatístico, tomamos como "representativa" aquela situaçom (profissom e residência) que era mais freqüente.

Para finalizar com este tema, devemos fazer umha última precisom. O que nos interessava conhecer aqui nom era tanto a actividade ou profissom dos indivíduos que aparecem como compradores e vendedores de terras, senom o grupo social ou socio-profissional ao que estes pertencem. Por este motivo, nos casos em que o contrato sinala como profissom a de "ama de casa" ou "estudante", o que fixemos, sempre que isto fora possível, foi anotar como profissom a do cabeça de família, tratando assi de precisar melhor o grupo socio-profissional ao que pertence o fogar do que essa pessoa forma parte. Quando isso nom resultou possível, classificamos estas pessoas ("amas de casa" e "estudantes") dacordo com os mesmos critérios que utilizamos para os casos em que nom contávamos com informaçom sobre a profissom: se residem num

⁹⁹ Em concreto, ao concluir a recolhida dos dados tam só apareciam neste grupo ("Probavelmente agricultores"): 41 vendedores de terras (o 2,0% do total), e 13 compradores (o 0,6% do total).

núcleo urbano incluímo-las na rubrica "Nom agricultores (sem especificar profissom)"; e se o fam na zona rural agregamo-los com os "Agricultores".

-Os dados referidos à pessoa que vinha trabalhando as terras.

Neste ponto, o nosso interesse centrava-se em detectar um tipo concreto de transacções: aquelas nas que o comprador das terras é um agricultor que as vinha trabalhando já com anterioridade (bem fora em arrendamento, aparçaria, ou baixo fórmulas de cesom verbais). Esta questom é de umha grande relevância, com vistas a precisar o efeito que temem as compra-vendas de terras sobre o tamanho das explorações (posto que aquelas transacções nom modificam este tamanho, senom só o modo de tenência baixo o que o agricultor trabalha as superfícies).

Na prática, o texto dos contratos nom permite sempre detectar esse tipo de compras, ao nom especificar de forma habitual a situaçom na que estavam as terras. De tal modo que os resultados que obtivemos neste aspeito subestimam com toda probabilidade a importância quantitativa do fenómeno.

Nom obstante, cremos que a maior parte dos casos nos que se dava essa situaçom si os pudemos localizar, graças a dous tipos de anotações que figuram nos contratos:

- i. Quando o contrato está formalizado em escritura pública, entre os aspeitos que se consignam nele figuram as cargas que soportam as fincas e a eventual existência de arrendamento das mesmas, especificando neste caso a identidade do arrendatário. Deste modo, podemos conhecer se as terras estavam arrendadas, e, em caso afirmativo, se o comprador foi ou nom o arrendatário que as vinha trabalhando.
- ii. Os contratos realizados em documento privado nom incluem quase nunca um apartado referido às cargas e o eventual arrendamento das fincas. Sem embargo, é mui freqüente que no seu texto apareçam fórmulas ou indicações, que permitem discernir se o comprador trabalhava ou nom as terras antes de adquiri-las em propriedade. Em concreto, resulta habitual que se indique que o comprador "entra em possessom material das fincas desde este momento" (o que sugire que nom as trabalhava com anterioridade); ou, polo contrário, que a pessoa que adquire as superfícies "está em possessom material das fincas desde fai tempo".

Nessas indicações baseamo-nos para obter os dados referidos a este tema que oferecemos nos quadros de resultados.

ANEXO ESTADISTICO

ANEXO ESTATISTICO AO CAPITULO I.

Quadro A.1.1. Evolução da % de população activa agrária em diversos países ao longo do século XX.

	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990
BELGICA	27,1%	22,0%	19,0%	17,0%	14,1%	11,1%	7,6%	4,9%	2,9%	1,9%
HOLANDA	31,0%	28,0%	24,0%	21,0%	19,3%	14,3%	10,3%	6,8%	5,5%	3,8%
R.UNIDO	9,1%	8,0%	7,0%	6,0%	5,8%	5,6%	4,4%	2,8%	2,6%	2,0%
DINAMARCA	46,6%	42,0%	35,0%	35,0%	29,0%	27,6%	21,2%	11,2%	7,3%	4,9%
FRANÇA		43,0%	43,0%	36,0%	36,0%	27,0%	22,7%	13,6%	8,6%	5,5%
SUECIA	53,5%	45,0%	41,0%	36,0%	25,0%	20,4%	12,7%	8,3%	5,7%	4,0%
USA	38,0%	32,0%	28,0%	22,0%	18,0%	13,5%	9,3%	4,3%	3,5%	2,4%
CANADA		37,0%	35,0%	31,0%	26,0%	22,9%	13,2%	7,8%	5,3%	3,5%
ITALIA	58,8%	55,0%	56,0%	47,0%	44,5%	42,0%	31,1%	18,8%	12,0%	7,5%
ESPAÑA	66,0%	65,0%	56,0%	45,0%	50,0%	49,8%	41,9%	26,0%	17,1%	11,3%
PORTUGAL		53,0%	53,5%	54,0%	49,0%	49,7%	44,2%	31,8%	25,8%	16,9%
IRLANDA			53,0%	50,0%	47,0%	40,9%	36,9%	26,3%	18,6%	13,9%

Fontes:

-Para os anos anteriores a 1950:

FOURASTIE, Jean, Migrations professionnelles. Données statistiques sur leur évolution en divers pays de 1900 à 1955., INED, PUF, Paris, 1957

GAUDE, Jacques, Emploi agricole et migrations dans une économie dualiste., OIT, Ginebra, 1972.

-Para 1950 e 1960: O.C.D.E., Statistiques de la Main-d'oeuvre 1950-1962.

-Para 1970, 1980 e 1990 :FAO, Anuario FAO de producción.

NOTA: Para os anos anteriores a 1950 a data nom coincide nalguns casos com a inicial de cada década.

Quadro A.1.2. Evolução da população activa por sectores no período 1900-1991 (*). GALIZA.

		1900	1910	1920	1930	1940	1950
AGRICULTURA E PESCA	Homes	477397	467325	490138	401221	538332	584135
	Mulheres	380556	293184	201665	196453	157614	242611
	Total	857953	760509	691803	597674	695946	826746
INDUSTRIA	Homes	39054	21397	37448	93309	65083	85340
	Mulheres	20549	19050	12653	31373	13189	23437
	Total	59603	40447	50101	124682	78272	108777
CONSTRUÇÃO	Homes	(1)	26053	10449	9007	29926	49902
	Mulheres	(1)	3	0	201	44	413
	Total	(1)	26056	10449	9208	29970	50315
SERVIÇOS	Homes	53833	59625	59347	132713	116738	109823
	Mulheres	27979	24703	22794	50261	35829	54376
	Total	81812	84328	82141	182974	152567	164199
TOTAL (2)	Homes	570284	574400	597382	636250	750079	831586
	Mulheres	429084	336940	237112	278288	206676	321798
	Total	999368	911340	834494	914538	956755	153384
		1960	1970	1981	1991		
AGRICULTURA E PESCA	Homes	513429	374193	219091	121155		
	Mulheres	280175	163546	129937	91718		
	Total	793604	537739	349028	212873		
INDUSTRIA	Homes	101350	120161	129232	122190		
	Mulheres	31683	39376	35286	41497		
	Total	133033	159537	164518	163687		
CONSTRUÇÃO	Homes	57511	96244	93257	111780		
	Mulheres	587	1204	1356	4834		
	Total	58098	97448	94613	116614		
SERVIÇOS	Homes	133150	205373	215546	234589		
	Mulheres	52112	81602	105189	168367		
	Total	185262	286975	320735	402956		
TOTAL (2)	Homes	821529	807953	668651	589714		
	Mulheres	382750	289755	275681	306418		
	Total	1204279	1097708	944332	896132		

(*) As cifras dos dous últimos censos (1981 e 1991) refirem-se à população ocupada.

Para mais detalhes sobre as definições e a forma de obtenção dos dados nos diferentes anos, consultar o Anexo metodológico a este capítulo.

- (1) Para este ano a população activa na Construção figura incluída no sector "industria".
- (2) Para os Censos de 1950, 1960, 1970 e 1981 inclue a cifra correspondente a "Actividades mal especificadas".
Essa é a razão de que o total seja ligeiramente superior a suma dos sectores.

Fonte: -INE, Censos de Población.

-Elaboração própria, tal como explicamos no Anexo metodológico

Quadro A.1.3. Evoluçom da % representada pola PAA na populaçom activa total de cada sexo. Galiza 1900-1991.

	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Homes	83,7%	81,4%	82,0%	63,1%	71,8%	70,2%	62,5%	46,3%	32,8%	20,5%
Mulheres	88,7%	87,0%	85,1%	70,6%	76,3%	75,4%	73,2%	56,4%	47,1%	29,9%
Total	85,8%	83,4%	82,9%	65,4%	72,7%	71,7%	65,9%	49,0%	37,0%	23,8%

Fonte : quadro A.1.2. e elaboraçom própria

Quadro A.1.4. Evolução da população activa por sectores no período 1900-1991. Dados por províncias.

A CORUNHA		1900	1910	1920	1930	1940	1950
AGRICULTURA E PESCA	Homes	137248	132558	134649	112998	157041	186340
	Mulheres	41175	45629	63669	82530	77548	83089
	Total	178423	178187	198318	195528	234589	269429
INDUSTRIA	Homes	16293	9334	17274	34697	29924	40641
	Mulheres	12568	11951	8398	17155	7487	12290
	Total	28861	21285	25672	51852	37411	52931
CONSTRUÇOM	Homes	(1)	9219	3263	3634	9888	21502
	Mulheres	(1)	0	0	86	6	211
	Total	(1)	9219	3263	3720	9894	21713
SERVIÇOS	Homes	25159	28022	30830	58152	57685	47806
	Mulheres	11529	10705	8465	23193	16663	22650
	Total	36688	38727	39295	81345	74348	70456
TOTAL (2)	Homes	178700	179133	186016	209481	254538	296536
	Mulheres	65272	68285	80532	122964	101704	118492
	Total	243972	247418	266548	332445	356242	415028

LUGO		1900	1910	1920	1930	1940	1950
AGRICULTURA E PESCA	Homes	134322	135721	136559	108245	143037	145733
	Mulheres	106217	82523	42213	22916	724	63374
	Total	240539	218244	178772	131161	143761	209107
INDUSTRIA	Homes	5029	2985	4034	19223	6666	8900
	Mulheres	2712	1259	942	2920	1195	2849
	Total	7741	4244	4976	22143	7861	11749
CONSTRUÇOM	Homes	(1)	1607	782	831	5505	4572
	Mulheres	(1)	3	0	58	0	10
	Total	(1)	1610	782	889	5505	4582
SERVIÇOS	Homes	10799	6303	8008	20867	15679	16637
	Mulheres	6042	4670	6194	6105	4898	8294
	Total	16841	10973	14202	26972	20577	24931
TOTAL (2)	Homes	150150	146616	149383	149166	170887	176280
	Mulheres	114971	88455	49349	31999	6817	74598
	Total	265121	235071	198732	181165	177704	250878

OURENSE		1900	1910	1920	1930	1940	1950
AGRICULTURA E PESCA	Homes	105957	108176	101194	101294	122332	131253
	Mulheres	62536	34831	21801	37492	16346	28169
	Total	168493	143007	122995	138786	138678	159422
INDUSTRIA	Homes	5379	3321	5516	12226	7849	7735
	Mulheres	2240	2229	1404	3357	959	1049
	Total	7619	5550	6920	15583	8808	8784
CONSTRUÇOM	Homes	(1)	3745	283	1140	1881	6093
	Mulheres	(1)	0	0	24	0	50
	Total	(1)	3745	283	1164	1881	6143
SERVIÇOS	Homes	6930	6605	6042	13782	11387	14669
	Mulheres	4812	3176	1513	4909	3528	7303
	Total	11742	9781	7555	18691	14915	21972
TOTAL (2)	Homes	118266	121847	113035	128442	143449	160114
	Mulheres	69588	40236	24718	45782	20833	36753
	Total	187854	162083	137753	174224	164282	196867

PONTEVEDRA		1900	1910	1920	1930	1940	1950
AGRICULTURA E PESCA	Homes	99870	90870	117736	78684	115922	120809
	Mulheres	170628	130201	73982	53515	62996	67979
	Total	270498	221071	191718	132199	178918	188788
INDUSTRIA	Homes	12353	5757	10624	27163	20644	28064
	Mulheres	3029	3611	1909	7941	3548	7249
	Total	15382	9368	12533	35104	24192	35313
CONSTRUÇOM	Homes	(1)	11482	6171	3402	12652	17735
	Mulheres	(1)	0	0	33	38	142
	Total	(1)	11482	6171	3435	12690	17877
SERVIÇOS	Homes	10945	18695	14557	39912	31987	30711
	Mulheres	5596	6152	6622	16054	10740	16129
	Total	16541	24847	21179	55966	42727	46840
TOTAL (2)	Homes	123168	126804	149088	149161	181205	198656
	Mulheres	179253	139964	82513	77543	77322	91955
	Total	302421	266768	231601	226704	258527	290611

Quadro A.1.4. (continuaçom).

A CORUNHA		1960	1970	1981	1991
AGRICULTURA E PESCA	Homes	167593	119334	66680	40400
	Mulheres	135636	52868	40002	28146
	Total	303229	172202	106682	68546
INDUSTRIA	Homes	49214	49409	54309	50123
	Mulheres	15389	15448	14807	18838
	Total	64603	64857	69116	68961
CONSTRUÇOM	Homes	24332	38810	36328	46644
	Mulheres	234	493	603	1900
	Total	24566	39303	36931	48544
SERVIÇOS	Homes	59963	90042	93809	101274
	Mulheres	23952	33118	44255	70726
	Total	83915	123160	138064	172000
TOTAL (2)	Homes	303914	302185	256051	238440
	Mulheres	180786	102915	101253	119611
	Total	484700	405100	357304	358051

LUGO		1960	1970	1981	1991
AGRICULTURA E PESCA	Homes	127855	93518	55702	31896
	Mulheres	40751	64919	33841	29752
	Total	168606	158437	89543	61648
INDUSTRIA	Homes	11384	11316	12202	13498
	Mulheres	2772	2924	2510	2751
	Total	14156	14240	14712	16249
CONSTRUÇOM	Homes	7003	7966	9191	12597
	Mulheres	73	89	76	511
	Total	7076	8055	9267	13108
SERVIÇOS	Homes	19050	25530	26142	30052
	Mulheres	7191	11379	12319	21082
	Total	26241	36909	38461	51134
TOTAL (2)	Homes	166692	139069	104021	88043
	Mulheres	53795	79612	49109	54105
	Total	220487	218681	153130	142148

OURENSE		1960	1970	1981	1991
AGRICULTURA	Homes	116067	87597	51954	18743
	Mulheres	21793	9749	20005	17187
	Total	137860	97346	71959	35930
INDUSTRIA	Homes	10235	13464	14416	13091
	Mulheres	2166	3564	3021	4163
	Total	12401	17028	17437	17254
CONSTRUÇOM	Homes	6572	14712	15763	15844
	Mulheres	44	170	230	738
	Total	6616	14882	15993	16582
SERVIÇOS	Homes	16818	25135	27386	27182
	Mulheres	6871	11976	13672	20283
	Total	23689	37111	41058	47465
TOTAL (2)	Homes	149956	144922	111027	74859
	Mulheres	33293	27626	37330	42371
	Total	183249	172548	148357	117230

PONTEVEDRA		1960	1970	1981	1991
AGRICULTURA E PESCA	Homes	101914	73744	44755	30041
	Mulheres	81995	36010	36089	16546
	Total	183909	109754	80844	46587
INDUSTRIA	Homes	30517	45972	48305	45493
	Mulheres	11356	17440	14948	15751
	Total	41873	63412	63253	61244
CONSTRUÇOM	Homes	19604	34756	31975	36714
	Mulheres	236	452	447	1688
	Total	19840	35208	32422	38402
SERVIÇOS	Homes	37319	64666	68209	76104
	Mulheres	14098	25129	34943	56285
	Total	51417	89795	103152	132389
TOTAL (2)	Homes	200967	221777	197553	188354
	Mulheres	114876	79562	87993	90276
	Total	315843	301339	285546	278630

(1) Ver quadro A.1.2.

(2) Ver quadro A.1.2.

Fonte : Ver quadro A.1.2.

Quadro A.1.5. Evolução da % representada pela PAA na população activa total 1900-1991. Dados por provincias.

A. CIFRAS REFERIDAS `A POPULAÇOM ACTIVA MASCULINA.

	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
A CORUNHA	76,8%	74,0%	72,4%	53,9%	61,7%	62,8%	55,1%	39,5%	26,0%	16,9%
LUGO	89,5%	92,6%	91,4%	72,6%	83,7%	82,7%	76,7%	67,2%	53,5%	36,2%
OURENSE	89,6%	88,8%	89,5%	78,9%	85,3%	82,0%	77,4%	60,4%	46,8%	25,0%
PONTEVEDRA	81,1%	71,7%	79,0%	52,8%	64,0%	60,8%	50,7%	33,3%	22,7%	15,9%

B. CIFRAS REFERIDAS `A POPULAÇOM ACTIVA DE AMBOS SEXOS.

	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
A CORUNHA	73,1%	72,0%	74,4%	58,8%	65,9%	64,9%	62,6%	42,5%	29,9%	19,1%
LUGO	90,7%	92,8%	90,0%	72,4%	80,9%	83,4%	76,5%	72,5%	58,5%	43,4%
OURENSE	89,7%	88,2%	89,3%	79,7%	84,4%	81,0%	75,2%	56,4%	48,5%	30,6%
PONTEVEDRA	89,4%	82,9%	82,8%	58,3%	69,2%	65,0%	58,2%	36,4%	28,3%	16,7%

Fonte: quadro A.1.4. e elaboração própria.

Quadro A.1.6. Evoluçom da populaçom activa agrária (e pesqueira)
1900-1991.

		Números índices base 1900=100						
		1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960
A CORUNHA	Homes	100,0	96,6	98,1	82,3	114,4	135,8	122,1
	Mulheres	100,0	110,8	154,6	200,4	188,3	201,8	329,4
	Total	100,0	99,9	111,2	109,6	131,5	151,0	169,9
LUGO	Homes	100,0	101,0	101,7	80,6	106,5	108,5	95,2
	Mulheres	100,0	77,7	39,7	21,6	0,7	59,7	38,4
	Total	100,0	90,7	74,3	54,5	59,8	86,9	70,1
OURENSE	Homes	100,0	102,1	95,5	95,6	115,5	123,9	109,5
	Mulheres	100,0	55,7	34,9	60,0	26,1	45,0	34,8
	Total	100,0	84,9	73,0	82,4	82,3	94,6	81,8
PONTEVEDRA	Homes	100,0	91,0	117,9	78,8	116,1	121,0	102,0
	Mulheres	100,0	76,3	43,4	31,4	36,9	39,8	48,1
	Total	100,0	81,7	70,9	48,9	66,1	69,8	68,0
GALIZA	Homes	100,0	97,9	102,7	84,0	112,8	122,4	107,5
	Mulheres	100,0	77,0	53,0	51,6	41,4	63,8	73,6
	Total	100,0	88,6	80,6	69,7	81,1	96,4	92,5
		1970	1981	1991				
A CORUNHA	Homes	86,9	48,6	29,4				
	Mulheres	128,4	97,2	68,4				
	Total	96,5	59,8	38,4				
LUGO	Homes	69,6	41,5	23,7				
	Mulheres	61,1	31,9	28,0				
	Total	65,9	37,2	25,6				
OURENSE	Homes	82,7	49,0	17,7				
	Mulheres	15,6	32,0	27,5				
	Total	57,8	42,7	21,3				
PONTEVEDRA	Homes	73,8	44,8	30,1				
	Mulheres	21,1	21,2	9,7				
	Total	40,6	29,9	17,2				
GALIZA	Homes	78,4	45,9	25,4				
	Mulheres	43,0	34,1	24,1				
	Total	62,7	40,7	24,8				

Fonte : quadro A.1.4. e elaboraçom própria.

Quadro A.1.7. Cifras de população activa no sector agrário e no sector pesqueiro, para aqueles anos em que os dous sectores som separados nos dados dos Censos de População.

A. POPULAÇÃO ACTIVA NO SECTOR AGRARIO.

		1910	1920	1930	1940	1981	1991
A CORUNHA	Homes	128833	128237	109660	150398	53968	28641
	Mulheres	45524	62646	82381	77346	39777	27463
	Total	174357	190883	192041	227744	93745	56104
LUGO	Homes	134961	135762	107843	141570	53575	29710
	Mulheres	82523	42212	22906	724	33794	29647
	Total	217484	177974	130749	142294	87369	59357
OURENSE	Homes	108156	101194	101284	122332	51916	18675
	Mulheres	34830	21801	37492	16346	19987	17148
	Total	142986	122995	138776	138678	71903	35823
PONTEVEDRA	Homes	88235	104833	72866	95021	27737	15319
	Mulheres	129745	73075	53359	62992	35561	15660
	Total	217980	177908	126225	158013	63298	30979
GALIZA	Homes	460185	470026	391653	509321	187196	92430
	Mulheres	292622	199734	196138	157408	129119	90005
	Total	752807	669760	587791	666729	316315	182435

B. POPULAÇÃO ACTIVA NA PESCA.

		1910	1920	1930	1940	1981	1991
A CORUNHA	Homes	3725	6412	3338	6643	12712	11759
	Mulheres	105	1023	149	202	225	683
	Total	3830	7435	3487	6845	12937	12442
LUGO	Homes	760	797	402	1467	2128	2186
	Mulheres	0	1	10	0	47	105
	Total	760	798	412	1467	2175	2291
OURENSE	Homes	20	0	10	0	38	68
	Mulheres	1	0	0	0	19	39
	Total	21	0	10	0	57	107
PONTEVEDRA	Homes	2635	12903	5818	20901	17018	14722
	Mulheres	456	907	156	4	528	886
	Total	3091	13810	5974	20905	17546	15608
GALIZA	Homes	7140	20112	9568	29011	31896	28725
	Mulheres	562	1931	315	206	819	1713
	Total	7702	22043	9883	29217	32715	30438

Fonte: -INE, Censos de población.
-Elaboração própria.

Quadro A.1.8. Variação experimentada pola PAA em cada um dos períodos intercensais; relação que isso apresenta com: a variação da população ocupada nos sectores nom agrários da economia galega, e o saldo migratório exterior.
Cifras referidas à população masculina.

	Variação da PAA	Variação da pop. ocupada nos sectores nom agrários	Emigração exterior neta (1)
	-----	-----	-----
1900-10	-10072	14188	100114
1910-20	22813	169	72984
1920-30	-88917	127785	41921
1930-40	137111	-23282	-27014
1940-50	45803	35704	63557
1950-60	-70706	60649	125736
1960-70	-139236	125660	112209
1970-81	-155102	15800	2428
1981-91	-97936	18999	32936

(1) O que figura aqui é a emigração neta em cada decénio. Portanto, as cifras com signo positivo indicam que se produziu nesse decénio umha emigração neta (um saldo migratório de signo negativo). Mentres que se a cifra é de signo negativo, isto indica umha imigração neta no período.

A razão de proceder deste modo é que aqui consideramos a emigração exterior como um dos destinos (e um dos factores condicionantes) do éxodo agrário. Sendo o outro condicionante desse éxodo a criação de emprego nos sectores nom agrários da economia galega.

Fonte:

-Para as duas primeiras colunas: elaboração própria a partir dos dados que figuram no quadro A.1.2 deste Anexo estatístico.

-Para a última coluna:

OERGA, Síntesis estadística de Galicia., INE, Madrid, 1976.

INE, Censos de población de 1970, 1981, 1991.

INE, Movimiento natural de la población.

Elaboração própria.

ANEXO ESTATISTICO AO CAPITULO II.

Quadro A.2.1. Evolução da população de feito por zonas de hábitat (*)
 Dados por províncias e para o conjunto de Galiza 1900-1950.

		1900	1910	1920	1930	1940	1950
A CORUNHA	Urbana	118719	128504	147413	173899	224312	292083
	Rural	534837	548204	561247	593709	658778	663689
	Pop. total	653556	676708	708660	767608	883090	955772
LUGO	Urbana	27231	29666	30859	35589	48555	75660
	Rural	438154	450299	438846	433030	464180	433256
	Pop. total	465385	479965	469705	468619	512735	508916
OURENSE	Urbana	23415	21969	23590	30060	36374	60873
	Rural	380896	389591	388870	395983	421898	407030
	Pop. total	404311	411560	412460	426043	458272	467903
PONTEVEDRA	Urbana	53899	63227	83993	108924	141905	165610
	Rural	403363	432129	449426	459087	499858	505999
	Pop. total	457262	495356	533419	568011	641763	671609
GALIZA	Urbana	223264	243366	285855	348472	451146	594226
	Rural	1757250	1820223	1838389	1881809	2044714	2009974
	Pop. total	1980514	2063589	2124244	2230281	2495860	2604200

(*) População rural :residente em entidades com umha população igual
 ou inferior a 1000 habitantes.

População urbana :residente em entidades de mais de 1000 habts.

Fonte: CESINO, I Pleno.Comisión I: Fuerzas de trabajo.,
 Santiago, 1964, pp. 47-52

Quadro A.2.2. Evolução da população de feito por zonas de hábitat (*)
Dados por províncias e para o conjunto de Galiza 1950-1981.

		1950	1960	1970	1981 (1)
A CORUNHA	Urbana	250996	314708	372501	479945
	Rural	704776	674843	631687	603470
	Pop. total	955772	989551	1004188	1083415
LUGO	Urbana	69516	77875	91669	132470
	Rural	439400	400620	323005	266715
	Pop. total	508916	478495	414674	399185
OURENSE	Urbana	58440	59359	105491	122141
	Rural	409463	389953	308169	289198
	Pop. total	467903	449312	413660	411339
PONTEVEDRA	Urbana	145041	150624	231590	321256
	Rural	526568	528821	518732	538641
	Pop. total	671609	679445	750322	859897
GALIZA	Urbana	523993	602566	801251	1055812
	Rural	2080207	1994237	1781593	1698024
	Pop. total	2604200	2596803	2582844	2753836

(*) População rural : residente em entidades com umha população igual ou inferior a 2000 habitantes.

População urbana : residente em entidades de mais de 2000 habts.

(1) Cifras corregidas tal como se explica no Anexo metodológico.

Fonte: INE, Censos de población.
Elaboração própria.

Quadro A.2.3. Evolução da população de feito nas diferentes zonas de hábitat, distribuída por sexos (*). Galiza 1950-1981.

		1950	1960	1970	1981 (1)
URBANA	Homes	242149	285347	379964	502428
	Mulheres	281844	317219	421287	553384
	Total	523993	602566	801251	1055812
RURAL	Homes	979724	940260	849523	819678
	Mulheres	1100483	1053977	932070	878346
	Total	2080207	1994237	1781593	1698024
POP. TOTAL	Homes	1221873	1225607	1229487	1322106
	Mulheres	1382327	1371196	1353357	1431730
	Total	2604200	2596803	2582844	2753836

(*) Ver quadro A.2.2.

(1) Ver quadro A.2.2.

Fonte : ver quadro A.2.2.

Quadro A.2.4. Evolução da população de feito da zona rural por sexos.
Dados por províncias 1950-1981.

		1950	1960	1970	1981 (1)
A. CORUNHA	Homes	328224	314198	299073	290967
	Mulheres	376552	360645	332614	312503
	Total	704776	674843	631687	603470
LUGO	Homes	215808	197489	159852	132791
	Mulheres	223592	203131	163153	133924
	Total	439400	400620	323005	266715
OURENSE	Hómes	195998	186825	148332	140655
	Mulheres	213465	203128	159837	148543
	Total	409463	389953	308169	289198
PONTEVEDRA	Homes	239694	241748	242266	255265
	Mulheres	286874	287073	276466	283376
	Total	526568	528821	518732	538641

(1) Ver quadro A.2.2.

Fonte : ver quadro A.2.2.

Quadro A.2.5. Evolução da população rural distribuída por sexos e idades. Dados referidos ao conjunto de Galiza 1950-1981.

		1950	1960	1970 (1)	1981 (1)
HOMES	< 15 anos	293551	269122	222712	195078
	15-64 anos	616054	597239	537206	515860
	>= 65 anos	68771	71074	89605	108740
	Total	978376	937435	849523	819678
MULHERES	< 15 anos	281267	254726	213802	185471
	15-64 anos	711301	669792	582271	535055
	>= 65 anos	106569	116500	135998	157819
	Total	1099137	1041018	932071	878345
TOTAL	< 15 anos	574818	523848	436514	380549
	15-64 anos	1327355	1267031	1119477	1050915
	>= 65 anos	175340	187574	225603	266559
	Total	2077513	1978453	1781594	1698023

(1) Cifras corregidas seguindo o procedimento que se explica no anexo metodológico.

Fonte: INE, Censos de población.
Elaboração própria.

Quadro A.2.6. Evoluçom da estrutura por idades da populaçom rural.
 Dados por provincias referidos à populaçom de
 ambos sexos 1950-1981.

		1950	1960	1970 (1)	1981 (1)
A CORUNHA	< 15 anos	207813	188318	161523	139249
	15-64 anos	442093	421329	395033	376084
	>= 65 anos	54764	57340	75131	88136
	Total	704670	666987	631687	603469
LUGO	< 15 anos	109998	92703	66605	45433
	15-64 anos	285808	264676	206907	167162
	>= 65 anos	41542	42767	49493	54120
	Total	437348	400146	323005	266715
OURENSE	< 15 anos	106077	93883	63561	50860
	15-64 anos	267750	252164	199342	182277
	>= 65 anos	35616	41418	45266	56061
	Total	409443	387465	308169	289198
PONTEVEDRA	< 15 anos	150926	148953	144825	145007
	15-64 anos	331704	328861	318195	325392
	>= 65 anos	43418	46029	55713	68242
	Total	526048	523843	518733	538641

(1) Ver quadro A.2.5.

Fonte : ver quadro A.2.5.

ANEXO ESTATISTICO AO CAPITULO IV.

Quadro A.4.1. Evolução da população activa no sector agricultura e pesca. Dados dos Censos de população 1950-81

I. Activos de ambos sexos.

Ano	GALIZA	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA
1950	826746	269429	209107	159422	188788
1960	793604	303229	168606	137860	183909
1970	537739	172202	158437	97346	109754
1981	349228	106882	89543	71959	80844

II. Varons.

Ano	GALIZA	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA
1950	584135	186340	145733	131253	120809
1960	513429	167593	127855	116067	101914
1970	374193	119334	93518	87597	73744
1981	219091	66680	55702	51954	44755

Fonte: INE, Censos de población de España; e elaboração própria.

Quadro A.4.2. Evolução da população activa no sector agricultura e pesca. Dados do Banco de Bilbao 1955-81.

Ano	GALIZA	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA
1955	749259	245513	147235	168711	187800
1957	742115	242740	146297	164776	188302
1960	734539	247216	148931	150046	188346
1962	719354	246740	146010	146779	179825
1964	701951	252706	138144	141529	169572
1967	689359	246809	135626	136184	170740
1969	676430	231180	140157	131457	173636
1971	665564	214315	143529	137001	170719
1973	668181	211752	151069	132888	172472
1975	644380	189244	146418	135060	173658
1977	586454	166848	132785	129820	157001
1979	525923	128440	129676	118692	149115
1981	437302	84643	104834	105788	142037

Fonte: BANCO DE BILBAO, Renta Nacional de España y su distribución provincial; Serie Homogénea 1955-75 e estudos de 1977, 1979 e 1981.

Quadro A.4.3. Evolução do número de empregos na agricultura. Dados do Banco de Bilbao 1955-81.

Ano	GALIZA	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA
1955	683056	211218	144339	166369	161130
1957	673897	211019	141215	159312	162351
1960	671203	211016	143036	146532	170619
1962	653646	210652	143444	141252	158298
1964	625382	203370	134057	138403	149552
1967	604974	191392	128242	134798	150542
1969	599658	186516	130869	129964	152309
1971	601292	184005	139535	136320	141432
1973	580436	178745	143966	125432	132293
1975	579747	173570	141480	127850	136847
1977	539894	148298	129664	129820	132112
1979	481963	111017	126683	118571	125692
1981	394091	70513	102185	105332	116061

Fonte: BANCO DE BILBAO, Renta Nacional de España y su distribución provincial; Serie Homogénea 1955-75 e estudos de 1977, 1979 e 1981.

Quadro A.4.4. Evoluçom da populaçom ocupada no sector agricultura e pesca. Dados da "Encuesta de poblaci3n activa".

A. Populaçom activa agrária 1960-73 (cifras estimadas).

Ano	GALIZA	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA
1960	788695	297285	174781	146275	170354
1965	667133	228854	177670	126785	133824
1966	658462	221601	181006	125715	130140
1967	659086	217388	186581	126890	128227
1968	657111	212781	191672	126587	126071
1969	643938	204500	193127	124592	121719
1970	631508	196668	194524	122712	117604
1971	618514	188895	195502	120712	113405
1972	598747	181940	196873	119085	100849
1973	595456	174742	197533	117152	106029

B. "Populaçom que trabalha" no sector agricultura e pesca 1972-82. (miles de persoas)

Ano	GALIZA	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA
1972	713,4	212,8	178,0	137,6	185,0
1973	690,2	211,1	165,7	139,0	174,4
1974	655,4	201,5	153,4	134,5	166,0
1975	581,3	161,4	137,9	121,3	160,7
1976 (*)	580,6	147,0	135,2	133,2	165,2
1977	554,8	132,3	139,1	126,5	156,9
1978	540,3	121,2	134,6	123,9	160,6
1979	495,5	112,7	129,5	110,5	142,8
1980	446,4	88,5	115,4	100,3	142,2
1981	432,2	83,7	102,5	105,9	140,1
1982	454,5	116,5	112,8	92,9	132,3

(*) Neste ano produziu-se umha reforma metodol3gica, que fai que as cifras nom sejam estritamente comparáveis com as dos anos anteriores.

Fonte: A: MINISTERIO DE TRABAJO, Perspectivas del nivel de empleo de la agricultura española ante el desarrollo., Serv. de Publicaciones del Mo. de Trabajo, Madrid, 1976, pag. 37 (Trata-se de cifras estimadas a partir das cifras anuais obtidas na EPA para o conjunto de Espanha e tendo em conta a distribuçom provincial da PAA que resulta dos Censos de populaçom de 1960 e 1970)

B: INE, Encuesta de poblaci3n activa; 2o. semestre de cada ano até 1974; a partir de 1975 as cifras correspondem ao 4o. trimestre de cada ano.

Quadro A.4.5. Evolução do número de pessoas que trabalham nas explorações agrárias.
Dados dos Censos agrários 1962-82

I. Trabalhadores não assalariados.

Ano	GALIZA	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA
1962	1215597	385237	311715	245373	273272
1972	902699	269332	218853	195182	219332
1982	751120	223761	169597	156747	201015

II. Trabalhadores assalariados (1).

Ano	GALIZA	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA
1962	57881	16731	11304	14321	15525
1972	19217	4385	3123	7836	3873
1982	2764	805	646	692	621

(I+II) Total trabalhadores das explorações agrárias .

Ano	GALIZA	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA
1962	1273478	401968	323019	259694	288797
1972	921916	273717	221976	203018	223205
1982	753884	224566	170243	157439	201636

(1) Em 1962 inclui assalariados fixos e eventuais; as cifras de 1972 e 1982 referem-se unicamente a assalariados fixos.

Fonte: INE, Censos agrários de 1962, 1972 e 1982.

Elaboração própria (ver as precisões que fazemos no "Anexo metodológico ao capítulo IV").

Quadro A.4.6. Evoluçom do número de trabalhadores afiliados em alta
ao "Régimen Especial Agrario" da Seg. Social.
(Cifras a 31-12 de cada ano)

I. Conta própria.

Ano	GALIZA	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA
1969	337391	85950	118615	89088	43738
1970	320614	81821	112707	83614	42472
1971	310731	79800	108138	79878	42915
1972	296998	78626	101999	73439	42934
1973	279788	73984	96391	68151	41262
1974	263683	68437	91256	64069	39921
1975	251054	65105	85771	62150	38028
1976	241275	63429	80207	60219	37420
1977	233803	63036	76006	57432	37329
1978	232800	65319	74205	55147	38129
1979	236815	67955	73704	54422	40734
1980 (*)					
1981	190774	57384	62394	35070	35926
1982	189198	57518	59970	34932	36778

II. Conta alheia

Ano	GALIZA	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA
1969	11287	2065	2091	1205	5926
1970	12381	2176	2078	1321	6806
1971	12882	2379	2016	1553	6934
1972	13192	2687	1792	1674	7039
1973	13225	2818	1794	1648	6965
1974	11086	2775	1787	1558	4966
1975	10719	2810	1837	1551	4521
1976	10442	2898	1888	1541	4115
1977	10184	2888	1866	1526	3904
1978	9334	2832	1857	1509	3136
1979	9072	2789	1722	1520	3041
1980 (*)					
1981	8022	2403	1590	1242	2787
1982	8167	2349	1638	1136	3044

Quadro A.4.6 (Continuação)

Total trabalhadores afiliados (por conta própria e por conta alheia).

Ano	GALIZA	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA
1969	348678	88015	120706	90293	49664
1970	332995	83997	114785	84935	49278
1971	323613	82179	110154	81431	49849
1972	310190	81313	103791	75113	49973
1973	293013	76802	98185	69799	48227
1974	274769	71212	93043	65627	44887
1975	261773	67915	87608	63701	42549
1976	251717	66327	82095	61760	41535
1977	243987	65924	77872	58958	41233
1978	242134	68151	76062	56656	41265
1979	245887	70744	75426	55942	43775
1980 (*)					
1981	198796	59787	63984	36312	38713
1982	197365	59867	61608	36068	39822

(*) Não pudemos localizar as cifras correspondentes a este ano.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE PREVISION, Memoria Estadística, varios anos

INE, Anuario Estadístico de España, vários anos.
Elaboração própria.

Quadro A.4.7. Movimento da população activa em Galiza no decénio 1970-81. Entradas e saídas da actividade, e saldo migratório de activos.

I. HOMES

Idades em 1970	Activos em 1970	Entradas 1970-81	Activos mortos 1970-81	Activos jubilad. 1970-81	Total de saídas de activid. 1970-81	Activos estimados para 1981	Activos censados em 1981	Saldo migratório 1970-81
5-9		47861	110		110	47751	48558	807
10-14	8326	72613	504		504	80435	75778	-4657
15-19	74449	25953	946		946	99456	88218	-11238
20-24	88656	15226	1276		1276	102606	90329	-12277
25-29	88226	904	1554		1554	87576	84552	-3024
30-34	75875		1925	645	2570	73305	72694	-611
35-39	90915		3254	2464	5718	85197	86105	908
40-44	83916		4315	5272	9587	74329	74241	-88
45-49	75442		5718	10250	15968	59474	58587	-887
50-54	63090		6766	19409	26175	36915	37779	864
55-59	56152		7109	40432	47541	8611	9721	1110
60-64	49911		6792	39673	46465	3446	3980	534
65-69	26885		5078	20376	25454	2593	2699	106
70-74	14598		3928	12232	16160			
>=75	11500		2241	6535	8776			
TOTAL	807941	162557	51516	157288	208804	761694	733241	-28453

II. MULHERES

Idades em 1970	Activos em 1970	Entradas 1970-81	Activos mortos 1970-81	Activos jubilados 1970-81	Total de saídas de activid. 1970-81	Activos estimados para 1981	Activos censados em 1981	Saldo migratório 1970-81
5-9		25920	29		29	25891	26167	276
10-14	4189	41772	115		115	45846	43337	-2509
15-19	36207	4261	188		188	40280	34565	-5715
20-24	38246		233	4714	4947	33299	30312	-2987
25-29	27147	27	247		247	26927	26186	-741
30-34	22192	3234	305		305	25121	24612	-509
35-39	25912	5884	555		555	31241	30972	-269
40-44	24771	7093	799		799	31065	30568	-497
45-49	24061	4915	1180		1180	27796	27960	164
50-54	22705		1591	401	1992	20713	21013	300
55-59	21529		1877	13646	15523	6006	6681	675
60-64	19313		1819	15843	17662	1651	2380	729
65-69	11756		1767	9137	10904	1658	1821	163
70-74	6504		1555	5892	7447			
>=75	5212		868	2595	3463			
TOTAL	289744	93106	13128	52228	65356	317494	306574	-10920

Quadro A.4.7. (Continuação)

III. TOTAL AMBOS SEXOS

Idades em 1970	Activos em 1970	Entradas 1970-81	Activos mortos 1970-81	Activos jubilados 1970-81	Total de saídas de activid. 1970-81	Activos estimados para 1981	Activos censados em 1981	Saldo migratório 1970-81
5-9		73781	139		139	73642	74725	1083
10-14	12515	114385	619		619	126281	119115	-7166
15-19	110656	30214	1134		1134	139736	122783	-16953
20-24	126902	15226	1509	4714	6223	135905	120641	-15264
25-29	115373	931	1801		1801	114503	110738	-3765
30-34	98067	3234	2230	645	2875	98426	97306	-1120
35-39	116827	5884	3809	2464	6273	116438	117077	639
40-44	108687	7093	5114	5272	10386	105394	104809	-585
45-49	99503	4915	6898	10250	17148	87270	86547	-723
50-54	85795		8357	19810	28167	57628	58792	1164
55-59	77681		8986	54078	63064	14617	16402	1785
60-64	69224		8611	55516	64127	5097	6360	1263
65-69	38641		6845	29513	36358	4251	4520	269
70-74	21102		5483	18124	23607			
>=75	16712		3109	9130	12239			
TOTAL	1097685	255663	64644	209516	274160	1079188	1039815	-39373

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados oferecidos pelas seguintes fontes:

- INE, Censos de población de 1970 e 1981
 - Padrón municipal de habitantes de 1975
 - Tablas de mortalidad provinciales (1969-72)
- Ver as explicações no texto.

Quadro A.4.8. Movimento da população ocupada no sector agricultura e pesca. (Entradas, saídas de actividade e transferências de ocupados a outros sectores da economia galega ou ao exterior). 1970-81 (Cifras referidas à população de ambos sexos)

Idades em 1970	Ocupados em 1970	Entradas 1970-81	Ocupado mortos 1970-81	Ocupad. jubilados 1970-81	Total de saídas de activid. 1970-81		Ocupados estimados para 1981	Ocupados censados em 1981	Saldo 1970-81
					por morte	por retiro			
5-9		29682	47		47		29635	17476	-12159
10-14	6183	39332	306		306		45209	24038	-21171
15-19	44517	10182	456		456		54243	23373	-30870
20-24	43636	5894	519	1621	2140		47390	27567	-19823
25-29	38878	393	607		607		38664	29565	-9099
30-34	37960	1520	863	250	1113		38367	33541	-4826
35-39	49367	3079	1610	1041	2651		49795	46399	-3396
40-44	51097	4003	2404	2479	4883		50217	49038	-1179
45-49	52073	3031	3610	5364	8974		46130	45459	-671
50-54	48422		4717	11181	15898		32524	35341	2817
55-59	47910		5542	33353	38895		9015	10097	1082
60-64	48389		6019	38807	44826		3563	4378	815
65-69	30705		5439	23452	28891		3621	2757	-864
70-74	18223		4735	15651	20386				
>=75	14835		2760	8105	10865				
TOTAL	532195	97116	39634	141304	180938		448373	349029	-99344

(*) Trata-se do saldo das transferências de ocupados com os outros sectores da economia galega e com o exterior (migrações propriamente ditas).

Fonte: Elaboração própria a partir das fontes citadas no quadro anterior. Ver as explicações no texto.

Quadro A.4.9. Movimento da população ocupada por sectores. Galiza 1970-81.

	Variação da cifra de ocupados	Entradas	Saídas de activid. por morte ou retiro	Saldo de entradas e saídas	Saldo migratório(*)
1. Agric. e pesc	-183166	97116	180938	-83822	-99344
2. Indústria	7562	45071	23275	21796	-14234
3. Construção	-1084	30557	12531	18026	-19110
4. Serviços	37598	69981	55157	14824	22774
TOTAL POP. OCUP	-139090	242725	271901	-29176	-109914
-Desempregados	76373	8280	2543	5737	70636
TOTAL POP. ACTI	-62717	251005	274444	-23439	-39278

(*) Trata-se do saldo das transferências a/desde os outros sectores da economia galega (incluindo o passo ao desemprego), e das migrações com o exterior.

Fonte: ver quadro anterior.

ANEXO ESTATISTICO AO CAPITULO V.

Quadro A.5.1. Estrutura por sexos e idades da população activa
agrária (*). Galiza 1900

IDADE	CIFRAS ABSOLUTAS			DISTRIBUÇOM EM %		
	HOMES	MULHERES	TOTAL	HOMES	MULHERES	TOTAL
< 12 anos	1065	349	1414	0,2%	0,1%	0,2%
12-19	90908	64771	155679	18,5%	16,6%	17,7%
20-39	175679	144084	319763	35,8%	37,0%	36,3%
40-59	137853	116573	254426	28,1%	29,9%	28,9%
>= 60 anos	84924	63758	148682	17,3%	16,4%	16,9%
TOTAL	490485	389554	880039	100,0%	100,0%	100,0%

(*) As cifras correspondem em rigor à que no Censo deste ano aparece como rúbrica no. 1 : "Agricultura, cría de animales, pesca y caza, propiedad territorial y urbana".

Fonte: Censo de población de España de 1900; e elaboração própria.

Quadro A.5.2. Estrutura por sexos e idades da população activa
agrária (*). Galiza 1910

IDADE	CIFRAS ABSOLUTAS			DISTRIBUÇOM EM %		
	HOMES	MULHERES	TOTAL	HOMES	MULHERES	TOTAL
< 12 anos	70	59	129	0,0%	0,0%	0,0%
12-19	97429	39498	136927	23,4%	15,7%	20,5%
20-39	129514	83794	213308	31,1%	33,3%	31,9%
40-59	111650	75881	187531	26,8%	30,1%	28,1%
>= 60 anos	76443	52124	128567	18,4%	20,7%	19,3%
TOTAL	415994	251725	667719	100,0%	100,0%	100,0%

(*) As cifras correspondem à suma das rúbricas seguintes :
-rúbrica 1: "Trabajos agrícolas"
-rúbrica 2: "Cría de animales"
-rúbrica 4: "Poblaciones nómadas"

Fonte: Censo de población de España de 1910; e elaboração própria.

Quadro A.5.3. Estrutura por sexos e idades da população activa agrária (*). Galiza 1920

IDADE	CIFRAS ABSOLUTAS			DISTRIBUÇOM EM %		
	HOMES	MULHERES	TOTAL	HOMES	MULHERES	TOTAL
< 21 anos	126259	58555	184814	27,0%	29,3%	27,7%
21-60	275598	115802	391400	59,0%	58,0%	58,7%
> 60 anos	64854	25136	89990	13,9%	12,6%	13,5%
TOTAL	467279	199706	666985	100,0%	100,0%	100,0%

(*) As cifras correspondem à suma das duas rúbricas seguintes :
 -rúbrica 1: "Agricultura (patronos)"
 -rúbrica 5: "Forestales y agrícola (no patronos)"

Fonte: Censo de población de España de 1920; e elaboração própria.

Quadro A.5.4. Estrutura por sexos e idades da população activa agrária (*). Galiza 1930

IDADE	CIFRAS ABSOLUTAS			DISTRIBUÇOM EM %		
	HOMES	MULHERES	TOTAL	HOMES	MULHERES	TOTAL
< 16 anos	28871	14575	43446	7,5%	7,4%	7,5%
16-20	54232	25203	79435	14,1%	12,9%	13,7%
21-25	43396	21453	64849	11,3%	10,9%	11,2%
26-30	39516	20888	60404	10,3%	10,7%	10,4%
31-35	26919	13723	40642	7,0%	7,0%	7,0%
36-40	27090	16085	43175	7,0%	8,2%	7,4%
41-45	22366	11487	33853	5,8%	5,9%	5,8%
46-50	29122	15904	45026	7,6%	8,1%	7,8%
51-60	52318	27097	79415	13,6%	13,8%	13,7%
> 60 anos	60919	29646	90565	15,8%	15,1%	15,6%
TOTAL	384749	196061	580810	100,0%	100,0%	100,0%

(*) As cifras refirem-se à rúbrica "II. Forestales y agrícolas",
 que à sua vez inclue três subgrupos:
 -o número 2: "Explotación de montes"
 -o número 3: "Agricultura"
 -o número 4: "Ganadería"

Fonte: Censo de población de España de 1930; e elaboração própria.

Quadro A.5.5. Estrutura por sexos e idades da população activa agrária (*). Galiza 1940

IDADE	CIFRAS ABSOLUTAS			DISTRIBUÇOM EM %		
	HOMES	MULHERES	TOTAL	HOMES	MULHERES	TOTAL
<= 13 anos	1780	1116	2896	0,3%	0,7%	0,4%
14 anos	14642	4428	19070	2,9%	2,8%	2,9%
15-19	81862	21763	103625	16,1%	13,8%	15,6%
20-29	106076	33474	139550	20,8%	21,3%	20,9%
30-39	95323	28193	123516	18,7%	17,9%	18,5%
40-49	66261	23780	90041	13,0%	15,1%	13,5%
50-59	54834	19469	74303	10,8%	12,4%	11,2%
>= 60 anos	88207	25183	113390	17,3%	16,0%	17,0%
TOTAL	508985	157406	666391	100,0%	100,0%	100,0%

(*) As cifras refirem-se à rúbrica "II. Forestales y agrícolas", que à sua vez inclue três subgrupos:
 -o número 2: "Explotación de montes"
 -o número 3: "Agricultura"
 -o número 4: "Ganadería"

Fonte: Censo de población de España de 1940; e elaboraçom própria.

Quadro A.5.6. Distribuçom por sexos e idades dos trabalhadores das exploraçoms agrárias (*). Galiza Censo agrario de 1962.

IDADE	CIFRAS ABSOLUTAS			DISTRIBUÇOM EM %		
	HOMES	MULHERES	TOTAL	HOMES	MULHERES	TOTAL
< 14 anos			139646			10,8%
14-17			96222			7,5%
18-63	431803	512933	944736			73,4%
>= 64 anos			106664			8,3%
TOTAL			1287268			100,0%

(*) Total de trabalhadores ("remunerados" e "nom remunerados").

Fonte: INE, Primer censo agrario de España 1962. El factor humano en las explotaciones agrarias. Elaboraçom própria.

Quadro A.5.7. Distribuição por sexos e idades dos trabalhadores das explorações agrárias (*)
Galiza Censo agrario de 1972.

IDADE	CIFRAS ABSOLUTAS			DISTRIBUÇOM EM %		
	HOMES	MULHERES	TOTAL	HOMES	MULHERES	TOTAL
< 15 anos	32075	30606	62681	7,7%	6,1%	6,8%
15-19	29607	30771	60378	7,1%	6,1%	6,5%
20-24	27407	30925	58332	6,5%	6,1%	6,3%
25-44	95212	123529	218741	22,8%	24,5%	23,7%
45-64	154092	188230	342322	36,8%	37,4%	37,1%
>= 65 anos	80038	99424	179462	19,1%	19,7%	19,5%
TOTAL	418431	503485	921916	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Total de trabalhadores, assalariados e nom assalariados.
Fonte: INE, Censo agrario de España 1972.
Elaboração própria.

Quadro A.5.8. Distribuição por sexos e idades dos trabalhadores das explorações agrárias (*)
Galiza Censo agrario de 1982.

IDADE	CIFRAS ABSOLUTAS			DISTRIBUÇOM EM %		
	HOMES	MULHERES	TOTAL	HOMES	MULHERES	TOTAL
< 25 anos	36784	31830	68614	9,7%	8,5%	9,1%
25-54	158090	147645	305735	41,6%	39,4%	40,6%
55-64	89947	95380	185327	23,7%	25,5%	24,6%
>= 65 anos	94763	99445	194208	25,0%	26,6%	25,8%
TOTAL	379584	374300	753884	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Trabalhadores nom assalariados e assalariados fixos.
Fonte: INE, Censo agrario de España 1982. Tomo II.
Elaboração própria.

Quadro A.5.9. Distribuição por idades dos trabalhadores nom
 assalariados das explorações agrárias.
 Galiza Censo agrario 1982.
 (cifras referidas aos trabalhadores de ambos sexos)

IDADE	NUMERO	%
< 25 anos	68370	9,1%
25-34	65200	8,7%
35-44	96429	12,8%
45-54	142247	18,9%
55-64	184773	24,6%
>= 65 anos	194101	25,8%
TOTAL	751120	100,0%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982. Tomo II e Tomo IV.
 Elaboração própria [As cifras que ofrecemos obtêm-se
 combinando a distribuição por idades que aparece nos resultados
 por Comunidades Autónomas (Tomo II), com a que figura nos
 resultados para cada provincia a nível municipal (Tomo IV)]

Quadro A.5.10. Evolução da população ocupada no sector agrário por situações profissionais. Galiza 1950-1981

I. TOTAL AMBOS SEXOS

	1950	1981
-Empresários ou titulares	351424	173543
-Ajudas familiares	334749	124137
-Assalariados	94863	16422
-Outra situação		2213
Total	781036	316314

II. HOMES

	1950	1981
-Empresários ou titulares	261824	124897
-Ajudas familiares	206266	50706
-Assalariados	70894	10800
-Outra situação		793
Total	538984	187196

III. MULHERES

	1950	1981
-Empresários ou titulares	89600	48646
-Ajudas familiares	128483	73431
-Assalariados	23969	5622
-Outra situação		1420
Total	242052	129119

Fonte: -Para 1950: Estimación realizada a partir dos dados do "Censo de población de España" de 1950. (ver as explicações no "Anexo metodológico ao capítulo V")
 -Para 1981: INE, Censo de población 1981; e elaboração própria.

Quadro A.5.11. Evolução da população ocupada no sector agrário por situações profissionais 1950-81. Dados por províncias. (cifras referidas ao total de ocupados de ambos sexos)

A CORUNHA		
	1950	1981
-Empresários ou titulares	101712	51599
-Ajudas familiares	111397	34144
-Assalariados	41251	6828
-Outra situação		1173
Total	254360	93745
LUGO		
	1950	1981
-Empresários ou titulares	83902	43929
-Ajudas familiares	107710	40652
-Assalariados	14955	2471
-Outra situação		317
Total	206567	87369
OURENSE		
	1950	1981
-Empresários ou titulares	94532	42766
-Ajudas familiares	50269	25753
-Assalariados	14592	3073
-Outra situação		310
Total	159393	71902
PONTEVEDRA		
	1950	1981
-Empresários ou titulares	71278	35249
-Ajudas familiares	65373	23587
-Assalariados	24065	4050
-Outra situação		412
Total	160716	63298

Fonte: ver quadro anterior.

Quadro A.5.12. Evolução da mão de obra nas explorações agrárias por
situações profissionais. Galiza 1962-82
(cifras referidas ao total de trabalhadores de ambos sexos)

	1962	1972	1982
-Empresários ou titulares	430897	383902	357621
-Ajudas familiares	798224	518797	393499
-Assalariados (1)	58147	19217	2764
Total	1287268	921916	753884

(1) A cifra de 1962 inclui à totalidade de assalariados (fixos e eventuais); as de 1972 e 1982 só aos assalariados fixos.

Fonte: INE, Censos agrarios de España de 1962, 1972 e 1982.
Elaboração própria.

Quadro A.5.13. Evolução da mão de obra nas explorações agrárias por situações profissionais 1962-82. Dados por províncias. (cifras referidas ao total de trabalhadores de ambos sexos)

A CORUNHA			
	1962	1972	1982
-Empresários ou titulares	130656	114143	104143
-Ajudas familiares	258405	155189	119628
-Assalariados (1)	16799	4385	805
Total	405860	273717	224576
LUGO			
	1962	1972	1982
-Empresários ou titulares	92324	81466	76277
-Ajudas familiares	221483	137387	93320
-Assalariados (1)	11327	3123	646
Total	325134	221976	170243
OURENSE			
	1962	1972	1982
-Empresários ou titulares	94985	82724	80455
-Ajudas familiares	152269	112458	76292
-Assalariados (1)	14390	7836	692
Total	261644	203018	157439
PONTEVEDRA			
	1962	1972	1982
-Empresários ou titulares	112932	105569	96746
-Ajudas familiares	166067	113763	104269
-Assalariados (1)	15631	3873	621
Total	294630	223205	201636

(1) A cifra de 1962 inclui a totalidade de assalariados (fixos e eventuais); as de 1972 e 1982 só aos assalariados fixos.

Fonte: INE, Censos agrários de España de 1962, 1972 e 1982. Elaboração própria.

ANEXO ESTATISTICO AO CAPITULO VI.

Quadro A.6.1. Evolução da população ocupada nos sectores nom agrários,
por situações profissionais. Galiza 1980-1993.
Série anual em cifras absolutas e índices.

CIFRAS ABSOLUTAS (miles)

	Total ocupados	Empresár. e autónom.	Ajudas familiares	Assalariados
1980	602,3	133,8	25,5	443,0
1981	614,1	131,5	31,6	451,0
1982	594,7	127,7	29,4	437,6
1983	580,4	120,0	31,4	429,0
1984	553,8	119,2	24,5	410,1
1985	558,3	111,0	25,7	421,6
1986	596,3	131,4	25,5	439,4
1987	619,5	135,4	26,3	457,8
1988	640,1	137,7	33,2	469,2
1989	665,2	145,2	30,3	489,7
1990	699,5	142,8	31,1	525,6
1991	714,6	154,4	35,0	525,2
1992	673,2	142,5	16,0	514,7
1993	656,7	147,5	22,4	486,8

INDICES Base 100 em 1980

	Total ocupados	Empresár. e autónom.	Ajudas familiares	Assalariados
1980	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	102,0	98,3	123,9	101,8
1982	98,7	95,4	115,3	98,8
1983	96,4	89,7	123,1	96,8
1984	91,9	89,1	96,1	92,6
1985	92,7	83,0	100,8	95,2
1986	99,0	98,2	100,0	99,2
1987	102,9	101,2	103,1	103,3
1988	106,3	102,9	130,2	105,9
1989	110,4	108,5	118,8	110,5
1990	116,1	106,7	122,0	118,6
1991	118,6	115,4	137,3	118,6
1992	111,8	106,5	62,7	116,2
1993	109,0	110,2	87,8	109,9

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboração própria.

Quadro A.6.2. Variação da população ocupada assalariada e não assalariada nos diferentes sectores não agrícolas. Galiza 1980-1993.

A. TOTAL OCUPADOS.

	Variação 1980-84		Variação 1984-91		Variação 1991-93	
	Miles de pessoas	% sobre 1980	Miles de pessoas	% sobre 1984	Miles de pessoas	% sobre 1991
-Indústria	-15,5	-8,8%	5,0	3,1%	-29,8	-18,0%
-Construção	-27,6	-27,8%	34,4	48,0%	-18,8	-17,7%
-Serviços	-1,7	-0,5%	117,5	36,0%	-7,3	-1,6%
-Total ocupados não agrícolas	-44,8	-7,4%	156,9	28,1%	-55,9	-7,8%

B. ASSALARIADOS.

	Variação 1980-84		Variação 1984-91		Variação 1991-93	
	Miles de pessoas	% sobre 1980	Miles de pessoas	% sobre 1984	Miles de pessoas	% sobre 1991
-Indústria	-16,9	-11,1%	3,0	2,2%	-22,2	-16,0%
-Construção	-25,5	-34,0%	28,2	56,9%	-16,5	-21,2%
-Serviços	9,5	4,4%	83,9	37,3%	0,3	0,1%
-Total ocupados não agrícolas	-32,9	-7,4%	115,1	28,1%	-38,4	-7,3%

C. NOM ASSALARIADOS ("Empregadores e empresários sem assalariados", e "Ajudas familiares")

	Variação 1980-84		Variação 1984-91		Variação 1991-93	
	Miles de pessoas	% sobre 1980	Miles de pessoas	% sobre 1984	Miles de pessoas	% sobre 1991
-Indústria	1,1	4,8%	2,6	10,9%	-7,6	-28,7%
-Construção	-2,1	-8,7%	6,2	28,2%	-2,3	-8,2%
-Serviços	-14,6	-13,0%	37,3	38,1%	-7,6	-5,6%
-Total ocupados não agrícolas	-15,6	-9,8%	46,1	32,1%	-17,5	-9,2%

D. TAXA DE ASSALARIZAÇÃO.

	1980	1993
-Indústria	86,8%	86,0%
-Construção	75,7%	70,3%
-Serviços	65,7%	70,8%
-Total ocupados não agrícolas	73,5%	73,9%

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboração própria.

Quadro A.6.3. População ocupada nos sectores não agrários; evolução por sexos. Galiza 1977-1993.

OCUPADOS DE AMBOS SEXOS

	1977	1985	1991	1993
-Indústria	197,4	159,6	165,1	135,3
-Construção	96,7	67,4	106,0	87,2
-Serviços	327,4	335,3	443,9	436,6
-Total ocupados não agrários	621,5	562,3	715,0	659,1

HOMES

	1977	1985	1991	1993
-Indústria	141,1	120,6	126,9	102,4
-Construção	96,0	66,4	103,8	85,2
-Serviços	210,2	204,7	255,3	246,0
-Total ocupados não agrários	447,3	391,7	486,0	433,6

MULHERES

	1977	1985	1991	1993
-Indústria	56,0	39,0	38,2	32,9
-Construção	0,6	1,0	2,2	2,0
-Serviços	117,5	130,6	188,6	190,7
-Total ocupados não agrários	174,1	170,6	229,0	225,6

% DE MULHERES DENTRO DA POPULAÇÃO OCUPADA EM CADA SECTOR.

	1977	1985	1991	1993
-Indústria	28,4%	24,4%	23,1%	24,3%
-Construção	0,6%	1,5%	2,1%	2,3%
-Serviços	35,9%	39,0%	42,5%	43,7%
-Total ocupados não agrários	28,0%	30,3%	32,0%	34,2%

Fonte: INE, EPA, I trimestre de 1977, e IV trimestre dos restantes anos.

Quadro A.6.4. População ocupada nos sectores não agrários por sexos e idades. Galiza. Variação 1977-1987.

AMBOS SEXOS	Idade	Miles de pessoas	%
	16 a 19	-36,4	-63,7%
	20 a 29	-19,1	-13,0%
	30 a 39	39,1	31,6%
	40 a 49	-14,3	-9,7%
	50 a 59	11,1	11,6%
	60 e mais	-13,6	-27,3%
	TOTAL	-33,4	-5,4%
HOMES	Idade	Miles de pessoas	%
	16 a 19	-22,4	-61,9%
	20 a 29	-14,3	-15,2%
	30 a 39	18,9	20,3%
	40 a 49	-14,9	-13,1%
	50 a 59	2,3	3,1%
	60 e mais	-13,3	-38,1%
	TOTAL	-44,6	-10,0%
MULHERES	Idade	Miles de pessoas	%
	16 a 19	-13,9	-66,5%
	20 a 29	-5,1	-9,6%
	30 a 39	21,1	69,0%
	40 a 49	0,4	1,2%
	50 a 59	9,0	43,9%
	60 e mais	-0,3	-2,0%
	TOTAL	10,5	6,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da EPA correspondentes ao I trimestre desses anos, suministrados directamente polo INE.

Quadro A.6.5. Evolução da população ocupada nos sectores nom agrários por grupos de gerações. Galiza 1977-1987.

AMBOS SEXOS	Idade em 1977	Total ocupados nos sectores nom agr.(miles)		Variação 1977-87	
		1977	1987	Miles	%
		-----		-----	
			20,7	20,7	--
	16 a 19	57,1	128,1	71,0	124,3%
	20 a 29	147,2	162,8	15,6	10,6%
	30 a 39	123,7	133,8	10,1	8,2%
	40 a 49	148,1	106,6	-41,5	-28,0%
	50 a 59	95,5	36,2	-59,3	-62,1%
	60 e mais	49,8		-49,8	-100,0%
	TOTAL	621,5	588,1	-33,4	-5,4%

HOMES	Idade em 1977	Total ocupados nos sectores nom agr.(miles)		Variação 1977-87	
		1977	1987	Miles	%
		-----		-----	
			13,8	13,8	--
	16 a 19	36,2	79,9	43,7	120,7%
	20 a 29	94,2	111,8	17,6	18,7%
	30 a 39	92,9	99,0	6,1	6,6%
	40 a 49	113,9	77,5	-36,4	-32,0%
	50 a 59	75,2	21,6	-53,6	-71,3%
	60 e mais	34,9		-34,9	-100,0%
	TOTAL	447,3	402,7	-44,6	-10,0%

MULHERES	Idade em 1977	Total ocupados nos sectores nom agr.(miles)		Variação 1977-87	
		1977	1987	Miles	%
		-----		-----	
			7,0	7,0	--
	16 a 19	20,9	48,0	27,1	129,7%
	20 a 29	53,1	51,7	-1,4	-2,6%
	30 a 39	30,6	34,5	3,9	12,7%
	40 a 49	34,1	29,5	-4,6	-13,5%
	50 a 59	20,5	14,6	-5,9	-28,8%
	60 e mais	14,9		-14,9	-100,0%
	TOTAL	174,1	184,6	10,5	6,0%

Fonte: EPA, I trimestre de cada ano. Cifras nom publicadas, suministradas directamente polo INE.

Quadro A.6.6. População ocupada na indústria por sexos e idades.
Galiza 1977-1987 (miles de persoas).

AMBOS SEXOS			
Idade	1977	1982	1987
16 a 19	23,7	9,8	7,2
20 a 29	47,9	39,7	30,2
30 a 39	39,5	37,7	38,8
40 a 49	45,7	38,5	32,1
50 a 59	31,8	31,6	29,3
60 e mais	8,8	7,0	6,8
TOTAL	197,4	163,6	144,1
HOMES			
Idade	1977	1982	1987
16 a 19	10,7	3,6	4,0
20 a 29	27,5	22,9	20,2
30 a 39	31,0	31,2	28,4
40 a 49	38,5	31,9	27,9
50 a 59	26,4	28,7	24,7
60 e mais	7,0	5,9	4,6
TOTAL	141,1	124,3	109,2
MULHERES			
Idade	1977	1982	1987
16 a 19	13,1	6,2	3,2
20 a 29	20,4	16,7	9,8
30 a 39	8,1	6,4	10,8
40 a 49	7,0	6,3	4,1
50 a 59	5,6	2,8	4,7
60 e mais	1,8	1,1	2,2
TOTAL	56,0	39,6	34,4

Fonte: EPA, I trimestre de cada ano. Cifras non publicadas,
suministradas directamente polo INE.

Quadro A.6.7. População ocupada na construção por sexos e idades.
Galiza 1977-1987 (miles de persoas).

AMBOS SEXOS

Idade	1977	1982	1987
16 a 19	13,4	11,6	5,2
20 a 29	30,7	25,6	16,1
30 a 39	17,9	28,9	20,8
40 a 49	18,1	20,6	16,4
50 a 59	11,8	11,2	9,0
60 e mais	4,8	3,7	0,9
TOTAL	96,7	101,7	68,3

HOMES

Idade	1977	1982	1987
16 a 19	13,3	11,3	4,9
20 a 29	30,3	24,5	15,5
30 a 39	17,9	28,9	20,8
40 a 49	17,9	20,6	16,4
50 a 59	11,8	11,2	8,8
60 e mais	4,8	3,7	0,9
TOTAL	96,0	100,3	67,2

MULHERES

Idade	1977	1982	1987
16 a 19	0,1	0,2	0,3
20 a 29	0,4	1,1	0,6
30 a 39	--	--	--
40 a 49	0,1	--	--
50 a 59	--	--	0,2
60 e mais	--	--	--
TOTAL	0,6	1,4	1,1

Fonte: EPA, I trimestre de cada ano. Cifras non publicadas,
suministradas directamente polo INE.

Quadro A.6.8. População ocupada no sector serviços por sexos e idades.
Galiza 1977-1987 (miles de persoas).

AMBOS SEXOS			
Idade	1977	1982	1987
16 a 19	20,0	14,8	8,3
20 a 29	68,6	78,4	81,8
30 a 39	66,3	87,6	103,2
40 a 49	84,3	69,7	85,3
50 a 59	51,9	62,0	68,3
60 e mais	36,2	32,8	28,5
TOTAL	327,4	345,4	375,7
HOMES			
Idade	1977	1982	1987
16 a 19	12,2	7,1	4,9
20 a 29	36,4	43,6	44,2
30 a 39	44,0	56,8	62,6
40 a 49	57,5	42,5	54,7
50 a 59	37,0	39,6	44,0
60 e mais	23,1	21,0	16,1
TOTAL	210,2	210,1	226,3
MULHERES			
Idade	1977	1982	1987
16 a 19	7,7	7,7	3,5
20 a 29	32,3	34,9	37,6
30 a 39	22,5	30,9	40,9
40 a 49	27,0	27,2	30,4
50 a 59	14,9	22,0	24,6
60 e mais	13,1	11,9	12,4
TOTAL	117,5	134,9	149,1

Fonte: EPA, I trimestre de cada ano. Cifras non publicadas, suministradas directamente polo INE.

Quadro A.6.9. População ocupada nos sectores nom agrários
(indústria, construção e serviços), por sexos
e idades. Galiza 1977-1987 (miles de pessoas).

AMBOS SEXOS

Idade	1977	1982	1987
16 a 19	57,1	36,2	20,7
20 a 29	147,2	143,7	128,1
30 a 39	123,7	154,2	162,8
40 a 49	148,1	128,8	133,8
50 a 59	95,5	104,8	106,6
60 e mais	49,8	43,5	36,2
TOTAL	621,5	610,7	588,1

HOMES

Idade	1977	1982	1987
16 a 19	36,2	22,0	13,8
20 a 29	94,2	91,0	79,9
30 a 39	92,9	116,9	111,8
40 a 49	113,9	95,0	99,0
50 a 59	75,2	79,5	77,5
60 e mais	34,9	30,6	21,6
TOTAL	447,3	434,7	402,7

MULHERES

Idade	1977	1982	1987
16 a 19	20,9	14,1	7,0
20 a 29	53,1	52,7	48,0
30 a 39	30,6	37,3	51,7
40 a 49	34,1	33,5	34,5
50 a 59	20,5	24,8	29,5
60 e mais	14,9	13,0	14,6
TOTAL	174,1	175,9	184,6

Fonte: EPA, I trimestre de cada ano. Cifras nom publicadas,
suministradas directamente polo INE.

Quadro A.6.10. Evolução da população ocupada nos sectores nom agrários por sexos e idades. Galiza 1987-1993. (miles de pessoas)

AMBOS SEXOS	Idade	1987	1991	1993	Variação em %	
					1987-91	1991-93
	16 a 19	24,0	26,4	15,7	10,0%	-40,5%
	20 a 24	58,7	78,3	58,6	33,4%	-25,2%
	25 a 54	453,0	517,8	499,3	14,3%	-3,6%
	55 e mais	85,0	92,6	85,6	8,9%	-7,6%
	TOTAL	620,7	715,1	659,2	15,2%	-7,8%

HOMES	Idade	1987	1991	1993	Variação em %	
					1987-91	1991-93
	16 a 19	12,7	18,0	9,9	41,7%	-45,0%
	20 a 24	38,2	46,2	36,6	20,9%	-20,8%
	25 a 54	312,9	352,8	330,5	12,8%	-6,3%
	55 e mais	54,0	69,1	56,6	28,0%	-18,1%
	TOTAL	417,8	486,1	433,6	16,3%	-10,8%

MULHERES	Idade	1987	1991	1993	Variação em %	
					1987-91	1991-93
	16 a 19	11,3	8,4	5,6	-25,7%	-33,3%
	20 a 24	20,6	32,1	22,0	55,8%	-31,5%
	25 a 54	140,1	165,0	168,9	17,8%	2,4%
	55 e mais	30,9	23,5	29,1	-23,9%	23,8%
	TOTAL	202,9	229,0	225,6	12,9%	-1,5%

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; elaboração própria.

Quadro A.6.11. Evoluçom das taxas de actividade por sexos e idades.
Galiza 1980-1993.
(% de activos sobre a populaçom total em cada grupo de idade)

AMBOS SEXOS							
Idade	1980	1982	1985	1987	1989	1991	1993
16 a 19	45,0	43,3	38,6	32,0	24,3	23,8	19,4
20 a 24	58,2	56,0	60,5	60,0	63,4	58,4	55,6
25 a 54	69,9	71,6	73,0	74,1	73,9	75,3	77,1
55 e mais	35,3	34,9	33,4	28,6	28,9	24,9	24,6
TOTAL	54,6	54,9	54,5	52,9	52,2	50,6	50,7
HOMES							
Idade	1980	1982	1985	1987	1989	1991	1993
16 a 19	52,4	52,7	44,9	35,9	29,4	27,8	23,1
20 a 24	66,2	63,5	68,1	67,6	70,7	66,4	65,1
25 a 54	94,6	94,0	94,4	92,5	93,4	93,0	92,4
55 e mais	46,5	44,1	41,5	35,2	37,0	32,4	30,0
TOTAL	72,7	71,1	69,3	66,2	66,6	64,0	62,2
MULHERES							
Idade	1980	1982	1985	1987	1989	1991	1993
16 a 19	37,7	33,7	31,9	27,8	19,1	20,0	16,2
20 a 24	49,5	47,7	51,9	51,6	55,8	50,9	46,3
25 a 54	47,1	50,8	53,1	56,3	54,9	57,7	61,7
55 e mais	27,4	28,0	27,4	23,7	22,7	19,1	20,5
TOTAL	39,0	40,6	41,3	41,0	39,3	38,6	40,1

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano.

Quadro A.6.12. Variaçom da populaçom de 16 e mais anos 1976-1992.
Dados por províncias.

	Miles de persoas		Variaçom 1976-1992	
	1976	1992	Miles	%
A CORUNHA	780,4	893,1	112,7	14,4%
LUGO	319,9	323,0	3,1	1,0%
OURENSE	332,9	343,1	10,2	3,1%
PONTEVEDRA	606,5	725,3	118,8	19,6%

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboraçom própria.

Quadro A.6.13. Variação da população ocupada nos sectores nom
agrários, e da população ocupada total. 1976-1992
Dados por províncias.

A CORUNHA	Miles de persoas		Variação 1976-1992	
	1976	1992	Miles	%
-Indústria	79,9	53,7	-26,2	-32,8%
-Construção	27,3	36,1	8,8	32,2%
-Serviços	135,8	180,2	44,4	32,7%
-Total nom agrária	243,0	270,0	27,0	11,1%
-Pop.ocupada total	386,4	354,7	-31,7	-8,2%

LUGO	Miles de persoas		Variação 1976-1992	
	1976	1992	Miles	%
-Indústria	17,7	16,3	-1,4	-7,9%
-Construção	11,6	12,6	1,0	8,6%
-Serviços	44,6	54,9	10,3	23,1%
-Total nom agrária	73,9	83,8	9,9	13,4%
-Pop.ocupada total	207,0	151,3	-55,7	-26,9%

OURENSE	Miles de persoas		Variação 1976-1992	
	1976	1992	Miles	%
-Indústria	21,1	20,9	-0,2	-0,9%
-Construção	18,8	16,0	-2,8	-14,9%
-Serviços	44,2	52,1	7,9	17,9%
-Total nom agrária	84,1	89,0	4,9	5,8%
-Pop.ocupada total	215,4	144,8	-70,6	-32,8%

PONTEVEDRA	Miles de persoas		Variação 1976-1992	
	1976	1992	Miles	%
-Indústria	86,5	61,3	-25,2	-29,1%
-Construção	34,9	27,9	-7,0	-20,1%
-Serviços	103,3	144,9	41,6	40,3%
-Total nom agrária	224,7	234,1	9,4	4,2%
-Pop.ocupada total	386,7	312,5	-74,2	-19,2%

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboração própria.

Quadro A.6.14. Distribuição por sectores da população ocupada
1976-1992.

Dados por províncias.

	A CORUNHA		LUGO	
	1976	1992	1976	1992
-Indústria	20,7%	15,1%	8,6%	10,8%
-Construção	7,1%	10,2%	5,6%	8,3%
-Serviços	35,1%	50,8%	21,5%	36,3%
-Total nom agrária	62,9%	76,1%	35,7%	55,4%
-Pop.ocupada total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

	OURENSE		PONTEVEDRA	
	1976	1992	1976	1992
-Indústria	9,8%	14,4%	22,4%	19,6%
-Construção	8,7%	11,0%	9,0%	8,9%
-Serviços	20,5%	36,0%	26,7%	46,4%
-Total nom agrária	39,0%	61,5%	58,1%	74,9%
-Pop.ocupada total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboração própria.

Quadro A.6.15. Variação da população activa total 1976-1992.
Dados por províncias.

	Miles de pessoas		Variação 1976-1992	
	1976	1992	Miles	%
A CORUNHA	391,9	435,3	43,4	11,1%
LUGO	211,2	169,6	-41,6	-19,7%
OURENSE	220,2	169,4	-50,8	-23,1%
PONTEVEDRA	395,2	387,2	-8,0	-2,0%

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboração própria

Quadro A.6.16. Taxas de actividade por sexos em 1976 e 1992.
(% de activos sobre a populaçom de 16 e mais anos)
Dados por províncias

	1976			1992		
	Total	Homes	Mulheres	Total	Homes	Mulheres
A CORUNHA	50,2	74,3	29,3	48,7	63,3	35,7
LUGO	65,9	76,8	55,9	52,5	62,5	42,6
OURENSE	66,1	75,3	58,2	49,4	59,7	39,9
PONTEVEDRA	64,8	80,9	51,6	53,4	65,1	43,0

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano.

Quadro A.6.17. Volume de desemprego estimado. Variaçom 1976-1992.
Dados por províncias.

	Miles de pessoas		Variaçom 1976-1992	
	1976	1992	Miles	%
A CORUNHA	5,5	80,5	75,0	1363,6%
LUGO	4,2	18,3	14,1	335,7%
OURENSE	4,8	24,6	19,8	412,5%
PONTEVEDRA	8,5	74,6	66,1	777,6%

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboraçom própria.

Quadro A.6.18. Taxas de desemprego por províncias em 1976 e 1992.
(% Desemprego estimado/ Pop. activa)

	1976	1992
A CORUNHA	1,4	18,5
LUGO	2,0	10,8
OURENSE	2,1	14,5
PONTEVEDRA	2,2	19,3

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano.

Quadro A.6.19. Contraste da relação que apresenta a evolução da população ocupada no sector agricultura e pesca, com a dinâmica registada pelo emprego nos sectores não agrários. Galiza 1976-1993.

I. SERIES ESTADÍSTICAS: Evolução da população ocupada nos sectores não agrários e no sector agricultura e pesca 1976-1993.
(Números índice Base 100 em 1976)

	Indústria	Constr.	Serviços	Total nom agrária	Pop. ocup. agricult. e pesca
	-----	-----	-----	-----	-----
1976	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1977	98,6	115,6	99,8	101,7	96,1
1978	92,3	100,0	96,3	95,5	93,4
1979	87,4	107,5	95,7	94,7	85,5
1980	85,7	107,3	100,1	96,5	78,4
1981	79,9	104,8	102,6	95,5	75,9
1982	80,9	90,4	100,3	92,5	79,8
1983	83,5	78,4	98,1	90,4	84,5
1984	75,5	74,6	96,1	86,2	80,7
1985	75,2	70,2	98,4	86,6	79,9
1986	75,2	73,5	115,0	95,8	71,5
1987	74,1	87,6	118,2	99,2	72,9
1988	73,1	97,6	122,2	102,5	71,7
1989	73,9	103,5	128,1	106,7	66,1
1990	76,2	105,7	135,9	111,9	57,7
1991	80,5	114,5	135,4	114,3	50,9
1992	74,2	100,0	131,8	108,2	50,3
1993	65,9	94,2	133,2	105,3	50,1

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano.
Elaboração própria.

II. RESULTADOS DAS REGRESSONS.

REGRESSOM A:

Y: Evolução da pop. ocupada no sector agricultura e pesca 1976-1993.

X: Evolução do total de pop. ocup. nos sectores nom

agrários 1976-1993.

Salida de Regresión:

Constante	194,9656
Err Std de Y Est	12,00519
R al Cuadrado	0,411794
N° de Observaciones	18
Grados de Libertad	16

Coeficiente(s) X -1,21335

Err Std de Coef. 0,362537

REGRESSOM B:

Y: Evolução da pop. ocupada no sector agricultura e pesca 1977-1993.

X: Evolução do total de pop. ocup. nos sectores nom agrários 1976-1992.

(Trata-se da mesma regressom, pero introduzindo um desfase de 1 ano entre as duas variáveis)

Salida de Regresión:

Constante	186,8053
Err Std de Y Est	11,10174
R al Cuadrado	0,430252
N° de Observaciones	17
Grados de Libertad	15

Coeficiente(s) X -1,15026

Err Std de Coef. 0,341769

Quadro A.6.20. Contraste da relação existente entre a evolução da população ocupada no sector agricultura e pesca, e a evolução da renda agrária (VAN do sector agrário).
Galiza 1977-1989.

I. SERIES ESTADÍSTICAS (Índices Base 100 em 1977).

	VAN do sector agrário (em pts. constantes)	Renda agrária unitária(*) (em pts. constantes)	Pop. ocup. agricult. e pesca
1977	100,0	100,0	100,0
1978	100,8	103,8	97,2
1979	95,8	103,4	89,0
1980	85,8	101,3	81,6
1981	72,9	90,3	79,0
1982	84,7	101,8	83,1
1983	75,7	87,0	88,0
1984	75,4	85,7	84,0
1985	64,2	74,7	83,2
1986	65,3	84,1	74,4
1987	66,4	89,7	75,9
1988	65,2	88,1	74,6
1989	71,9	103,7	68,8
1990			60,0
1991			53,0
1992			52,3
1993			52,1

(*) VAN agrário/ pessoa ocupada.

Fonte: IDEGA, A economía galega. Informe 1988 e Informe 1991-1992.,
Fundación Caixa Galicia.
INE, EPA, IV trimestre de cada ano.
Elaboración propia.

II. RESULTADOS DAS REGRESSONS.

REGRESSOM A:

Y: Evolução da pop. ocupada no sector agricultura e pesca 1977-1989.
X: Evolução do VAN do sector agrário em pesetas constantes 1977-1989.

Salida de Regresión:

Constante	39,45969
Err Std de Y Est	5,340797
R al Cuadrado	0,675614
Nº de Observaciones	13
Grados de Libertad	11

Coeficiente(s) X	0,552553
Err Std de Coef.	0,115440

REGRESSOM B:

Y: Evolução da pop. ocupada no sector agricultura e pesca 1978-1990.
 X: Evolução do VAN do sector agrário em pesetas constantes 1977-1989.
 (Trata-se da mesma regressom anterior, pero introduzindo um desfase de 1 ano entre as duas variáveis)

Salida de Regresión:

Constante	40,11602
Err Std de Y Est	6,977894
R al Cuadrado	0,504932
Nº de Observaciones	13
Grados de Libertad	11

Coeficiente(s) X 0,505194
 Err Std de Coef. 0,150826

REGRESSOM C:

Y: Evolução da pop. ocupada no sector agricultura e pesca 1977-1989.
 X: Evolução da renda agrária unitária em pesetas constantes 1977-1989.

Salida de Regresión:

Constante	58,41429
Err Std de Y Est	9,008211
R al Cuadrado	0,077159
Nº de Observaciones	13
Grados de Libertad	11

Coeficiente(s) X 0,263231
 Err Std de Coef. 0,274478

REGRESSOM D:

Y: Evolução da pop. ocupada no sector agricultura e pesca 1978-1990.
 X: Evolução da renda agrária unitária em pesetas constantes 1977-1989.
 (Trata-se da mesma regressom anterior, pero introduzindo um desfase de 1 ano entre as duas variáveis)

Salida de Regresión:

Constante	59,22651
Err Std de Y Est	9,671814
R al Cuadrado	0,048889
Nº de Observaciones	13
Grados de Libertad	11

Coeficiente(s) X 0,221597
 Err Std de Coef. 0,294698

Quadro A.6.21. Evolução da população ocupada no sector agricultura e pesca por situações profissionais. Galiza 1980-1993.

A. EVOLUÇÃO EM CIFRAS ABSOLUTAS (miles de persoas)

-AMBOS SEXOS	Total ocupados	Empregadores e	Ajudas	Assalariados
		empresários sem assalar.	familiares	
1980	446,2	242,2	164,4	39,3
1981	431,5	235,9	157,6	38,0
1982	454,5	241,8	172,9	39,2
1983	481,3	255,2	183,8	41,5
1984	459,8	247,5	171,2	41,1
1985	454,8	241,8	170,6	41,9
1986	407,1	218,9	141,2	45,9
1987	415,2	231,7	136,2	47,3
1988	408,4	230,7	131,6	46,1
1989	376,5	204,0	128,8	43,7
1990	328,5	191,3	98,7	38,6
1991	289,9	171,1	84,4	34,4
1992	286,4	166,5	83,8	34,9
1993	285,2	166,4	86,8	32,0

-HOMES	Total ocupados	Empregadores e	Ajudas	Assalariados
		empresários sem assalar.	familiares	
1980	209,0	138,7	34,2	35,8
1981	207,8	135,1	36,0	36,6
1982	213,7	132,3	44,7	36,2
1983	226,1	141,9	45,5	38,7
1984	221,1	137,5	44,8	38,8
1985	212,4	128,9	43,8	39,4
1986	195,7	113,2	39,1	42,3
1987	201,9	111,6	44,3	45,9
1988	192,3	115,1	35,4	41,7
1989	182,4	105,6	36,0	40,8
1990	152,9	90,4	26,3	36,1
1991	133,1	77,5	23,5	32,1
1992	139,2	82,7	23,8	31,5
1993	136,2	81,1	26,2	28,9

-MULHERES	Total ocupados	Empregadores e	Ajudas	Assalariados
		empresários sem assalar.	familiares	
1980	237,2	103,5	130,2	3,4
1981	223,7	100,8	121,6	1,4
1982	240,8	109,5	128,2	2,9
1983	255,2	113,4	138,3	2,8
1984	238,7	110,0	126,4	2,3
1985	242,4	112,8	126,8	2,5
1986	211,4	105,7	102,2	3,6
1987	213,3	120,0	91,9	1,4
1988	216,1	115,5	96,2	4,4
1989	194,1	98,4	92,8	2,8
1990	175,6	100,8	72,3	2,4
1991	156,8	93,7	60,8	2,3
1992	147,2	83,8	60,0	3,4
1993	149,0	85,3	60,6	3,1

B. NUMEROS INDICE (Base 100 em 1980)

-AMBOS SEXOS	Total ocupados	Empregadores e empresários sem assalar.	Ajudas familiares	Assalariados
1980	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	96,7	97,4	95,9	96,7
1982	101,9	99,8	105,2	99,7
1983	107,9	105,4	111,8	105,6
1984	103,0	102,2	104,1	104,6
1985	101,9	99,8	103,8	106,6
1986	91,2	90,4	85,9	116,8
1987	93,1	95,7	82,8	120,4
1988	91,5	95,3	80,0	117,3
1989	84,4	84,2	78,3	111,2
1990	73,6	79,0	60,0	98,2
1991	65,0	70,6	51,3	87,5
1992	64,2	68,7	51,0	88,8
1993	63,9	68,7	52,8	81,4

-HOMES	Total ocupados	Empregadores e empresários sem assalar.	Ajudas familiares	Assalariados
1980	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	99,4	97,4	105,3	102,2
1982	102,2	95,4	130,7	101,1
1983	108,2	102,3	133,0	108,1
1984	105,8	99,1	131,0	108,4
1985	101,6	92,9	128,1	110,1
1986	93,6	81,6	114,3	118,2
1987	96,6	80,5	129,5	128,2
1988	92,0	83,0	103,5	116,5
1989	87,3	76,1	105,3	114,0
1990	73,2	65,2	76,9	100,8
1991	63,7	55,9	68,7	89,7
1992	66,6	59,6	69,6	88,0
1993	65,2	58,5	76,6	80,7

-MULHERES	Total ocupados	Empregadores e empresários sem assalar.	Ajudas familiares	Assalariados
1980	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	94,3	97,4	93,4	41,2
1982	101,5	105,8	98,5	85,3
1983	107,6	109,6	106,2	82,4
1984	100,6	106,3	97,1	67,6
1985	102,2	109,0	97,4	73,5
1986	89,1	102,1	78,5	105,9
1987	89,9	115,9	70,6	41,2
1988	91,1	111,6	73,9	129,4
1989	81,8	95,1	71,3	82,4
1990	74,0	97,4	55,5	70,6
1991	66,1	90,5	46,7	67,6
1992	62,1	81,0	46,1	100,0
1993	62,8	82,4	46,5	91,2

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboração própria.

Quadro A.6.22. Evolução da população ocupada no sector agrário por situações profissionais (cifras dos Censos de população). Galiza 1981-1991 (*).

	Número de ocupados		Variação 1981-1991 (em %)	Distribuição em %	
	1981	1991		1981	1991
-Empresários	173543	132184	-23,8%	54,9%	72,5%
-Ajudas familiares	124137	34712	-72,0%	39,2%	19,0%
-Assalariados	16422	13401	-18,4%	5,2%	7,3%
-Outra situação	2213	2139	-3,3%	0,7%	1,2%
TOTAL	316315	182436	-42,3%	100,0%	100,0%

(*) Estes dados refiram-se à população ocupada de ambos sexos no sector agrário (sem estar incluída a pesca).

Fonte: INE, Censo de población 1981.
IGE, Censo de poboación e vivendas 1991. Datos de poboación.
Elaboração própria.

Quadro A.6.23. Evoluçom da populaçom activa no sector agricultura e pesca por provincias. 1976-1992

A. CIFRAS ABSOLUTAS (miles de persoas)

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
1976	144,9	135,2	132,9	165,3
1977	130,4	139,0	125,6	157,4
1978	121,4	134,9	124,4	160,6
1979	112,7	129,3	110,9	142,4
1980	88,8	115,7	100,6	144,0
1981	84,1	102,7	105,9	140,5
1982	117,6	113,2	93,1	133,2
1983	146,9	113,5	95,9	128,9
1984	128,6	108,9	102,4	125,4
1985	148,1	101,8	90,6	122,3
1986	136,1	90,6	79,3	110,9
1987	127,1	99,6	80,3	111,2
1988	116,7	98,0	92,3	104,6
1989	98,8	94,8	99,3	88,0
1990	94,3	73,3	87,1	78,4
1991	94,1	59,2	59,3	81,9
1992	86,8	68,4	57,6	80,6

B. INDICES (Base 100 em 1976)

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
1976	100,0	100,0	100,0	100,0
1977	90,0	102,8	94,5	95,2
1978	83,8	99,8	93,6	97,2
1979	77,8	95,6	83,4	86,1
1980	61,3	85,6	75,7	87,1
1981	58,0	76,0	79,7	85,0
1982	81,2	83,7	70,1	80,6
1983	101,4	83,9	72,2	78,0
1984	88,8	80,5	77,1	75,9
1985	102,2	75,3	68,2	74,0
1986	93,9	67,0	59,7	67,1
1987	87,7	73,7	60,4	67,3
1988	80,5	72,5	69,5	63,3
1989	68,2	70,1	74,7	53,2
1990	65,1	54,2	65,5	47,4
1991	64,9	43,8	44,6	49,5
1992	59,9	50,6	43,3	48,8

Fonte: INE, EPA, IV trimestre de cada ano; e elaboraçom própria.

ANEXO ESTATISTICO AO CAPITULO VII.

Quadro A.7.1. Número de explorações e superfície censada por classes de tamanho. Dados por províncias 1962.

Tamanho (sup. total)	A CORUNHA		LUGO	
	No. de explorações	Superfície (hes)	No. de explorações	Superfície (hes)
< 1 he.	44880	17352	16985	6876
1-5	51711	129277	35440	99268
5-10	19319	134987	21553	152297
10-20	9183	123418	13382	183883
20-50	2046	56600	3664	99167
50-100	178	10904	174	11674
TOTAL EXPLORAÇÕES AGRARIAS (1)	127317	472538	91198	553165
MONTES COMUNS (1)	128	106778	160	280841
TOTAL CENSADO (2)	127445	579316	91358	834006

Tamanho (sup. total)	OURENSE		PONTEVEDRA	
	No. de explorações	Superfície (hes)	No. de explorações	Superfície (hes)
< 1 he.	27255	14086	57170	24131
1-5	53669	130953	44137	93328
5-10	10261	70581	5416	37168
10-20	2175	29177	1201	15657
20-50	367	9900	206	5523
50-100	128	8289	20	1242
TOTAL EXPLORAÇÕES AGRARIAS (1)	93855	262986	108150	177049
MONTES COMUNS (1)	329	398268	155	172373
TOTAL CENSADO (2)	94184	661254	108305	349422

(1) Identificamos com montes comuns as explorações censadas de superfície igual ou superior a 100 hes.. As explorações agrárias ("propriamente ditas") incluem as de dimensão inferior à citada.

(2) Refere-se às explorações com terras de superfície total igual ou superior a 0,1 hes.

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962.
Elaboração própria.

Quadro A.7.2. Número de proprietários de terra por classes de tamanho da propriedade a 31-12-1959, segundo a estatística do "Catastro de rústica".

A. Dados correspondentes à superfície catastrada nesta data.

Tamanho da propriedade (hes.)	NUMERO DE PROPRIETARIOS				
	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra	Galiza
< 0,5 hes.	201194	58275	166412	104560	530441
0,5-1 he.	46032	37941	32439	31372	147784
1-5	76386	66757	53754	28556	225453
5-10	18039	25479	6186	3930	53634
10-50	14935	15832	1322	2167	34256
50-100	608	233	141	96	1078
100-250	186	45	30	23	284
250-500	59	23	23	7	112
500-1000	8	28	24	5	65
1000-5000	8	27	33	15	83
>= 5000 hes.	---	11	7	1	19
TOTAL	357455	204651	260371	170732	993209

B. Cifras estimadas para o total do território de cada província.

Tamanho da propriedade (hes.)	NUMERO DE PROPRIETARIOS				
	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra	Galiza
< 0,5 hes.	201194	58275	204421	189965	653854
0,5-1 he.	46032	37941	39848	56997	180818
1-5	76386	66757	66031	51881	261055
5-10	18039	25479	7599	7140	58257
10-50	14935	15832	1624	3937	36328
50-100	608	233	173	174	1189
100-250	186	45	37	51	319
250-500	59	23	28	23	133
500-1000	8	28	29	18	83
1000-5000	8	27	41	36	112
>= 5000 hes.	---	11	9	3	23
TOTAL	357455	204651	319840	310224	1192170

Fonte:

A: GARCIA-BADELL Y ABADIA, Gabriel, "La distribución de la propiedad agrícola de España en las diferentes categorías de fincas.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 30, janeiro-março 1960, Estado" no. 3

B: Cálculo próprio a partir das cifras anteriores, seguindo o procedimento que explicamos no "Anexo metodológico no. 2 ao capítulo VII".

Quadro A.7.3. Superfície ocupada pelas propriedades de cada classe de tamanho a 31-12-1959. Cifras estimadas.

Tamanho da propriedade (hes.)	SUP. OCUPADA POLAS PROPRIEDADES DE CADA TAMANHO (hes.)				
	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra	Galiza
< 0,5 hes.	40239	11655	40884	37993	130771
0,5-1 he.	32222	26559	27894	39898	126572
1-5	152772	133514	132063	103761	522110
5-10	126273	178353	53192	49980	407798
10-50	268830	284976	29231	70866	653903
50-100	42560	16310	12124	12209	83203
100-250	28830	6975	5712	7905	49422
250-500	20060	7820	9606	7820	45306
500-1000	5600	19600	20637	12600	58437
1000-5000	28804	81000	121612	62494	293910
>= 5000 hes.	---	178305	239939	19500	437744
TOTAL	746190	945067	692894	425026	2809177

Fonte: Cálculo próprio, seguindo o procedimento que explicamos no "Anexo metodológico no. 2 ao capítulo VII".

Quadro A.7.4. Superfície total, número de proprietários de terras, e superfície média por proprietário. Dados para as 4 províncias galegas 1950

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Superfície (miles de hes.)				
-Cultivada em regadio...	41,1	14,1	42,6	39,6
-Cultivada em secano....	145,4	205,6	140,4	69,7
-Montes e pastos.....	551,6	668,2	423,5	316,0
-"Otras superficies"....	52,2	100,2	91,4	13,8
-Total	790,3	988,1	697,9	439,1
-Número de proprietários (miles).....	302,9	157,7	182,9	212,8
-Superfície média por proprietário (hes.)....	2,61	6,27	3,82	2,06

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA, Estadística de propietarios de fincas rústicas de España. Cuaderno cuarto: Resúmenes globales y generales rectificadas de las 50 provincias., INE, Madrid, 1951.
Elaboração própria.

Quadro A.7.5. Superfície de cultivo em regadio; número de proprietários e superfície por categorias de tamanho da propriedade.
Dados para as 4 províncias galegas 1950

-CIFRAS ABSOLUTAS.

I. NUMERO DE PROPRIETARIOS DE TERRAS CULTIVADAS EM REGADIO.

Tamanho (1)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 1 he.	57980	44237	82346	134205
1-2 hes	3526	2126	3718	3629
2-5 hes.	1324	669	1320	807
>= 5 hes.	17	13	89	8
TOTAL	62847	47045	87473	138649

II. SUPERFICIES DE CULTIVO EM REGADIO POR CLASSES DE TAMANHO.

Tamanho (1)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 1 he.	30121	9319	32770	32038
1-2 hes	6750	2968	5300	5060
2-5 hes.	4033	1798	3647	2388
>= 5 hes.	200	99	970	92
TOTAL	41104	14184	42687	39578

-PERCENTAGENS.

I. NUMERO DE PROPRIETARIOS DE TERRAS CULTIVADAS EM REGADIO.

Tamanho (1)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 1 he.	92,3%	94,0%	94,1%	96,8%
1-2 hes	5,6%	4,5%	4,3%	2,6%
2-5 hes.	2,1%	1,4%	1,5%	0,6%
>= 5 hes.	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

II. SUPERFICIES DE CULTIVO EM REGADIO POR CLASSES DE TAMANHO.

Tamanho (1)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 1 he.	73,3%	65,7%	76,8%	80,9%
1-2 hes	16,4%	20,9%	12,4%	12,8%
2-5 hes.	9,8%	12,7%	8,5%	6,0%
>= 5 hes.	0,5%	0,7%	2,3%	0,2%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(1) Refire-se à superfície de cultivo em regadio que possui cada proprietário.

Fonte: ver quadro anterior.

Quadro A.7.6. Superfície de cultivo em secano; número de proprietários e superfície por categorias de tamanho da propriedade. Dados para as 4 províncias galegas 1950.

-CIFRAS ABSOLUTAS.

I. NUMERO DE PROPRIETARIOS DE TERRAS CULTIVADAS EM SECANO.

Tamanho (1)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 1 he.	136198	84177	135217	167781
1-2 hes	30480	42234	13730	7855
2-5 hes.	15427	25240	8492	3373
5-10 hes.	522	1239	868	69
>= 10 hes.	124	384	289	12
TOTAL	182751	153274	158596	179090

II. SUPERFICIES DE CULTIVO EM SECANO POR CLASSES DE TAMANHO DA PROPRIEDADE.

Tamanho (1)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 1 he.	66901	48909	85598	47570
1-2 hes	34157	65032	20354	10742
2-5 hes.	38241	76575	23999	10572
5-10 hes.	3632	8683	5497	553
>= 10 hes.	2470	6417	4929	246
TOTAL	145401	205616	140377	69683

Quadro A.7.6 (continuação)

-PERCENTAGENS.

I. NUMERO DE PROPRIETARIOS DE TERRAS CULTIVADAS EM SECANO.

Tamanho (1)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 1 he.	74,5%	54,9%	85,3%	93,7%
1-2 hes	16,7%	27,6%	8,7%	4,4%
2-5 hes.	8,4%	16,5%	5,4%	1,9%
5-10 hes.	0,3%	0,8%	0,5%	0,0%
>= 10 hes.	0,1%	0,3%	0,2%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

II. SUPERFICIES DE CULTIVO EM SECANO POR CLASSES DE TAMANHO DA PROPRIEDADE.

Tamanho (1)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 1 he.	46,0%	23,8%	61,0%	68,3%
1-2 hes	23,5%	31,6%	14,5%	15,4%
2-5 hes.	26,3%	37,2%	17,1%	15,2%
5-10 hes.	2,5%	4,2%	3,9%	0,8%
>= 10 hes.	1,7%	3,1%	3,5%	0,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(1) Refire-se à superfície de cultivo em secano que possui cada proprietário.

Fonte: ver quadro A.7.4.

Quadro A.7.7. Superfície de montes e pastos; número de proprietários e superfície por categorias de tamanho da propriedade. Dados para as 4 províncias galegas 1950

-CIFRAS ABSOLUTAS.

I. NUMERO DE PROPRIETARIOS DE SUPERFICIES DE MONTES E PASTOS.

Tamanho (1)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 2 hes.	182109	89807	126312	157022
2-5 hes.	34714	40693	11038	17778
5-10 hes.	7420	6014	1595	2493
10-50 hes.	2529	2429	229	897
>= 50 hes.	2403	165	36	13
TOTAL	229175	139108	139210	178203

II. SUPERFICIES DE MONTES E PASTOS POR CLASSES DE TAMANHO DA PROPRIEDADE.

Tamanho (1)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 2 hes.	169903	93982	110087	91262
2-5 hes.	138471	129945	33837	59621
5-10 hes.	50185	44202	13191	22342
10-50 hes.	42472	42787	4522	17279
>= 50 hes.	150591	357264	261888	125439
TOTAL	551622	668180	423525	315943

-PERCENTAGENS.

I. NUMERO DE PROPRIETARIOS DE SUPERFICIES DE MONTES E PASTOS.

Tamanho (1)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 2 hes.	79,5%	64,6%	90,7%	88,1%
2-5 hes.	15,1%	29,3%	7,9%	10,0%
5-10 hes.	3,2%	4,3%	1,1%	1,4%
10-50 hes.	1,1%	1,7%	0,2%	0,5%
>= 50 hes.	1,0%	0,1%	0,0%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

II. SUPERFICIES DE MONTES E PASTOS POR CLASSES DE TAMANHO DA PROPRIEDADE.

Tamanho (1)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 2 hes.	30,8%	14,1%	26,0%	28,9%
2-5 hes.	25,1%	19,4%	8,0%	18,9%
5-10 hes.	9,1%	6,6%	3,1%	7,1%
10-50 hes.	7,7%	6,4%	1,1%	5,5%
>= 50 hes.	27,3%	53,5%	61,8%	39,7%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(1) Refire-se à superfície de montes e pastos que possui cada proprietário.

Fonte: ver quadro A.7.4.

Quadro A.7.8. Empresários agrários classificados segundo o régime de tenéncia das terras da sua exploraçom. Galiza 1950 (dados recopilados polo "Instituto de Estudios Agro-Sociales")

A. CIFRAS ABSOLUTAS (número de titulares de exploraçom)

	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA	GALIZA
-Proprietários cultivad. directos	45900	73450	58400	76400	254150
-Arrendatários					
-Protegidos	91800	6050	5500	12050	115400
-Nom protegidos	---	---	---	200	200
-Total arrendat.	91800	6050	5500	12250	115600
-Aparceiros	15300	6900	15400	7750	45350
TOTAL	153000	86400	79300	96400	415100

B. PERCENTAGENS

	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA	GALIZA
-Proprietários cultivad. directos	30,0%	85,0%	73,6%	79,3%	61,2%
-Arrendatários					
-Protegidos	60,0%	7,0%	6,9%	12,5%	27,8%
-Nom protegidos	---	---	---	0,2%	0,0%
-Total arrendat.	60,0%	7,0%	6,9%	12,7%	27,8%
-Aparceiros	10,0%	8,0%	19,4%	8,0%	10,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: GARCIA DE OTEYZA, Luis, "Los regimenes de explotación del suelo nacional.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 1, outubro-dezembro 1952, pp. 46-64, pag. 63

Quadro A.7.9. Número de empresários agrários classificados segundo o régime de tenéncia das terras da sua exploraçom.
Dados oferecidos polo "Censo de poblaci3n" de 1950

A. CIFRAS ABSOLUTAS (número de titulares de exploraçom)

Régime de tenéncia das terras	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA	GALIZA
-Próprias	71818	71461	93533	65465	302277
-Arrendadas	21044	8681	153	1336	31214
-Em aparçaria	2386	1010	235	2029	5660
-Próprias e arrend.	5392	2374	41	551	8358
-Próprias e em aparç.	153	29	---	1204	1386
-Nom consta	919	347	570	693	2529
TOTAL	101712	83902	94532	71278	351424

B. PERCENTAGENS

	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA	GALIZA
-Próprias	70,6%	85,2%	98,9%	91,8%	86,0%
-Arrendadas	20,7%	10,3%	0,2%	1,9%	8,9%
-Em aparçaria	2,3%	1,2%	0,2%	2,8%	1,6%
-Próprias e arrend.	5,3%	2,8%	0,0%	0,8%	2,4%
-Próprias e em aparç.	0,2%	0,0%	0,0%	1,7%	0,4%
-Nom consta	0,9%	0,4%	0,6%	1,0%	0,7%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE, Censo de poblaci3n 1950; e elaboraçom própria.

Quadro A.7.10. Número de empresários agrários classificados segundo o regime de tenência das terras da sua exploração.
Dados oferecidos pola "Encuesta agropecuaria" de 1953

A. CIFRAS ABSOLUTAS (número de titulares de exploração)

	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA	GALIZA
-Proprietários					
cultivadores directos	95484	14170	65895	104123	279672
-Arrendatários	39271	17532	6872	15971	79646
-Aparceiros	10327	4631	3737	11532	30227
TOTAL	145082	36333	76504	131626	389545

B. PERCENTAGENS

	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA	GALIZA
-Proprietários					
cultivadores directos	65,8%	39,0%	86,1%	79,1%	71,8%
-Arrendatários	27,1%	48,3%	9,0%	12,1%	20,4%
-Aparceiros	7,1%	12,7%	4,9%	8,8%	7,8%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: JUNTA NACIONAL DE HERMANDADES / SERVICIO SINDICAL DE ESTADISTICA,
Encuesta agropecuaria de 1953
(Cifras publicadas na Revista Sindical de Estadística, no. 34)

Quadro A.7.11. Número de empresários agrários classificados segundo o regime de tenência das terras da sua exploração.
Dados oferecidos pola "Encuesta agropecuaria" de 1956

A. CIFRAS ABSOLUTAS (número de titulares de exploração)

	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA	GALIZA
-Proprietários					
cultivadores directos	120196	55923	116277	112882	405278
-Arrendatários	62525	17132	19609	13207	112473
-Aparceiros	18558	5739	5460	12862	42619
TOTAL	201279	78794	141346	138951	560370

B. PERCENTAGENS

	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA	GALIZA
-Proprietários					
cultivadores directos	59,7%	71,0%	82,3%	81,2%	72,3%
-Arrendatários	31,1%	21,7%	13,9%	9,5%	20,1%
-Aparceiros	9,2%	7,3%	3,9%	9,3%	7,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: JUNTA NACIONAL DE HERMANDADES / SERVICIO SINDICAL DE ESTADISTICA,
Encuesta agropecuaria de 1956
(Cifras publicadas na Revista Sindical de Estadística, no. 53)

Quadro A.7.12. Distribuição da superfície cultivada por regimes de tenência. Galiza 1950
(dados recopilados polo "Instituto de Estudios Agro-Sociales")

A. CIFRAS ABSOLUTAS (hes.)

	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA	GALIZA
-Tenência directa	47450	167950	100250	91750	407400
-Arrendamento					
-Protegido	94900	13850	6600	14400	129750
-Nom protegido	---	---	---	2100	2100
-Total arrendamento	94900	13850	6600	16500	131850
-Aparçaria	15800	15800	19250	15500	66350
TOTAL	158150	197600	126100	123750	605600

B. PERCENTAGENS

	A CORUNHA	LUGO	OURENSE	PONTEVEDRA	GALIZA
-Tenência directa	30,0%	85,0%	79,5%	74,1%	67,3%
-Arrendamento					
-Protegido	60,0%	7,0%	5,2%	11,6%	21,4%
-Nom protegido	---	---	---	1,7%	0,3%
-Total arrendamento	60,0%	7,0%	5,2%	13,3%	21,8%
-Aparçaria	10,0%	8,0%	15,3%	12,5%	11,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: GARCIA DE OTEYZA, Luis, "Los regímenes de explotación del suelo nacional.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 1, outubro-dezembro 1952, pp. 46-64, pag. 62

Quadro A.7.13. Distribuição por regimes de tenência da superfície nas explorações das diferentes classes de tamanho.
Dados para as 4 províncias galegas 1962

Tamanho das explorações (Sup.Total)	Distribuição em %				
	Superfície Total (hes.)	Tenência directa	Arrendamento	Aparçaria	Outros regimes
< 1 he.	17352	66,8%	26,3%	3,8%	3,1%
1-5 hes.	129277	72,8%	19,0%	5,2%	3,0%
5-10 hes.	134987	74,3%	15,1%	7,4%	3,2%
10-20 hes.	123418	77,6%	11,4%	8,4%	2,6%
20-50 hes.	56600	81,8%	9,5%	4,8%	3,8%
50-100 hes.	10904	84,0%	10,5%	1,2%	4,3%
TOTAL EXPLORAÇÕES AGRARIAS	472538	357266	70026	30660	14586
	100,0%	75,6%	14,8%	6,5%	3,1%
MONTES COMUNS (Explor. >=100 hes.)	106778	42460	113	200	64005
	100,0%	39,8%	0,1%	0,2%	59,9%
TOTAL CENSADO	579316	399726	70139	30860	78591
	100,0%	69,0%	12,2%	5,3%	13,5%

Tamanho das explorações (Sup.Total)	Distribuição em %				
	Superfície Total (hes.)	Tenência directa	Arrendamento	Aparçaria	Outros regimes
< 1 he.	6876	71,6%	22,7%	1,0%	4,7%
1-5 hes.	99268	79,5%	12,7%	2,4%	5,4%
5-10 hes.	152297	82,3%	9,4%	3,5%	4,8%
10-20 hes.	183883	84,5%	7,2%	4,7%	3,6%
20-50 hes.	99167	85,8%	6,6%	5,2%	2,5%
50-100 hes.	11674	78,3%	7,8%	7,7%	6,2%
TOTAL EXPLORAÇÕES AGRARIAS	553165	458572	49161	22528	22904
	100,0%	82,9%	8,9%	4,1%	4,1%
MONTES COMUNS (Explor. >=100 hes.)	280841	134658	808	8744	136631
	100,0%	47,9%	0,3%	3,1%	48,7%
TOTAL CENSADO	834006	593230	49969	31272	159535
	100,0%	71,2%	6,0%	3,7%	19,1%

Quadro A.7.13 (continuaçom)

OURENSE		Distribuiçom em %				
Tamanho das exploraçoms (Sup.Total)	Superfície	Tenência directa	Arrenda- mento	Aparçaria	Outros regimes	
	Total (hes.)					
< 1 he.	14086	91,2%	2,7%	2,8%	3,2%	
1-5 hes.	130953	90,0%	3,4%	3,1%	3,5%	
5-10 hes.	70581	89,3%	4,6%	3,9%	2,2%	
10-20 hes.	29177	86,1%	4,2%	5,7%	4,0%	
20-50 hes.	9900	79,8%	2,7%	7,4%	10,1%	
50-100 hes.	8287	81,5%	4,0%	1,8%	12,8%	
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	262995 100,0%	233536 88,8%	9924 3,8%	9688 3,7%	9847 3,7%	
MONTES COMUNS (Explor. >=100 hes.)	398268 100,0%	242433 60,9%	1895 0,5%	2310 0,6%	151630 38,1%	
TOTAL CENSADO	661263 100,0%	475969 72,0%	11819 1,8%	11998 1,8%	161477 24,4%	

PONTEVEDRA		Distribuiçom em %				
Tamanho das exploraçoms (Sup.Total)	Superfície	Tenência directa	Arrenda- mento	Aparçaria	Outros regimes	
	Total (hes.)					
< 1 he.	24131	87,0%	4,4%	6,6%	2,1%	
1-5 hes.	93328	89,0%	3,0%	4,9%	3,1%	
5-10 hes.	37168	89,7%	1,8%	5,0%	3,5%	
10-20 hes.	15657	86,1%	1,9%	7,7%	4,3%	
20-50 hes.	5523	83,5%	0,5%	10,7%	5,4%	
50-100 hes.	1242	89,2%	---	10,4%	0,4%	
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	177049 100,0%	156641 88,5%	4868 2,7%	9905 5,6%	5635 3,2%	
MONTES COMUNS (Explor. >=100 hes.)	172373 100,0%	141252 81,9%	117 0,1%	755 0,4%	30249 17,5%	
TOTAL CENSADO	349422 100,0%	297893 85,3%	4985 1,4%	10660 3,1%	35884 10,2%	

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962. Elaboraçom própria.

Quadro A.7.14. Número e superfície total das explorações por classes de tamanho. Dados por províncias 1962, 1972, 1982 e 1989.

I. A CORUNHA

Tamanho (sup. total)	NUMERO DE EXPLORAÇONS			
	1962	1972	1982	1989
< 1 he.	44880	32059	33082	35683
1-5	51711	49104	42809	41312
5-10	19319	20053	15963	15176
10-20	9183	10619	9378	8941
20-50	2046	2391	2906	2703
50-100	178	219	264	248
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS (1)	127317	114445	104402	104063
MONTES COMUNS (1)	128	274	258	252
TOTAL CENSADO (2)	127445	114719	104660	104315

Tamanho (sup. total)	SUPERFICIE TOTAL (hes)			
	1962	1972	1982	1989
< 1 he.	17352	14323	14191	15682
1-5	129277	122618	104236	101072
5-10	134987	141171	112167	107103
10-20	123418	142516	127875	122303
20-50	56600	64159	79353	73609
50-100	10904	14857	17408	16347
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS (1)	472538	499644	455230	436116
MONTES COMUNS (1)	106778	100930	91934	101864
TOTAL CENSADO (2)	579316	600574	547164	537980

Quadro A.7.14. (continuaçom)

II. LUGO

Tamanho (sup. total)	NUMERO DE EXPLORAÇONS			
	1962	1972	1982	1989
< 1 he.	16985	9280	13489	12984
1-5	35440	33793	29597	27649
5-10	21553	21352	17135	15415
10-20	13382	13372	11520	12357
20-50	3664	3695	4223	4662
50-100	174	192	493	638
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS (1)	91198	81684	76457	73705
MONTES COMUNS (1)	160	193	548	822
TOTAL CENSADO (2)	91358	81877	77005	74527

Tamanho (sup. total)	SUPERFICIE TOTAL (hes)			
	1962	1972	1982	1989
< 1 he.	6876	4418	5955	5969
1-5	99268	92840	78553	72887
5-10	152297	150223	120463	109110
10-20	183883	181632	157346	169940
20-50	99167	98734	115629	126821
50-100	11674	12239	32009	43314
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS (1)	553165	540086	509955	528041
MONTES COMUNS (1)	280841	303709	247860	252704
TOTAL CENSADO (2)	834006	843795	757815	780745

Quadro A.7.14. (continuaçom)

III. OURENSE

Tamanho (sup. total)	NUMERO DE EXPLORAÇONS			
	1962	1972	1982	1989
< 1 he.	27255	16747	20066	27456
1-5	53669	50453	44884	44241
5-10	10261	11363	11918	10120
10-20	2175	3618	3310	2909
20-50	367	866	558	601
50-100	128	70	149	162
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS (1)	93855	83117	80885	85489
MONTES COMUNS (1)	329	211	622	602
TOTAL CENSADO (2)	94184	83328	81507	86091

Tamanho (sup. total)	SUPERFICIE TOTAL (hes)			
	1962	1972	1982	1989
< 1 he.	14086	9245	9768	13482
1-5	130953	122495	106509	103726
5-10	70581	75658	78185	66848
10-20	29177	47431	41953	37836
20-50	9900	22288	15309	16809
50-100	8289	4799	10437	11204
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS (1)	262986	281916	262161	249905
MONTES COMUNS (1)	398268	353729	330988	327865
TOTAL CENSADO (2)	661254	635645	593149	577770

Quadro A.7.14. (continuaçom)

IV. PONTEVEDRA

Tamanho (sup. total)	NUMERO DE EXPLORAÇONS			
	1962	1972	1982	1989
< 1 he.	57170	50974	54934	56948
1-5	44137	45548	34152	29480
5-10	5416	6418	4607	4444
10-20	1201	2383	2510	2045
20-50	206	402	564	544
50-100	20	33	132	156
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS (1)	108150	105758	96899	93617
MONTES COMUNS (1)	155	150	365	336
TOTAL CENSADO (2)	108305	105908	97264	93953

Tamanho (sup. total)	SUPERFICIE TOTAL (hes)			
	1962	1972	1982	1989
< 1 he.	24131	23006	22569	23871
1-5	93328	96852	70093	60971
5-10	37168	43995	31486	30703
10-20	15657	31611	32997	27355
20-50	5523	10964	16138	15697
50-100	1242	2118	9371	10798
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS (1)	177049	208546	182654	169395
MONTES COMUNS (1)	172373	168032	161162	151247
TOTAL CENSADO (2)	349422	376578	343816	320642

(1) Identificamos com montes comuns as exploraçoms censadas de superfície igual ou superior a 100 hes.. As exploraçoms agrárias ("propriamente ditas") incluem as de dimensom inferior à citada.

(2) Refire-se às exploraçoms com terras, excluídas aquelas que temem umha superfície total inferior a 0,1 hes (que em 1962 eram censadas).

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972, 1982 e 1989.
Elaboraçom própria.

Quadro A.7.15. Distribuição da superfície total das explorações por modos de tenência; evolução 1962-1989. Galiza

A. DADOS REFERIDOS AO TOTAL DE EXPLORAÇÕES CENSADAS.

	Superfície total (hes)			
	1962	1972	1982	1989
-Propriedade	1766818	1690168	1896071	1797547
-Arrendamento	136912	124765	91857	74600
-Aparçaria	84790	31276	12513	10243
-Regime comunal	---	185725	19369	---
-Outros regimes	435487	424677	222158	334753
SUPERFICIE TOTAL	2424007	2456611	2241968	2217143

B. DADOS REFERIDOS AOS MONTES COMUNS (EXPLORAÇÕES CENSADAS DE SUPERFICIE MAIOR A 100 HES).

	Superfície total (hes)			
	1962	1972	1982	1989
-Propriedade	560803	354445	629403	561531
-Arrendamento	2933	5527	1714	2337
-Aparçaria	12009	905	468	731
-Regime comunal	---	173998	4761	---
-Outros regimes	382515	391530	195585	269084
SUPERFICIE TOTAL	958260	926405	831931	833683

C. DADOS REFERIDOS ÀS "EXPLORAÇÕES INDIVIDUAIS" (EXPLORAÇÕES CENSADAS MENORES DE 100 HES).

	Superfície total (hes)			
	1962	1972	1982	1989
-Propriedade	1206015	1335723	1266668	1236016
-Arrendamento	133979	119238	90143	72263
-Aparçaria	72781	30371	12045	9512
-Regime comunal	---	11727	14608	---
-Outros regimes	52972	33147	26573	65669
SUPERFICIE TOTAL	1465747	1530206	1410037	1383460

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1972, 1982 e 1989.
Elaboração própria.

ANEXO ESTATISTICO AO CAPITULO VIII.

Quadro A.8.1. Evolução dos aproveitamentos da terra no período
1962-89. Província de A Corunha.

A. TOTAL SUPERFICIE CENSADA.

	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	129309	78558	22,3%	14,6%
b. Prados e pradeiras perm.	32299	94444	5,6%	17,6%
TOTAL SAU (a+b)	161608	173002	27,9%	32,2%
c. Monte baixo	233574	142691	40,3%	26,5%
d. Monte arborado	176218	208133	30,4%	38,7%
e. Terras improdutivas	7916	14159	1,4%	2,6%
SUPERFICIE TOTAL	579316	537985	100,0%	100,0%

B. "MONTES COMUNS" (1)

	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	169	1408	0,2%	1,4%
b. Prados e pradeiras perm.	1029	3885	1,0%	3,8%
TOTAL SAU (a+b)	1198	5293	1,1%	5,2%
c. Monte baixo	51992	28685	48,7%	28,2%
d. Monte arborado	49341	66711	46,2%	65,5%
e. Terras improdutivas	4247	1175	4,0%	1,2%
SUPERFICIE TOTAL	106778	101864	100,0%	100,0%

C. EXPLORAÇÕES INDIVIDUAIS (1)

	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	129140	77150	27,3%	17,7%
b. Prados e pradeiras perm.	31270	90559	6,6%	20,8%
TOTAL SAU (a+b)	160410	167709	33,9%	38,5%
c. Monte baixo	181582	114006	38,4%	26,1%
d. Monte arborado	126877	141422	26,9%	32,4%
e. Terras improdutivas	3669	12984	0,8%	3,0%
SUPERFICIE TOTAL	472538	436121	100,0%	100,0%

(1) "Montes comuns": explorações censadas com superfície \geq 100 hes.
"Explorações individuais": explorações com superfície $<$ 100 hes.

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989.
Elaboração própria.

Quadro A.8.2. Evolução dos aproveitamentos da terra no período
1962-89. Província de Lugo.

A. TOTAL SUPERFICIE CENSADA.

	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	163164	72041	19,6%	9,2%
b. Prados e pradeiras perm.	69490	149866	8,3%	19,2%
TOTAL SAU (a+b)	232654	221907	27,9%	28,4%
c. Monte baixo	400200	314400	48,0%	40,3%
d. Monte arborado	167167	219020	20,0%	28,1%
e. Terras improdutivas	33985	25416	4,1%	3,3%
SUPERFICIE TOTAL	834006	780743	100,0%	100,0%

B. "MONTES COMUNS" (1)

	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	3941	992	1,4%	0,4%
b. Prados e pradeiras perm.	1148	4769	0,4%	1,9%
TOTAL SAU (a+b)	5089	5761	1,8%	2,3%
c. Monte baixo	158866	111528	56,6%	44,1%
d. Monte arborado	90907	130403	32,4%	51,6%
e. Terras improdutivas	25979	5015	9,3%	2,0%
SUPERFICIE TOTAL	280841	252707	100,0%	100,0%

C. EXPLORAÇÕES INDIVIDUAIS (1)

	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	159223	71049	28,8%	13,5%
b. Prados e pradeiras perm.	68342	145097	12,4%	27,5%
TOTAL SAU (a+b)	227565	216146	41,1%	40,9%
c. Monte baixo	241334	202872	43,6%	38,4%
d. Monte arborado	76260	88617	13,8%	16,8%
e. Terras improdutivas	8006	20401	1,4%	3,9%
SUPERFICIE TOTAL	553165	528036	100,0%	100,0%

(1) "Montes comuns": explorações censadas com superfície \geq 100 hes.

"Explorações individuais": explorações com superfície $<$ 100 hes.

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989.
Elaboração própria.

Quadro A.8.3. Evoluçom dos aproveitamentos da terra no período
1962-89. Província de Ourense.

A. TOTAL SUPERFICIE CENSADA.

	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	113533	60896	17,2%	10,5%
b. Prados e pradeiras perm.	37306	42497	5,6%	7,4%
TOTAL SAU (a+b)	150839	103393	22,8%	17,9%
c. Monte baixo	325589	267031	49,2%	46,2%
d. Monte arvorado	147198	156059	22,3%	27,0%
e. Terras improdutivas	37637	51289	5,7%	8,9%
SUPERFICIE TOTAL	661263	577772	100,0%	100,0%

B. "MONTES COMUNS" (1)

	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	699	615	0,2%	0,2%
b. Prados e pradeiras perm.	664	2056	0,2%	0,6%
TOTAL SAU (a+b)	1363	2671	0,3%	0,8%
c. Monte baixo	250790	191344	63,0%	58,4%
d. Monte arvorado	111482	116459	28,0%	35,5%
e. Terras improdutivas	34633	17392	8,7%	5,3%
SUPERFICIE TOTAL	398268	327866	100,0%	100,0%

C. EXPLORAÇONS INDIVIDUAIS (1)

	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	112834	60281	42,9%	24,1%
b. Prados e pradeiras perm.	36642	40441	13,9%	16,2%
TOTAL SAU (a+b)	149476	100722	56,8%	40,3%
c. Monte baixo	74799	75687	28,4%	30,3%
d. Monte arvorado	35716	39600	13,6%	15,8%
e. Terras improdutivas	3004	33897	1,1%	13,6%
SUPERFICIE TOTAL	262995	249906	100,0%	100,0%

(1) "Montes comuns": exploraçoms censadas com superfície \geq 100 hes.
"Exploraçoms individuais": exploraçoms com superfície $<$ 100 hes.

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989.
Elaboraçom própria.

Quadro A.8.4. Evolução dos aproveitamentos da terra no período
1962-89. Província de Pontevedra.

A. TOTAL SUPERFICIE CENSADA.

	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	70493	34481	20,2%	10,8%
b. Prados e pradeiras perm.	13843	38079	4,0%	11,9%
TOTAL SAU (a+b)	84336	72560	24,1%	22,6%
c. Monte baixo	130036	124051	37,2%	38,7%
d. Monte arborado	126159	117651	36,1%	36,7%
e. Terras improdutivas	8891	6380	2,5%	2,0%
SUPERFICIE TOTAL	349422	320642	100,0%	100,0%

B. "MONTES COMUNS" (1)

	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	115	34	0,1%	0,0%
b. Prados e pradeiras perm.	37	199	0,0%	0,1%
TOTAL SAU (a+b)	152	233	0,1%	0,2%
c. Monte baixo	82770	72016	48,0%	47,6%
d. Monte arborado	82555	78275	47,9%	51,8%
e. Terras improdutivas	6896	722	4,0%	0,5%
SUPERFICIE TOTAL	172373	151246	100,0%	100,0%

C. EXPLORAÇÕES INDIVIDUAIS (1)

	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	70378	34447	39,8%	20,3%
b. Prados e pradeiras perm.	13806	37880	7,8%	22,4%
TOTAL SAU (a+b)	84184	72327	47,5%	42,7%
c. Monte baixo	47266	52035	26,7%	30,7%
d. Monte arborado	43604	39376	24,6%	23,2%
e. Terras improdutivas	1995	5658	1,1%	3,3%
SUPERFICIE TOTAL	177049	169396	100,0%	100,0%

(1) "Montes comuns": explorações censadas com superfície \geq 100 hes.
"Explorações individuais": explorações com superfície $<$ 100 hes.

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989.
Elaboração própria.

ANEXO ESTATISTICO AO CAPITULO XI.

Quadro A.11.1. Algumas características dos municípios incluídos neste estudo.

	MELIDE	MESIA	MONTEDEERRAMO
-Sup.total/ exploração (1982) (hes)	5,8	9,0	22,6
-SAU/ exploração (1982) (hes)	2,4	4,0	3,8
Utilização da terra (1982):			
-SAU/ Sup. total censada (%)	40,6%	44,3%	16,6%
-Sup. arborada/ Sup.total censada (%)	15,4%	17,6%	37,1%
Regimes de tenência (1982):			
-% da sup.total em arrendamento	15,4%	22,8%	4,4%
-% da sup.total em aparçaria	8,3%	3,5%	0,0%
-No. de UTA/ 100 hes de superfície total (1982)	20,5	16,3	4,6
Maquinária existente nas explor. (1982):			
-% de explor. que tenham tractor	12,7%	30,8%	19,8%
-% de explor. que tenham motocultor	17,2%	15,3%	40,3%
-% de titulares >= 55 anos (1982)	68,6%	60,9%	66,3%
-% de titulares com ocupação principal nom agrária (1982)	13,0%	12,6%	7,2%
-Densidade de população (1981) (no. de habitantes/ Km2)	76,3	40,4	12,9
-Variação no número de vivendas/Km2 1970-1991 (no. de vivendas)	16,9	2,0	-0,4
	S.SADURN.	VILALBA	GALIZA
-Sup.total/ exploração (1982) (hes)	4,6	7,7	6,2
-SAU/ exploração (1982) (hes)	2,0	2,8	1,9
Utilização da terra em 1982:			
-SAU/ Sup. total censada (%)	43,0%	37,2%	29,2%
-Sup. arborada/ Sup.total censada (%)	47,3%	10,4%	31,9%
Regimes de tenência (1982):			
-% da sup.total em arrendamento	8,9%	12,2%	4,1%
-% da sup.total em aparçaria	0,1%	0,4%	0,6%
-No. de UTA/ 100 hes de superfície total (1982)	21,0	19,5	15,2
Maquinária existente nas explor. (1982):			
-% de explor. que tenham tractor	12,7%	43,6%	17,3%
-% de explor. que tenham motocultor	7,8%	21,0%	12,6%
-% de titulares >= 55 anos (1982)	67,5%	60,8%	63,9%
-% de titulares com ocupação principal nom agrária (1982)	19,3%	8,0%	19,6%
-Densidade de população (1981) (no. de habitantes/ Km2)	43,8	43,3	93,6
-Variação no número de vivendas/Km2 1970-1991 (no. de vivendas)	2,1	4,0	13,0

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados oferecidos pelo censo agrário de 1982 e o censo de população de 1981, e outras cifras obtidas em capítulos anteriores.

Quadro A.11.2. Distribuição das explorações da amostra segundo a sua superfície total em 1978.
Dados por municípios.

Sup. total das explorações	Melide	Mesia	Montederramo	S.Sadurninho	Vilalba
< 1 he	2	4	0	4	1
1-5	15	11	2	26	13
5-10	10	14	10	8	20
10-20	14	14	16	8	9
20-50	3	5	15	0	2
>= 50 hes	1	0	3	1	0
TOTAL EXPLORAÇÕES	45	48	46	47	45
Superfície total/ exploração (hes)	10,4	9,9	21,3	6,5	7,7

Quadro A.11.3. Distribuição por aproveitamentos da superfície total das explorações em 1978.
Dados por municípios.

	Melide	Mesia	Montederramo	S.Sadurninho	Vilalba
-Lavradio	13,2%	20,0%	11,7%	16,0%	23,2%
-Pradeira sementada	4,3%	3,6%	0,5%	2,3%	4,5%
-Prados e pasteiros	19,9%	12,3%	40,3%	18,9%	21,5%
-Monte baixo	56,5%	60,7%	44,5%	37,1%	44,4%
-Monte arborado	6,2%	3,4%	3,0%	25,7%	6,4%
SAU	37,3%	35,9%	52,5%	37,2%	49,2%
MONTE	62,7%	64,1%	47,5%	62,8%	50,8%
SUP. TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

SAU/ exploração (hes)

Quadro A.11.4. Regimes de tenência da terra nas explorações da amostra em 1978. Dados por municípios.

Regime de tenência	Melide	Mesia	Montederramo	S.Sadurninho	Vilalba
-Propriedade	62,7%	41,6%	96,1%	89,9%	90,6%
-Arrendamento	1,2%	56,7%	3,9%	10,1%	9,4%
-Aparçaria	36,1%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quadro A.11.5. Variações no número e a superfície das explorações por grupos de tamanho. Dados para os 5 municípios da amostra.

MELIDE

Tamanho (sup. total)	Número de explorações			Superfície total		
	1978	1989	Variaçom em %	1978 (hes)	1989 (hes)	Variaçom em %
< 1 he	2	2	0,0%	1,5	1,3	-16,0%
1-5	15	12	-20,0%	43,3	34,3	-20,8%
5-10	10	8	-20,0%	77,7	66,0	-15,1%
10-20	14	13	-7,1%	198,0	195,2	-1,4%
20-50	3	2	-33,3%	75,2	43,8	-41,8%
>= 50 hes	1	0	-100,0%	70,2	0,0	-100,0%
TOTAL	45	37	-17,8%	465,9	340,5	-26,9%
Superfície total/ exploraçom (hes)				10,4	9,2	-11,1%

MESIA

Tamanho (sup. total)	Número de explorações			Superfície total		
	1978	1989	Variaçom em %	1978 (hes)	1989 (hes)	Variaçom em %
< 1 he	4	5	25,0%	1,8	2,6	41,7%
1-5	11	11	0,0%	38,9	38,1	-2,1%
5-10	14	15	7,1%	106,9	116,7	9,2%
10-20	14	11	-21,4%	182,5	139,5	-23,6%
20-50	5	5	0,0%	142,8	126,2	-11,6%
>= 50 hes	0	0	--	0,0	0,0	--
TOTAL	48	47	-2,1%	472,9	423,2	-10,5%
Superfície total/ exploraçom (hes)				9,9	9,0	-8,6%

MONTEDERRAMO

Tamanho (sup. total)	Número de explorações			Superfície total		
	1978	1989	Variaçom em %	1978 (hes)	1989 (hes)	Variaçom em %
< 1 he	0	0	--	0,0	0,0	--
1-5	2	1	-50,0%	6,5	3,6	-44,4%
5-10	10	7	-30,0%	80,4	58,6	-27,1%
10-20	16	13	-18,8%	220,8	169,0	-23,5%
20-50	15	17	13,3%	462,2	544,4	17,8%
>= 50 hes	3	3	0,0%	209,6	212,8	1,5%
TOTAL	46	41	-10,9%	969,4	988,4	2,0%
Superfície total/ exploraçom (hes)				21,3	24,1	13,2%

SAM SADURNINHO

Tamanho (sup. total)	Número de explorações			Superfície total		
	1978	1989	Variaçom em %	1978 (hes)	1989 (hes)	Variaçom em %
< 1 he	4	4	0,0%	3,0	2,5	-16,7%
1-5	26	23	-11,5%	81,4	65,3	-19,8%
5-10	8	8	0,0%	58,3	54,9	-5,8%
10-20	8	9	12,5%	101,9	116,7	14,5%
20-50	0	0	--	0,0	0,0	--
>= 50 hes	1	1	0,0%	60,3	60,3	0,0%
TOTAL	47	45	-4,3%	304,9	299,8	-1,7%
Superfície total/ exploraçom (hes)				6,5	6,7	2,6%

VILALBA

Tamanho (sup. total)	Número de explorações			Superfície total		
	1978	1989	Variaçom em %	1978 (hes)	1989 (hes)	Variaçom em %
< 1 he	1	1	0,0%	0,8	0,4	-53,8%
1-5	13	6	-53,8%	42,0	23,3	-44,5%
5-10	20	16	-20,0%	138,0	110,4	-20,0%
10-20	9	9	0,0%	120,3	116,8	-2,9%
20-50	2	3	50,0%	44,9	64,4	43,4%
>= 50 hes	0	0	--	0,0	0,0	--
TOTAL	45	35	-22,2%	346,0	315,3	-8,9%
Superfície total/ exploraçom (hes)				7,7	9,0	17,2%

Quadro A.11.6. Fluxos de superfícies que se produzirom nas explorações da amostra durante o período 1978-1989, dacordo com a informação directa que obtivemos sobre estes fluxos. Dados para cada um dos 5 municípios incluídos na amostra.

A. VOLUME DE SUPERFICIE AFECTADA POR CADA FLUXO (hes).

	A	B	C	D	E
	Superfície das explor. desaparecidas	Perdas de superf. registadas por explor. perennes	Total superf. liberadas (A+B)	Ganâncias de superf. registadas por explor. da amostra (D-C)	Variaçom ou saldo neto
MELIDE	112,9	28,3	141,3	18,4	-122,9
MESIA	0,2	62,2	62,4	12,5	-50,0
MONTEDE RAMO	83,1	11,4	94,5	103,5	9,0
SAM SADURNINHO	10,3	17,4	27,7	22,6	-5,1
VILALBA	49,6	12,4	62,0	30,8	-31,2

B. % SOBRE A SUPERFICIE TOTAL OCUPADA POLAS EXPLORAÇONS EM 1978.

	A	B	C	D	E
	Superfície das explor. desaparecidas	Perdas de superf. registadas por explor. perennes	Total superf. liberadas (A+B)	Ganâncias de superf. registadas por explor. da amostra (D-C)	Variaçom ou saldo neto
MELIDE	24,2%	6,1%	30,3%	3,9%	-26,4%
MESIA	0,0%	13,2%	13,2%	2,6%	-10,6%
MONTEDE RAMO	8,5%	1,2%	9,6%	10,6%	0,9%
SAM SADURNINHO	3,4%	5,7%	9,1%	7,4%	-1,7%
VILALBA	14,3%	3,6%	17,9%	8,9%	-9,0%

Quadro A.11.7. Evolução da superfície das explorações por tipos de aproveitamento, em cada um dos municípios da amostra.

	Superfície (hes)			Distr. percentual	
	-----		Variaçom (em %)	-----	
	1978	1989		1978	1989
-Lavradio	61,6	40,6	-34,1%	13,2%	11,9%
-Pradeira sementada	19,8	59,3	199,5%	4,2%	17,4%
-Prados e pasteiros	92,5	70,0	-24,3%	19,9%	20,6%
-Monte baixo	263,1	118,9	-54,8%	56,5%	34,9%
-Monte arborado	28,8	51,8	79,9%	6,2%	15,2%
SAU	174,0	169,9	-2,4%	37,3%	49,9%
MONTE	291,9	170,6	-41,6%	62,7%	50,1%
SUP. TOTAL	465,9	340,5	-26,9%	100,0%	100,0%

	Superfície (hes)			Distr. percentual	
	-----		Variaçom (em %)	-----	
	1978	1989		1978	1989
-Lavradio	94,4	47,0	-50,2%	20,0%	11,1%
-Pradeira sementada	17,1	141,2	725,7%	3,6%	33,4%
-Prados e pasteiros	58,2	53,8	-7,6%	12,3%	12,7%
-Monte baixo	287,0	159,1	-44,6%	60,7%	37,6%
-Monte arborado	16,3	22,0	35,0%	3,4%	5,2%
SAU	169,7	242,0	42,6%	35,9%	57,2%
MONTE	303,2	181,2	-40,2%	64,1%	42,8%
SUP. TOTAL	472,9	423,2	-10,5%	100,0%	100,0%

	Superfície (hes)			Distr. percentual	
	-----		Variaçom (em %)	-----	
	1978	1989		1978	1989
-Lavradio	115,0	57,6	-49,9%	11,7%	5,8%
-Pradeira sementada	4,5	11,3	151,1%	0,5%	1,1%
-Prados e pasteiros	394,8	478,4	21,2%	40,3%	48,4%
-Monte baixo	436,2	412,3	-5,5%	44,5%	41,7%
-Monte arborado	29,0	28,8	-0,7%	3,0%	2,9%
SAU	514,3	547,3	6,4%	52,5%	55,4%
MONTE	465,2	441,1	-5,2%	47,5%	44,6%
SUP. TOTAL	979,4	988,4	0,9%	100,0%	100,0%

SAM SADURNINHO

	Superfície (hes)		Variação (em %)	Distr. percentual	
	1978	1989		1978	1989
-Lavradio	48,7	29,1	-40,2%	16,0%	9,7%
-Pradeira sementada	7,0	34,8	397,1%	2,3%	11,6%
-Prados e pasteiros	57,6	58,6	1,7%	18,9%	19,5%
-Monte baixo	113,0	73,4	-35,0%	37,1%	24,5%
-Monte arvorado	78,5	103,9	32,4%	25,7%	34,7%
SAU	113,4	122,5	8,0%	37,2%	40,9%
MONTE	191,5	177,3	-7,4%	62,8%	59,1%
SUP. TOTAL	304,9	299,8	-1,7%	100,0%	100,0%

VILALBA

	Superfície (hes)		Variação (em %)	Distr. percentual	
	1978	1989		1978	1989
-Lavradio	80,3	44,7	-44,3%	23,2%	14,2%
-Pradeira sementada	15,6	71,9	360,9%	4,5%	22,8%
-Prados e pasteiros	74,3	72,0	-3,1%	21,5%	22,8%
-Monte baixo	153,5	102,9	-33,0%	44,4%	32,6%
-Monte arvorado	22,2	23,8	7,2%	6,4%	7,5%
SAU	170,3	188,6	10,7%	49,2%	59,8%
MONTE	175,7	126,7	-27,9%	50,8%	40,2%
SUP. TOTAL	346,0	315,3	-8,9%	100,0%	100,0%

Quadro A.11.8. Roturaçom de terras a monte, e abandono de superfícies de cultivo e prados que seguem formando parte das exploraçons.

A. TERRAS DE MONTE ROTURADAS DURANTE O PERIODO 1978-1989.

	Melide	Mesia	Monteder	S.Sadurn	Vilalba
-No. de exploraçons que o fixérom.....	12	32	7	10	21
-Superfície roturada (hes)..	23,5	88,6	10,1	13,2	38,6

B. TERRAS DE CULTIVO E PRADOS ABANDONADAS DURANTE O PERIODO 1978-1989, PERO QUE CONTINUAM INCLUIDAS NA SUPERFICIE TOTAL DAS EXPLORAÇONS.

	Melide	Mesia	Monteder	S.Sadurn	Vilalba
-No. de exploraçons nas que isto que se produziu..	4	2	12	6	1
-Volume total de SAU que foi abandonada (hes)..	3,3	1,4	48,7	4,1	0,6

Quadro A.11.9. Evoluçom do tamanho médio das exploraçons em termos de SAU; comparaçom com a evoluçom desse tamanho em termos de superfície total.

	Sup.total/ exploraçom			SAU/ exploraçom		
	1978 (hes)	1989 (hes)	Variaçom (em %)	1978 (hes)	1989 (hes)	Variaçom (em %)
Melide	10,4	9,2	-11,1%	3,9	4,6	17,7%
Mesia	9,9	9,0	-8,6%	3,5	5,1	46,9%
Montederramo	21,3	24,1	13,2%	11,2	13,4	19,2%
S.Sadurninho	6,5	6,7	2,6%	2,4	2,7	13,3%
Vilalba	7,7	9,0	17,2%	3,8	5,4	41,8%

Quadro A.11.10. Evolução que experimentou a distribuição da superfície por modos de tenência em cada um dos 5 municípios da amostra 1978-1989.

MELIDE	Superfície (hes)		%	
	1978	1989	1978	1989
-Propriedade	292,0	244,7	62,7%	71,9%
-Arrendamento	5,8	34,8	1,2%	10,2%
-Aparçaria	168,1	61,0	36,1%	17,9%
TOTAL	465,9	340,5	100,0%	100,0%

MESIA	Superfície (hes)		%	
	1978	1989	1978	1989
-Propriedade	196,7	228,0	41,6%	53,9%
-Arrendamento	268,2	195,2	56,7%	46,1%
-Aparçaria	8,1	0,0	1,7%	0,0%
TOTAL	472,9	423,2	100,0%	100,0%

MONTEDEERRAMO	Superfície (hes)		%	
	1978	1989	1978	1989
-Propriedade	941,0	908,1	96,1%	91,9%
-Arrendamento	38,5	80,3	3,9%	8,1%
-Aparçaria	0,0	0,0	0,0%	0,0%
TOTAL	979,4	988,4	100,0%	100,0%

S.SADURNINHO	Superfície (hes)		%	
	1978	1989	1978	1989
-Propriedade	274,2	274,2	89,9%	91,5%
-Arrendamento	30,7	25,6	10,1%	8,5%
-Aparçaria	0,0	0,0	0,0%	0,0%
TOTAL	304,9	299,8	100,0%	100,0%

VILALBA	Superfície (hes)		%	
	1978	1989	1978	1989
-Propriedade	313,5	276,8	90,6%	87,8%
-Arrendamento	32,5	38,5	9,4%	12,2%
-Aparçaria	0,0	0,0	0,0%	0,0%
TOTAL	346,0	315,3	100,0%	100,0%

Quadro A.11.11. Dados básicos sobre o processo de reempazamento dos titulares registado no período 1978-1989 em cada um dos 5 concelhos da amostra.

	Melide	Mesia	Monted.	S.Sadurn.	Vilalba
1. Total de titulares em 1978...	45	48	46	47	45
2. Titulares >= 55 anos em 1978.	32	24	30	31	23
3. No. de tit. que abandonárom a direcçom da exploraçom no período 1978-1989:					
-Por defunçom	18	6	4	10	11
-Por jubilaçom	7	3	17	3	11
-Por outras causas	1	0	0	0	0
Total de tit. que abandonárom.	26	9	21	13	22
4. No. dos titulares anteriores que tivérom sucessor.....	18	8	16	11	12
5. No. de tit. que abandonárom e nom tivérom sucessor (no. de exploraçoms que desaparecérom)	8	1	5	2	10
-% de tit. >= 55 anos em 1978....	71,1%	50,0%	65,2%	66,0%	51,1%
-Taxa de abandonos entre os tit. de idade avançada (3/2).....	81,3%	37,5%	70,0%	41,9%	95,7%
-Taxa de reempazamento (4/3)....	69,2%	88,9%	76,2%	84,6%	54,5%
-Taxa de desapareçom de exploraçoms (5/1).....	17,8%	2,1%	10,9%	4,3%	22,2%

Quadro A.11.12. Volume de superfícies que fórom liberadas a causa da desapareçom de exploraçoms em cada um dos 5 concelhos da amostra.

Superf. liberadas pola desapareçom de explor. no período 1978-1989	Melide	Mesia	Monted.	S.Sadurn.	Vilalba
-SAU (hes)	27,1	0,2	31,8	4,6	23,9
-Monte (hes)	87,5	--	51,8	6,2	25,7
-Sup. total (hes)	114,6	0,2	83,6	10,8	49,6
-% sobre a superf. global ocupada polas exploraçoms da amostra em 1978	24,6%	0,0%	8,5%	3,5%	14,3%
Superf. liberada segundo o regime de tenéncia:					
-Propriedade (hes)	31,1	0,2	83,6	10,8	45,8
-Regimes indirectos (hes)	83,5	--	--	--	3,8

Quadro A.11.13. Destino que tiveram as superfícies das explorações desaparecidas em cada um dos 5 concelhos da amostra.

A. TERRAS DE LAVRADIO E PRADOS (hes).

Destino das terras	Melide	Mesia	Monted.	S.Sadurn.	Vilalba
a. Vendidas a um agricultor....	3,30	0,00	0,00	0,00	0,00
b. Cedidas a um agricultor.....	1,69	0,00	0,00	0,00	14,89
c. Transferidas a outras OW explorações, mediante vias distintas.....	4,17	0,00	0,00	3,40	0,63
TOTAL DE SUPERF. MOBILIZADAS PARA OUTRAS EXPLORAÇÕES (a+b+c)	9,16	0,00	0,00	3,40	15,52
d. Vendidas a um nom agricultor	3,62	0,00	0,00	0,00	0,00
e. Fórom plantadas com árvores.	0,00	0,00	0,00	0,77	0,00
f. Quedárom abandonadas.....	14,35	0,22	31,80	0,44	8,37
TOTAL DE SUPERF. QUE QUEDAROM ABANDONADAS OU PASSAROM A USOS NOM AGRARIOS (d+e+f)	17,97	0,22	31,80	1,21	8,37
SAU TOTAL DAS EXPLORAÇÕES DESAPARECIDAS	27,13	0,22	31,80	4,61	23,89
-% das terras mobilizadas para outras explorações	33,8%	0,0%	0,0%	73,8%	65,0%

B. SUPERFICIES DE MONTE BAIXO (hes).

Destino das terras	Melide	Mesia	Monted.	S.Sadurn.	Vilalba
a. Vendidas a um agricultor....	4,50		0,00	0,00	0,00
b. Cedidas a um agricultor.....	1,61		0,00	0,00	8,15
c. Transferidas a outras explorações, mediante vias distintas.....	7,89		0,00	0,55	0,42
TOTAL DE SUPERF. MOBILIZADAS PARA OUTRAS EXPLORAÇÕES (a+b+c)	14,00	0,00	0,00	0,55	8,57
d. Vendidas a um nom agricultor	9,70		0,00	0,00	0,00
e. Fórom plantadas com árvores.	0,00		0,00	3,77	0,00
f. Quedárom abandonadas.....	62,08		51,32	1,38	17,10
TOTAL DE SUPERF. QUE QUEDAROM ABANDONADAS OU PASSAROM A USOS NOM AGRARIOS (d+e+f)	71,78	0,00	51,32	5,15	17,10
TOTAL DE SUPERF. DE MONTE BAIXO DAS EXPL. DESAPARECIDAS	85,78	0,00	51,32	5,70	25,67
-% das terras mobilizadas para outras explorações	16,3%	--	0,0%	9,6%	33,4%

C. SUPERFICIE TOTAL DAS EXPLORAÇÕES DESAPARECIDAS (hes) (*)

Destino das terras	Melide	Mesia	Monted.	S.Sadurn.	Vilalba
a. Vendidas a um agricultor....	7,80	0,00	0,00	0,00	0,00
b. Cedidas a um agricultor.....	3,30	0,00	0,00	0,00	23,04
c. Transferidas a outras explorações, mediante vias distintas.....	12,06	0,00	0,00	3,95	1,05
TOTAL DE SUPERF. MOBILIZADAS PARA OUTRAS EXPLORAÇÕES (a+b+c)	23,16	0,00	0,00	3,95	24,09
d. Vendidas a um nom agricultor	13,32	0,00	0,00	0,00	0,00
e. Fórom plantadas com árvores.	0,00	0,00	0,00	4,54	0,00
f. Quedárom abandonadas.....	76,43	0,22	83,12	1,82	25,47
TOTAL DE SUPERF. QUE QUEDAROM ABANDONADAS OU PASSAROM A USOS NOM AGRARIOS (d+e+f)	89,75	0,22	83,12	6,36	25,47
SUPERFICIE TOTAL DAS EXPLORAÇÕES DESAPARECIDAS	112,91	0,22	83,12	10,31	49,56
-% das terras mobilizadas para outras explorações	20,5%	0,0%	0,0%	38,3%	48,6%

(*) Excluídas as terras de monte arvorado.

Quadro A.11.14. Dados referidos às vendas de terras realizadas durante o período 1978-1989 pelos titulares de explorações que continuam vivas ao final do período (vendas de superfícies que pertenciam ao titular ou à sua família, e que formavam parte da exploração).

1. Número de explorações nas que isto teve lugar, número de operações de venda realizadas, e importância global das superfícies vendidas.

-No. de explorações que venderam algumas das suas superfícies	11
-No. de operações ou de lotes vendidos por estas unidades	19
-Superfície vendida (hes):	
-SAU	5,56
-Monte	15,56
-Sup. total	21,12
-Superf. vendida/ exploração (hes)	1,92
-No. de lotes vendidos/ exploração	1,7
-Sup. vendida/ lote ou operação (hes)	1,11

2. Distribuição dos lotes de terras vendidos segundo o seu tamanho.

Tamanho do lote (Sup. total)	No. de lotes ou operações	%
< 0,5 hes	9	47%
0,5-1 he	4	21%
1-2 hes	2	11%
2-5 hes	3	16%
>= 5 hes	1	5%
TOTAL	19	100%

3. Distribuição dos lotes de terras vendidos segundo o número de fincas que integram cada um deles.

No. de fincas que integram o lote	No. de lotes ou operações	%
1	8	42%
de 2 a 4	7	37%
de 5 a 10	3	16%
mais de 10	1	5%
TOTAL	19	100%

-No. total de fincas	67
-No. de fincas/ lote ou operação	3,5
-Sup. média das fincas vendidas (hes)	0,32

4. Distribuição do número de lotes e da superfície vendida segundo a profissão do comprador.

Profissão do comprador das terras	No. de lotes ou operações	%	Superfície vendida (hes)	%
-Agricultor	16	84%	15,11	72%
-Nom agricultor	3	16%	6,01	28%
TOTAL	19	100%	21,12	100%

5. Distribuição do número de lotes e da superfície vendida segundo a residência do comprador.

Residência do comprador das terras	No. de lotes ou operações	%	Superfície vendida (hes)	%
-No mesmo concelho	16	84%	15,11	72%
-Noutro concelho rural	0	0%	0,00	0%
-Numha cidade ou vila de Galiza	3	16%	6,01	28%
-Fora de Galiza	0	0%	0,00	0%
TOTAL	19	100%	21,12	100%

6. Distribuição destas superfícies segundo o uso ao que foram destinadas pelo comprador.

Uso actual das terras	Superfície (hes)	%
-Estão trabalhadas directamente pelo comprador	14,09	67%
-Estão cedidas a outro agricultor	0,00	0%
-Fórom plantadas com árvores	1,27	6%
-Fórom convertidas a usos urbanos (solares)	0,64	3%
-Estão abandonadas	5,12	24%
TOTAL	21,12	100%

Quadro A.11.15. Dados referidos às cessões de superfícies realizadas durante o período 1978-1989 por explorações que continuam vivas ao final do período.

1. Número de explorações que realizárom estas cessões e volume de superfícies afectadas.

-No. de titulares que cedérom parte das suas terras a outro agricultor	5
-No. de lotes de terras cedidos	5
-Superfície afectada (hes):	
-SAU	4,86
-Monte	0,51
-Sup. total	5,37
-Superfície cedida/ exploração (hes)	1,07

2. Relação de parentesco entre o titular-proprietário e o agricultor ao que cedeu as terras.

	No. de cessões	Superfície (hes)
-Cessões realizadas a um familiar	3	3,00
-Cessões a um agricultor sem vínculos familiares com o titular	2	2,37
TOTAL	5	5,37

3. Forma que adopta o contrato de arrendamento ou cessom.

Forma do contrato	No. de cessões
-Escritura pública	0
-Contrato (escrito) privado	0
-Acordo verbal	5
TOTAL	5

4. Duração do contrato de arrendamento ou cessom.

Duração da cessom	No. de cessões
-Por um período determinado	0
-Sem duração estabelecida (as terras podem ser recuperadas pelo proprietário ou deixadas pelo tomador em qualquer momento)	5
TOTAL	5

5. Tipo de renda ou contrapartida que é pagada a câmbio da cessom das terras.

Tipo de renda	No. de cessoms
-----	-----
-Renda em dinheiro	2
-Outros tipos de contrapartida	0
-Nada (cessom gratuita)	3

TOTAL	5

Quadro A.11.16. Dados referidos às superfícies trabalhadas em regimes indirectos que fórom devoltas ao seu proprietário durante o período 1978-1989 (por explorações que continuam vivas ao final do período).

1. Número de explorações nas que se produziu este tipo de fenómeno, e volume de superfícies afectadas.

-No. de explorações	22
-No. de lotes de terras que fórom devoltos ao seu proprietário	23
-Superfície afectada (hes):	
-SAU	25,89
-Monte	67,96
-Sup. total	93,85
-Sup. devolta/ exploração (hes)	4,27
-No. de lotes devoltos/ exploração	1,0
-Superf. devolta/ lote (hes)	4,08

2. Distribuição dos lotes de terras devoltos segundo o seu tamanho.

Tamanho do lote (Sup. total)	Número de lotes	%
< 1 he	7	30%
1-2 hes	7	30%
2-5 hes	3	13%
5-10 hes	3	13%
>= 10 hes	3	13%
TOTAL	23	100%

3. Razom ou motivo polo que as terras fórom devoltas ao proprietário.

	Número de lotes		Superfície	
	No.	%	hes	%
-O agricultor devolveu-nas voluntariamente (por nom poder ou nom estar interessado em seguir trabalhando-as).....	17	74%	70,96	76%
-A devolução fixo-se a requerimento do proprietário.....	5	22%	17,14	18%
-Sem informação sobre este aspecto.....	1	4%	5,75	6%
TOTAL	23	100%	93,85	100%

4. Profissom do proprietário das terras.

Profissom do proprietário	Número de lotes		Superfície	
	No.	%	hes	%
-Agricultor.....	7	30%	12,27	13%
-Agricultor jubilado.....	1	4%	0,38	0%
-Obreiro nom agrário.....	3	13%	27,73	30%
-Empresário nom agr. sem assal.	2	9%	4,38	5%
-Empresário nom agr. com assal.	0	0%	0,00	0%
-Funcionário.....	1	4%	10,46	11%
-Profissional liberal.....	1	4%	6,20	7%
-Jubilado doutro sector (distinto da agricultura), e outros inactivos.....	1	4%	15,98	17%
-Sem dados sobre este aspecto.....	7	30%	16,45	18%
TOTAL	23	100%	93,85	100%

5. Residência do proprietário das terras.

Lugar de residência	Número de lotes		Superfície	
	No.	%	hes	%
-No mesmo município.....	7	30%	5,94	6%
-Noutro município da zona rural.....	1	4%	6,71	7%
-Numha cidade ou vila de Galiza.....	6	26%	63,02	67%
-Noutra zona de Espanha.....	2	9%	1,73	2%
-Fora de Espanha.....	0	0%	0,00	0%
-Sem dados sobre este aspecto.....	7	30%	16,45	18%
TOTAL	23	100%	93,85	100%

6. Uso ao que fórom destinadas as terras polo proprietário (destino principal, o que se deu para a maior parte das superfícies do lote).

Destino das terras	Número de lotes		Superfície	
	No.	%	hes	%
-Som trabalhadas directamente polo proprietário ou algum familiar seu.	6	26%	8,21	9%
-Fórom vendidas ou cedidas polo proprietário a outro agricultor....	6	26%	29,69	32%
-Fórom vendidas polo proprietário a um nom agricultor.....	0	0%	0,00	0%
-Fórom dedicadas ao repovoamento florestal.....	0	0%	0,00	0%
-Quedárom abandonadas.....	8	35%	48,00	51%
-Sem dados sobre este aspecto.....	3	13%	7,95	8%
TOTAL	23	100%	93,85	100%

Quadro A.11.17. Perdas de superfícies registadas durante o período 1978-1989 pelas explorações perennes em cada um dos 5 concelhos da amostra.
Volume global de terras perdidas ao través dos diferentes fluxos ou mecanismos.

	1	2	3	Perdas totais de terras que estavam em tenência directa (1+2+3) (hes)
	Vendas (hes)	Cessons (hes)	Divisom herditária (hes)	
MELIDE	0,00	0,00	0,00	0,00
MESIA	18,57	0,00	5,54	24,11
MONTEDEERRAMO	0,00	0,00	0,00	0,00
SAM SADURNINHO	0,44	3,03	0,00	3,47
VILALBA	2,11	2,34	3,57	8,02

	4	5	Total de terras perdidas pelas explorações perennes (1+2+3+4+5)	% sobre a superficie total da amostra em 1978
	Devoluçom ao proprietário de terras que estavam em regimes indirectos	Expropriaçons		
MELIDE	27,58	0,76	28,34	6,1%
MESIA	37,84	0,27	62,22	13,2%
MONTEDEERRAMO	11,36	0,00	11,36	1,2%
SAM SADURNINHO	13,96	0,00	17,43	5,7%
VILALBA	3,11	1,29	12,42	3,6%

Quadro A.11.18. Cifras globais sobre as compras de terras realizadas pelas explorações da amostra durante o período 1978-1989.

A. COMPRAS TOTAIS EFECTUADAS NO PERIODO 1978-1989.

-No. de explorações que as realizárom	59
-% sobre o total de explorações supervivintes em 1989	28,8%
-Superfície adquirida (hes):	
-SAU	72,42
-Monte	115,68
-Sup. total	188,10
-Sup. comprada/ exploração (hes)	3,19

OC 80' j
B. COMPRAS DE TERRAS QUE SUPUXEROM UMHA AMPLIAÇOM DA SUPERFICIE DA EXPLORAÇOM.

-No. de explorações que as realizárom	42
-% sobre o total de explorações supervivintes em 1989	20,5%
-Superfície adquirida (hes):	
-SAU	26,31
-Monte	36,76
-Sup. total	63,07
-Sup. comprada/ exploração (hes)	1,50

C. COMPRAS DE TERRAS QUE ERAM JA TRABALHADAS POLO AGRICULTOR (ACCESO A PROPRIEDADE DE SUPERFICIES QUE FORMAVAM PARTE JA DA EXPLORAÇOM).

-No. de explorações que as realizárom	23
-% sobre o total de explorações supervivintes em 1989	11,2%
-Superfície adquirida (hes):	
-SAU	46,11
-Monte	78,92
-Sup. total	125,03
-Sup. comprada/ exploração (hes)	5,44

Quadro A.11.19. Dados referidos às compras de terras realizadas no período 1978-1989 e que supuxérom umha ampliação das explorações (compras de superfícies que nom eram trabalhadas polo titular).

1. Número de explorações que efectuárom este tipo de compras, número de lotes adquiridos, e volume das superfícies afectadas.

-No. de explorações que efectuárom este tipo de compras	42
-No. de lotes de terras adquiridos por estas unidades	59
-Superfície comprada (hes):	
-SAU	26,31
-Monte	36,76
-Sup. total	63,07
-Superf. comprada/ exploração (hes)	1,50
-No. de lotes comprados/ exploração	1,4
-Sup. comprada/ lote ou operação (hes)	1,07

2. Tipos de compra de terras.

	No. de lotes	Superfície (hes)
	-----	-----
a. Compras de partes da herdança a co-herdeiros do titular (ou do seu cónjuge)	2	10,91
b. Compras realizadas a outros familiares	7	1,49
c. Compras realizadas a pessoas externas à família	50	50,67
	-----	-----
TOTAL	59	63,07

3. Distribuição do número de operações e da superfície comprada segundo o tamanho dos lotes.

Tamanho do lote (Sup. total)	Número de lotes		Superfície comprada	
	No.	%	hes	%
-----	-----	-----	-----	-----
< 0,5 hes	29	49,2%	5,83	9,2%
0,5-1 he	9	15,3%	6,13	9,7%
1-2 hes	14	23,7%	18,17	28,8%
2-5 hes	4	6,8%	11,31	17,9%
5-10 hes	2	3,4%	11,23	17,8%
>= 10 hes	1	1,7%	10,40	16,5%
	-----	-----	-----	-----
TOTAL	59	100,0%	63,07	100,0%

4. Distribuição dos lotes de terras adquiridos segundo o número de fincas que os integram.

No. de fincas que integram o lote	No. de lotes ou operações	%
1	34	62%
de 2 a 4	16	29%
de 5 a 10	5	9%
mais de 10	0	0%
TOTAL DE LOTES PARA OS QUE DISPONHEMOS DESTA INFORMAÇÃO	55	100%

-No. total de fincas	109
-No. de fincas/ lote ou operação	2,0
-Sup. média das fincas compradas (hes)	0,43

5. Distribuição do número de lotes e da superfície comprada segundo a profissão do vendedor.

comprada Profissão do vendedor das terras	Número de lotes		Superfície	
	No.	%	hes	%
-Agricultor	25	42%	14,62	23%
-Agricultor jubilado	4	7%	9,74	15%
-Obreiro nom agrário	6	10%	10,40	16%
-Empresário nom ag. sem assal.	7	12%	5,09	8%
-Empresário nom ag. com assal.	1	2%	1,00	2%
-Funcionário	2	3%	4,09	6%
-Profissional liberal	4	7%	2,68	4%
-Jubilado nom agrário e outros inactivos	4	7%	0,67	1%
-Sem dados sobre este aspecto	6	10%	14,78	23%
TOTAL	59	100%	63,07	100%

6. Distribuição do número de lotes e da superfície comprada segundo a residência do vendedor.

Residência do vendedor das terras	Número de lotes		Superfície	
	No.	%	hes	%
-No mesmo concelho	31	53%	26,07	41%
-Noutro concelho da zona rural	9	15%	9,85	16%
-Numa cidade ou vila de Galiza	10	17%	11,79	19%
-Noutra zona de Espanha	1	2%	0,16	0%
-Fora de Espanha	2	3%	0,42	1%
-Sem dados sobre este aspecto	6	10%	14,78	23%
TOTAL	59	100%	63,07	100%

Quadro A.11.20. Dados referidos às compras de superfícies que já eram trabalhadas pelo titular (e que nom supuxérom, portanto, umha ampliaçom das exploraçoms).

1. Número de exploraçoms que efectuárom este tipo de compras, número de lotes adquiridos, e volume das superfícies afectadas.

-No. de exploraçoms que efectuárom este tipo de compras	23
-No. de lotes de terras adquiridos por estas unidades	26
-Superfície comprada (hes):	
-SAU	46,11
-Monte	78,92
-Sup. total	125,03
-Superf. comprada/ exploraçom (hes)	5,44
-No. de lotes comprados/ exploraçom	1,1
-Sup. comprada/ lote ou operaçom (hes)	4,81

2. Tipos de compra de terras.

	No. de lotes	Superfície (hes)
	-----	-----
a. Compras de partes da herdança a co-herdeiros do titular (ou do seu cónjuge)	12	71,39
b. Compras realizadas a outros familiares	2	0,55
c. Compras realizadas a pessoas externas à família	12	53,09
	-----	-----
TOTAL	26	125,03

3. Distribuçom do número de operaçoms e da superfície comprada segundo o tamanho dos lotes.

Tamanho do lote (Sup. total)	Número de lotes		Superfície comprada	
	No.	%	hes	%
-----	-----	-----	-----	-----
< 0,5 hes	8	30,8%	1,89	1,5%
0,5-1 he	3	11,5%	1,77	1,4%
1-2 hes	7	26,9%	10,25	8,2%
2-5 hes	6	23,1%	15,47	12,4%
5-10 hes	0	0,0%	0,00	0,0%
>= 10 hes	2	7,7%	95,65	76,5%
	-----	-----	-----	-----
TOTAL	26	100,0%	125,03	100,0%

4. Distribuição dos lotes de terras adquiridos segundo o número de fincas que os integram.

No. de fincas que integram o lote	No. de lotes ou operações	%
1	8	35%
de 2 a 4	8	35%
de 5 a 10	4	17%
mais de 10	3	13%
TOTAL DE LOTES PARA OS QUE DISPONHEMOS DESTA INFORMAÇÃO	23	100%

-No. total de fincas	144
-No. de fincas/ lote ou operação	6,3
-Sup. média das fincas compradas (hes)	0,82

5. Distribuição do número de lotes e da superfície comprada segundo a profissão do vendedor.

Profissão do vendedor das terras	Número de lotes		Superfície comprada	
	No.	%	hes	%
-Agricultor	9	35%	6,14	5%
-Agricultor jubilado	3	12%	3,64	3%
-Obreiro nom agrário	3	12%	58,77	47%
-Empresário nom ag. sem assal	3	12%	3,65	3%
-Empresário nom ag. com assal	0	0%	0,00	0%
-Funcionário	0	0%	0,00	0%
-Profissional liberal	2	8%	40,13	32%
-Jubilado nom agrário e outros inactivos	3	12%	5,16	4%
-Sem dados sobre este aspecto	3	12%	7,54	6%
TOTAL	26	100%	125,03	100%

6. Distribuição do número de lotes e da superfície comprada segundo a residência do vendedor.

Residência do vendedor das terras	Número de lotes		Superfície	
	No.	%	hes	%
-No mesmo concelho	11	42%	7,04	6%
-Noutro concelho da zona rural	2	8%	2,38	2%
-Numha cidade ou vila de Galiza	8	31%	48,14	39%
-Noutra zona de Espanha	0	0%	0,00	0%
-Fora de Espanha	2	8%	59,93	48%
-Sem dados sobre este aspecto	3	12%	7,54	6%
TOTAL	26	100%	125,03	100%

Quadro A.11.21. Dados referidos às superfícies que fôrom tomadas em arrendamento, ou baixo outra fórmula de cessom, pelas explorações da amostra no período 1978-1989.

1. Número de explorações que tomárom terras arrendadas, e volume de superfícies incorporadas.

-No. de explorações que tomárom terras cedidas ou arrendadas	36
-% sobre o total de explorações supervivintes em 1989	17,6%
-No. de lotes de terras arrendados	43
-Superfície afectada (hes):	
-SAU	96,03
-Monte	16,05
-Sup. total	112,08
-Sup. arrendada/ exploraçom (hes)	3,11
-No. de lotes arrendados/ exploraçom	1,2
-Sup. arrendada/ lote (hes)	2,61

2. Distribuçom do número de lotes e da superfície segundo o tipo de cessom.

Tipo de cessom	Número de lotes		Superfície	
	No.	%	hes	%
a. Cessons gratuitas realizadas por um membro da família	4	9%	21,56	19%
b. Cessons por parte de um familiar, a cámbio de umha renda ou contrapartida	2	5%	5,27	5%
c. Cessons ou arrendamentos por um proprietário sem laços de parentesco com o titular	37	86%	85,25	76%
TOTAL	43	100%	112,08	100%

3. Distribuçom do número de cessons e da superfície incorporada segundo o tamanho dos lotes.

Tamanho do lote (Sup. total)	Número de lotes		Superfície	
	No.	%	hes	%
< 0,5 hes	11	26%	2,88	3%
0,5-1 he	5	12%	3,79	3%
1-2 hes	11	26%	14,69	13%
2-5 hes	6	14%	21,34	19%
5-10 hes	9	21%	57,92	52%
>= 10 hes	1	2%	11,46	10%
TOTAL	43	100%	112,08	100%

4. Profissom do proprietário das terras.

Profissom do proprietário	Número de lotes		Superfície cedida	
	No.	%	hes	%
-Agricultor.....	6	14%	8,65	8%
-Agricultor jubilado.....	12	28%	31,63	28%
-Obreiro nom agrário.....	9	21%	32,10	29%
-Empresário nom agr. sem assal. ..	3	7%	14,95	13%
-Empresário nom agr. com assal. ..	0	0%	0,00	0%
-Funcionário.....	1	2%	1,07	1%
-Profissional liberal.....	0	0%	0,00	0%
-Jubilado nom agrário e outros inactivos.....	6	14%	15,58	14%
-Sem dados sobre este aspecto.....	6	14%	8,10	7%
TOTAL	43	100%	112,08	100%

5. Residência do proprietário das terras.

Lugar de residência	Número de lotes		Superfície cedida	
	No.	%	hes	%
-No mesmo município.....	20	47%	52,94	47%
-Noutro município da zona rural...	2	5%	4,17	4%
-Numha cidade ou vila de Galiza...	11	26%	31,02	28%
-Noutra zona de Espanha.....	2	5%	7,59	7%
-Fora de Espanha.....	2	5%	8,26	7%
-Sem dados sobre este aspecto.....	6	14%	8,10	7%
TOTAL	43	100%	112,08	100%

6. Forma que adopta o contrato de arrendamento ou cessom.

Forma do contrato	No. de cessoms	%
-Escritura pública	0	0%
-Contrato (escrito) privado	2	5%
-Acordo verbal	41	95%
TOTAL	43	100%

7. Duração do contrato de arrendamento ou cessom.

Duração da cessom	No. de cessoms	%
-Por um período determinado (*)	2	5%
-Sem duração estabelecida (as terras podem ser recuperadas pelo proprietário ou deixadas pelo tomador em qualquer momento)	41	95%
TOTAL	43	100%

(*) Os 2 casos nos que a cessom tem umha duração determinada correspondem-se com aqueles nos que o acordo se plasmou num contrato escrito (de natureza privada, sem ser elevado a escritura pública). A duração concreta da cessom é nestes casos de 3 e 10 anos.

8. Tipo de renda ou contrapartida que é pagada a câmbio da cessom das terras.

Tipo de renda	No. de cessoms	%
-Renda em dinheiro	29	67%
-Outros tipos de contrapartida:		
-produtos agrários	2	5%
-trabalho	0	0%
-Nada (cessom gratuita)	8	19%
-Sem dados sobre este aspecto	4	9%
TOTAL	43	100%

Quadro A.11.22. Os diversos fluxos que dêrom lugar a incrementos na superfície das explorações durante o período 1978-1989. Dados para os 5 municípios da amostra.

	Mecanismos de ampliação da superfície das explorações				Total de superfícies incorporadas ao fluxos
	Compras de terras(1)	Heranças e doações(1)	Toma de terras cedidas ou arrendadas	Recuperação de terras que estavam cedidas	
MELIDE					
-No. de explorações que realizárom isso	5	0	5	0	
-Superfície incorporada					
-SAU (hes)	1,96	0,00	8,98	0,00	10,94
-Monte (hes)	7,41	0,00	0,00	0,00	7,41
-Sup. total (hes)	9,37	0,00	8,98	0,00	18,35
-% sobre a superf. total das explorações da amostra em 1978					3,9%
MESIA					
-No. de explorações que realizárom isso	8	1	3	0	
-Superfície incorporada:					
-SAU (hes)	0,92	0,99	4,22	0,00	6,13
-Monte (hes)	5,30	0,42	0,64	0,00	6,36
-Sup. total (hes)	6,22	1,41	4,86	0,00	12,49
-% sobre a superf. total das explorações da amostra em 1978					2,6%
MONTEDERRAMO					
-No. de explorações que realizárom isso	4	1	13	0	
-Superfície incorporada:					
-SAU (hes)	15,18	3,51	66,37	0,00	85,06
-Monte (hes)	6,61	1,50	10,32	0,00	18,43
-Sup. total (hes)	21,79	5,01	76,69	0,00	103,49
-% sobre a superf. total das explorações da amostra em 1978					10,6%
SAM SADURNINHO					
-No. de explorações que realizárom isso	12	1	8	0	
-Superfície incorporada:					
-SAU (hes)	4,17	1,53	10,10	0,00	15,80
-Monte (hes)	6,18	0,66	0,00	0,00	6,84
-Sup. total (hes)	10,35	2,19	10,10	0,00	22,64
-% sobre a superf. total das explorações da amostra em 1978					7,4%

VILALBA

-No. de explorações que realizárom isso	13	2	7	3	
-Superfície incorporada:					
-SAU (hes)	4,08	1,76	6,36	0,68	12,88
-Monte (hes)	11,26	0,76	5,09	0,84	17,95
-Sup. total (hes)	15,34	2,52	11,45	1,52	30,83
-% sobre a superf. total das explorações da amostra em 1978					8,9%

(1) Para as compras de terras e as heranças e doações, tam só figuram aqui aquelas referidas a superficies que nom eram trabalhadas anteriormente polo agricultor, e que supuxeron por tanto un crescimento da superficie da exploraçom.

ANEXO ESTATISTICO AO CAPITULO XII.

Quadro A.12.1. Nível dos preços da terra por tipos de superfícies em cada uma das províncias galegas 1972.
(Cifras procedentes da estimação sobre o valor do Património Agrário realizada neste ano)

A. PREÇOS/ He (miles de pts).

Tipos de superficie	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra	Galiza
-Cultivos herbáceos.....	188,4	121,1	100,4	196,6	153,4
-Cultivos lenhosos (vinhedo, frutais).....	1139,3	612,5	342,9	455,5	435,1
-Superficie florestal arvorada.....	153,2	125,9	98,1	109,3	124,3
-Prados, pastos, "erial" e "espartizal".....	89,8	129,9	100,5	132,4	110,6
TOTAL SUPERF. PRODUTIVA	138,2	129,4	107,9	142,6	127,5

B. INDICES PROVINCIAIS PARA OS DIFERENTES TIPOS DE SUPERFICIES
(fazendo a correspondente média galega =100)

Tipos de superficie	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra	Galiza
-Cultivos herbáceos.....	122,8	78,9	65,5	128,1	100,0
-Cultivos lenhosos (vinhedo, frutais).....	261,8	140,8	78,8	104,7	100,0
-Superficie florestal arvorada.....	123,3	101,3	78,9	87,9	100,0
-Prados, pastos, "erial" e "espartizal".....	81,2	117,5	90,9	119,7	100,0
TOTAL SUPERF. PRODUTIVA	108,4	101,5	84,6	111,8	100,0

Fonte:

-MINISTERIO DE AGRICULTURA. S.G.T., Las cuentas del sector agrario,
no. 1, Madrid, 1975.

-INE.OERGA, Síntesis estadística de Galicia., Madrid, 1976.
Elaboração própria.

Quadro A.12.2. Preços da terra por tipos de superfícies em cada umha das

4 províncias galegas. Evoluçom anual no período 1985-1991.

(miles de pts/he)

A CORUNHA	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
-Lavradio secano	1232	1172	1417	1513	1670	1773	1879
-Lavradio regadio							
-Vinhedo							
-Prados naturais secano	1044	1095	1212	1289	1418	1446	1518
-Prados naturais regadio	1584	1583	1690	1803	1983	2042	2144
-Pastizais							
INDICE GERAL (*) (PREÇO MEDIO/he de SAU)	1238	1200	1413	1508	1663	1750	1851
LUGO	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
-Lavradio secano	1215	1348	1391	1439	1571	1608	1700
-Lavradio regadio							
-Vinhedo							
-Prados naturais secano	1364	1526	1604	1603	1745	1875	1732
-Prados naturais regadio	2295	2388	2468	2445	2355	2444	2496
-Pastizais	639	789	844	785	864	906	861
INDICE GERAL (*) (PREÇO MEDIO/he de SAU)	1145	1287	1343	1348	1459	1521	1521
OURENSE	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
-Lavradio secano	818	848	883	971	1240	1232	1288
-Lavradio regadio	1435	1565	1606	1616	2035	2080	2230
-Vinhedo	2728	2980	3055	3414	3965	4315	4465
-Prados naturais secano	908	1006	1073	1038	1075	1123	1173
-Prados naturais regadio	1743	1905	1988	1891	2083	2141	2307
-Pastizais	445	486	515	426	654	672	792
INDICE GERAL (*) (PREÇO MEDIO/he de SAU)	1100	1186	1234	1258	1519	1563	1665

PONTEVEDRA	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
-Lavradio secano	1085	1194	1448	1701	1708	2642	2432
-Lavradio regadio	1925	2474	3504	4063	3901	6421	5897
-Vinhedo	2601	4219	6033	5997	5929	8546	8142
-Prados naturais secano							
-Prados naturais regadio							
-Pastizais	313	438	622	654	722	1072	1100
INDICE GERAL (*) (PREÇO MEDIO/he de SAU)	1410	1796	2405	2685	2647	4112	3820

(*) Nestes dados a nível provincial nom se oferece o "Índice geral" de preços da terra (como si sucede nos resultados publicados por Comunidades Autónomas). Assi, o que recolhemos no quadro é umha estimação realizada por nós a partir dos dados correspondentes aos diversos tipos de superfícies.

O procedimento que seguimos aqui foi mui simples: calcular um preço médio, ponderando os preços das distintas superfícies com o peso relativo que estas tenhem na SAU de cada província.

Fonte: Elaboração própria a partir de:

-CONSELLERIA DE AGRICULTURA, GANDERIA E MONTES. XUNTA DE GALICIA, Anuario de estatística agraria, 1991.

(Estes dados procedem dos resultados obtidos a nível provincial pola "Encuesta sobre precios de la tierra" do MAPA)

Quadro A.12.3. Contraste da relação que apresenta o nível dos preços da terra com distintas variáveis relativas à produtividade ou rentabilidade agrária das superfícies. Dados referidos a Galiza, Espanha e outros países da CEE. 1988.

A. RELAÇÃO DOS PREÇOS DA TERRA COM A MARGEM BRUTA TOTAL/ HE DE SAU.

	A	B	Relação:
	Valor comercial das terras agrárias 1988 (1) (ECUs/he)	MBT/he de SAU 1987 (2) (ECUs/he)	preço da terra/ MBT por he de SAU (A/B)
	-----	-----	-----
Alemanha	15190	1196	12,7
Holanda	17196	3538	4,9
Bélgica	9493	1894	5,0
Dinamarca	6062	1300	4,7
França	2768	918	3,0
Espanha	4273	455	9,4
Galiza	10443	1127	9,3

(1) Ver as precisões que realizamos no quadro 12.5.

(2) Margem Bruta Total das explorações agrárias/ he de SAU, de acordo com os resultados da "Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas" realizada em 1987 nos distintos estados membros da CEE.

As cifras aparecem expressadas, nos quadros de resultados, em termos de "Unidades de Dimensom Europeia" (UDE), sendo o valor da UDE de 1200 ECUs.

Fonte:

-Para os dados sobre os preços da terra, ver: quadro 12.5.

-Para os dados referidos à MBT/he de SAU:

-EUROSTAT, Farm structure 1987 survey: main results.

-INE, Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 1987. Galicia.

Elaboração própria.

B. RELAÇOM DOS PREÇOS DA TERRA COM O VALOR DA PRODUÇOM FINAL AGRARIA/
HE DE SAU.

	A	B	Relaçom:
	Valor comercial das terras agrárias 1988 (1) (ECUs/he)	Prod.Final Agrária/ he de SAU 1988 (ECUs/he)	preço da terra/ PFA por he de SAU (A/B)
	-----	-----	-----
Alemanha	15190	2264	6,7
Holanda	17196	7089	2,4
Bélgica	9493	3931	2,4
Dinamarca	6062	2259	2,7
França	2768	1353	2,0
Espanha	4273	845	5,1
Galiza	10443	1886	5,5

(1) Ver as precisons que realizamos no quadro 12.5 (insertado no texto do capítulo).

Fonte:

- Para os dados sobre os preços da terra, ver: quadro 12.5.
- Para os dados referidos à PFA/ he de SAU:

-COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1989.
-MAPA, Anuario de estadística agraria 1989.
Elaboração própria.

C. RELAÇOM DOS PREÇOS DA TERRA COM O VALOR DO VAN cf(RENDA AGRARIA)/
HE DE SAU.

	A	B	Relaçom:
	Valor comercial das terras agrárias 1988 (1) (ECUs/he)	VAN cf/ he de SAU 1988 (ECUs/he)	preço da terra/ VAN por he de SAU (A/B)
	-----	-----	-----
Alemanha	15190	841	18,1
Holanda	17196	3003	5,7
Bélgica	9493	1521	6,2
Dinamarca	6062	738	8,2
França	2768	595	4,7
Espanha	4273	448	9,5
Galiza	10443	965	10,8

(1) Ver as precisons que realizamos no quadro 12.5 (insertado no texto do capítulo).

Fonte: Igual que para as cifras anteriores.

D. RESULTADOS DAS REGRESSONS PARA AS TRES VARIABEIS EXPLICATIVAS ANTERIORES; E TAMBÉM DA QUE SE OBTEM TOMANDO O VAB/HE DE SAU.

Y: PREÇOS DA TERRA (1988)

X: VAB/HE DE SAU (1988)

Salida de Regresión:

Constante	4070,053
Err Std de Y Est	3995,243
R al Cuadrado	0,548556
Nº de Observaciones	7
Grados de Libertad	5

Coefficiente(s) X 3,714093

Err Std de Coef. 1,506812

Y: PREÇOS DA TERRA (1988)

X: MBT/HE DE SAU (1987)

Salida de Regresión:

Constante	3481,386
Err Std de Y Est	4089,729
R al Cuadrado	0,526950
Nº de Observaciones	7
Grados de Libertad	5

Coefficiente(s) X 3,936917

Err Std de Coef. 1,668167

Y: PREÇOS DA TERRA (1988)

X: PFA/HE DE SAU (1988)

Salida de Regresión:

Constante	4061,142
Err Std de Y Est	4020,618
R al Cuadrado	0,542803
Nº de Observaciones	7
Grados de Libertad	5

Coefficiente(s) X 1,885101

Err Std de Coef. 0,773712

Y: PREÇOS DA TERRA (1988)

X: VAN cf/HE DE SAU (1988)

Salida de Regresión:

Constante	4097,815
Err Std de Y Est	4023,604
R al Cuadrado	0,542124
Nº de Observaciones	7
Grados de Libertad	5

Coefficiente(s) X 4,529709

Err Std de Coef. 1,861701

Quadro A.12.4. Contraste da relação que apresenta o nível dos preços da terra, com distintas variáveis relativas à produtividade ou rentabilidade agrária das superfícies.
Dados referidos às diferentes Comunidades Autónomas do Estado Espanhol. 1988

A. RELAÇÃO DOS PREÇOS DA TERRA COM A MBT/HE DE SAU.

	A Preço da terra (miles de pts/he) 1988	B MBT/SAU (miles de pts/he) 1987	Relação: preço da terra/ MBT por he de SAU (A/B)
-Baleares	1307	55	23,9
-La Rioja	1716	102	16,8
-Andalucía	793	58	13,7
-Castilla-La Mancha	306	26	12,0
-Asturias	1385	118	11,8
-Cantabria	1386	119	11,6
-C. Valenciana	1723	157	11,0
-Extremadura	333	31	10,8
-Madrid	451	43	10,6
-País Vasco	1610	155	10,4
-Aragón	410	51	8,0
-Castilla-León	436	55	8,0
-Navarra	639	94	6,8
-Murcia	705	130	5,4
-Catalunha	717	174	4,1
-Canarias	951	235	4,0
ESPANHA	588	65	9,1
GALIZA	1437	160	9,0

Fonte:

A: MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 5/1989 (maio de 1989).

B: INE, Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 1987 (tomamos os resultados já calculados no estudo: IDEGA, A economía galega. Informe 1990-1991., op. cit., pp. 64-71).

Elaboração própria.

B. RELAÇÃO DOS PREÇOS DA TERRA COM O VALOR DA PFA/HE DE SAU.

	A Preço da terra (miles de pts/he) 1988	B PFA(*)/ he de SAU (miles de pts/he) 1988	Relação preço da terra/ PFA por he de SAU (A/B)
-Baleares	1307	110	11,9
-La Rioja	1716	161	10,7
-Asturias	1385	166	8,3
-País Vasco	1610	228	7,1
-Navarra	639	103	6,2
-C. Valenciana	1723	283	6,1
-Cantabria	1386	231	6,0
-Andalucía	793	140	5,7
-Castilla-León	436	79	5,5
-Madrid	451	82	5,5
-Extremadura	333	62	5,4
-Castilla-La Mancha	306	59	5,2
-Aragón	410	82	5,0
-Murcia	705	251	2,8
-Catalunha	717	259	2,8
-Canarias	951	423	2,2
ESPANHA	588	118	5,0
GALIZA	1437	230	6,2

(*) Os dados correspondem aqui em concreto à Produção Final Agrária, excluída a P.F. do subsector florestal. A razão de proceder assim é que, tratando-se de calcular o volume de produção por hectare de SAU, o mais correcto é considerar só os produtos que se obtêm nestas superfícies (que som os agrícolas e gadeiros). Este mesmo ajuste não foi possível realizá-lo para o VAB, nem tampouco para o VAN, devido a que as cifras publicadas não diferenciam aqui o que é gerado por cada subsector.

Fonte:

- MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 5/1989 (maio de 1989).
- MAPA, Anuario de estadística agraria 1989.
- Elaboração própria.

C. RELAÇOM DOS PREÇOS DA TERRA COM O VAN cf (RENDA AGRARIA)/HE DE SAU.

	A Preço da terra (miles de pts/he) 1988	B VAN cf/ he de SAU (miles de pts/he) 1988	Relaçom preço da terra/ VAN por he de SAU (A/B)
	-----	-----	-----
-Balears	1307	45	28,9
-Madrid	451	18	24,5
-La Rioja	1716	102	16,8
-Asturias	1385	98	14,1
-Aragón	410	29	14,1
-Navarra	639	48	13,4
-País Vasco	1610	120	13,4
-Castilla-La Mancha	306	26	11,9
-C. Valenciana	1723	149	11,6
-Castilla-León	436	40	10,9
-Catalunha	717	73	9,8
-Extremadura	333	36	9,2
-Cantabria	1386	166	8,3
-Andalucía	793	98	8,1
-Murcia	705	128	5,5
-Canarias	951	241	3,9
ESPANHA	588	62	9,5
GALIZA	1437	133	10,8

Fonte: igual que para as cifras anteriores.

D. RESULTADOS DAS REGRESSONS PARA CADA UMHA DAS VARIAVEIS EXPLICATIVAS ANTERIORES; E TAMBEM DA QUE SE OBTEM TOMANDO COMO VARIAVEL EXPLICATIVA O VAB/HE DE SAU.

Y: PREÇOS DA TERRA (1988)
X: VAB/HE DE SAU (1988)

Salida de Regresión:

Constante	455,5244
Err Std de Y Est	418,8150

R al Cuadrado	0,373298
N° de Observaciones	17
Grados de Libertad	15

Coefficiente(s) X	5,026735
Err Std de Coef.	1,681675

Y: PREÇOS DA TERRA (1988)
X: MBT/HE DE SAU (1987)

Salida de Regresión:

Constante	478,9465
Err Std de Y Est	445,3072
R al Cuadrado	0,291507
N° de Observaciones	17
Grados de Libertad	15

Coefficiente(s) X	4,631154
Err Std de Coef.	1,864175

Y: PREÇOS DA TERRA (1988)
X: PFA/HE DE SAU (1988)

Salida de Regresión:

Constante	508,4957
Err Std de Y Est	456,6047
R al Cuadrado	0,255102
N° de Observaciones	17
Grados de Libertad	15

Coefficiente(s) X	2,598130
Err Std de Coef.	1,146322

Y: PREÇOS DA TERRA (1988)
X: VAN cf (RENDA AGRARIA)/ HE DE SAU (1988)

Salida de Regresión:

Constante	507,9185
Err Std de Y Est	428,6633
R al Cuadrado	0,343478
N° de Observaciones	17
Grados de Libertad	15

Coefficiente(s) X	4,944483
Err Std de Coef.	1,765019

Quadro A.12.5. Evolução do VAB pm do sector agrário em pesetas correntes. Galiza 1976-1990.

	VAB agrário em pts correntes (milhons pts)	Índices (base 1979=100)	Médias móviles sobre 3 anos (1) (base 1979=100)
1976	51413,3	66,4	
1977	59475,4	76,8	79,3
1978	69801,7	90,2	90,7
1979	77415,8	100,0	100,0
1980	80707,7	104,3	105,4
1981	82041,2	106,0	118,7
1982	107735,9	139,2	131,3
1983	109415,4	141,3	149,1
1984	122660,7	158,4	158,1
1985	128229,6	165,6	173,6
1986	144693,4	186,9	182,6
1987	142994,3	184,7	197,1
1988	161379,2	208,5	206,6
1989	166221,3	214,7	211,9
1990	155094,9	200,3	211,5
1991			
1992			

(1) O índice para 1990 corresponde à média dos anos 1989 e 1990.

Fonte:

-INSTITUTO GALEGO DE ESTADISTICA, A Estadística na Agricultura., Santiago, 1989.

-CONSELLERIA DE AGRICULTURA, GANDERIA E MONTES, Anuario de estatística agraria, 1991.

Elaboração própria.

Quadro A.12.6. Alguns dados sobre a estrutura agrária e outras características dos municípios que integram o Distrito Hipotecário de Arçua.

A. Tamanho médio das explorações, e importância relativa da SAU dentro da superfície total censada (1989).

	Sup. total/ exploraçom	SAU/ exploraçom	Relaçom SAU/ST
	-----	-----	-----
Arçua	8,1	4,1	46,8%
Boimorto	7,5	4,1	52,8%
Melide	4,9	2,5	48,3%
O Pino	6,8	2,9	41,9%
Santiso	8,3	3,6	43,0%
Sobrado	12,3	4,6	35,7%
Toques	12,9	3,3	24,8%
Touro	7,1	3,1	42,5%
Vilasantar	9,8	3,9	37,7%
TOTAL COMARCA	8,0	3,5	42,0%
GALIZA	3,9	2,1	30,4%

B. Modos de tenência da terra; percentagem da superfície das explorações trabalhada em regimes indirectos (1989).

% da superfície total das explorações que está
baixo regimes indirectos

	Arrendam.	Aparçaria	Arrend.+ Aparç.
	-----	-----	-----
Arçua	8,7%	10,8%	19,5%
Boimorto	12,5%	9,2%	21,6%
Melide	12,9%	2,3%	15,2%
O Pino	5,1%	3,2%	8,2%
Santiso	12,8%	0,1%	12,9%
Sobrado	16,5%	0,0%	16,5%
Toques	7,4%	0,6%	8,0%
Touro	4,3%	2,4%	6,7%
Vilasantar	25,9%	0,0%	25,9%
TOTAL COMARCA	11,1%	3,9%	15,0%
GALIZA	3,4%	0,5%	3,8%

C. Densidade de população em 1991; variação da população no período 1981-1991; variação do número de vivendas 1981-1991.

	Habts./ Km2 1991	Variação da população 1981-1991	Variação do número de vivendas 1981-1991
Arçua	43,9	-1,0%	20,0%
Boimorto	32,3	-15,7%	14,4%
Melide	80,5	5,3%	36,8%
O Pino	40,0	-10,5%	10,1%
Santiso	36,9	-11,9%	-3,8%
Sobrado	22,3	-18,8%	2,8%
Toques	25,0	-15,2%	4,4%
Touro	43,7	-9,2%	13,4%
Vilasantar	31,8	-20,9%	17,6%
TOTAL COMARCA	40,5		
GALIZA	92,4	-2,1%	15,6%

Fonte:

-Apartados A e B: INE, Censo agrario de 1989.

-Apartado C: INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA, Galicia en cifras.
Anuario 1991.

Elaboração própria.

Quadro A.12.7. Superfície produtiva de propriedade particular distribuída por tipos de aproveitamento (1991).
Municípios que integram o Distrito hipotecário de Arçua.

Concelho	Superf. cultiv. (hes)	Prados e pastizais (hes)	TOTAL SAU (hes)	TOTAL MONTE (hes)	SUPERFICIE TOTAL (hes)
Arçua	4255	1885	6140	9287	15427
Boimorto	2294	2060	4354	3469	7823
Melide	2403	2439	4842	4780	9622
O Pino	2817	910	3727	8901	12628
Santiso	1190	1325	2515	3700	6215
Sobrado	1628	2043	3671	8349	12020
Toques	1022	1122	2144	2427	4571
Touro	2292	678	2970	7529	10499
Vilasantar	1527	1475	3002	2698	5700
TOTAL COMARCA	19428	13937	33365	51140	84505

NOTA EXPLICATIVA:

Nestas cifras estão excluídas: por um lado as "outras superfícies" (as ocupadas por rios e lagos, os terrenos improdutivos e a superfície nom agrária); e polo outro a extensom ocupada polos montes vizinhos. Deste modo, a "superfície total" que aparece nestas cifras corresponde-se com a superfície produtiva (agro-florestal) de propriedade particular.

(Hai que indicar que a presença dos montes vizinhos é nesta comarca mui pouco importante, posto que na actualidade só existe alguma unidade deste tipo no concelho de Toques. Nos restantes 8 municípios os montes vizinhos estão totalmente ausentes.)

Fonte: -CONSELLERIA DE AGRICULTURA. XUNTA DE GALICIA, Anuario de Estatística Agrária 1991., pp. 58-60.
-Elaboração própria.

Quadro A.12.8. Número de compra-vendas de terras e volume de superfície movida em cada um dos concelhos da comarca. 1987-1988

	No. de compra-vendas			Superfície movida (hes)		
	1987	1988	Média anual	1987	1988	Média anual
Arçua	219	191	205	201,9	138,0	170,0
Boimorto	62	75	69	102,7	153,9	128,3
Melide	184	183	184	115,6	76,1	95,8
O Pino	144	101	123	58,2	60,4	59,3
Santiso	113	105	109	84,3	44,6	64,5
Sobrado	121	83	102	76,5	114,0	95,3
Toques	37	44	41	29,6	39,3	34,4
Touro	160	167	164	60,3	52,5	56,4
Vilasantar	46	58	52	43,5	148,5	96,0
TOTAL COMARCA	1086	1007	1047	772,7	827,4	800,0

Quadro A.12.9. Índices de mobilidade no mercado de terras a nível
parroquial. Média anual para o biénio 1987-1988 (1).
(A localização das distintas paróquias pode ver-se no mapa
que figura ao final deste quadro)

MUNICIPIO DE ARÇUA

Número no mapa	Parróquia	No. anual de compra-vendas/ 100 hes de ST.	% Sup. vendida/ Sup. total da paróquia
1	Campo	0,48	0,46%
2	Calvos de Sobrecaminho	0,47	1,63%
3	Melha	0,80	0,35%
4	Viladavil	1,13	0,65%
5	Oins	0,64	0,46%
6	Dodro	0,46	2,82%
7	Rendal	1,09	0,70%
8	Sta. Maria de Arçua	6,17	2,33%
9	Castanheda	1,32	2,40%
10	Santiago de Arçua	3,86	0,67%
11	Figueiroa	0,97	0,21%
12	Burres	1,60	1,33%
13	Lema	1,42	1,82%
14	Boente	3,91	4,98%
15	Pantinhobre	0,67	0,74%
16	Vilantime	2,81	0,71%
17	Marajo	0,34	0,21%
18	Brandeso	1,14	0,63%
19	Branzá	0,42	0,21%
20	Vinhós	0,42	0,30%
21	Tronceda	0,25	0,06%
22	Dombodám	1,18	0,49%
TOTAL MUNICIPIO DE ARÇUA		1,32	1,10%

MUNICIPIO DE BOIMORTO

Número no mapa	Parróquia	No. anual de compra-vendas/ 100 hes de ST.	% Sup. vendida/ Sup. total da paróquia
1	Arceo	0,42	0,83%
2	Andabao	1,06	2,41%
3	Boimil	0,57	0,81%
4	Buazo	0,16	0,02%
5	Cardeiro	0,69	1,41%
6	Anjos	1,54	3,80%
7	Brates	0,67	0,84%
8	Boimorto	1,63	1,41%
9	Mercurim	0,49	1,08%
10	Rodieiros	0,38	0,23%
11	Dormeá	1,49	4,19%
12	Corneda	0,54	0,44%
13	Sendelhe	0,39	0,85%
TOTAL MUNICIPIO DE BOIMORTO		0,80	1,51%

MUNICIPIO DE MELIDE

Número no mapa	Parróquia	No. anual de compra-vendas/ 100 hes de ST.	% Sup. vendida/ Sup. total da parróquia
1	Baltar	1,44	0,31%
2	Pedrouços	0,28	0,16%
3	Grobas	0,43	0,96%
4	Juvial	0,46	0,15%
5	Orois	0,47	2,32%
6	Golám	1,30	0,56%
7	Maceda	0,86	0,26%
8	Gondolhím	1,44	1,59%
9	Folhadela	3,31	3,55%
10	Zas do Rei	1,77	0,44%
11	Agrom	1,95	0,42%
12	Abeancos (Sam Salvador)	2,02	0,70%
13	Anjos	4,03	0,74%
14	Castro	1,26	0,12%
15	Vitiriz	0,86	0,33%
16	Barreiro	2,16	0,89%
17	Sam Cibrao	8,84	3,63%
18	Melide (Sam Pedro)	9,51	2,01%
19	Melide (Santa Maria)	1,53	0,63%
20	Furelos	4,08	2,14%
21	Meire	0,26	0,25%
22	Campos	1,90	0,89%
23	Varelas	0,52	0,21%
24	Abeancos (Sam Cosme)	0,49	0,25%
25	Moldes	0,81	0,93%
26	Leboreiro	0,73	1,74%
TOTAL MUNICIPIO DE MELIDE		1,82	0,95%

MUNICIPIO DE O PINO

Número no mapa	Parróquia	No. anual de compra-vendas/ 100 hes de ST.	% Sup. vendida/ Sup. total da parróquia
1	Pastor	0,65	0,40%
2	Lardeiros	1,13	0,28%
3	Medim	0,71	0,36%
4	Gonzar	0,38	0,16%
5	Budinho	0,97	0,44%
6	O Pino	1,11	1,55%
7	Ferreiros (Sam Breixo)	0,92	0,75%
8	Castrofeito	0,85	0,29%
9	Cerceda	1,59	0,48%
10	Ferreiros (Sam Mamede)	0,63	0,20%
11	Arca	1,39	0,49%
12	Pereira	0,44	0,07%
13	Cebreiro	1,56	0,36%
TOTAL MUNICIPIO DE O PINO		0,93	0,45%

MUNICIPIO DE SANTISO

Número no mapa	Parróquia	No. anual de compra-vendas/ 100 hes de ST.	% Sup. vendida/ Sup. total da parróquia
1	Sam Romám	2,14	0,55%
2	Linhares	1,09	0,90%
3	Vimianço	0,21	0,06%
4	Pezobre	1,25	0,18%
5	Santiso	2,14	0,50%
6	Novela	1,88	2,65%
7	Pezobrés	4,17	2,66%
8	Serantes	2,92	1,47%
9	Ninhodáquia	4,17	1,13%
10	Visantonha	2,38	3,05%
11	Belmil	0,42	0,18%
12	Baraçom	2,32	0,46%
13	Beigondo	0,23	0,16%
14	Ribadulha	0,68	0,46%
15	Rairiz	3,75	1,74%
16	Mouraços	0,36	0,03%
17	Arcediago	1,61	1,01%
TOTAL MUNICIPIO DE SANTISO		1,56	0,92%

MUNICIPIO DE SOBRADO

Número no mapa	Parróquia	No. anual de compra-vendas/ 100 hes de ST.	% Sup. vendida/ Sup. total da parróquia
1	Grijalva	0,66	0,62%
2	Cidadela	0,63	1,03%
3	Cumbras	0,45	1,32%
4	Roade	0,31	0,17%
5	Porta	2,19	0,77%
6	Folgozo	0,78	1,27%
7	Codesoso	0,72	0,38%
8	Carelhe	1,84	1,55%
9	Nogueira	0,06	0,01%
10	Pousada	1,00	0,63%
TOTAL MUNICIPIO DE SOBRADO		0,81	0,76%

MUNICIPIO DE TOQUES

Número no mapa	Parróquia	No. anual de compra-vendas/ 100 hes de ST.	% Sup. vendida/ Sup. total da parróquia
1	Branhas	0,33	0,76%
2	Paradela	0,85	0,31%
3	Capela	0,32	0,64%
4	Monte (Santa Uxia)	0,36	0,20%
5	Monte (Sam Juliam)	0,00	0,00%
6	Ordes	1,18	0,37%
7	Mangüeiro	0,65	0,17%
8	Vilamor	1,15	0,43%
9	Vilouriz	0,45	0,27%
10	Oleiros	0,58	0,79%
TOTAL MUNICIPIO DE TOQUES		0,51	0,43%

MUNICIPIO DE TOURO

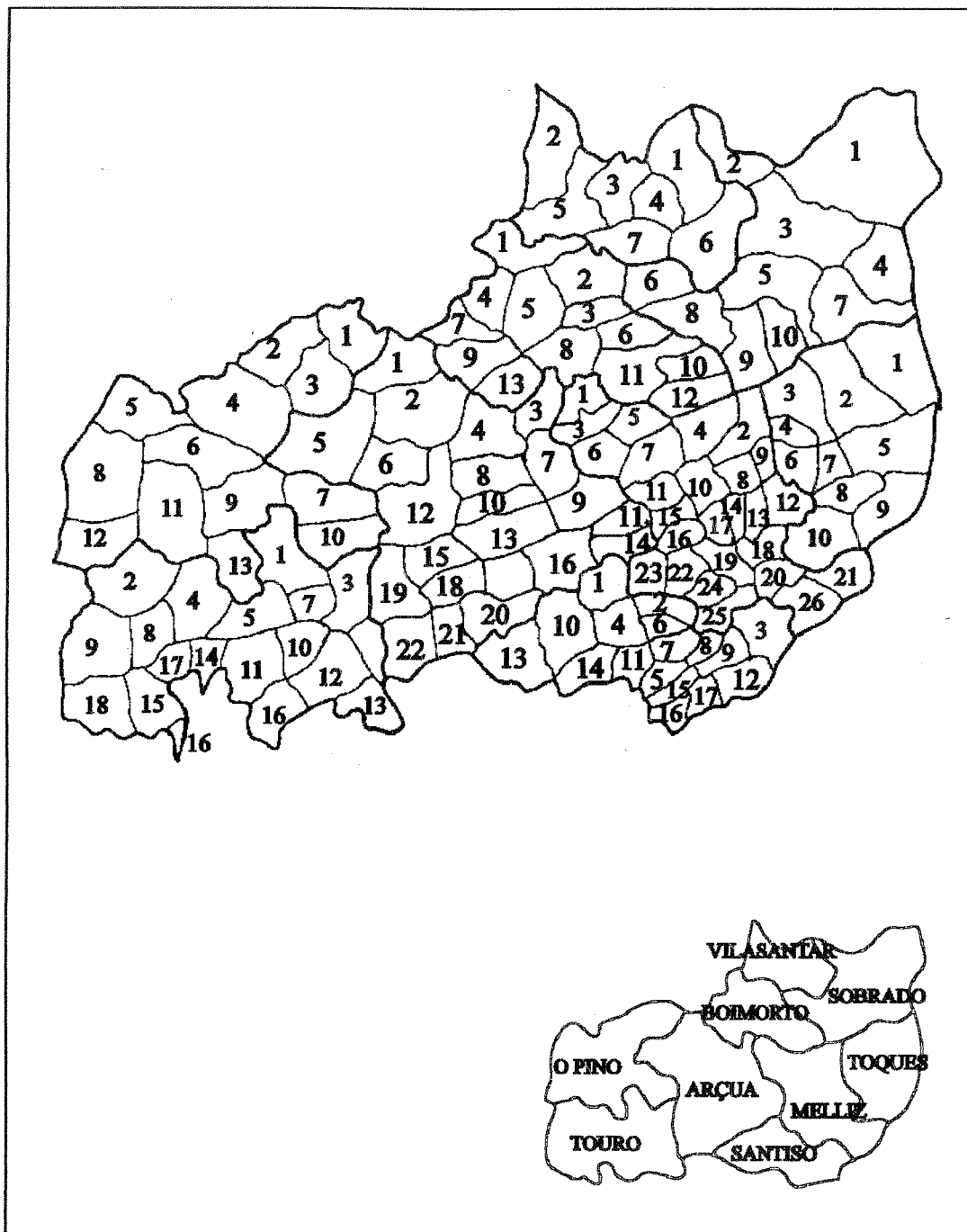
Número no mapa	Parróquia	No. anual de compra-vendas/ 100 hes de ST.	% Sup. vendida/ Sup. total da parróquia
1	Quiom	1,41	0,53%
2	Bama	1,15	0,56%
3	Besenho	2,42	0,39%
4	Loxo	1,01	0,41%
5	Touro	4,17	0,59%
6	Turces	2,50	1,08%
7	Andeade	2,34	0,91%
8	Fontes Rosas	0,38	0,56%
9	Prevedinhos	2,17	0,57%
10	Cornado	1,06	0,82%
11	Fao	0,97	0,15%
12	Calvos de Socaminho	1,50	0,65%
13	Circes	0,68	0,54%
14	Ribeira	1,46	0,92%
15	Fojáns	0,29	0,16%
16	Nove Fontes	0,09	0,05%
17	Enquerentes	2,71	0,61%
18	Vilar	0,66	0,36%
19	Bendanha	0,42	0,12%
TOTAL MUNICIPIO DE TOURO		1,42	0,49%

MUNICIPIO DE VILASANTAR

Número no mapa	Parróquia	No. anual de compra-vendas/ 100 hes de ST.	% Sup. vendida/ Sup. total da parróquia
1	Curtis	1,38	1,47%
2	Barbeito	0,85	0,25%
3	Vilasantar	0,86	0,60%
4	Armental	1,25	4,58%
5	Mezozzo	0,20	0,29%
6	Vilarinho	1,00	4,64%
7	Présaras	0,83	0,64%
TOTAL MUNICIPIO DE VILASANTAR		0,90	1,66%

(1) Os índices de mobilidade están calculados aquí tomando no denominador a superficie geográfica de cada parróquia. Daí que as cifras a nivel municipal que resultam neste quadro difiram algo das que aparecen no quadro que insertamos no texto (onde excluimos do denominador as terras improdutivas e nom agrárias e as ocupadas por montes vizinhais).

Os dados referidos à superficie das parróquias están tomados da obra:
-MIRALBES BEDERA, Rosario/ TORRES LUNA, Ma. Pilar/ RODRIGUEZ
MARTINEZ-CONDE, Rafael, Mapa de límites de las parroquias de Galicia., Secretariado de Publicaciones-Universidad de Santiago Compostela, 1979.



Quadro A.12.10. Distribuição da superfície vendida no biénio 1987-1988 por tipos de aproveitamento. Dados para o conjunto da comarca de Arçua, e para cada um dos municípios.

A. CIFRAS ABSOLUTAS (hes).

	Superfície cultivada	Prados	TOTAL SAU	MONTE	SUPERFICIE TOTAL
Arçua	58,4	77,5	135,9	204,0	339,9
Boimorto	64,2	33,8	98,0	158,7	256,7
Melide	28,8	31,4	60,3	131,4	191,6
O Pino	20,1	11,6	31,6	87,1	118,7
Santiso	30,5	16,7	47,2	81,8	129,0
Sobrado	25,3	28,6	53,9	136,7	190,5
Toques	8,0	10,4	18,4	50,4	68,8
Touro	33,0	8,4	41,4	71,4	112,8
Vilasantar	17,4	8,7	26,1	165,9	192,1
TOTAL COMARCA	285,6	227,2	512,8	1087,3	1600,0

B. DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.

	Superfície cultivada	Prados	TOTAL SAU	MONTE	SUPERFICIE TOTAL
Arçua	17,2%	22,8%	40,0%	60,0%	100,0%
Boimorto	25,0%	13,2%	38,2%	61,8%	100,0%
Melide	15,1%	16,4%	31,5%	68,6%	100,0%
O Pino	16,9%	9,7%	26,6%	73,4%	100,0%
Santiso	23,6%	13,0%	36,6%	63,4%	100,0%
Sobrado	13,3%	15,0%	28,3%	71,7%	100,0%
Toques	11,6%	15,1%	26,8%	73,2%	100,0%
Touro	29,2%	7,5%	36,7%	63,3%	100,0%
Vilasantar	9,0%	4,6%	13,6%	86,4%	100,0%
TOTAL COMARCA	17,8%	14,2%	32,0%	68,0%	100,0%

Quadro A.12.11. Índice de mobilidade no mercado de terras que se registou para os diferentes tipos de superfícies no biénio 1987-1988. Dados referidos ao conjunto da comarca e a cada um dos municípios.

Superfície de cada tipo movida anualmente/
Volume total desta superfície no município (%)

	Superfície cultivada	Prados	TOTAL SAU	MONTE	SUPERFICIE TOTAL
Arçua	0,69%	2,05%	1,11%	1,10%	1,10%
Boimorto	1,40%	0,82%	1,13%	2,29%	1,64%
Melide	0,60%	0,64%	0,62%	1,37%	1,00%
O Pino	0,36%	0,63%	0,42%	0,49%	0,47%
Santiso	1,28%	0,63%	0,94%	1,10%	1,04%
Sobrado	0,78%	0,70%	0,73%	0,82%	0,79%
Toques	0,39%	0,46%	0,43%	1,04%	0,75%
Touro	0,72%	0,62%	0,70%	0,47%	0,54%
Vilasantar	0,57%	0,30%	0,43%	3,08%	1,68%
TOTAL COMARCA	0,73%	0,82%	0,77%	1,06%	0,95%

Quadro A.12.12. Indicadores sintéticos sobre a composição dos lotes de terras vendidos em cada um dos concelhos durante o biénio 1987-1988.

	Sup. média vendida em cada ope- raçom (hes)	No. médio de fincas ven- didas em cada operaçom	Sup. média das fincas vendidas (hes)
Arçua	0,83	2,1	0,39
Boimorto	1,87	2,1	0,89
Melide	0,52	1,8	0,30
O Pino	0,48	2,7	0,18
Santiso	0,59	2,3	0,25
Sobrado	0,93	2,9	0,32
Toques	0,85	1,7	0,49
Touro	0,35	1,9	0,18
Vilasantar	1,85	2,7	0,68
TOTAL COMARCA	0,76	2,2	0,35

Quadro A.12.13. Distribuição das compras e vendas realizadas pelas pessoas de cada categoria profissional, segundo o seu lugar de residência. Dados referidos às transações de terras registadas na comarca de Arçua no biénio 1987-1988. (% sobre o total de compra-vendas e sobre o total da superfície movida).

1. AGRICULTORES (EM ACTIVO)

Residência	VENDAS		COMPRAS	
	Número	Superfície	Número	Superfície
Zona rural (de Galiza):				
-No mesmo concelho	25,3%	13,2%	51,4%	41,0%
-Noutro concelho rural	7,3%	5,3%	3,1%	4,8%
Cidade ou vila galega	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Resto do Estado	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Europa	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
América	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	32,6%	18,5%	54,5%	45,9%

2. AGRICULTORES JUBILADOS

Residência	VENDAS		COMPRAS	
	Número	Superfície	Número	Superfície
Zona rural (de Galiza):				
-No mesmo concelho	6,0%	5,8%	0,6%	0,3%
-Noutro concelho rural	1,4%	1,0%	0,0%	0,0%
Cidade ou vila galega	0,8%	1,5%	0,0%	0,0%
Resto do Estado	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Europa	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
América	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	8,2%	8,4%	0,6%	0,3%

3. OBREIROS E EMPREGADOS NOM AGRARIOS

Residência	VENDAS		COMPRAS	
	Número	Superfície	Número	Superfície
Zona rural (de Galiza):				
-No mesmo concelho	2,8%	1,5%	8,6%	4,9%
-Noutro concelho rural	0,6%	0,6%	1,2%	1,6%
Cidade ou vila galega	8,6%	7,8%	6,4%	5,8%
Resto do Estado	5,8%	3,3%	7,5%	2,8%
Europa	0,7%	0,7%	0,7%	0,3%
América	1,1%	1,2%	0,0%	0,0%
TOTAL	19,5%	14,9%	24,4%	15,5%

4. COMERCIANTES, INDUSTRIAIS, TRABALHADORES AUTONOMOS NOM AGRARIOS.

Residência	VENDAS		COMPRAS	
	Número	Superfície	Número	Superfície
Zona rural (de Galiza):				
-No mesmo concelho	1,1%	0,9%	4,2%	3,1%
-Noutro concelho rural	0,7%	0,8%	0,8%	2,5%
Cidade ou vila galega	5,4%	6,2%	5,0%	12,6%
Resto do Estado	0,4%	1,6%	0,9%	1,3%
Europa	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
América	0,6%	0,5%	0,0%	0,0%
TOTAL	8,3%	10,0%	10,8%	19,6%

5. FUNCIONARIOS

Residência	VENDAS		COMPRAS	
	Número	Superfície	Número	Superfície
Zona rural (de Galiza):				
-No mesmo concelho	0,6%	0,7%	1,2%	0,9%
-Noutro concelho rural	0,7%	2,2%	0,3%	0,9%
Cidade ou vila galega	5,4%	8,5%	1,4%	0,9%
Resto do Estado	0,8%	1,7%	0,6%	0,7%
Europa	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
América	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%
TOTAL	7,7%	13,3%	3,5%	3,4%

6. PROFISSIONAIS LIBERAIS E QUADROS

Residência	VENDAS		COMPRAS	
	Número	Superfície	Número	Superfície
Zona rural (de Galiza):				
-No mesmo concelho	0,1%	0,2%	0,1%	0,3%
-Noutro concelho rural	0,0%	0,5%	0,0%	0,7%
Cidade ou vila galega	2,8%	11,6%	0,7%	3,5%
Resto do Estado	1,4%	2,1%	0,0%	0,0%
Europa	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
América	0,1%	0,9%	0,0%	0,0%
TOTAL	4,5%	15,3%	0,9%	4,5%

7. JUBILADOS NOM AGRARIOS

Residência	VENDAS		COMPRAS	
	Número	Superfície	Número	Superfície
Zona rural (de Galiza):				
-No mesmo concelho	0,1%	0,0%	0,5%	0,1%
-Noutro concelho rural	0,1%	0,4%	0,1%	0,0%
Cidade ou vila galega				
Resto do Estado	2,5%	4,3%	0,3%	0,1%
Europa	1,2%	0,7%	0,2%	0,1%
América	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	0,7%	0,8%	0,0%	0,0%
TOTAL	4,7%	6,2%	1,1%	0,3%

8. NOM AGRICULTORES (SEM ESPECIFICAR PROFISSOM)

Residência	VENDAS		COMPRAS	
	Número	Superfície	Número	Superfície
Zona rural (de Galiza):				
-No mesmo concelho	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
-Noutro concelho rural	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Cidade ou vila galega				
Resto do Estado	8,0%	7,6%	2,6%	1,5%
Europa	1,7%	1,5%	0,4%	0,7%
América	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	3,4%	2,0%	0,1%	0,0%
TOTAL	13,0%	11,2%	3,1%	2,3%

9. PESSOAS JURIDICAS (1)

Residência	VENDAS		COMPRAS	
	Número	Superfície	Número	Superfície
Zona rural (de Galiza):				
-No mesmo concelho	1,2%	0,5%	0,1%	0,0%
-Noutro concelho rural	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Cidade ou vila galega				
Resto do Estado	0,2%	1,7%	0,6%	6,5%
Europa	0,0%	0,0%	0,3%	1,7%
América	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	1,4%	2,2%	1,0%	8,2%

(1) Incluímos aqui as rubricas 9 a 13 que figuram na classificação das categorias profissionais.